

Universidade Federal do Ceará
Centro de Humanidades
Departamento de Ciências Sociais
Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Doutorado em Sociologia

Rejane Batista Vasconcelos

**OS MISTÉRIOS DE UMA MERCADORIA SINGULAR: DESVELANDO
O CARÁTER MERCANTIL DA VIOLÊNCIA**

Fortaleza
2010

Rejane Batista Vasconcelos

**Os mistérios de uma mercadoria singular: desvelando o caráter mercantil da
violência**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará como requisito parcial para obtenção do grau de doutor em Sociologia.

Orientadora: Professora doutora Alba Maria Pinho de Carvalho
Universidade Federal do Ceará

Fortaleza
2010

Rejane Batista Vasconcelos

Os mistérios de uma mercadoria singular: desvelando o caráter mercantil da
violência

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia
da Universidade Federal do Ceará como requisito parcial para
obtenção do grau de doutor em Sociologia.

Data da defesa: 31 de maio de 2010

Banca Examinadora

Professora doutora Alba Maria Pinho de Carvalho (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Professora doutora Luciane Lucas dos Santos
Universidade Estadual do Rio do Janeiro (UERJ)

Professor doutor Aécio Alves de Oliveira
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Professora doutora Ângela de Alencar Araripe Pinheiro
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Professor doutor Marcelo Santos Marques
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
(IFCE)

Aos meus mais próximos parceiros de vida

Meus filhos

Adriano,

que no auge de seus 8 anos lançaria sementes de algo que viria a se transformar
em fonte de pesquisa de meu particular interesse,

e

Germano,

cujo alerta dado quando ainda criança surtiu enorme efeito nestes momentos finais
em que me vi sem muita coragem para seguir adiante: “é preciso perder a mania de
desistir antes de começar”.

Eles – mais que ninguém – ensinaram-me a reconhecer que não se deve deixar
escapar as oportunidades de dar escuta a todas as vozes infantis: nelas há de ter
quase sempre – ou sempre – a ciência e a arte da vida.

De um orgulho sem medida sou tomada pelo fato de tê-los como filhos!

E a eles dedico o que de bom possa haver nesta produção acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Assis (*in memoriam*) e Tica,

ele,
poço insondável de sonhos. Agora, uma vívida lembrança,

ela,
força inquebrantável.
Ambos construtores e instrutores de meu viver.

A Rogeria,
irmandade que se fez descoberta e recomposta.

Esses são os que, com meus filhos, dão coloração e sonoridade a minha existência.

A eles um profundo agradecimento.

Minha sincera gratidão

Aos amigos,
a todos, por tudo, incondicionalmente.

Aos mestres,
pela impagável oportunidade de pôr em dúvida as minhas certezas, de reafirmar
convicções, de ampliar visões.

A Paulo Neiva, da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social do Estado do
Ceará (STDS),
pela compreensão, colaboração e sensibilidade de, no momento final em que me vi
entre a decisão de concluir esta árdua tarefa e a imposição da retomada das
atividades funcionais, conceder-me um prazo para dedicar-me integralmente à
finalização deste estudo.

Ao Isaías, da Assessoria Jurídica da STDS,
pela presteza com que tratou as demandas regulares e legais que me asseguraram
o tempo de afastamento – ainda que não suficiente – das atividades laborais para a
realização desta empresa acadêmica.

Ao professor Aécio,
por ter, mais uma vez, aceitado o convite de participar de minha banca examinadora.
E não só: também pela forma generosa e pela clareza abundante com que fez os
reparos àquele texto, àquelas ideias levadas a exame no processo de qualificação
do projeto.

A Ângela Pinheiro,
também professora, mas a quem prefiro dirigir-me assim para não perder de vista a
companheira das lutas já travadas – ganhas ou perdidas, mas cada vez mais
necessárias em defesa da construção da cidadania de crianças e adolescentes
nascidos e vividos no solo brasileiro –, por essa vez e pelas outras participações em
bancas em que prestei exame.

À professora Luciane,
na certeza de que muito terá a contribuir com o trabalho que, ora, se coloca sob
apreciação e julgamento.

Ao professor Marcelo,
meu colega de doutorado, por quem guardo enorme admiração pela maneira
segura e ao mesmo tempo branda com que defendia seus pontos de vista. E que
muito me honra pela aceitação do convite para compor essa banca.

Aos companheiros de turma,
com os quais dividi algumas angústias enfrentadas no curso dos estudos, em
especial àqueles mais próximos: Marcelo, Eurypides, Francisco Gomes, Demétrio.

Ao Aimberé e à Socorro,
pela disponibilidade e compreensão em relação aos meus entraves tecnológicos.

À professora Inês Vitorino,
por suas palavras de confiança, incentivo, que muito me ajudaram nessa reta final.

A todos
que estiveram, por esse período, confiando que eu lograria chegar até este ponto.
Em especial à Socorro Martins, amiga de uma década, que, nos momentos quase
eternos de desespero e julgados intransponíveis, ela fazia jorrar sua imensa
solidariedade e sua inesgotável presteza garantidoras de um passaporte para
tempos e espaços menos áridos, justificando, assim, a razão por que a ela se deu
esse nome.

Aos amigos,
cujas sementes de amizade, ainda lançadas no solo institucional (STDS), que,
germinadas e enraizadas, nunca se furtou de fazer brotar saborosos frutos nas
melhores e nas mais áridas e tempestuosas estações do viver: Sílvia, Fátima
Vasconcelos – e Rayana –, Cristina Neiva, Urico, Veriana, Mônica, Ana Martins e
Maria da Paz.

É hora de agradecer ainda
a uma das mais generosas pessoas com quem travei conhecimento nos últimos
anos: Alba.

Para muito além das orientações foram nossos encontros, recheados de conversas,
bate-papos sobre os encantos e desencantos da vida, as esperanças e
desesperanças que o ser humano promove, alimenta ou elimina. Foram ricas
discussões sempre temperadas de afetos, de respeito, de solidariedade, de
compromisso com o fazer ciência, mas, sobretudo, com o fazer-se humano.

Mestra de elogios generosos e de tão respeitosas críticas.

Sua casa – cenário desses encontros –, há tempos transformada em celeiro de
saber, parece estar sempre de portas abertas para receber quem anseie por
conhecimento.

E nela habita uma alma abundante de afetos, que chegam sempre nos momentos
exatos, necessários.

À mão sempre estavam “aqueles autores” que diziam alguma coisa “para ser
acrescentada em seu texto”. Uma capacidade infindável de colaboração, de
presteza!

Aproveito o momento para agradecer também aquelas gentilezazinhas: cafezinho,
pãozinho de queijo, aguinha fresca para dar sabor especial às pausas – porque
ninguém é de ferro! – patrocinadas pela professora, mas feitas e trazidas *pelas mãos
de Alice*, que pelas mãos de Alba conheceu Boaventura, Marx, Mézáros, deles
falando como se dela fossem eles íntimos.

RESUMO

Em *Os mistérios de uma mercadoria singular*: desvelando o caráter mercantil da violência, fica demonstrado que a violência é uma ação exclusivamente humana e tão antiga quanto o ato inaugural da humanidade. É uma entre outras tantas desembocaduras a que pode ser levada uma situação de conflituosidade. Sob intensidade e forma variadas, a violência encontra-se implícita ou categoricamente derramada por sobre as múltiplas manifestações de criação humana, tais como a arte, a religião, a literatura, a política, a história. E, mesmo tornada cada vez mais temário de produções de diversas ciências e disciplinas, não alcança uma confluência conceitual. No sistema do capital, viu-se conduzida à categoria de produto comercializável, razão por que neste empreendimento acadêmico vai ser focalizada como mercadoria. Neste relatório final, vê-se condensada a tese de que a violência no sistema do capital representa tão-somente uma entre todos os milhares de mercadorias que se colocam à disposição nas prateleiras do mundo mercantil. Além de dada exclusivamente como mercadoria, este estudo propugna que o combate à violência encarna um embuste: no sistema do capital, em sua consciência, não se dispensa um lucro certo. Tudo o que se constrói como engenho de combate à violência é em si lucrativo. Combatê-la seria, pois, um tiro no próprio pé. A segurança, nesse modo de produzir vidas e coisas, é o anverso da violência. A construção ideativa, o arcabouço teórico enraíza-se na formulação conceitual marxiana de mercadoria, fetiche, valor. A etapa de operacionalização analítica efetiva-se pela via do que Foucault nominou análise das formações discursivas. A mídia televisiva foi fonte primária da qual emanou o *corpus* para a realização deste exame investigativo, mais precisamente dois episódios, veiculados em tempo real, que tiveram lugar um na cidade de Santo André – ABC paulista – e o outro em São Paulo capital, respectivamente, nominados pela mídia “o cárcere privado mais longo” e “o julgamento mais longo” do Brasil. Como fontes suplementares foram inclusos materiais de mídia impressa: reportagens, notícias acerca desses e de outros episódios de violência veiculadas em revistas de circulação nacional (*Carta Capital*, *Época*, *Isto É*, *Veja*) e jornais de empresas locais e de outros estados.

Palavras-chaves: Violência. Conflito. Mercadoria. Fetiche. Capital. Sistema do capital. Mídia.

ABSTRACT

In *The mysteries of a unique commodity* the merchandising character of violence is unveiled and is shown to be an exclusively human action which is as old as the beginnings of humanity. It is one among many other situations which can lead to conflict. Violence, varying in intensity and form, may be found implicitly or categorically in many creative human expressions, such as art, religion, literature, politics, and history. And even though it has become an increasingly central theme in various scientific and disciplinary productions, a conceptual confluence has not yet been reached. In the capitalistic system violence has attained the position of a marketable product, and for this reason it will be focused upon as a commodity in this academic work. As a final result, one may observe, in a condensed way, the thesis that violence represents only one among thousands of commodities in the capitalistic system that are available on the shelves of the world market. Besides labeling it exclusively as a commodity, this study proposes that the struggle against violence also constitutes a hoax: within the capitalistic system, in sound conscience, one cannot dispense a sure profit. Everything that is constructed as a device to combat violence is profitable in itself. Therefore, any struggle against violence will lead to the destruction of the very objectives that capitalism embraces. According to this way of thinking, in relation to lives and material things, security becomes the obverse of violence. This ideological construction has as its theoretical framework the conceptual formulation of the Marxist theory of commodity, fetish, and value. The phase of analytical operation in this academic exposition is developed by means of that which Foucault called an analysis of discursive formations. Television as media provided the primary source of the corpus for this investigative work: more precisely two episodes broadcasted in real time, which took place in Santo André – a city in the state of São Paulo - and the other in the city of São Paulo – capital of the state of São Paulo – respectively indicated by the media as "the longest private imprisonment" and "the longest trial" in the history of Brazil. Printed materials, such as stories and news reports about these and other violent episodes, published in national magazines (*Carta Capital, Época, Isto É, Veja*) were included as additional sources as well as local newspapers and newspapers from other states.

Key words: Violence. Conflict. Commodity. Fetish. Capitalism. Capitalistic system. Media.

SUMÁRIO

1 E POR QUE NÃO A VIOLÊNCIA (A PROPÓSITO DE INTRODUIZIR O TEMA ..	11
2 MARCAS E MARCO DE UMA ESCOLHA	25
3 MAIS QUE UM PRÓLOGO: EPÍLOGOS DE VIDA	32
4 MATRIZES PREFIGURATIVAS DO OBJETO	54
4.1 Conflito em Sua Positividade Apriorística: uma Questão em Pauta	66
4.2 Um Esforço de Focalização Conceitual da Violência: afinal do Quê Se Está Falando	77
5 <i>FLASHES</i> DE UM ESPETÁCULO DA HUMANIDADE: EMOLDURANDO O OBJETO SOCIOLÓGICO	83
5.1 Um Esforço de Gênese	83
5.2 Civilização – Tempo e Cenário de um Espetáculo: Produzir e Viver sob a Lógica do Mercado	89
5.2.1 As máquinas dando adeus às mãos	92
5.2.2 O Estado patrono dos pobres: um ator em cena	99
5.2.3 No altar do mercado: o <i>Senhor</i> (capitalismo) e o <i>servo</i> (Estado) numa razão única	104
5.2.4 O fiel <i>servo</i> entra em cena para mais uma <i>missão salvadora</i>	107
6 A VIOLÊNCIA COMO MERCADORIA: UM OBJETO EM SEU ENTALHE	119
6.1 O Ofício da Pesquisa: a Caminhada em Seus Preparativos	119
6.2 Da Ideação à Concreção: entre a Vontade e a Possibilidade Ajustes Se Impõem	129
6.2.1 O consumo diário da violência ou a violência nossa de cada dia	134
6.2.2 No cenário, o enquadramento e a cena: o campo empírico em sua concepção primeira e em seu formato postumeiro	137
6.3 Por Que Se Dizer Que Violência É Mercadoria?	146
6.3.1 Da condição de uso ao atributo valor: a violência capturada pela mídia – uma mercadoria em seu lusco-fusco	154
7 A MERCADORIA VIOLÊNCIA NO MERCADO MUDIÁTICO	166
7.1 Um Introito: Marcas, Memórias e Histórias	166
7.2 A Narração das Histórias: uma Versão dos Fatos.....	179
7.2.1 Cenas de um drama entre quatro paredes e a pronúncia de uma tragédia	181
7.2.1.1 Sob <i>flashes</i> o desfecho de um romance viu-se transformado em caso de polícia: o primeiro ato	183
7.2.2 O Espetáculo da Condenação como Ato de Ressurgência da Violência	197
7.3 O Tratamento do <i>Corpus</i>	203
7. Epílogo: Agora Não Mais Que um <i>Flash</i>	207
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	208

1 E POR QUE NÃO A VIOLÊNCIA? (A PROPÓSITO DE INTRODUIZIR O TEMA)

*Se conseguirem que você faça as perguntas erradas,
eles não têm de preocupar-se com as respostas.*

Thomas Pynchon

O que é violência? Eis uma pergunta nem certa nem errada, talvez. Mas ainda assim impõe-se correção nas respostas. Tomando com a devida severidade a observação feita pelo autor da frase em epígrafe, percebe-se que ainda se está longe de ver demonstrada a necessária preocupação para com as respostas ofertadas, ou pelo menos não se tem levantado preocupação com o impacto que as respostas a essa indagação causam ou deixam de causar na sociedade.

Há quem diga simplesmente que a violência é intrínseca ao ser humano. Há quem fale ser a violência uma pulsão de morte que se opõe à de vida. Há quem a pense um processo que =impulsiona mudanças. Outros a definem como não-razão. Pensam e argumentam outros que no ato violento a razão não se esvai, que, portanto, se trata de um ato intencional. Alguns a ela se referem como um processo; outros a classificam como meio. Confundem-na com o conflito, tomando este por aquela como se ambos fossem expressão de um só fenômeno. Endeusam-na e cantam-na na arte. Introduzem-na bem cedo, lúdica e sutilmente no cotidiano das crianças, ensinando-lhes e a todos a torná-la banal por meio das canções de ninar, dos personagens de desenhos animados, dos filmes infantis veiculados nas manhãs e nas tardes nos variados e mesmos canais de TV.

Tornam-na mais pulsante e sangrenta na mostra farta e diversificada com que é diuturnamente levada com licenciosidade aos lares de todos, por meio dos noticiosos policiais que ocupam as programações locais e nacionais. Uma marca que deixou de ser peculiar a essa programação específica e invadiu o espaço dos noticiosos outros que, outrora, se distinguiam do caráter sanguinolento e espetaculoso dos primeiros. Houve um tempo – não saudoso! – em que o sangue derramado nos atos violentos só ocupava os telejornais quando nele havia um componente político ou quando a crueza do evento que o fizera fluir da veia carecia da indignação coletiva. Tal não é o que hoje se flagra. As questões políticas, as econômicas, as sociais coagulam-se no vazar abundante do sangue dos embates

cotidianos capturados pelo foco da lente do cinegrafista profissional – ou não mais – cioso, sedento tanto por invadir a retina vívida do algoz quanto o já nublado olhar que, no corpo pardacento e inerte que agora jaz como ilha rubra, ficou congelado. Há um esforço inumano para fazê-lo dizer de sua dor; para arrancar de suas vísceras um ai; para vender essa cena; para trocá-la por audiência. Pena que esse corpo já não mais geme; que lastimável não se poder registrar cada ai já inaudível, que denuncia o fim! Lamentável não se conseguir fazer de cada ai numerário!

O espetáculo brutal cada vez mais automatizado, descolado, corporificado torna-se vendável quer em versões completas, quer sob forma seriada ou na modalidade compactada. O modo como esse espetáculo é posto em evidência garante audiência, sucesso, por consequência lucro.

Há que se reconhecer um quê de fascínio instalado no “espetáculo 11 de setembro”: as torres ruindo e ressurgindo infundamente. Uma violência que sem dúvida deixou nossos olhos atentos, nossos músculos retesados, nossa mente vígil.

Naquela manhã de setembro que se inaugurara comum, o inesperado iria irromper. Tudo o que parecia, há bem pouco, imponderável, aquelas toneladas de aço acabavam de fazer: foram de encontro ao símbolo do capitalismo mundial; puseram-no no chão, macularam-no, tingiram-no com o sangue dos seus e o de estranhos. Embora inelutavelmente reprovável, desse ato terrorista lampejava um quê de simbólico, tanto é assim que Bush, logo após a tragédia, aproveitando a plateia mundial, e como que a convocando para uma revanche, brada: “O coração do mundo foi atingido”.

Aquele evento congelado, plasmado, passava a apresentar-se absolutamente ausente de conexão factual. E, pelo mundo, chorava-se, velava-se, horas e dias a fio, por cada um e por todos aqueles conhecidos e anônimos homens e mulheres que, infelizmente, pisavam, distraidamente, naquele dia e hora, “o coração do mundo”. E o mundo gelado pelo horror mantinha seus olhos, corpos e emoções congelados pela mesma imagem que, a cada vez, parecia outra.

Na cena reprisada, que, com ânsia, se aguardava, surgiriam novos detalhes, antes despercebidos; detalhes que escaparam e que poderiam ser imagéticos ou que se acresciam – ou eram mesmo criados – na locução de um profissional. Tudo fazia daquela cena uma nova cena. Incessantemente reinaugurava-se, refundava-se o ato irascível, imobilizador. Uma aura, uma mágica se colocava em torno daquela ocorrência estarrecedora. A violência do espetáculo imantava, imobilizava; fazia

ouvidos gritos e gemidos, mas produzia, ao mesmo tempo, a mudez angustiante, estranha, sufocante.

Diante do espetáculo do World Trade Center – um incontestável horror –, o mundo não mobilizaria as mesmas emoções no mesmo grau e intensidade acaso tivesse tão-somente tomado conhecimento do ocorrido, em vez de ter assistido a ele de seu escritório, de sua sala, de seu sofá, de sua cama, daí a importância de um espetáculo cuidadosamente produzido, trabalhado. A depender do espetáculo que em torno de um fato se instale, sua (do fato) gravidade pode ser inferiorizada ou maximizada: ela é menor ou maior, menos ou mais impactante a depender da luz que lhe jogam, do tempo em cena que lhe confirmam, do investimento que nele façam.

Como salienta Debord (2007, p. 44),

O espetáculo não exalta os homens e suas armas, mas as mercadorias e suas paixões. É nessa luta cega que cada mercadoria, ao seguir sua paixão, realiza de fato na inconsciência algo mais elevado: o devir-mundo da mercadoria, que também é o devir-mercadoria do mundo.

Não parece que tenham sido as mais de três milhares de incautas vítimas soterradas, naquela manhã fatídica, no “coração do mundo”, a dar o tom do espetáculo, mas sim a audácia traduzida no ato de flechar aquele pétreo coração inatingível, até então, incólume, simbolizador do poder econômico. Mas a tragédia transfigurada espetáculo, naquele primeiro ano do século XXI, fez-se eternizada nos instantes todos que se seguiram ao desatinado voo da morte. E novamente tomo a fala de Debord (2007, p. 28, 30) para ofertar uma tradução, para lançar um olhar sobre “o 11 de setembro”:

O mundo presente e ausente que o espetáculo *faz ver* é o mundo da mercadoria dominando tudo o que é vivido. E o mundo da mercadoria é assim mostrado *como ele é*, pois seu movimento é idêntico ao *afastamento* dos homens entre si e em relação a tudo que produzem.
[...]. O espetáculo é o momento em que a mercadoria *ocupou totalmente* a vida social. Não apenas a relação com a mercadoria é visível, mas não se consegue ver nada além dela: o mundo que se vê é o seu mundo.

E, nessas exatas circunstâncias, a santificação e a demonização ganham corpo, produzem múltiplas e diversificadas falas; nelas sentimentos contraditórios,

ambivalentes derramam-se como lava vulcânica. É o cenário e o tempo de fertilidade para a construção e a constituição de saberes e de poderes.

A violência – atestam não apenas os estudiosos – é um ato humano que se inaugura com a estreia da humanidade. A ela se fez aderida a predicação inerradicável, ineliminável, inelutável, inextinguível. Às vezes também – e não raro –, dela se disse uma alternativa à ameaça do estado de inércia social. O fato é que a violência e os temas a ela correlatos têm, desde as últimas décadas do século XX, irrompido com relevância nos estudos de distintas ciências, disciplinas. Saberes e dizeres em torno da questão se adensam e ampliam-se.

Tanto análises técnicas, estudos acadêmicos que se produzem essencialmente acerca do fenômeno violência quanto os que em torno dela gravitam ocupam-se de uma multiplicidade de aspectos, de uma variedade de recortes. Nesse conjunto de produção, há os que, entre outros: buscam compreendê-la em seu significado, em sua gênese; enfocam sua expressiva disseminação nas sociedades; tratam de sua forma de expressão e alcance; contabilizam os gastos públicos que encerra; se ocupam do entendimento do comportamento, da personalidade de seus autores; expõem o *modus operandi* do praticante de atos violentos como forma de municiar tecnicamente suas possíveis vítimas, de modo a garantir-lhes pelo menos uma minimização de danos ou a não periclitização da vida; analisam as formas de atuação de organismos públicos estatais ou não de acompanhamento, de defesa de direitos humanos quer de vítimas ou de seus familiares, quer dos agentes da violência; defendem teses de maior recrudescimento das sanções para autores de práticas violentas; se destinam à luta em prol da redução da idade de responsabilização penal, da criação do instituto da pena de trabalho forçado, prisão perpétua e mesmo da pena capital; se incumbem de mapeamentos, dossiês acerca do que nomeiam mentes perigosas; esquadrinham, catalogam e escalonam sentimentos, atitudes, falas, olhares, gestos e silêncios de autores de atos violentos.

Há uma sede inesgotável de sobre ela saber e discorrer. A violência, ato humano consignado inerradicável, ineliminável, inelutável, inextinguível, é fonte emanante dessas vontades. Cada vez que um ato assim qualificado faz-se acontecido, ele se torna verbo; produz uma fala amplificadora, diversificada, abundante. Inumerável é a produção técnica, científica, literária, que se encontra no circuito de venda, cujo foco direto ou indireto é essa temática. Cada obra que se toma nas mãos para leitura referencia um número significativo de outras produções.

Outra questão, agora, emerge: o fato de um ato humano de tão grave repercussão, que tem lançado sobre si tanta preocupação, ser, a um só tempo, naturalizado e estranhado. São processos que, à primeira vista, soariam inversos, paradoxais. Não o são, no entanto. São tão-somente, um do outro, complemento. Naturaliza-se a violência para com ela se conviver, para garantir sua existência; existindo, instala-se contra ela um combate no qual ela não se faz derrotada. Se natural, humana, inextinguível, ineliminável, inelutável, inerradicável, o que resta a fazer é apenas encontrarem-se formas adequadas de com ela conviver, modos de enfrentamento apropriados. Não havendo, pois, alternativas possíveis para o seu extermínio, posto que sua eliminação configura expressão de si mesma.

Para que se possa proceder a uma análise funda acerca de violência, algumas obras da atualidade não podem ser excluídas, entre as quais a de Jurandir Freire Costa (2003) e a de José Manuel Martín Morillas (2003). Por ora, é oportuno destacar uma passagem em que Costa (2003, p. 18) deita críticas abundantes à psicanálise no que concerne ao trato que dá à violência.

Passando direto ao que nos importa, a violência [...] ou é tratada como um tabu, cercado e protegido do pensamento, por uma aura romântico-pessimista, indicativa, talvez, de “nobreza intelectual”; ou é considerada o zero e o infinito da existência do sujeito, tornando-se uma espécie de categoria *a priori* irreduzível a qualquer análise. Indo de um pólo ao outro, a psicanálise entra no compasso das ideologias modernas. Fala da violência diluindo seu impacto e atenuando seu horror. Pois, no momento em que a define como sinônimo da morte, do que há de impensável e intocável na experiência humana, *sacraliza-a*. E, no momento em que a define como a “condição de possibilidade natural” do existir humano (dado seu caráter de impulsão primeira e permanente do psiquismo), *banaliza-a* (p. 18).

Evidente que não só a psicanálise passeia por esses polos. Autores vários se posicionam em lugares de distinto pensar. Antes, porém, de informar o lugar de meu pensar, retomo a questão há bem pouco colocada: a naturalização e o estranhamento como o lusco-fusco da violência. Recorro a um trecho da obra *A desordem: elogio do movimento*, de Balandier (1997, p. 207, 209):

A violência pode também tomar a forma de uma epidemia, de uma desordem contagiosa e dificilmente controlável, de uma doença da sociedade que aprisiona o indivíduo, e, por

extensão, a coletividade em um estado de insegurança. Nunca foi expulsa do horizonte humano.

[...] A erradicação da violência primitiva ou livre nunca é total; permanece presente, aparente ou subterrânea, em graus variados, na proporção das incapacidades que as sociedades têm para definir claramente e reconhecer seu sentido, impor suas normas, seus códigos, suas regras, dominar suas provas, obter a adesão do maior número possível dos homens que a constituem.

A violência confirma, consolida um estado perene de medo. Esse é fato inconteste. Basta que sejam trazidos à memória resultados de levantamentos, enquetes, pesquisas de opinião veiculados na mídia acerca do que a população mais temia. A violência se classifica como, senão a primeira, pelo menos uma das principais causas de inquietação, de insegurança, de temor enfim. Assim sendo, por que ordem de razão ela haveria de se inserir abusivamente no cotidiano das pessoas? Por que, sob outras formas de apresentação, com outros invólucros a ela se concede outro estatuto, outro *status*: o de produto comercializável? Películas cinematográficas, músicas, videoclipes, *games*, revistas, livros, desenhos animados, programas de entretenimento veiculados na mídia televisiva, destinados a públicos vários e faixas etárias distintas, recheiam-se de cenas em relação às quais não paira dúvida alguma quanto a reservarem um conteúdo violento, quando não são exclusivamente configurados com a finalidade crua de apresentar a violência mesma.

Reafirmo que o aprendizado da violência inaugura-se cedo: na audição de cançõezinhas com que se embalam os bebês, pelas cantigas de roda, por meio de brincadeiras que humilham, excluem, pela via do apelido, do *bullying*. Passando pelos desenhos animados, pelos *games*, pelos programas destinados ao público juvenil (*Malhação*), o aprendizado se renova, atualiza-se, ganha forma, requinte, cor e tom sedutores.

E não sendo bastante a violência nua e crua de que a humanidade tem sido protagonista e espectadora, grassou pelo mundo uma também sua expressão que, ao serem adicionadas certa aura e uma dose de *glamour* – pois é a embalagem que torna o produto adquirível, comprável, sedutor para quem o vá consumir –, é disseminada pela via da arte, sobretudo no cinema e na televisão (telenovelas).

Sua chegada leve, sutil permite-lhe invadir os recônditos da alma e do corpo, tornando-se, assim, de nós, uma íntima. Sem que percebamos, de tão próxima,

temos de vê-la a distância, estranhá-la para reconhecê-la, para dar conta de sua existência. Ela como que ganha corpo; materializa-se; parece ter volição. Atribui-se uma existência por si, fora de nós. Tudo fica por ela tomado: é o fantasma, a sombra de que não se pode livrar, fugir, porquanto inelimiável, inerradicável, inextinguível. Acerca disso, Morillas (2003, p. 15) diz que “la capacidad de atemorizar asegura la capacidad de ‘gestionar’, con lo que habremos llegado al nivel máximo de violencia imaginable”.

O construto ideológico da inevitabilidade, da violência como atributo humano inalienável faz a condição humana refém de um percurso, de um destino determinado, preestabelecido. A violência estaria como que dotada de *anima*, constituída ente. É assim que deve parecer; é nisso que se deve crer. É para isso que se produziu – ou que serviu – grande parte dos discursos e dos saberes. É em torno disso que gravita um rentável negócio. Da violência quase tudo o que se tira é lucrativo. Por que não a violência, se seu alimento e seu combate são fonte inesgotável de lucro? Eis o nó górdio que se tem para desatar (ou, talvez, o nó cego que se deva romper)!

Com trecho de um prefácio feito pelo psicanalista Zeferino Rocha à obra de Guerra (1990) na qual ela trabalha a psicodinâmica de crimes cometidos por sujeitos do sexo masculino, ilustro uma perspectiva oposta à inevitabilidade, a essa determinação humana para o exercício violento do agir que muito tem servido aos planos escusos de quem tem por deus o metal:

Planta-se uma árvore. A semente pouco a pouco vai se tornando fecunda no silêncio úmido da terra e de sua morte surge primeiramente um anúncio de vida e depois a árvore, no esplendor de sua beleza, realiza seu destino de árvore. E este destino não pode ser modificado. Ele já se encontra predeterminado no mistério da semente.

O mesmo não acontece com o homem.

Nasce uma criança. Sobre o seu berço os pais se debruçam e contemplam extasiados a encarnação de seu amor naquela vida por eles gerada. Há um fascínio indescritível no brilho dos olhos do bebê, que os olha com seus dois grandes olhos redondos, mas o que será este bebê amanhã? Será um homem sadio ou um homem doente? Uma pessoa de bem ou uma pessoa desonesta? Um homem virtuoso ou um criminoso? Ninguém poderá responder antecipadamente a estas perguntas. O destino do homem não é predeterminado como o da árvore.

A vida humana não é dada feita. Ela é uma tarefa a ser realizada. De sua vida – e é nisto que se esconde o segredo de

sua grandeza ou de sua miséria – cada homem deverá escrever uma história nas coordenadas do tempo e do espaço, nas quais se encontra situado (ROCHA, 1990, p. 3).

Na realidade, é no potencial de lucratividade da violência que reside o motivo por que ela é naturalizada, tornada íntima, ao mesmo tempo que se proclama uma necessidade de combatê-la e de, infrutiferamente, envidar esforços que se põem na direção de satisfazer o incessante desejo de suprimi-la. Sob tais condições, o propósito de combatê-la é tão real quanto o almejar igualdade na sociedade regida pela lógica do capital.

No sistema do capital, a violência seria um seu constitutivo; seria tão-somente mercadoria. Foi essa a tese com a qual inaugurei as questões que foram responsáveis tanto por meu desassossego quanto por meus esforços de compreensão, meus investimentos intelectuais nestes últimos cinco anos. Para pôr em operação essa empresa acadêmica, para construir as pilastras dessa investigação sociológica nenhum outro arsenal teórico promoveria a travessia entre a idealização e a concretude de forma tão plena quanto o elaborado por Marx. Os conceitos de mercadoria e fetiche, por ele desenvolvidos, foram a amálgama teórica das análises processadas ao longo deste estudo.

Os recursos conceituais e operacionais para trilhar os caminhos investigativos complementaram-se na produção teórica de Foucault (2001a, p. 97), filósofo francês, para quem

Os discursos são elementos ou blocos táticos no campo das correlações de força; podem existir discursos diferentes e mesmo contraditórios dentro de uma mesma estratégia; podem, ao contrário, circular sem mudar de forma entre estratégias opostas.

Foi recorrendo a seu modo de lidar com o discurso, de concebê-lo que adentrei a empiria desta investigação sociológica: a forma como a mídia apresenta a violência, o discurso que sobre ela constitui e os efeitos de poder desse discurso, com o propósito de dar a conhecer os percursos e passos que conferem à violência o *status* de mercadoria. Para a realização específica dessa tarefa, empreguei o modelo analítico que se funda no que o filósofo nomina análise das formações discursivas.

A alguns, talvez, essa aproximação, esse diálogo conceitual entre Foucault e Marx soe estranho. Confesso que a dúvida de pô-los em uma mesma esteira, em uma mesma empreitada científica perdurou por um tempo não desprezível. O encorajamento para tomada de tal decisão consolidou-se via Carvalho (2009, p. 120), que, em seu percurso do fazer ciência, vem com precisão e acerto convidando a sentar-se à mesa de discussão sujeitos e pensares distintos, múltiplos:

Estou convicta de que, em nosso tempo presente, se faz necessário e imperativo o diálogo crítico, a interlocução entre diferentes vias do fazer científico como caminho de produção do conhecimento, com potencial investigativo para responder às provocações do mundo, em sua complexidade. Enfim o pensar complexo e relacional exige, como “dever de ofício”, a construção de diálogos e interlocuções entre perspectivas e vertentes que têm fundamentos comuns e/ou lógicas que se comunicam e complementam-se reciprocamente.

A autora propugna como modo de fazer ciência, de produzir conhecimento o que nomina racionalismo aberto e crítico, que assenta suas bases na epistemologia do francês “Gaston Bachelard – epistemólogo, filósofo da ciência e teórico da imaginação”, como o identificou Lechte (2002), em *Cinqüenta pensadores contemporâneos essenciais: do estruturalismo à pós-modernidade*. O racionalismo aberto e crítico, traçado em consonância com a epistemologia bachellardiana, ganha inspiração no modo de constituir ciência de Karl Marx, Pierre Bourdieu e Boaventura de Sousa Santos.

Suspensa a dúvida em torno da possibilidade de tomá-los – Foucault e Marx – por parceiros, restou-me a certeza de que, a quem se lança na viagem do conhecimento, impõe-se, na condução de sua própria tarefa investigativa, buscar por entre os múltiplos saberes aquilo que os liga, aquilo que os distancia e os distingue não como forma de expurgo, mas na direção de pôr todas as faces possíveis dos saberes frente a frente quer sob forma de diálogo, quer sob a expressão de embate. Pois, como declarou Santos (2006), não se deve tomar o saber como universal; ele é estritamente local. Esse pressuposto também se valida para a ciência. Daí ser imperativa uma postura de reconhecimento da diversidade das experiências e das epistemologias.

No seu fazer ciência, Carvalho e Santos, que têm adotado uma postura aberta ao diálogo, à soma com as diferenças, à agregação do diverso, revelando

uma disposição franca de construir um saber plural, mas que não se arvore universal; um saber que dialogue não apenas com seus pares, mas que integre, complemente e seja parcela de muitos outros, suspenderam a dúvida quanto a pôr em conversação os produtos teóricos de Foucault e de Marx.

À construção teórica de Marx recorri como meio e forma de estruturação e de entendimento do problema sociológico que elegi para esta tarefa acadêmica: o caráter mercadológico da violência em seus enleios. Foucault assegurou-me o modo operacional de focalizar a lente na captação do real, do concreto. Eis, pois, a convicção de ser a escolha acertada a desses dois parceiros – não exclusivos – neste empreendimento investigativo.

As percepções, as configurações, as conformações, os significados, os saberes, enfim, constituídos em torno da temática violência foram visitados ou revisitados nas fontes que compõem o vasto repertório que se renova dia após dia. Como anteriormente destaquei, em dois importantes estudos fundam-se, largamente, ideias que ganham centralidade nesta investigação social: *Violência e psicanálise* (COSTA, 2003) e *Los sentidos de la violencia* (MORILLAS, 2003). Mas também se revela necessária a quem pretenda pensar e produzir conhecimento acerca da temática uma leitura das obras: *Da violência* (ARENDRT, 1985), *A violência* (MICHAUD, 1989), *O discurso do ódio* (GLUCKSMANN, 2007), *Capitalismo gângster: quem são os verdadeiros agentes do crime organizado mundial* (WOODIWISS, 2007), *A desordem: elogio do movimento* (BALANDIER, 1997). Foram, além de outras, algumas de que me ocupei neste percurso acadêmico.

Minha forma particular de conceber a violência na sociedade regida pelo capital, ou seja, minha tese acerca do que ela constitui para esse sistema, para esse modo de organização societária em que tudo e todos se curvam ante a luminescência cravada em sua bainha, está aqui condensada em sete seções. Esta, que é a primeira, tem o propósito de apresentar o traçado geral deste empreendimento acadêmico, sumariando sua composição e seu conteúdo. Isto é, nela reserva-se a finalidade de aproximar o leitor das ideias que foram debatidas ao longo desses últimos cinco anos e que, agora, conglomeram-se neste trabalho.

Em “Marcas e marco de uma escolha” expus minhas primeiras vontades de procurar entendimento, de produzir conhecimento em torno da temática violência. Discorri como se deram os primeiros ensaios e os passos ainda incertos nessa direção, quando o centro de minhas inquietações era a busca por compreender as

razões que levam o adolescente à prática de atos violentos. O que, então, me fazia persistir, o que movia minhas ansiedades, minhas indagações, meus anseios explicava-se no fato de eu já estar trabalhando com adolescentes há mais de duas décadas, desde quando me iniciei na profissão de assistente social. Durante minha trajetória profissional e acadêmica tudo o que foi produzido orbitava em torno desse núcleo. Deles não falar, eles não estudar era como se eu os relegasse – assim como em regra se tem feito – a segundo plano.

Centrava todos os meus esforços nesse empreendimento, até compreender que uma nova direção se fazia exigida como condição para que meu trabalho não figurasse como mais uma réplica de tantos outros. Foi a partir daí, que um novo foco, que um novo plano tracei para meu trabalho investigativo. A violência perdurava como tema central, mas sob um enfoque absolutamente distinto, como verão quantos esta tese lerem.

Já o propósito de fazer percebido que a violência está no nosso cotidiano sob as mais distintas formas, sob os mais diversificados argumentos, com os mais inesperados usos e fins ficou demonstrado em “Mais que um prólogo: epílogos de vida”. É um texto constituído, em sua quase integralidade, de recortes, de passagens, de excertos de obras de autoria diversa em que se flagram expressões de violência: em preceitos e fundamentos religiosos, na arte, na política, no entretenimento, no cotidiano enfim.

Na quarta seção, intitulada “Matrizes prefigurativas do objeto”, duas categorias que têm centralidade neste estudo foram trabalhadas conjuntamente: violência e conflito. No exercício de aproximá-las, de abordá-las simultaneamente, firmei minha disposição de mostrar o quanto e de que forma uma reserva da outra distinção e distância. Procurei demonstrar que a proximidade que, ao longo dos tempos, se tem buscado forjar entre uma e outra categoria é fruto de um desígnio nem um pouco ingênuo. É resultado de uma vontade articulada, meticulosa de promover, por meio de um engodo, uma rede de negócios de lucratividade certa e de baixíssimos riscos. Confundir conflito com violência, tomar um por outra é uma das mais rendosas engenharias de que o sistema do capital lança mão. Ao conceituar, ao remeter violência e conflito aos seus respectivos lugares, esferas, deslindei uma questão que destaco como fundamental e um dos nós da rede em que se veem enleados desde discursos do senso comum aos acadêmicos, técnico-científicos.

É na discussão aqui lançada que se inauguram as bases conceituais para tratar da temática da violência sob um viés distinto do que se têm ocupado em regra os estudos já produzidos: a violência como produto no circuito do mercado.

Em “*Flashes* de um espetáculo da humanidade: emoldurando o objeto sociológico” construí o cenário e sublinhei o perímetro no interior do qual se torna possível capturar a real natureza da violência. Nesta seção do trabalho, recompus de maneira absolutamente sumária o traçado histórico que antecede e sucede a instauração do modo de organizar, no planeta Terra, a existência da vida e a existência mesma – já há muito sob risco – do próprio planeta: o sistema do capital.

É possível inferir que nenhum outro modo organizativo de sociedade permitiria à violência despontar com esse caráter mercantil, com esse potencial de transfigurar-se em riqueza. A origem mesma do capital, já o denunciava Marx (1973), tinge-se de rubro. E no rubro faz-se ouro! A violência é matriz do capital; por seu meio, ele se gesta, mantém-se, multiplica-se.

A violência concreta, sólida, liquefeita ou rarefeita assombrosamente tem se derramado por sobre tudo e todos como um fantasma de que não se pode fugir. O capital é sua metáfora mais sólida, fica, aqui, demonstrado.

“A violência como mercadoria: um objeto em seu entalhe”, título da sexta seção deste trabalho, ocupa-se da fundamentação e estruturação da tese formulada; suas bases teóricas, as pilastras em que se assenta a ideia de que, no sistema do capital, a violência é nada mais, nada menos que uma mercadoria rentável, lucrativa, de baixíssimo risco e de garantia de elevados lucros.

Mas a violência – tão antiga quanto os primeiros seres humanos – precisa ser transfigurada, travestida, renovada, reinaugurada, a fim de que possa vir a ser incorporada como temor do qual nenhum ser vivente dele arrede, sendo, desse modo, transformada em fonte de lucro nunca esgotável.

Em face da violência *in natura*, enquanto matéria bruta, não ser bastante para fazer a ela temente um mundo assentado na lógica do capital, impôs-se revesti-la de aura, de requinte, de magia, de um magistral poder capaz de infiltrar nos corpos, nas mentes, nos espíritos a ideia de que seja ineliminável, porquanto intrínseca ao ser humano, e a de que, assustadora e incontrolavelmente, se expande, pondo cada um e todos num estado perpétuo de risco. Esse trabalho, essa tarefa de apresentá-la sob essa aparência, sob essa mística foi competentemente capitaneada pela mídia, que a transformou em produto de franca comercialização,

de demanda aquecida. A violência surge, assim, com a magia de um espetáculo quase irrecusável.

Esse é o viés pelo qual a violência está sendo focalizada, daí, nesta seção do estudo, a discussão ser aberta com as categorias marxianas mercadoria e fetiche. Tais categorias vão mesclar-se, colar-se a concepções, conceitos gestados no âmbito da comunicação social, entre os quais os de notícia, propaganda, publicidade. Isso porque o campo empírico desta investigação é, por excelência, a mídia televisiva. Tendo a mídia impressa sido incluída como fonte complementar das análises.

À última seção, “A mercadoria violência no mercado midiático: desvelando o objeto”, ficou reservada a função de pôr em diálogo a empiria e a teoria. Coube-lhe o papel de apresentar por que meio e forma foi realizada a análise do *corpus*, este preponderantemente constituído por matérias veiculadas por distintas emissoras de TV – todas de canais abertos –, cujo teor versasse sobre dois episódios em torno dos quais a mídia brasileira promoveu um grandioso espetáculo: um cárcere privado e um julgamento, ambos ocorridos em São Paulo.

O cárcere privado de mais de cem horas ao qual Lindemberg Fernandes Alves submeteu duas adolescentes, Eloá Cristina Pimentel – sua ex-namorada – e Nayara Rodrigues da Silva, aconteceu em outubro de 2009, em Santo André, no estado de São Paulo. Em tempo real, assistiu-se das negociações da polícia para rendição do autor do delito e liberação das vítimas, à entrevista ao vivo – por telefone – que Lindemberg concedeu a uma emissora de TV, até o desfecho que a ação desastrosa de policiais militares acabou por precipitar: as duas reféns atingidas por disparo de arma de fogo feito por Lindemberg, tendo uma das vítimas, Eloá, vindo a falecer.

O outro episódio, também de assistência em tempo real, foi o julgamento de Alexandre Nardoni e Anna Carolina Jatobá, casal acusado de assassinar a garota Isabella Nardoni, filha de Alexandre e Ana Carolina Oliveira. Em março deste ano, durante cinco dias, a mídia, proclamando tratar-se do mais longo julgamento ocorrido no Brasil, ficou postada em frente ao fórum onde se instalara o tribunal do júri. E em razão de não haver sido permitida qualquer transmissão de áudio ou imagem do transcurso do julgamento, os repórteres credenciados intercalavam sua permanência no interior do fórum e suas saídas para atualizar – “em primeira mão” – as informações acerca do andamento dos trabalhos no interior da sala do tribunal.

Além deles, especialistas e pessoas que, após horas de espera em gigantescas filas, obtinham credenciais para permanecer durante certo período – em torno de duas horas – assistindo ao julgamento, retornavam com dados, impressões e informações de como estavam se portando os réus, que reações apresentavam os advogados encarregados da defesa do casal, como repercutia nos jurados, no casal, nos familiares dos acusados e da vítima e na plateia a apresentação das testemunhas de acusação e seus depoimentos, a leitura de laudos e resultados periciais, o depoimento dos peritos e autoridades que acompanharam o caso. Uma estrutura gigantesca se produziu para o espetáculo que foi o “julgamento mais longo do Brasil”.

Esta que é a última seção deste trabalho apresenta passo a passo o modo como foi submetido a exame o *corpus* desta investigação social. Nela encontra-se uma leitura dos discursos midiáticos produzidos sobre esses dois episódios, baseada no modelo analítico proposto por Foucault. Essa via analítica possibilitou diagramar os blocos de falas em que se flagra a evidência inequívoca de que na violência encontram-se presentes as dimensões constitutivas da mercadoria.

Com essa moldura, a partir dessa compreensão, aqui apenas anunciada, tenciono mostrar ao leitor o desenvolver da tese de que, no sistema do capital, a violência é uma mercadoria. É sob essa perspectiva que este estudo fez condensados meus esforços investigativos que ora se consolidam sob esta forma de apresentação.

2 MARCAS E MARCO DE UMA ESCOLHA

*Uma estrada é deserta por dois motivos:
por abandono ou por desprezo.
Esta que eu ando nela agora é por abandono.
Chega que os espinheiros a estão abafando pelas
margens.
Esta estrada melhora muito de eu ir sozinho nela. [...].
Eu sinto mesmo hoje que a estrada é carente de
pessoas e de bichos. [...].
Mas eu ensino para ela como se deve comportar na
solidão. [...].
Numa boa: a gente vai desaparecendo igual quando
Carlitos vai desaparecendo no fim de uma estrada.*
Manoel de Barros

A trajetória humana faz o sujeito defrontar, a todo instante, com a necessidade inexorável de proceder a escolhas. De despedir-se de gentes, de lugares e de coisas, de lembranças e de esquecimentos. É sempre lugar e tempo de abraço e de afastamento.

Uma escolha que fiz – entre milhares – foi a da profissão. E, em relação a ela, outra lhe sucedeu: fazê-la uma das mais expressivas razões de minha vida ou não. Fiz a primeira opção: escolhi usá-la para transformar a vida num enigma decifrável. Ser assistente social: uma escolha. Deixar o serviço público federal para ingressar no cargo de assistente social da Fundação Estadual do Bem Estar do Menor do Ceará: uma possibilidade concretizada. Continuar no universo da academia: uma imperiosa necessidade.

Assim, a caminhada profissional manteve-se em enlace fiel e irrompível com a estrada acadêmica. Daí por que minha vida acadêmica confundiu-se ou fundiu-se com meu agir profissional. Dali em diante, todos os estudos que produzi voltaram-se àqueles meninos e meninas que fizeram parte de meu cotidiano profissional – e por que não dizer da minha vida – por mais de duas décadas. Especializações e mestrado e os produtos que neles foram gerados gravitavam em torno da problemática que são levadas a enfrentar a infância e a adolescência que, neste estado, têm de recorrer ao poder público para dar asseguração a uma existência menos ou mais digna, mais ou menos sofrida, pouco ou nada amparada. É como se eu houvesse pactuado que minha trajetória profissional e intelectual estaria e deveria estar vinculada, colada a esses sujeitos. E assim solenemente aconteceu... Até que, num surto de traição dorida, vi-me forçada a iniciar uma outra trilha.

Do projeto apresentado ao programa de pós-graduação, no curso do processo de seleção do Doutorado em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, em 2004, poucos traços ficaram intactos. Ali, fiel ainda àqueles sujeitos, tencionava conhecer os significados que se instauravam na trajetória de vida de adolescentes sobre quem recaía a autoria de práticas atentatórias à pessoa e sua integridade em suas distintas expressões: lesão corporal, roubo, homicídio, latrocínio e crimes sexuais (atentado violento ao pudor e estupro). Queria, por intermédio do próprio autor, conhecer o sentido que o ato de violência imprimia em sua curta existência; o que representava o recurso à violência em um dado momento de sua vida; o que se buscava, como fim último, alcançar. O valor do saber isso, do levantar tudo isso se explicava pelas razões que intuía os poetas em sua melodia:

Se o que nos consome fosse apenas fome, cantaria o pão
Como o que sugere a fome para quem come
Como o que sugere a fala para quem cala
Come o que sugere a tinta para quem pinta
Como o que sugere a cama para quem ama [...]
(*"Palavra acesa"*, de José Chagas e Fernando Filizola.)

O interesse pela temática decorria da constatação do aumento real e expressivo de atos violentos cuja autoria recaía sobre o adolescente, definido no Estatuto da Criança e do Adolescente como a pessoa que tem entre 12 anos completos e 18 anos incompletos (BRASIL, 1990, artigo 2º). Tal dado, independentemente de existência ou não de pesquisa, tornava-se irrefutável, quando se dava conta de que, em 1981, o Ceará dispunha de apenas duas unidades – ou centros educacionais – destinadas a receber crianças e adolescentes dados como “menores infratores da lei penal”. Eram o Centro Educacional Marieta Cals (Cemc), para “menores” do sexo masculino, e o Núcleo de Menores Desembargador Olívio Câmara (NOC), para “menores” do sexo feminino, ambos localizados em Fortaleza.

Em 1982, seriam criados o Centro Educacional São Miguel (Cesm), no distrito de Amanari, em Maranguape, unidade destinada a manter vinte e cinco adolescentes provindos do Instituto Penal Paulo Sarasate (IPPS), contingente que demandava uma assistência específica, então da competência da Secretaria do Interior e Justiça, que era prestada pela Fundação Estadual do Bem Estar do Menor do Ceará (Febemce). Também, naquele ano, criou-se uma unidade de triagem

feminina, denominada Centro Educacional Aldaci Barbosa Mota (CEABM), e uma unidade de triagem masculina, de curta duração, chamada Centro Educacional São Jerônimo (Cesj).

Em 1998, a Febemce passaria a contar com seis unidades voltadas exclusivamente ao atendimento de adolescentes envolvidos em prática de atos infracionais: três de internação masculina (Centro Educacional São Miguel – Cesm, Centro Educacional São Francisco – Cesf – e Centro Educacional Cardeal Aloísio Lorscheider – Cecal); uma unidade de internação feminina (Centro Educacional Aldaci Barbosa Mota – CEABM); uma unidade de semiliberdade masculina (Centro Educacional Dom Bosco – CEDB) e uma unidade mista de recepção (Unidade de Recepção Luís Barros Montenegro – URLBM) (GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ/SETAS/FEBEMCE, 1998, sem paginação).

A partir de 2003, o Ceará passa a dispor, sob a Coordenadoria da Proteção Social e Medidas Socioeducativas da Secretaria da Ação Social, só em Fortaleza, de um total de oito unidades específicas de atendimento a adolescentes autores de atos infracionais ou adolescentes a quem se atribua autoria de ato infracional: URLBM, Cesm, Cesf, Cecal, CEDB, CEABM, Centro de Semiliberdade Mártir Francisca (CSMF), Centro Educacional Patativa do Assaré (Cepa). Acresce-se a esse número um total de quatro unidades no interior do estado, sendo essas, exclusivamente, para a execução de medida socioeducativa de semiliberdade: Centro de Semiliberdade de Crateús, Centro de Semiliberdade de Iguatu, Centro de Semiliberdade de Juazeiro do Norte e Centro de Semiliberdade de Sobral. Permaneceu, ao longo desses anos, uma única unidade para adolescente do sexo feminino em Fortaleza, como já referido.

Essa ampliação do número de unidades que desenvolvem programas de internação e de semiliberdade e a frequente superlotação das mesmas denunciam que houve – a contragosto, admito – um incontestável aumento dos casos de práticas que colidem com a lei cujos autores são sujeitos com menos de 18 anos de idade.

Outro dado reafirmava a relevância numérica e qualitativa dessa expressão de violência: o contingente de adolescentes autoras de atos infracionais que cumpria

medida socioeducativa de internação no CEABM, no período de outubro de 2003 a abril de 2004.¹

A despeito de não haver crescido o número de unidades a elas destinadas, o ato infracional que determinava sua internação apontava para um quadro bem preocupante: elevação expressiva do número de casos categorizados atos que atentam contra a vida², contra a pessoa e sua integridade.

No período de 1983 a 1987, trabalhando como assistente social no Núcleo Desembargador Olívio Câmara – unidade da Febemce³ destinada a manter em regime de internação crianças e adolescentes do sexo feminino –, foi-me possível constatar que, de 1979 a 1987, houve apenas o registro de um único caso de crime de homicídio que teve por autoria uma adolescente do sexo feminino. O retorno a essa unidade, atualmente denominada Centro Educacional Aldadi Barbosa Mota,⁴ após dezesseis anos, em outubro de 2003, lá permanecendo até abril de 2004, pôs-me diante de outro cenário! Cenário que me impressionava, inquietava e mostrava a necessidade de aguda compreensão: de um total de vinte e cinco adolescentes mantidas em regime de internação, cinco eram autoras de homicídios – duas dessas adolescentes autoras de um mesmo latrocínio. Do universo das internas no CEABM – vinte e cinco –, vinte adolescentes encontravam-se privadas de liberdade por práticas que se configuram ato de violência contra a pessoa: lesão corporal, roubo, atentado violento ao pudor, homicídio, latrocínio. Apenas cinco adolescentes encontravam-se internadas por atos infracionais de outra natureza, não significando,

¹ Durante esse período estive lotada no CEABM, podendo assim constatar essa realidade.

² Importa, aqui, esclarecer que o latrocínio não se configura, no Código Penal Brasileiro de 1940, crime contra a vida ou contra a pessoa, mas crime contra o patrimônio (BRASIL, 1999, artigo 157, § 3º). Para o trabalho investigativo que iria realizar, o latrocínio seria tomado como ato de violência contra a pessoa, visto que ele redundava na eliminação física da pessoa que é submetida a um roubo.

³ A Febemce esteve vinculada à Secretaria do Interior e Justiça e, na segunda metade dos anos 1980, passou a vincular-se a secretarias de cunho social, até sua extinção, ocorrida por decreto governamental, sancionado em novembro de 1999, para ter seus efeitos válidos a partir de 2 de janeiro de 2000.

⁴ Sob a denominação de Centro Aldaci Barbosa Mota (CEABM) foi criada, nos anos 80 do século XX, a unidade de recepção e triagem de crianças e adolescentes do sexo feminino, que após alguns anos foi extinta. Posteriormente, esse nome foi dado à unidade de internação feminina, isto é, unidade destinada a receber adolescentes autoras de atos infracionais já sancionadas pelo juiz competente com a medida socioeducativa de internação. O CEABM, contrariando o que prescreve o ordenamento jurídico, mantém, sob sua guarda, adolescentes do sexo feminino em regime de internação provisória, ou seja, adolescentes que estão respondendo na justiça por atos infracionais que se lhes atribui e ainda aguardam julgamento e sentença judiciais. Além de manter também adolescentes em regime de semiliberdade e adolescentes cuja internação decorre de descumprimento reiterado e injustificado de alguma medida socioeducativa que lhes tenha sido aplicada anteriormente.

no entanto, que já não houvessem praticado algum delito de natureza grave que envolvesse atentado contra a pessoa e à vida.

Não fora isso, em si mesmo, já grave, intrigava-me ainda mais a maneira parca, a frugal expressão de censura em relação a tais práticas naquelas meninas com tão pouca existência, com curta andança de vida; não raro – e paradoxalmente –, com a emoção à flor da pele ou, quando muito, fazendo um esforço para carregar abafadas a emoção e a sensibilidade sob a capa de uma bruteza que se desmontava ao menor sinal de afeto, de afago, ao indício leve de compreensão e à possibilidade de sentirem-se aceitas, a despeito do ato que as punha, ali, diante do eterno e lancinante julgamento alheio. Eram meninas comuns: sonhavam, amavam; algumas eram meninas mães que defendiam como feras seus filhos amados. Nessas meninas, quase tudo impressionava, mas, sobretudo, me chamava a atenção como, via de regra, revelavam uma noção de medida imprecisa entre o ato e suas consequências, redundando essa distorção, para elas, no sentimento de que a sanção que lhes era aplicada repercutia como um ato injusto, um “castigo” desmesurado, e não como uma medida legal de responsabilização pelo ato praticado ante aos ordenamentos jurídicos a eles – ato, autor e sanção – atinentes.

Era um cenário que firmava a incontestável relevância da pesquisa, até porque seria ouvido o sujeito da violência – autor do ato e do discurso –, para que se deixasse surgir, no irromper de suas falas, o fundamento, a razão por que lançara mão de um recurso extremo, de uma prática que se sabe não deixa incólumes aqueles nela envolvidos – vítimas e agressores, familiares e amigos não só de vitimados, mas também de agressores.

Como foi feliz Tobias Barreto (2003, p. 81) ao expressar “a força indomita que arrebatava o criminoso é da mesma natureza da que arrebatava o amante: – um sonho de cacere, ou uma illusão de teatro”. Vê-se, pois, que pode ser bem curta a distância na qual se venham a cruzar o amante e o criminoso movidos por uma força indômita! E, tomando ainda o mesmo jurista: “[...] seja porém como fôr, o certo é que a alma humana, quer individual, quer socialmente considerada, é o producto de mil circunstâncias, de mil factores diferentes, em cujo numero entra a própria atmosphaera com a sua quota de calor e electricidade” (p. 68).

Era esse quadro, esse conjunto de sentimentos extremados, de situações incompreendidas que mobilizava, naquele tempo, meus esforços investigativos nesse empreendimento.

Mas aquele instante e o momento atual foram intercalados por um tempo de outras definições, outras direções, outras interlocuções, outros olhares, outras parcerias, diferentes pensares. De tudo o que foi o início restou apenas o núcleo do interesse: a violência. Daí o sentimento de que falei anteriormente: a traição por deixar essa que sempre foi a minha trilha – o estudo da infância e da adolescência em seus múltiplos enfoques – por outra que se vislumbrava como estrada mais ampla, íngreme, por consequência mais assustadora. Nas infrutíferas tentativas de permanecer fiel à ideia inicial, debatia-me com a impossibilidade de dar conta do que, na realidade, buscava conhecer; de constituir uma produção acadêmica mais singular, sob uma lente diferenciada. Algo emperrava; um obstáculo se punha.

Merece aqui dar assinalamento à atuação da orientadora que, repetidas vezes, alertava para a desproporção existente entre a magnitude do objeto que ia sendo constituído para pesquisa com o enfoque restritivo que eu estava ofertando a ele, quando centrava, quando ajustava a lente para focalizar um segmento populacional. Isso – reconheço facilmente – se devia à necessidade que residia em mim de manter fidelidade para com os sujeitos que constituíram, ao longo de minha vida profissional e acadêmica, o centro privilegiado, senão único, em torno do qual busquei produzir conhecimento.

Mas o tema autonomamente espalhara-se e sua dimensão havia engolfado o universo tomado para estudo. A consciência de que se aproximava o inadiável momento do abandono – o corte do cordão umbilical – angustiava-me e embaraçava minha capacidade de criar, de produzir. Havia um luto impreterível a ser vivido. Outra trilha desconhecida a ser percorrida. Era chegada a hora de dizer à estrada abandonada o que o poeta dissera alentada e delicadamente: “[...] a gente vai desaparecendo igual quando Carlitos vai desaparecendo no fim da estrada...” E assim foi.

Aceita a ideia de que o objeto desertara de minha mão e fizera-se forte – e, como qualquer obra, não pertencia mais a seu criador –, restou-me, pois, reconhecê-lo e ofertar chances de se fazer revelado, compreensível, sob um novo enfoque, com outra dimensão, com outro recorte, como adiante será apresentado.

Era – não havia dúvida – a violência a questão central, o meu interesse primordial. Em tempo, corriji o equívoco de amparar minha investigação buscando entendimento do objeto sociológico por uma via estreita, que pouco elucidaria as questões cruciais que levanto.

A violência, obviamente, não é evento que se inaugura na modernidade ou na contemporaneidade. Hobbes (1997, p. 108-109), argumentando uma imperiosa necessidade de fundação do Estado, teria dito que

[...] na natureza do homem encontramos três causas principais de discórdia. Primeiro, a competição; segundo, a desconfiança; e terceiro, a glória.

A primeira leva os homens a atacar os outros tendo em vista o lucro; a segunda, a segurança; e a terceira, a reputação. Os primeiros usam a violência para se tornarem senhores das pessoas, mulheres, filhos e rebanhos dos outros homens; os segundos, para defendê-los; e os terceiros, por ninharias, como uma palavra, um sorriso, uma diferença de opinião, e qualquer outro sinal de desprezo, quer seja diretamente dirigido a suas pessoas, quer indiretamente a seus parentes, seus amigos, sua nação, sua profissão ou seu nome.

O irromper do primeiro ato violento guardaria, assim, larga distância dos tempos atuais. E, por outro lado, os estudos produzidos em torno da violência também não são escassos, visto que o tema, cada vez mais, compõe o cenário mundial. Logo, só uma interpretação distinta das que, em regra, se vem dando justificaria o esforço de um empreendimento acadêmico de tal envergadura. É o que este estudo pretende.

O passo de agora deixa um outro para trás. E é isso o que faz a estrada em que se está pisando, seja ela qual for. Espero chegar com fôlego ao fim dela, pois lá é que se encontra o porto de chegada e o novo ponto – sempre necessário – de partida!

3 MAIS QUE UM PRÓLOGO: EPÍLOGOS DE VIDA

*No princípio era o Verbo...
E o Verbo se fez carne...*

Caim disse então a Abel, seu irmão: “Vamos ao campo.” Logo que chegaram ao campo, Caim atirou-se sobre seu irmão e matou-o.ⁱ

O Senhor viu que a maldade dos homens era grande na terra, e que todos os pensamentos do seu coração estavam continuamente voltados para o mal. O Senhor arrependeu-se de ter criado o homem na terra, e teve o coração ferido de íntima dor.

A terra corrompia-se diante de Deus e enchia-se de violência. E disse: “Exterminarei da superfície da terra o homem que criei, e com ele os animais, os répteis e as aves dos céus, porque eu me arrependo de os haver criado.”ⁱⁱ

O dilúvio caiu sobre a terra durante quarenta dias. Todas as criaturas que se moviam na terra foram exterminadas: aves, animais domésticos, feras selvagens e tudo o que se arrasta na terra, e todos os homens. Só Noé ficou e o que se encontrava com ele na arca. As águas cobriram a terra pelo espaço de cento e cinquenta dias.ⁱⁱⁱ

Deus abençoou Noé e seus filhos: “Eu pedirei conta de vosso sangue, por causa de vossas almas, a todo animal; e ao homem (que matar) o seu irmão, pedirei conta da alma do homem. Todo aquele que derramar o sangue humano terá o seu próprio sangue derramado pelo homem.”^{iv}

Pelo meio da noite, o Senhor feriu todos os primogênitos no Egito, desde o primogênito do faraó, que devia assentar-se no trono, até o primogênito do cativo que estava no cárcere, e todos os primogênitos dos animais. O faraó levantou-se durante a noite, assim como todos os seus servos e todos os egípcios e fez-se um grande clamor no Egito, porque não havia casa em que não houvesse um morto.^v

“Todo aquele que ferir mortalmente um homem será morto. Se um homem ferir o seu próximo, assim como fez, assim se lhe fará a ele: fratura por fratura, olho por olho e dente por dente; ser-lhe-á feito o mesmo que ele fez ao seu próximo.”^{vi}

O Senhor disse a Moisés: “Vinga os filhos de Israel do mal que lhes fizeram os madianitas; depois disso serás reunido aos teus.” Moisés disse então ao povo:

“Armem-se para a guerra alguns homens dentre vós: eles atacarão Madiã, para executarem sobre ele a vingança do Senhor.”

Atacaram os madianitas, como o Senhor tinha ordenado a Moisés, e mataram todos os varões. Mataram também os reis de Madiã: Evi, Recém, Sur, Hur e Rebe, cinco reis de Madiã, e passaram ao fio da espada Balaão, filho de Beor. Levaram prisioneiras as mulheres dos madianitas com seus filhos, e pilharam todo o seu gado, seus rebanhos e todos os seus bens. Incendiaram todas as cidades que habitavam e todos os seus acampamentos.^{vii}

“Quando te aproximares para combater uma cidade, oferecer-lhe-ás primeiramente a paz. Se ela concordar e te abrir suas portas, toda a população te pagará tributo e te servirá. Se te recusar a paz e começar a guerra contra ti, tu a cercarás, e quando o Senhor, teu Deus, ta houver entregue nas mãos, passarás a fio de espada todos os varões que nela houver. Só tomarás para ti as mulheres, as crianças, os rebanhos e tudo o que se encontrar na cidade, e viverás dos despojos dos teus inimigos que o Senhor, teu Deus, te tiver dado. Farás assim a todas as cidades muito afastadas, que não são do número das cidades dessas nações.”^{viii}

“Tendes ouvido o que foi dito: Olho por olho, dente por dente. Eu, porém, vos digo: não resistais ao mau. Se alguém te ferir a face direita, oferece-lhe também a outra.”^{ix}

Os judeus, pois, feriram todos os seus inimigos a golpes de espada: massacre e extermínio de seus opressores, aos quais trataram como quiseram. Em Susa, na capital, mataram quinhentos homens.^x

“Mataram todos os nossos irmãos que se achavam na região de Tob, levaram consigo suas mulheres, seus filhos e seus bens e mataram, lá perto de cem mil homens.”^{xi}

Nos diferentes combates com os soldados de Timóteo e de Báquides, eles mataram mais de vinte mil e tornaram-se senhores absolutos de várias praças fortes.^{xii}

Por tudo isso, virão dias – oráculo do Senhor – em que este lugar não mais se chamará Tofet, nem vale do Filho de Inom, mas sim, vale do Massacre. Aí aniquilarei os planos de Judá e Jerusalém, e ordenarei que caiam seus habitantes sob a espada dos inimigos e pelas mãos daqueles que odeiam a sua vida.^{xiii}

Velhos, jovens, moços, moças, crianças e mulheres, matai todos até o total extermínio.^{xiv}

Então a fúria de Nabucodonosor desencadeou-se contra Sidrac, Misac e Abdênago; os traços de seu rosto alteraram-se e ele elevou a voz para ordenar que se aquecesse a fornalha sete vezes mais que de costume. Esses homens foram então imediatamente amarrados com suas túnicas, vestes, mantos e suas outras roupas, e jogados na fornalha ardente.^{xv}

Vendo, então, Herodes que tinha sido enganado pelos magos, ficou muito irado e mandou massacrar em Belém e nos seus arredores todos os meninos de dois anos para baixo, conforme o tempo exato que havia indagado dos magos.^{xvi}

Pilatos mandou então flagelar Jesus. Os soldados teceram de espinhos uma coroa e puseram-lha sobre a cabeça e cobriram-no com um manto de púrpura.^{xvii}

A fé, a religiosidade encontram-se fundadas no território da dor; não raro, na crueldade.

A dor é constante na vida, não o prazer, disse Buda.^{xviii}

As Igrejas cristãs oficiais, tanto a Católica quanto a Ortodoxa Grega, certamente fizeram um uso malévolos da doutrina do pecado imperdoável, justificando o assassinio em massa, torturando hereges cujo único crime estava em uma fé que variava da versão oficial.^{xix}

Numa guerra santa, se aqueles que você derrotar estiverem preparados para se converter ao islã, esses devem ser poupados. Eles adquirirão todos os privilégios de um muçulmano, independentemente de raça. Mate os idólatras onde quer que os encontre; e faça-os prisioneiros; e sitie-os; e fique à espreita para pegá-los de emboscada.^{xx}

Mas é sempre melhor utilizar as prisões da cúria eclesiástica, pois o bispo é o juiz ordinário, e sem ele o inquisidor não poderá condenar, definitivamente, por heresia, nem recorrer a métodos para fazê-lo confessar, ou seja, a tortura.^{xxi}

O veredicto da tortura é assim:

“Nós, inquisidor etc., considerando o processo que instauramos contra ti, considerando que vacilas nas respostas e que há contra ti indícios suficientes para levar-te à tortura; para que a verdade saia da tua própria boca e para que não ofendas muito os ouvidos dos juízes, declaramos, julgamos e decidimos que tal dia, a tal hora, será levado à tortura”.^{xxii}

A pessoa que confessa sob tortura tem as suas palavras registradas pelo escrivão. Depois da sessão, será conduzida para um local onde não exista nenhum sinal de tortura. Lerão a confissão feita sob tortura e continuarão o interrogatório até

obterem de sua boca toda a verdade. Se o réu não confirmar a confissão ou se negar ter confessado sob tortura, e se ainda não passou por todas as sessões previstas, continua-se a torturá-lo – sem “recomeçar”. Mas, se já passou por todas as torturas, será liberado.^{xxiii}

O inquisidor deve ter sempre em mente esta frase do legislador: o acusado deve ser torturado de tal forma que saia saudável para ser libertado ou para ser executado.^{xxiv}

Matá-los é mais lícito do que a água da chuva. É dever dos sultões e reis derrotá-los e matá-los, e limpar a superfície da terra de sua poluição. Não é certo associar-se ou fazer amizade com eles, nem comer carne abatida por eles, nem celebrar casamento com eles. Derramar o sangue de um herege é mais meritório do que matar 70 gregos infiéis.^{xxv}

De violência foram tecidas as fibras do manto de religiosidades. E, não menos, o trono do poder.

Agripina, irmã de Calígula, cresceu em meio ao terror. O imperador Tibério tinha provavelmente matado a mãe dela por inanição. Ele fora um grande comandante militar e administrador. Mas os dez últimos anos de seu reinado tornaram-se grotescos em sua crueldade banhada em sangue.

Calígula levou suas três irmãs, Agripina, Livila e Drusila, para a corte e associou-as com sua glória. Sua favorita era a mais jovem, Drusila. Ele a violentou quando ainda era uma garotinha. Num acesso de raiva, Calígula exilou suas irmãs Livila e Agripina para pequenas ilhas, lembrando a elas que não tinha somente ilhas, tinha também espadas.

Calígula manteve na corte o filho pequeno de Agripina, Nero.^{xxvi} O marido de Agripina desconfiava de que Nero fosse filho de Calígula.

Calígula matou Tibério Gêmeo. Matou seu primo Ptolomeu. Calígula matou-o (Macro) junto com a esposa. Como achava caro demais alimentar com gado as feras mantidas para os espetáculos circenses, Calígula em vez disso as alimentou com prisioneiros.^{xxvii}

Com 29 anos, Calígula foi assassinado. *Também mataram a esposa de Calígula, Cesônia, e estouraram os miolos de sua filhinha contra uma parede.*

Cláudio, tio de Calígula e Agripina, já estava casado com Messalina, quando ocupou o trono romano após a morte do sobrinho. Messalina, que planejava matar o marido, é morta por ordem dele. Cláudio casa-se, então, com Agripina, que

acalentava o sonho de fazer Nero o sucessor do trono romano. No ano 50, *por Agripina ter pedido, Cláudio nomeou Nero Princeps Iuventutis (Príncipe da Juventude), e herdeiro do trono.*

Poder sobre o imperador mas também sobre seu filho Nero era o que importava para Agripina. Portanto, quando Domícia Lépidia – linda, rica, sensual e integrante da família imperial – começou a encantar o garoto, Agripina mandou assassiná-la. Depois, em 53, Nero casou com Otávia, a filha de Cláudio com Messalina.

O imperador soubera os detalhes do tórrido amor entre sua esposa e Pallas. O risco de Cláudio não fazer Nero seu sucessor detonou imediata ação de Agripina. Ela contratou Locusta, uma mulher famosa por sua perícia com venenos. Locusta forneceu um pó mortal. Cláudio sentiu-se mal, mas não estava morrendo. Esforçava-se para vomitar. Xenofonte, o médico imperial, a soldo de Agripina, embebeu uma pena num veneno ainda mais rápido e enfiou-a na garganta do imperador, alegadamente para induzir o vômito. Aos 63 anos de idade, Cláudio sofreu uma morte agonizante.

Nero, enfim imperador. Agripina tinha conseguido. Chegara ao topo. Controlava seu filho de 16 anos de idade. Mas Nero não tolerou a dominação de Agripina por muito tempo. Afinal, ele era o imperador.

Reagindo aos contínuos abusos da mãe, Nero atacou-a demitindo seu amante, Pallas. Agripina, em represália, fez ameaças de apresentar Britânico, o filho do falecido Cláudio, à Guarda Pretoriana como um candidato melhor ao trono do que Nero. Este entrou em pânico histérico e envenenou Britânico num jantar em família.

Agripina alimentara muitas inimizades. Tácito teria dito: “Todos os homens aspiram romper o poder de suas mães; contudo, ninguém acreditava que o ódio do filho resultaria em assassinato”. Nero executa uma série de tentativas frustradas de assassinar sua mãe. Até que obtém êxito: aos 43 anos, a mandado do filho, a espada de um oficial a matou.^{xxviii}

“Clóvis, o fundador do reino dos francos, foi batizado como cristão juntamente com três mil soldados de seu exército. Ele matou muitos parentes próximos que poderiam desafiá-lo pelo trono; matou muitos reis, tomou seus domínios e tornou-se governante de todos os gauleses. Seus quatro filhos, Teodorico, Clodomiro, Childeberto e Clotário, dividiram o reino entre si. Eles e seus

descendentes seguiram o exemplo de Clóvis, massacrando vizinhos e matando parentes.”^{xxix}

E nada há, provavelmente, que os muçulmanos fizeram aos búlgaros que se compare com o que sofreram nas mãos do imperador bizantino Basílio II. Os búlgaros, admitidamente, atacaram o Império Bizantino com freqüência. Eles derrotaram exércitos bizantinos. Sitiaram Constantinopla. Basílio II,^{xxx} “numa guerra implacável de trinta anos, destruiu o poder búlgaro. Após sua vitória em 1014, ele cegou 15 mil prisioneiros, deixando um olho em cada centésimo homem para conduzir de volta o deplorável exército para Samuel, o czar búlgaro”.^{xxxi} Daí em diante, Basílio II ostentou orgulhosamente o título de “Basílio, o Carrasco dos Búlgaros”.^{xxxii}

“Os cruzados atacaram os judeus e os mataram sem misericórdia. Era o início da Cruzada deles, diziam os cruzados; seu dever consistia em matar os inimigos da fé cristã. A carnificina começou em Colônia. Os cruzados caíram sobre os judeus lá, destruíram as casas e sinagogas e dividiram entre si uma grande quantidade de dinheiro. Com suas espadas, os cruzados perfuraram as crianças, independentemente de idade e sexo.”^{xxxiii}

Vieram a segunda, terceira e quarta cruzadas; nelas, o solo não deixou de ser tingido pelo tom rubro da intolerância e da saga voraz do poder que colore e odoriza os caminhos todos por onde passa.

Povos, muitas vezes, foram e continuam sendo para aqueles que cobiçam o poder tão-somente óbices à conquista de territórios e riquezas. Os processos colonizadores não se amesquinham em lançar dores físicas e morais àqueles contra quem se impuseram as regras da cobiça, da pilhagem material e cultural trazidas na entranha, no mais íntimo da alma do explorador. Torná-los (povos) meio ou obstáculo à obtenção de enriquecimento e de maior poderio vai depender da disposição e força daqueles em manifestar resistência aos projetos desse.

As guerras são o atestado de tal empresa. Quase impossível marcar-se um tempo em que suas ausências foram presente. Das santas às irregulares; das justas às de extermínio; das anônimas às nominadas^{xxxiv} (Guerra Lamíaca, Guerra Arquidamiana, Guerra Corintiana, Guerra do Peloponeso, Guerras Púnicas, Guerras Greco-turcas, Guerras Greco-pérsicas, Guerras Napoleônicas, Guerra Russo-japonesa, Guerra Austro-prussiana, Guerra Hispano-americana, Guerra das Rosas, Guerra dos Cravos, Guerra dos Cem Anos (1337-1453), guerras de religião (1502-

1598), Guerra da Sucessão Espanhola (1701-1714), Guerra dos Sete Anos (1756-1763), Guerra de Secessão (1816-1865), Guerra do Ópio (1840-1842; 1856-1860), Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), Guerra da Coreia, Guerra da Independência da Indonésia, guerras afegãs); das curtas às duradouras; das localizadas (Guerra do Riachuelo, Guerra dos Mascates (1710-1714), Guerra do Paraguai) às generalizadas; das pequenas batalhas às hecatombes (Primeira e Segunda Grande Guerra); das recentes (Guerra do Vietnã, Guerra Árabe-israelense, Guerras – a de 1991 e a de 2003 – do Golfo, Guerra Irã-Iraque, invasão americana ao Iraque) às que a imaterialidade não deixa de declarar suas existências unicamente pela força da ameaça (Guerra Fria, Guerra Biológica, Guerra Química, Guerra Nuclear). Foram essas algumas das arenas humanas de sangue a que a humanidade deu acolhida. É, no entanto, indispensável assinalar: aqui, só se aludiu a apenas uma ínfima parcela desses espetáculos que se reprisam por séculos e séculos.

O cenário político internacional não nos deixa esquecer um instante de que batalhas sangrentas, arguidas legítimas ou ilegítimas, irregulares ou não, encenam-se bem próximo de todos: na América Latina, no Oriente Médio, na África, na Europa, na Oceania. No mundo inteiro, enfim, flagra-se esse cenário de impecável demonstração da capacidade humana de tocar com fúria o seu semelhante.

O território mesmo das nações tem sido palco sistemático de violações extremas de direitos, de eliminações físicas – individuais ou em massa – de seus compatriotas que, por razões de ordem vária, são postos como inimigos de territórios que, até então, os tinham como filho. Enunciar os atos de países que, de forma sistemática ou excepcional, contrariam as regras de respeito aos direitos humanos seria tarefa inesgotável para o empreendimento acadêmico que tenciono realizar. Mas quem já apagou da memória atos de violência política que assolaram, sobretudo nas décadas de 1960, 1970 e 1980, entre outros países, o Brasil, o Chile, a Argentina e Portugal? Sob ditaduras impiedosas, o solo dessas pátrias sepultou muitos de seus filhos sem que recebessem eles dos seus um último e único abraço.

Que outros horrores, afora os que escapam e são captados pela denúncia da lente de algum cinegrafista, na prisão americana, na Base de Guantánamo, não se protagonizam? Como deixar no esquecimento o terror levado a efeito no Haiti, sob o regime do presidente Jean Claude Duvalier, cognominado Baby Doc, que, segundo se registra, fez daquela nação o palco de quarenta mil assassinatos entre 1971 e 1985.^{xxxv}

Impossível não aludir ao Timor Leste, que teve sua gente, seus patrimônios cultural, material, espiritual e moral devastados pela fúria indonésia que destruiu – como disse Xanana Gusmão,^{xxxvi} seu primeiro presidente – não o corpo dos timorenses, mas a sua alma. Quase nada restou inteiro após a ação odiosa de um poder (Indonésia) que pretendia abolir de um povo o anseio de ver-se livre, de tornar-se um seu igual. A ânsia indonésia de manter os timorenses sob sua lança, sob seu mando propiciou mais um dos brutais espetáculos de violência e sangue que tiveram lugar na história do século XX.

Iniciada em 7 de dezembro de 1975, com a invasão indonésia à capital Díli, a devastação do Timor Leste inaugurava-se com um ato de grande porte: para o bombardeio de um território de 14.874 km², dezesseis navios de guerra aportavam na capital timorense.^{xxxvii}

O massacre levado a cabo pela Indonésia, durante vinte e cinco anos, ganharia proporções inigualáveis. *A Anistia Internacional calcula em 210 mil [o que equivaleria a um terço da população] o número de vítimas da ocupação indonésia até a realização do plebiscito [30 de agosto de 1999]. Há seis mil refugiados mauberes na Austrália, e 1.500 em Portugal.*^{xxxviii} Luís Filipe Thomaz, da Universidade Nova de Lisboa, fala em depoimento dado à cineasta Lucélia Santos, por ocasião da filmagem do documentário, lançado em 2001, sobre os vinte e cinco anos de massacre havido no Timor Leste, que se encontravam no Timor Oeste 110 mil refugiados.^{xxxix}

Dirigentes independentistas acusaram os Estados Unidos, a Austrália, os Países Baixos, o Japão e outras nações com interesses importantes na Indonésia de colaborarem com Jacarta para minimizar o genocídio e silenciar a imprensa internacional.

No final de 1991, denunciou-se em Portugal que Jacarta e Canberra (Austrália) tinham assinado um contrato com doze companhias para extração de cerca de um bilhão de barris de petróleo cru no mar territorial do Timor.^{xl} O fato é que, dos timorenses, pouco se ouviram os clamores: o silêncio e a inércia do mundo duraram muito para se verem rompidos. Só em 1996, ao mundo se contariam os dramas dessa nação.

Por uma quadra de século, o povo timorense resistiu e continuou firme no propósito de fazer-se uma nação de gente livre. Conforme deixam entender as falas de seu povo e de seus representantes, o Timor Leste entregou-se de corpo e alma,

no tempo presente, ao desígnio de concretizar o futuro sonhado. Pois como disse Thomaz: *É preciso pensar no futuro. E o futuro constrói-se à mão, artesanalmente; não cai do céu.*^{xli}

Quantos outros episódios e quanto mais de inércia e de silêncio – movidos por esses mesmos ou outros motivos – a esses episódios se somam – e haverão de somar-se?

Na história da humanidade, quantas invasões a países não se registraram – e estarão por se registrar –, sob o argumento da defesa intransigente da democracia, da liberdade, do respeito incondicional aos direitos humanos que naqueles territórios estariam sendo violados? Não raro, argúi-se o direito de violar direitos em nome – pasmem! – de sua não violação.

De quantos espetáculos de crueldade não se tem notícia? E como eles se transformam em notícia? Quando, como e por que alguns se transformam em notícia, adiante trabalharei.

A Guiné-Bissau, que conquistou sua independência de Portugal em 1973 e que tem também uma história marcada por um lastro de violações de direitos humanos, nos primeiros dias de março de 2009, levou ao mundo um espetáculo brutal, sangrento: o assassinio de seu presidente, João Bernardo Vieira, conhecido como Nino Vieira, que desde 2005 ocupava esse cargo do qual fora afastado em 1990, após uma guerra civil. Nino Vieira, além de ter sido atingido por tiros de arma de fogo, recebeu golpes de catana – a mesma arma com que muitos dos timorenses enfrentaram a sanha indonésia. Dele e da forma como se lhe foi dado fim, disse a repórter Cândida Pinto, de Bissau: *Abatido de forma sanguinária, o homem que mais mandou na Guiné-Bissau deixa como herança uma país ingovernável e à mercê do narcotráfico.*

A sala de refeições, que dá para o pátio interior, ainda tem restos de bolos sobre a mesa, e uma enorme poça de sangue seco junto à parede. No chão permanece uma catana. Quem a terá utilizado? Uma cadeira de estofado ensangüentado não deixa muitas dúvidas sobre o que Nino Vieira terá passado naquela madrugada. Por toda a casa há buracos de disparos nos móveis, nos televisores, nos armários como se uma fúria desmedida tivesse invadido o edifício da Rua de Angola.

Do outro lado da rua a vida prossegue como se nada tivesse acontecido. Pequenos grupos de mulheres vendem os habituais saquinhos de amendoins ou

rebuçados, debaixo das árvores, com um olhar de indiferença para o famoso Hummer do Presidente, de pneus furados e vidros estilhaçados.

Bissau está a viver a ressaca de dois homicídios, a duas velocidades: por um lado, há um claro alívio, por ter terminado o reinado sangrento de Nino Vieira; por outro lado, uma evidente preocupação sobre o que poderá ser o dia seguinte. Entre domingo e segunda, Bissau foi sacudida por um anormal atentado à bomba contra o chefe de Estado-Maior das Forças Armadas, Tagmé Na Waié, e, horas depois, pelo brutal assassinio de Nino Vieira. “Morreram dois combatentes, agora não há mais em quem bater”, diz o povo que encontrou outras fórmulas para justificar a trágica noite.^{xlii}

Das conflagrações, dos conflitos intranações ou entre nações que desembocam em eventos bélicos às dramáticas “guerras” urbanas, a humanidade não se privou.

No cotidiano brasileiro, fazem-se nossos íntimos os espetáculos violentos: as gangues de jovens despossuídos do minimamente necessário que se apropriam do território público e aberto, deles fazendo seu domínio privado, e se destroem e ao outro. E, em relação a isso, proclamam um orgulho enganoso. As chacinas que servem de solução nas disputas por áreas de tráfico e venda de drogas e de armas. Os grupos de extermínio que, integrados ou não por representantes do Estado e do povo, praticam toda sorte de abusos em nome da justiça ou do crime organizado. Não raro, também a força estatal que, com armas e munições, tem espalhado pânico e derramado sangue em territórios habitados tanto por infratores da lei quanto por trabalhadores e pacatos moradores de favelas, de periferias, de morros que, indiscriminadamente, correm atônitos por entre as saraivadas de bala de grande calibre que garantem o espetáculo e os picos de audiência dos programas policiais, de outros noticiosos e demais programas da TV brasileira. Imagens congeladas que se vendem nas capas de jornais e revistas.

Também na literatura, na arte, a violência e a crueldade flagram-se enaltecidas, rechaçadas, condenadas, cantadas, poetizadas e decantadas.

Faze, portanto, mal surja a manhã, suspender os combates. Com bois e mulos, depois, os cadáveres todos nos carros transportaremos, a fim de queimá-los na pira sagrada, um pouco longe das naves, que os ossos possamos a cada filho entregar, quando à pátria querida, por fim, regressarmos.^{xliii}

Quando os inimigos exércitos vieram, num ponto, a encontrar-se, lanças e escudos se chocam, bem como a coragem dos homens com armaduras de bronze; broquéis abaulados embatem-se uns contra os outros; estrépito enorme se eleva da pugna. Dos vencedores os gritos de júbilo se ouvem e as queixas dos que tombavam vencidos; de sangue se encharca o chão duro.^{xliv}

“Não deixo, um momento, que o ardor se arrefeça; mas, desde o instante em que o inimigo, de novo, para Ílio empurramos, com este meu arco não cesso de ao solo atirar inimigos. Já disparei oito flechas munidas de pontas agudas, que foram todas cravar-se nos corpos de heróis destemidos. No cão raivoso, somente, não posso acertar nenhum tiro.”^{xlv}

“A camisa de seu irmão”, disse o pai quase num suspiro. “A camisa de Mèhill.”

Um ano e meio depois que o irmão morrera, a mãe por fim lavara a camisa que o desgraçado vestia naquele dia. Durante um ano e meio ela estivera pendurada, tinta de sangue, no andar superior da casa, como exigia o Kanun, à espera do momento de ser lavada, após a vingança. Dizia-se que quando as manchas de sangue na camisa começavam a amarelar, era indício seguro de que o morto se sentia atormentado pela demora da vendeta.

Com freqüência, em momentos solitários, Gjorg subira ao aposento deserto para olhar a camisa. O sangue amarelava cada vez mais. Aquilo significava que o morto não encontrara descanso.^{xlvi}

A sétima arte revela-se um rico manancial de sangue. Entre as películas estrangeiras, podem ser citadas: *A tortura do medo* (Inglaterra, 1960), *Laranja mecânica* (Grã-Bretanha, 1971), *O massacre da serra elétrica* (Estados Unidos, 1975), *Alvorada sangrenta* (Estados Unidos, Holanda, 1979), *Henry – retrato de um assassino* (Estados Unidos, 1986), *O predador* (Estados Unidos, 1987), *Palhaços assassinos* (Estados Unidos, 1988), *O vingador do futuro* (Estados Unidos, 1990), *O silêncio dos inocentes* (Estados Unidos, 1991), *Bob Roberts* (Estados Unidos, 1992), *Em nome do pai* (Irlanda, Inglaterra, Estados Unidos, 1993), *Encaixotando Helena* (Estados Unidos, 1993), *Assassinos por natureza* (Estados Unidos, 1994), *Tempo de violência* (Estados Unidos, 1994), *Jogos perigosos* (Áustria, 1997), *Violência gratuita* (Áustria, 1997), *Jogos, trapaças e dois canos fumegantes* (Inglaterra, 1998), *Clube da luta* (Estados Unidos, 1999), *Até o fim* (Estados Unidos, 2001), *Do inferno* (Estados Unidos, 2001), *Terra de ninguém* (Bósnia-Herzegóvina, Eslováquia, Itália,

França, Grã-Bretanha, Bélgica, 2001), *Hannibal* (Estados Unidos, 2001), *Irreversível* (França, 2002), *Oldboy* (Coréia do Sul, 2002), *Código desconhecido* (França, Alemanha, Romênia, 2000), *Menina má.com* (Estados Unidos, 2005), *O albergue* (Estados Unidos, 2005), *O albergue – parte II* (Estados Unidos, 2007), *Coisas belas e sujas* (Inglaterra, 2002), *Relação delicada* (Israel, 2002), *Monster – desejo assassino* (Estados Unidos, 2003),^{xlvii} *Antes e depois* (Estados Unidos, 1995), *Monitore report* (Estados Unidos, 2002). Os filmes *Em nome de Deus* (Inglaterra, 2002)^{xlviii} e *O círculo* (Suíça, Irã, 2000) abordam a violência que se inaugura sob o manto da religiosidade, da fé alimentada de – e para a – intolerância.

No âmbito nacional a lista também não seria parca, mas cito apenas três películas, duas das quais alcançaram grande repercussão na mídia: *Dia da caça* (2000), *Cidade de Deus* (2002) e *Tropa de elite* (2007).

O sucesso de um filme – entenda-se o exclusivo lucro financeiro – remete seu criador, seu realizador à formatação de uma série de mesmos filmes.^{xlix} **Psicose** – *Psicose* (Estados Unidos, 1960), *Psicose 2* (Estados Unidos, 1983), *Psicose 3* (Estados Unidos, 1986), *Psicose 4 – a revelação* (Estados Unidos, 1990); **Rocky** – *Rocky, um lutador* (Estados Unidos, 1976), *Rocky 2 – a revanche* (Estados Unidos, 1979), *Rocky 3 – o desafio supremo* (Estados Unidos, 1982), *Rocky 4* (Estados Unidos, 1985), *Rocky 5* (Estados Unidos, 1999), *Rocky Balboa 6* (Estados Unidos, 2006); **Halloween** – *Halloween* (Estados Unidos, 1978), *Halloween 2* (Estados Unidos, 1981), *Halloween 3 – a noite das bruxas* (Estados Unidos, 1982), *Halloween 4 – o retorno de Michael Myers* (Estados Unidos, 1988), *Halloween 5 – a vingança de Mike Myers* (Estados Unidos, 1989), *Halloween – 6 – a última vingança* (Estados Unidos, 1995), *Halloween – H₂O* (Estados Unidos, 1998), *Halloween – ressurreição* (Estados Unidos, 2002), *Halloween* (Estados Unidos, 2007); **Rambo** – *Rambo – programado para matar* (Estados Unidos, 1982), *Rambo 2 – a missão* (Estados Unidos, 1985), *Rambo 3* (Estados Unidos, 1988), *Rambo 4* (Estados Unidos, 2008); **O exterminador do futuro** – *O exterminador do futuro* (Estados Unidos, 1984), *O exterminador do futuro 2 – o julgamento final* (Estados Unidos, 1991), *O exterminador do futuro 3 – a rebelião das máquinas* (Estados Unidos, 2003), *O exterminador do futuro – a salvação* (Alemanha, Estados Unidos, Inglaterra, 2005); **A hora do pesadelo** – *a hora do pesadelo* (Estados Unidos, 1984), *A hora do pesadelo 2 – as razões de Freddy* (Estados Unidos, 1985), *A hora do pesadelo 3 – os guerreiros dos sonhos* (Estados Unidos, 1987), *A hora do pesadelo 4 – o mestre*

dos sonhos (Estados Unidos, 1988), *A hora do pesadelo 5 – o maior horror de Freddy* (Estados Unidos, 1988), *A hora do pesadelo 6 – a morte de Freddy* (Estados Unidos, 1991), *A hora do pesadelo 7 – o novo pesadelo : retorno de Freddy Krueger* (Estados Unidos, 1994); **RoboCop** – *RoboCop 1 – o policial do futuro* (Estados Unidos, 1987), *RoboCop 2* (Estados Unidos, 1990), *RoboCop 3* (Estados Unidos, 1993); **Máquina mortífera** – *Máquina mortífera* (Estados Unidos, 1987), *Máquina mortífera 2* (Estados Unidos, 1989), *Máquina mortífera 3* (Estados Unidos, 1992), *Máquina mortífera 4* (Estados Unidos, 1998); **Pânico** – *Pânico* (Estados Unidos, 1996), *Pânico 2* (Estados Unidos, 1997), *Pânico 3* (Estados Unidos, 2000), *Pânico 4* (Estados Unidos, 2001); **Brinquedo assassino** – *Brinquedo assassino* (Estados Unidos, 1988), *Brinquedo assassino 2* (Estados Unidos, 1990), *Brinquedo assassino 3* (Estados Unidos, 1991), *A noiva de Chucky* (Estados Unidos, 1998), *O filho de Chucky* (Estados Unidos, 2004); **Sexta feira 13¹** – *Sexta feira 13* (Estados Unidos, 1980), *Sexta feira 13 – parte 2* (Estados Unidos, 1981), *Sexta feira 13 – parte 3* (Estados Unidos, 1982), *Sexta feira 13 – parte 4: o capítulo final* (Estados Unidos, 1984), *Sexta feira 13 – parte 5: um novo começo* (Estados Unidos, 1985), *Sexta feira 13 – parte 6: Jason vive* (Estados Unidos, 1986), *Sexta feira 13 – parte 7: a matança continua* (Estados Unidos, 1988), *Sexta feira 13 – parte 8: Jason ataca em nova York* (Estados Unidos, 1989), *Sexta feira 13 – parte 9: Jason vai para o inferno* (Estados Unidos, 1993), *Sexta feira 13 – parte 10: Jason X* (Estados Unidos, 2001), *Sexta feira 13 – parte 11* (Estados Unidos, 2009); **Desejo de matar** – *Desejo de matar 1* (Estados Unidos, 1974), *Desejo de matar 2* (Estados Unidos, 1982), *Desejo de matar 3* (Estados Unidos, 1985), *Desejo de matar 4 – operação crackdown* (Estados Unidos, 1987), *Desejo de matar 5 – a face da morte* (Estados Unidos, 1994); **Jogos mortais** – *Jogos mortais* (Estados Unidos, 2004), *Jogos mortais 2* (Estados Unidos, 2005), *Jogos mortais 3* (Estados Unidos, 2006), *Jogos mortais 4* (Estados Unidos, 2007), *Jogos mortais 5* (Estados Unidos, 2008); **Velozes e furiosos** – *Velozes e furiosos* (Estados Unidos, 2001), *Mais velozes mais furiosos* (Estados Unidos, 2003), *Velozes e furiosos: desafio em Tóquio* (Estados Unidos, 2006), *Velozes e furiosos 4* (Estados Unidos, 2009). São esses alguns dos filmes que se reinauguram, que não se ausentam por longos períodos de salas de cinema, de locadoras. Nas sessões de cinema de canais de TV quer aberta, quer a cabo, eles e outros têm espaço garantido.

As telenovelas são marca registrada da programação brasileira. Por seu turno, as emissoras de TV buscam, com tais produtos, fidelizar durante razoável espaço de tempo a maior fatia possível de telespectadores. Em distintos horários, as telenovelas integram a programação diária; em regra, só não são levadas ao ar aos domingos.

Cada novela que se lança tenta suplantar a anterior em número e requinte de atos de maldade, de veledade, de vilania. Seus autores têm excedido na dose do tempero de malícia, de tramoia, de embuste com que formatam seus vilões. Os assassinios concretizados ou os tentados são eventos cuja ocorrência é absolutamente previsível nessa modalidade de programa. Às vezes, o autor não se satisfaz com um evento desses apenas; termina por produzi-lo em série, como o foi na telenovela levada ao ar pela Rede Globo, entre 1966 e 1967, *O sheik de Agadir*, de autoria de Glória Magadan. A trama faz surgir o primeiro serial killer da ficção televisiva nacional – o “Rato”, que, como diz Xavier (2007), autor do *Almanaque da telenovela brasileira*, reduziu consideravelmente o elenco da novela, eliminando cruelmente diversos personagens. O ato do crime era mostrado por meio da imagem de um par de mãos com luvas pretas estrangulando as vítimas. E sobre o corpo era deixada uma tarântula negra.^{li}

A Rede Globo repetiria a dose, em 1995, com *A próxima vítima*, de Sílvio de Abreu, em que foram assassinados dez personagens. A mesma trama foi levada ao ar em 2000; nessa versão morreram treze e não dez como na primeira. Sendo uma das mortes um suicídio.

A Rede Record levou ao ar, entre 1999 e 2000, um roteiro de *serial killer*, com *Tiro & queda*, em que aconteceram cinco mortes.

Em *Celebridade*, de Gilberto Braga, também levada ao ar pela Rede Globo, entre 2003 e 2004, acontecem dois crimes: o praticado por Laura – a vilã –, interpretada por Cláudia Abreu, contra Lineu Vasconcelos, personagem de Hugo Carvana, e o da própria vilã, ao final da novela, praticado por Renato Mendes, papel de Fábio Assunção.^{lii}

Na “novela das oito” *Senhora do destino*, veiculada pela Rede Globo, entre 2004 e 2005, e reapresentada no horário vespertino (*Vale a pena ver de novo*), a personagem de Renata Sorrah, autora do rapto de um bebê (Lindalva), afora algumas tentativas frustradas de cometimento de homicídio, consuma pelo menos dois: o do marido e o de um taxista.

Para fazer sucesso, uma novela precisa de alguns ingredientes básicos. O romance, sem dúvida é o principal. Mas o suspense de um bom gancho faz com que o telespectador acompanhe a trama no dia seguinte e mantém o público preso à novela por meses a fio. Um grande mistério aguça a curiosidade do público e é garantia de sucesso.^{liii}

E o crime parece, sem dúvida, ser o ás na manga dos autores dessas tramas: quem matou quem é o grande enredo, a grande sensação. Prende não apenas o público, ganha não apenas sua assistência, mas também a de apresentadores de alguns programas matutinos ou vespertinos que dedicam horas de seus programas à discussão das tramas novelísticas mais rubras, mais cruéis.

Não à toa, pois, que a trama de um considerável número de telenovelas circulou em torno de um mesmo eixo: a elucidação de um assassinio. Em *Véu de noiva* (Rede Globo, 1969-1970), de Janete Clair, a vítima foi Luciano; Nívia foi a vítima de *Assim na terra como no céu* (Rede Globo, 1970-1971); o Velho Max, em *Cavalo de aço* (Rede Globo, 1973), de Walter Negrão; Wanderley, em *Mulheres de areia* (TV Tupi, 1973-1974); Lourenço Paixão, em *O julgamento* (TV Tupi, 1976-1977); Salomão Hayala, em *O astro* (Rede Globo, 1977-1978), de Janete Clair; Gil, em *Roda de fogo* (TV Tupi, 1978); César Reis, em *Pai herói* (Rede Globo, 1979), de Janete Clair; Henrique, em *Gaivotas* (TV Tupi, 1979); Teresa, em *As três Marias* (Rede Globo, 1980); Miguel Fragonard, em *Água viva* (Rede Globo, 1980), de Gilberto Braga; César Brandão, em *Final feliz* (Rede Globo, 1982-1983), de Ivani Ribeiro; Zaíra, em *Champagne* (Rede Globo, 1983-1984); Teles, em *Um sonho a mais* (Rede Globo, 1985); Luzia, em *Hipertensão* (Rede Globo, 1986-1987); Odete Roitman, em *Vale tudo* (Rede Globo, 1988-1989); Arthur, em *Gente fina* (Rede Globo, 1990); Jorge Tadeu, em *Pedra sobre pedra* (Rede Globo, 1992); Ralf, em *O rei do gado* (Rede Globo, 1996-1997); o capitão-mor Gonçalo, em *Xica da Silva* (Rede Manchete, 1996-1997); Josias, em *Anjo mau* (Rede Globo, 1997-1998); Zé Paulo, em *Corpo dourado* (Rede Globo, 1998); Pedrão, em *Louca paixão* (Rede Record, 1999); barão Henrique Sobral, em *Força de um desejo* (Rede Globo, 1999-2000); Fausto Cavalcanti, em *As filhas da mãe* (Rede Globo, 2001-2002); Leôncio Almeida, em *A escrava Isaura* (Rede Record, 2004-2005); Jota Jota, em *Como uma onda* (Rede Globo, 2004-2005).^{liv}

A essas telenovelas seguiu-se *A favorita*, levada ao ar pela Rede Globo em 2008, na qual a vilã, quando ela própria não executou, tramou pelo menos meia

dúzia de homicídios. Na trama novelística, Flora, cuja intérprete foi Patrícia Pillar, deu fim a seu amante, ao avô de sua filha, à jornalista que a investigava, ao médico amigo de sua desafeta, aos sequestradores da filha – diga-se de passagem, sequestro simulado pela própria vilã. As tentativas não exitosas foram empreendidas contra seu próprio pai; seu comparsa, que era ex-marido de sua desafeta; o jornalista com o qual manteve um relacionamento após sair da cadeia; o vigia de um depósito abandonado que testemunhara o homicídio, por ela praticado, do qual fora vítima o médico que deporia em defesa de sua desafeta em uma acusação de crime. Como é possível a isso chamar-se entretenimento?

Exemplos bem recentes não faltam: *Poder paralelo* (2008) e *Os mutantes* (2008), ambas da Rede Record. São tramas construídas e costuradas por sobre mortes.

Já as canções podem tingir-se vermelhas do sangue fluído em nome do amor, como assim cantou Vicente Celestino:

*Disse um campônio a sua amada
 Minha idolatrada, diga o que quer
 Por ti vou matar, vou roubar
 Embora tristezas me causes, mulher
 Provar quero eu que te quero
 Venero teus olhos, teu corpo e teu ser
 Mas diga
 Tua ordem espero
 Por ti não importa matar ou morrer
 E ela disse ao campônio a brincar
 Se é verdade tua louca paixão
 Parte já
 E pra mim vá buscar
 De tua mãe inteiro coração
 E a correr o campônio partiu
 Como raio na estrada sumiu
 E sua amada qual louca ficou
 A chorar, na estrada tombou
 Chega à choupana o campônio*

*Encontra a mãezinha ajoelhada a rezar
 Rasga-lhe o peito o demônio
 Tombando a velhinha aos pés do altar
 Tira do peito sangrando
 Da velha mãezinha o pobre coração
 E volta a correr proclamando
 Vitória, vitória, tem minha paixão.^{lv}*

Ou do sangue derramado nas vezes em que o ciúme se congrega com a morte:

*Porém com perfeita paciência
 Volto a te buscar
 Hei de encontrar
 Bebendo com outras mulheres
 Rolando um dadinho
 Jogando bilhar
 E nesse dia, então,
 Vai dar na primeira edição
 Cena de sangue num bar da Avenida São João.^{lvi}*

Ou ainda podem manchar-se no desfecho do drama de um amor não correspondido:

*Barulho no morro
 Foi o que houve num arrasta-pé
 Quando Pedro deu um beijo na cabrocha do José
 Enquanto eles brigavam
 Todo mundo assistia
 Foi preciso que a polícia desse fim à valentia
 José morreu e Pedro foi condenado
 A cabrocha foi com outro que vivia apaixonado^{lvii}*

Não menos sangrentas são algumas canções que lançam protestos, que retratam a violência cotidiana, quer incitando-a, quer combatendo-a:

*Faz sete anos que o moleque nasceu
 Pela idade é normal ir pra escola e tal
 Já no primeiro intervalo, a brincadeira no pátio era polícia e ladrão
 Agora tente adivinhar de que lado ele está
 Lá na favela não existe empresário pra ele se espelhar
 A polícia vai lá somente pra matar
 Só vê miséria, tristeza e lamentos
 Nem se contrasta com os carros importados
 Que descem na quebrada [...]
 Não muito longe dali, seis tiros são disparados
 Dois corpos são encontrados [...].
 Rápido como disparo passou do “12” ao “157”
 Com menos de dezessete, ele já estava legal
 Deu uma força pra mãe se libertar do vício
 Comprou sua própria caranga
 Tem uma “mina” ponta firme, é respeitada no crime [...].^{lviii}*

*– Alô. Ó amigo, acho que tá havendo algum engano!
 – Tá não. Então presta atenção, que não é brincadeira.
 Seu irmão tá seqüestrado
 Eu mando ele na bandeja
 A menos que você queira me ouvir
 E facilite pra você e pra mim
 No Barra Shopping, às 22 horas
 Quinze “milhão” e a polícia tá fora [...]
 A cada minuto que passa os “olho perde” o brilho
 Não adianta reza
 Faça tudo direitinho pra nada acontecer
 A vida do seu irmão só depende de você, tiozão.
 Morou?
 – Camisa oito tá na hora
 Segue o plano A
 Vão dois com você pra te acobertar
 Haja o que houver não se aproxime do bico*

*Em caso de polícia o comando cuida disso
 Ele vai “trazê” o dinheiro dentro da Renault
 No banco de trás tem um rastreador [...].
 – Operação concluída, só ele e mais ninguém
 A verde tá na mão, liberta o refém
 – Ae, ó, pode libera o playboy que o cash tá na mão [...].^{lix}*

*Parapapapapapapapapá!
 Paparapaparapará clack bum
 Parapapapapapapapá!
 Morro do Dendê
 É ruim de invadir
 Nós com os “alemão”
 Vamos se divertir
 Porque no Dendê
 Eu vou dizer como é que é
 Aqui não tem mole
 Nem pra DRE
 Pra subir aqui no morro
 Até o Bope treme
 Não tem mole pro exército, civil, nem pra PM [...]
 Vem um de AR 15
 E outro de “12” na mão
 Vem mais um de pistola
 E outro com “três oitão”
 Um vai de URU na frente
 Escoltando o camburão.^{lx}*

*[...] Homens de preto, qual é sua missão?
 Entrar pela favela e deixar corpos no chão!
 Homens de preto, que é que você faz?
 Eu faço coisas que assusta o Satanás!*

BOpE vai te pegar (Pega daqui, pega de lá)

BOpE vai te pegar (Pega daqui, pega de lá)

Cachorro latindo, criança chorando,

Vagabundo vazando!

É o BOpE chegando!

É o BOpE matando!

Tropa de Elite osso duro de roer!

Pega um, pega geral,

Também vai pegar você!^{lxi}

Da realidade à fantasia, tudo pode ganhar – e vem ganhando – a aura rubra da violência, a iluminação obscura do terror, a opacidade do medo. Nada, pois, absolutamente nada, de singular falar-se de violência: ela está onde o ser humano está, ficou aqui demonstrado. Talvez sob o enquadramento em que eu a tenha posto, nesta empresa acadêmica, aponte-se sim uma singular e sutil diferença: tratá-la, focá-la em seu caráter mercadológico; remetê-la a seu estatuto de mercadoria; apontar suas várias facetas e seus invólucros atraentes que maximizam o lucro no mercado, no qual ela se encontra cada vez mais em alta. É sob esse foco que o leitor encontrará tratado o tema violência.

A violência, como aqui foi retratada, apresenta-se para o leitor em sua forma *in natura*. Fazê-la emergir sob a expressão de objeto sociológico é tarefa de que, adiante, irei me ocupar.

ⁱ BÍBLIA, A.T. Gênese. Português. Bíblia Sagrada. Versão do Centro Bíblico Católico. São Paulo: Editora Ave-Maria, 1999. Cap. 4, vers. 8.

ⁱⁱ Ibid., cap. 6, vers. 5-7,11.

ⁱⁱⁱ Ibid., cap. 7, vers. 17, 21, 23, 24.

-
- iv Ibid., cap. 9, vers. 1, 5, 6.
- v Ibid., A.T. Êxodo. Cap. 12, vers. 29-30.
- vi Ibid., A.T. Levítico. Cap. 24, vers. 17, 19-20.
- vii Ibid., A.T. Números. Cap. 31, vers. 1-3, 7-10.
- viii Ibid., A.T. Deuteronômio. Cap. 20, vers. 10-15.
- ix Ibid., N.T. Mateus. Cap. 5, vers. 38-39.
- x Ibid., A.T. Ester. Cap. 9, vers. 5-6.
- xi Ibid., A.T. Macabeus I. Cap. 5, vers. 13.
- xii Ibid., A.T. Macabeus II. Cap. 8, vers. 30.
- xiii Ibid., A.T. Jeremias. Cap. 19, vers. 6-7.
- xiv Ibid., A.T. Ezequiel. Cap. 9, vers. 6.
- xv Ibid., A.T. Daniel. Cap. 3, vers. 19, 21.
- xvi Ibid., N.T. Mateus. Cap. 2, vers. 16.
- xvii Ibid., N.T. São João. Cap. 19, vers. 1-2.
- xviii GIGANTÈS, P. *Poder e ambição: uma breve história da dominação: de Moisés ao mundo globalizado*. Tradução de Gilson Baptista Soares. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004. p. 59.
- xix Ibid., p. 46.
- xx Ibid., p. 70.
- xxi EYMERICH, N. *Manual dos inquisidores*. Comentários de Francisco Peña e tradução de Maria José Lopes da Silva. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; Brasília: Fundação Universidade de Brasília, 1993. p. 70.
- xxii Ibid., p. 153.
- xxiii Ibid., p. 155.
- xxiv Ibid., p. 211.
- xxv Muh apud LEWIS, B. *Os assassinos: os primórdios do terrorismo no islã*. Tradução de Mauro Gama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003. p. 60.
- xxvi GIGANTÈS, P. *Poder e ambição: uma breve história da dominação: de Moisés ao mundo globalizado*. Tradução de Gilson Baptista Soares. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004. p. 77.
- xxvii Furneaux apud GIGANTÈS, P. *Poder e ambição: uma breve história da dominação: de Moisés ao mundo globalizado*. Tradução de Gilson Baptista Soares. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004. p. 78.
- xxviii GIGANTÈS, P. *Poder e ambição: uma breve história da dominação: de Moisés ao mundo globalizado*. Tradução de Gilson Baptista Soares. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004. p. 79, 82, 83, 84, 85, 86.
- xxix De Tours apud GIGANTÈS, P. *Poder e ambição: uma breve história da dominação: de Moisés ao mundo globalizado*. Tradução de Gilson Baptista Soares. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004. p. 98, 99.
- xxx GIGANTÈS, P. *Poder e ambição: uma breve história da dominação: de Moisés ao mundo globalizado*. Tradução de Gilson Baptista Soares. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004. p. 108.
- xxxi Durant apud GIGANTÈS, P. *Poder e ambição: uma breve história da dominação: de Moisés ao mundo globalizado*. Tradução de Gilson Baptista Soares. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004. p. 108.
- xxxii GIGANTÈS, P. *Poder e ambição: uma breve história da dominação: de Moisés ao mundo globalizado*. Tradução de Gilson Baptista Soares. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004. p. 108.
- xxxiii Krey apud GIGANTÈS, P. *Poder e ambição: uma breve história da dominação: de Moisés ao mundo globalizado*. Tradução de Gilson Baptista Soares. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004. p. 112.
- xxxiv Grande parte de denominações, datas e períodos de ocorrência dessas guerras mencionadas está referida no *Dicionário de nome, termos e conceitos históricos*, de autoria de Antônio Carlos do Amaral Azevedo, editado, em 1997, pela Nova Fronteira (RJ). p. 205-211.
- xxxv ENCICLOPÉDIA do mundo contemporâneo. Tradução de Jones de Freitas, Japiassu Brício, Renato Aguiar. São Paulo: Publifolha; Rio de Janeiro: Terceiro Milênio, 2000.
- xxxvi TIMOR Leste: o massacre que o mundo não viu. Direção e produção: Lucélia Santos. São Paulo: Ancine, NHOCH Produções, 2005. 1 DVD.
- xxxvii Ibid.
- xxxviii ENCICLOPÉDIA do mundo contemporâneo. Tradução de Jones de Freitas, Japiassu Brício, Renato Aguiar. São Paulo: Publifolha; Rio de Janeiro: Terceiro Milênio, 2000. p. 562.
- xxxix TIMOR Leste: o massacre que o mundo não viu. Direção e produção: Lucélia Santos. São Paulo: Ancine, NHOCH Produções, 2005. 1 DVD.
- xl ENCICLOPÉDIA do mundo contemporâneo. Tradução de Jones de Freitas, Japiassu Brício, Renato Aguiar. São Paulo: Publifolha; Rio de Janeiro: Terceiro Milênio, 2000. p. 562.
- xli TIMOR Leste: o massacre que o mundo não viu. Direção e produção: Lucélia Santos. São Paulo: Ancine, NHOCH Produções, 2005. 1 DVD.

-
- ^{xlii} PINTO, C. *Nino, o fim do cabo-de-guerra*. Especial SIC/Visão. 5 mar. 2009, 15:18. Disponível em: <http://aeiou.visao.pt/nino-o-fim-do-cabo-de-guerra=f4988213>. Acesso em: 28 mar. 2010, 13:05:02.
- ^{xliii} HOMERO. *Ilíada*. Tradução dos versos de Carlos Alberto Nunes. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005. p.189.
- ^{xliiv} *Ibid.*, p. 197.
- ^{xliiv} *Ibid.*, p. 204.
- ^{xlivi} KADARÉ, I. *Abril despedaçado*. Tradução de Bernardo Joffily. São Paulo: Planeta De Agostini, 2004. (Grandes escritores da atualidade). p. 23.
- ^{xlvii} Filme inspirado em fatos reais.
- ^{xlviii} Filme inspirado em fatos reais.
- ^{xlix} Com previsão de lançamento ainda para 2010 encontram-se *Hora do pesadelo 8* (Estados Unidos) e *RoboCop 4* (Estados Unidos); para 2011, *Pânico 4* (Estados Unidos).
- ⁱ No aproveitamento do sucesso de bilheteria, lança-se o filme *Fredy X Jason* (Estados Unidos, 2003).
- ⁱⁱ XAVIER, N. *Almanaque da telenovela brasileira*. São Paulo: Panda Books, 2007. p. 123.
- ⁱⁱⁱ *Ibid.*, p. 121.
- ⁱⁱⁱⁱ *Ibid.*, p. 111.
- ^{liv} *Ibid.*, p. 112-126.
- ^{lv} VICENTE CELESTINO. Coração materno. Intérprete: Vicente Celestino. In: *Vicente Celestino in memoriam*. São Paulo: BMG, RCA, s.d.1 CD. Faixa 2.
- ^{lvi} PAULO VANZOLINI. Ronda. Intérprete: Carmen Costa. In: *Carmen Costa: tantos caminhos*. Produção: José Milton. São Paulo: Som Livre, s.d. 1CD. Faixa 11.
- ^{lvii} ROBERTO MARTINS. *Barulho no morro*. Intérprete: Isaurinha Garcia. 1945.
- ^{lviii} ESPAÇO RAP. *A vingança*. Intérprete: Espaço Rap. Disponível em: <http://letras.terra.com.br/espaco-rap/1104357>>. Acesso em: 5 mar. 2010, 16:40:10.
- ^{lix} MAURÍCIO. *Sequestro*. Intérprete: Detentos do Rap. Disponível em: <http://letras.terra.com.br/detentos-do-rap/1155336>>. Acesso em: 5 mar. 2010, 16:43:21.
- ^{lx} CIDINHO; DOCA. *Rap das armas*. Intérprete: Tropa de Elite. Disponível em: <http://letras.terra.com.br/tropa-de-elite/1104052>>. Acesso em: 5 mar. 2010, 16:47:08.
- ^{lxi} CIDINHO; DOCA. *O Bope vai te pegar*. Intérprete: Tropa de Elite. Disponível em: <http://letras.terra.com.br/tropa-de-elite/1098146>>. Acesso em: 5 mar. 2010, 16:49:32.

4 MATRIZES PREFIGURATIVAS DO OBJETO

*Eu quis cantar minha canção iluminada de sol
Soltei os panos sobre os mastros no ar
Soltei os tigres e os leões nos quintais
Mas as pessoas na sala de jantar
São ocupadas em nascer e morrer*

*Mandei fazer de puro aço luminoso punhal
Para matar o meu amor e matei
Às 5 horas na Avenida Central
Mas as pessoas na sala de jantar
São ocupadas em nascer e morrer*

*Mandei plantar manhãs de sonho no jardim do solar
As folhas sabem procurar pelo sol
E as raízes procurar, procurar
Mas as pessoas na sala de jantar
Essas pessoas na sala de jantar
São as pessoas da sala de jantar
Mas as pessoas na sala de jantar
São ocupadas em nascer e morrer.*

Caetano Veloso e Gilberto Gil

A violência invade, com licenciosidade, os espaços, os corpos e as mentes dos sujeitos na razão direta em que aquece os medos e acelera as fomes de justiça, de vingança, de paz, de guerra. Sobre ela depositam-se desde certezas precisas a certezas – que se comprovam – errôneas, desde soluções drásticas com seus resultados desastrosos até um enlevamento e poesia de riscos inestimáveis.

Largamente empregada, a expressão violência confirma presença em temários de distintas ciências e suas respectivas áreas e disciplinas: sociologia, antropologia, filosofia, ciência política, direito, medicina, psiquiatria, psicologia e tantas outras. Quer na academia e em suas produções, quer nas bandeiras içadas nos discursos políticos, quer no produto veiculado na mídia, ou mesmo nas expressões do senso comum, ou ainda nas falas cotidianas, a violência é tema que adensa, encorpa variados e específicos dizeres.

Os poetas Caetano e Gil falaram do cenário cotidiano em que se inscrevem as nossas práticas e as práticas alheias de violências mútuas e múltiplas. A profundez e a largueza poéticas trazidas na canção deixam desnudo, translúcido o isolamento que as pessoas têm, talvez sem muito esforço, conseguido angariar para si e para os seus muito próximos.

Nos condomínios, nas casas desenhadas como palácios medievais com suas torres que mantêm a soldadesca com olhar vígil, respira-se o medo. O medo, em maior ou menor proporção, é também parceiro indiscriminado de quem vem dividindo o cenário social da atualidade.

Meu filho mais velho, com 7 ou 8 anos de idade, assistindo à TV, viu uma enxurrada de propaganda, de comercial referente a cerca elétrica, vigilância particular, equipamentos, então, de última geração, que as pessoas de posse, portanto com o que defender, encontrariam disponíveis no mercado para poder ficar e deixar sua família e seu patrimônio em perfeita segurança.

Ainda hoje ressoa em meus ouvidos os “augúrios” de uma criança tão desconfiada: “Isso aí é assim, eles botam o ladrão pra roubar de verdade. Aí, dizem que é preciso se proteger do ladrão. Aí, as pessoas compram essas coisas, ficam com segurança [pessoal para proteção particular], e os ladrões não vão roubar, claro. Aí, a pessoa pensa que é assim, que ficou protegida. Eles mesmos botam os ladrões, eles mesmos tiram. E se a pessoa não comprar, aí o ladrão rouba mesmo”. Foi por volta de 1988 que ele chegou a essa conclusão. Tinha, no máximo, 8 anos e, evidentemente, não lera qualquer linha escrita por um filósofo social alemão que, já no século XIX, havia dito:

Filósofo produz idéias, poeta poesias, pastor prédicas, professor compêndios e assim por diante. Um criminoso produz crimes. Se mais de perto observarmos o entrosamento deste último ramo de produção com a sociedade como um todo, libertar-nos-emos de muitos preconceitos. O criminoso não produz apenas crimes, mas também o direito criminal e, com este, o professor que produz preleções de direito criminal e, além disso, o indefectível compêndio em que lança no mercado geral “mercadorias”, as suas conferências. Com isso aumenta a riqueza nacional, para não falarmos no gozo pessoal que, segundo uma testemunha, Professor Roscher, os originais do compêndio proporcionam ao próprio Autor. O criminoso produz ainda toda a polícia e justiça criminal, beaguins, juízes e carrascos, jurados e etc.; e todos aqueles diferentes ramos, que constituem outras tantas categorias da divisão social do trabalho, desenvolvem capacidades diversas do espírito humano, criam novas necessidades e novos modos de satisfazê-las. Só a tortura suscitou as mais engenhosas invenções mecânicas e ocupou na produção de seus instrumentos muitos honrados artífices.

[...] O criminoso quebra a monotonia e a segurança cotidiana da vida burguesa. Por conseguinte preserva-a da estagnação e promove aquela tensão e turbulência inquietantes, sem as quais se embotaria mesmo o aguilhão da concorrência.

Estimula assim as forças produtivas. O crime retira do mercado de trabalho parte da população supérflua e por isso reduz a concorrência entre trabalhadores, impede, até certo ponto, a queda do salário abaixo do mínimo, enquanto a luta contra o crime absorve parte da população. O criminoso aparece como uma daquelas “compensações” naturais, que restabelecem um equilíbrio adequado e abre uma perspectiva de ocupações “úteis”.

Pode-se comprovar, descendo-se a pormenores, a influência do criminoso sobre o desenvolvimento da produtividade. Teriam as fechaduras atingido a excelente qualidade atual, se não houvesse ladrões?

A fabricação de notas de banco teria chegado à perfeição presente, se não houvesse moedeiros falsos? Teria o microscópio penetrado na esfera comercial comum [...] sem a fraude mercantil? [...]. Não deve a química prática à falsificação de mercadorias e ao esforço de descobri-la tanto quanto ao afã honesto de produzir? O crime, com seus meios de ataque à propriedade sempre novos, provoca a geração ininterrupta de novos meios de defesa, e assim tem, como as greves, influência tão produtiva na invenção de máquinas. E se deixamos a esfera do crime privado: sem crime nacional, teria jamais surgido o mercado mundial? E mesmo as nações? E desde os tempos de Adão, a árvore do pecado não é a árvore do conhecimento? (MARX, 1987, p. 382-383).

Com isso, o que quero deixar expresso é que crédito como infrutífero e inócuo o debate da violência, sob qualquer expressão, quaisquer forma, intensidade e alcance, sem que ele se paute, sem que se centre na busca do entendimento da lógica que a rege, que a alimenta e a metamorfoseia; que lhe dá movimento, vida e vigor imbatíveis.

A violência é, desde muito, mercadoria: eis o ponto de partida. Ao ingressar no circuito do mercado, passou por uma intensiva mercadização. É de fácil “comercialização”. É lucrativa! Como, então, não a situar, sob a égide do dinheiro, na lógica do lucro, com base na estética fundada no metal, no universo regido pelo capital?

Mas, longe do que se nos possa afigurar, a expressão violência não funda uma ordem exclusiva de significação. Em relação a ela não há uma unanimidade conceitual. Pode ser dita “a intervenção física de um indivíduo ou grupo contra outro indivíduo ou grupo (ou também contra si mesmo)”, fazendo-se indispensável que tal intervenção decorra de um ato de vontade do agente praticante (STOPPINO, 2004, p. 1291), podendo ser também definida como um estado do qual o homem retirou-se e ao qual estaria, a qualquer instante, possibilitado de retornar, como defende Weil.

Seria ainda, para esse filósofo, uma oposição à filosofia, à razão, uma vez que, ao homem, restam duas possibilidades: a filosofia e a violência, isto é, a razão e a não razão (WEIL apud PERINE, 1987).

Em Weil, a violência ganha estatuto de irracionalidade. E a essa ideia opõem-se alguns estudiosos de distintas disciplinas, entre eles Arendt (1985, 1999), Costa (2003) e May (1981). A primeira afirma que “a violência não é nem animalesca e nem irracional”. Infere-a humana, ao declarar que “a ausência conspícua do ódio ou da violência constitui o mais claro sinal de desumanização” (p. 35). É uma ideia que May (1981, p. 34-35) também partilha, ao dizer que “no propósito de remover todo o poder e agressão do comportamento humano, corremos o risco de privar o homem da capacidade de fazer-se valer [...] e até do poder de ser”. Argúi também a mesma tese defendida por Arendt (1985): é da impotência que emana a violência e não do poder, como se costuma inferir.

Quando Costa (2003) analisa a natureza da violência com base no argumento biológico, no qual ela é dada como “produto da conduta humana movida pelo instinto e não pela razão”, vê-se expressa sua discordância para com Weil (p. 36). Costa assevera que é preciso distinguir irracionalidade de emocionalidade e, ainda, que a razão não se ausenta quando se faz presente a emocionalidade nos atos violentos. Define a violência como “o emprego desejado da agressividade, com fins destrutivos” (p. 39). Daí, a violência ser uma prática humana, visto que o animal não se dota de desejo, mas de necessidade; só ao homem cabe o exercício do desejo.

É oportuno introduzir, neste momento, a instigante discussão que Arblaster (1996) levanta acerca do componente desejo, da presença da condição intencionalidade na qualificação, na nomeação de um ato como uma prática de violência. Ao tomar, como disse, a violência, sob a forma como a concebe o senso comum, isto é, “qualquer agressão física contra seres humanos, cometida com a intenção de lhes causar dano, dor ou sofrimento”, incluindo-se ainda “agressões similares contra outros seres vivos” (p. 803), ele assinala que ao mesmo tempo que a ênfase na intencionalidade é importante, ela se carrega de problema, quando se a coloca como “fator crucial” para a classificação do ato violento.

O autor faz uma série de observações nesse tocante: menciona procedimentos cirúrgicos, odontológicos que infligem dor aos pacientes, sem que, no entanto, guardem o fim de lhes ocasionar mal, mas que, ao contrário, teriam por

propósito seu bem-estar, fazendo um confronto com a tortura que, por sua vez, no infligir de sofrimento a uma vítima, estaria, “na melhor das hipóteses”, reservando a alguém ou a alguma coisa um benefício; levanta discussão quanto aos acidentes de trânsito que – excluindo-se os motoristas que, deliberadamente, provocam morte ou mutilações, em torno do que já não pairaria dúvida quanto à conotação violenta da prática – não deixam de configurar “um ato ou, pelo menos, um incidente de violência, sobretudo se causado por negligência ou irresponsabilidade culposa”; afirma que “seria implausível sugerir que [...] *não* constituem atos de violência contra seres humanos” lançamentos de bombas ditas destinadas exclusivamente a alcançar propriedades, alvos militares pelo simples fato de declararem os que ordenam ou executam seu lançamento que o ataque não visaria às pessoas ainda que desses artefatos bélicos tornem-se vítimas (p. 803).

Não são esses todos os nós, todos os emaranhados em que a violência se vê entrelaçada, engolfada, capturada. Costa (2003) traça um vasto dossiê das grandes teses produzidas em torno da violência; abala alguns de seus alicerces e pilastras ao dar assinalamento aos equívocos, às lacunas, às evidências de burlas, às ausências de substrato que afirma estarem presentes na maioria das teses sobre esse tema. Mas, sobretudo, denuncia o fato de a psicanálise não ter tratado – nem vir tratando – a questão com a profundez, a precisão e o rigor de que é carecedora. Acusa a psicanálise de tratar “da violência diluindo seu impacto e atenuando seu horror”. Ademais, afirma que a psicanálise, ao dar a violência como sinonímia de morte, sacraliza-a; quando lhe concede o estatuto de “‘condição de possibilidade natural’ do existir humano”, banaliza-a (p. 18).

Costa toca, sem luva, uma chaga que poucos têm ousado, pelo menos, dizê-la existente: a inarredável natureza perversa contida nas expressões de violência. É de importância irrefutável o que o psicanalista fez denunciado: a naturalização com que as falas abalizadas e alguns grandes estudos vêm enfocando um problema configurado como algo intrínseco à condição humana, como o é, de fato, no que concerne a sua realização, mas não no que diz respeito a sua inevitabilidade, pelo menos sob outra égide que não a do capital. Humano, sim, porquanto desejado, mas passível de eliminação de algumas formas, de redução, de subtração porquanto ser um meio, como nos advertiu Arendt (1985). Se meio é a violência, um outro meio a substitui.

Chamo a atenção, aqui, para um aspecto, grosseiramente, descuidado – diria, na melhor das hipóteses, um equívoco –, flagrante nas falas de alguns estudiosos da violência: a indistinção entre conflito e violência. Não raro, violência e conflito são termos tomados por iguais, como se fosse um, do outro, sinônimo. Atribui-se a eles um mesmo *status*, ao tratá-los como um mesmo evento, como um fenômeno único. Presumo que grande parte dos emaranhados teóricos enraíze-se nesse terreno: tomar meio (violência) por processo (conflito) e vice-versa.

Se é possível e absolutamente próprio falar-se da existência do conflito interior, isto é, aquele vivenciado por todos os – e cada um dos – sujeitos no que tange as suas questões internas, não se torna possível, então, pôr obstáculo à aceitação de que o conflito esteja colado à condição humana.

O sujeito, na condição de portador de um conflito inaugural em uma situação com outrem, funda e refunda velhos e novos conflitos com faces e dimensões múltiplas, e de motivações e encaminhamentos vários.

Os conflitos ganham forma e expressão em todos os espaços, por todo o tempo, e inscrevem como seus autores e atores todos os sujeitos, indistintamente. Os conflitos assumem papéis e atuam como definidores de outros traçados do cenário social.

Imagine uma criança que disputa com um irmão menor a atenção, ora dividida, da mãe; o menino que define, no jogo, as regras que se veem descumpridas pelo parceiro mais hábil ou de maior força física; a criança pequena que se vê atingida pelos dentes afiados de uma outra de sua mesma turma de jardim da infância, na disputa por um lugar no balançador; ou aquela tratada por Bertolt Brecht (1989, p. 24) em “O garoto desamparado”:

O Sr. K. falou sobre o mau costume de engolir em silêncio a injustiça sofrida, e contou a seguinte história: “Um passante perguntou a um menino que chorava qual o motivo do seu sofrimento. ‘Eu estava com dois vinténs para o cinema’, disse o garoto, ‘aí veio um menino e me arrancou um da mão’, e mostrou um menino que se via à distância. ‘Mas você não gritou por socorro?’, perguntou o homem. ‘Sim’, disse o menino, e soluçou um pouco mais forte. ‘Ninguém o ouviu?’, perguntou o homem, afagando-o carinhosamente. ‘Não’, disse o garoto e olhou para ele com esperança, pois o homem sorria. ‘Então me dê o outro’, disse, e tirou-lhe o último vintém, continuando tranqüilo em seu caminho”.

São, inegavelmente, situações conflitantes. E, evidentemente, estas não resultam numa conflagração, numa revolução ou conturbação social, razão por que não constituem objeto das ciências sociais. O conflito, objeto das ciências sociais, não é esse que se circunscreve na esfera singular, íntima, pessoal. Tal seria objeto de outras ciências e disciplinas: psicologia, psiquiatria, direito, entre outras. Para ser objeto das ciências sociais, o conflito entre sujeitos, grupos, organizações e sociedades tem que de encenado na arena social, na esfera pública. Mas os, até aqui, apresentados podem exemplar, simplificada, como a conflituosidade é uma estreita característica das sociedades humanas. E, como nos apresentou Brecht, o conflito não necessariamente se encerra quando se põe, em distância, o seu objeto instaurador; há sempre a possibilidade de que ele se refunde e ganhe outras forma e face.

Essa natureza infundável e latente do conflito, Coser (1996, p. 123) reconhece-a:

O conflito é parte inerradicável da vida conjunta dos seres humanos; é um componente tão fundamental da associação quanto a cooperação. O que é factível, porém, é transformar tipos específicos de comportamento de conflito quando estes são entendidos como antifuncionais ou nocivos.

Pasquino (2004, p. 228) corrobora a mesma ideia:

De fato, todo conflito é ínsito na mesma configuração da sociedade, do sistema político, das relações internacionais. Ele resulta em elemento ineliminável que conduz à mudança social, política, internacional. Ineliminável em longo prazo, porque a curto e médio prazo, o conflito pode ser sufocado ou desviado.

O que, então, constituiria o conflito? Mais uma vez apelo à poesia para começar minha fala. Tomo trecho da canção “Gota d’água”:⁵

Deixe em paz meu coração
Que ele é um pote
Até aqui de mágoa.
E qualquer desatenção
Faça não.
Pode ser a gota d’água.

⁵ CHICO BUARQUE. Gota d’água. Intérprete: Chico Buarque. In: *Chico Buarque minha história*. Rio de Janeiro: PolyGram, s.d. 1 CD. Faixa 13.

Pode ser a gota d'água...

Um conflito, uma situação conflituosa, envolve desde uma “falta de entendimento entre duas ou mais partes”, uma “discussão acalorada”, um “choque”, um “enfrentamento”, uma discordância no concernente às competências, às jurisdições dessa ou daquela autoridade, a um conflito diplomático que desemboque no plano do enfrentamento físico e com o emprego de armas. São as definições encontradas em Houaiss (2001, p. 797) para o vocábulo conflito.

O lexicógrafo oferta, ainda, a significação de distintas expressões em que o conflito se vê inaugurado: conflito de atribuições, conflito de competências, conflito de direitos, conflito de interesses, conflito de jurisdição, conflito de jurisprudência, conflito de poder, conflito de provas, conflito de trabalho, conflito intrapsíquico, mental ou psíquico. Não se esgotam nessas formas elencadas na citada obra as expressões inúmeras que toma o conflito tanto na arena social como no foro íntimo.

“Gota d'água”, de Chico Buarque, prenuncia a possibilidade de que um conflito irrompa. Demonstra o compositor, de modo poético, que um conflito toma potência, sedimenta-se, plasma-se na tensão, no alimentar da insatisfação, na e da mágoa.

Reafirmo o que, anteriormente, deixei dito: não é esse o conflito de que se ocupam as ciências sociais. Mais uma vez a ele recorri como recurso ilustrativo e demonstrativo de que seu modo de instauração reserva funda semelhança com as situações que se tornam alvo das ciências sociais: os conflitos sociais.

As definições que, no campo das ciências sociais, autores vários põem para o conflito não recusam sua natureza interativa, quer se instale o conflito entre os indivíduos, quer entre grupos, organizações ou sociedades.

Coser (1996, p. 120-121), acerca de conflito, diz:

Definido como uma contenda a respeito de valores, ou por reivindicações de status, poder e recursos escassos, na qual os objetivos das partes conflitantes são não apenas obter os valores desejados mas também neutralizar seus rivais, causar-lhes dano ou eliminá-los, o conflito pode ocorrer entre indivíduos ou entre coletividades. Esses conflitos intergrupos, bem como intragrupos, são aspectos perenes na vida social.

Em Étienne et al. (1998, p. 78), se vai encontrar conflito com a significação de

[...] expressão de antagonismos abertos entre os indivíduos ou grupos para a pesquisa, a posse ou a gestão de bens materiais ou simbólicos (riqueza, poder, prestígio, etc.), sendo o objectivo de todo o conflito a modificação das relações de força.

Em *Estudios sobre las formas de socialización*, Simmel (1977, p. 265) afirma, acerca do conflito, que

Si toda acción recíproca entre hombres es una socialización, la lucha, que constituye una de las mas vivas acciones recíprocas y que es lógicamente imposible de limitar a un individuo, ha de constituir necesariamente una socialización.

Acrescenta ainda esse filósofo, historiador e sociólogo alemão que os conflitos decorrem do ódio, da inveja, da necessidade, da riqueza – definindo esses elementos como dissociadores, provocadores da apartação. Diz, ademais, que da dissociação seria dado cabo através da luta, esta “una via para llegar de algún modo a la unidad, aunque sea por el aniquilamiento de uno de los partidos” (SIMMEL, 1977, p. 265).

Também para Marx, o conflito é elemento de unificação. O conflito de interesses proporciona a consciência de “classe para si”, que termina por assegurar a condição de pertença. E, como disse, a identidade do grupo se forja na experimentação do antagonismo e na sua expressão dramática – a luta (MARX apud COSER, 1967).

No *Manifiesto do Partido Comunista*, Marx e Engels (s.d.) asseveram que “a história de todas as sociedades” inscreve-se na – ou confunde-se com a – “história das lutas de classes”. E mais, que, nas sociedades capitalistas, polarizam-se classes sociais, ficando elas, assim, continuamente postas em situação de conflito. A luta de classes torna-se cada vez mais recrudescida, à medida que o capitalismo se desenvolve. Desse modo, da luta de classes – o conflito central – acaba derivando o conjunto de fenômenos sociais. E Marx (2008, p. 33) afirma ainda que, “se o nosso fim, a socialização das forças produtivas, é uma necessidade econômica, o nosso auxiliar, a força, é uma necessidade histórica”. Reafirmando sua defesa em prol da luta, argumenta que “todos os progressos humanos, todas as transformações sociais e políticas da nossa espécie têm sido obra da força” (p. 33).

Já Durkheim (2004) vai evocar o termo anomia que, em sua origem grega, quer dizer “sem lei e conota iniquidade, impiedade, injustiça e desordem”. Termo que

vai ser empregado, na língua inglesa (*anomie*), para definir o comportamento dos que, no século XVII, não manifestavam o respeito, que se entendia devido, à lei divina (LUKES, 1996).

A expressão anomia vai ser carregada de positividade com Jean-Marie Guyan (1854–1888), que, num esforço de defesa de uma “estética sociológica” (DZIEMIDOK, 1996), vai evocá-la para traduzir “um ideal de *anomia moral* – isto é, a ausência de regras absolutas, fixas, universais – e *anomia religiosa*”, que libertaria os indivíduos de julgamento pautado em fé dogmática (LUKES, 1996, p. 20).

Quando Durkheim (2004) tomou o termo anomia em seus estudos, ele lhe ofertou um outro sítio: um lugar de negatividade ou de não positividade no sistema social. É na obra *Da divisão do trabalho social* que ele deixa dito que foge da normalidade a “forma anômica da divisão do trabalho”. E, nesse quadro anômico, o que fica perceptível é a inexistência de um “corpo de regras” que normalize o desenrolar das funções sociais. O enfraquecimento, a perda do poder de coerção do corpo de regras sociais, conduz, afirma Durkheim, à quebra da solidariedade social, da coesão social.

A expressão anomia vai ser posteriormente, na década de 1930, reapropriada por Merton (1970). Desta feita, para trazer à cena não a centralidade do sistema social afetado pela quebra de suas normas e o conseqüente enfraquecimento ou ruptura da coesão social, mas para pôr, sob foco, o indivíduo impelido a uma ação distanciada do padrão de exigência, culturalmente colocado, em um cenário onde as estruturas sociais não cuidam em ofertar condições compatíveis com as exigências que aos indivíduos são feitas. E, nesse quadro de discrepância entre os objetivos a alcançar e os meios postos à disposição para tal empresa, acenam cinco possibilidades reativas, uma das quais não estaria arrolada como transgressão: o conformismo. As quatro restantes ficam elencadas como modo de adaptação transgressora: inovação, ritualismo, retraimento⁶ e rebeldia.

Weber (1991) – que no dizer de Gabriel Cohn (1982, p. 18) é “o analista por excelência do conflito, do confronto de interesses e valores inconciliáveis, da dominação e do poder” –, em sua obra *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*, fala de luta. E assim a descreve:

⁶ Cohen (apud LUKES, 1996) nomina de *desistência* essa forma de adaptação.

Uma relação social denomina-se *luta* quando as ações se orientam pelo propósito de impor a própria vontade contra a resistência do ou dos parceiros. Denominamos “pacíficos” aqueles meios de luta que não consistem em violência física efetiva. A luta “pacífica” é “concorrência” quando se trata da pretensão formalmente pacífica de obter para si o poder de disposição sobre oportunidades desejadas também por outras pessoas. [...]. À luta (latente) pela existência, isto é, pelas possibilidades de viver ou de sobreviver, que se dá entre indivíduos ou tipos humanos sem que haja intenções dirigidas *contra* outros, denominamos “seleção”.

[...] Entre as formas de luta há as mais diversas transições, sem interrupção de continuidade: desde a luta sangrenta, dirigida à aniquilação da vida do adversário e alheia a toda regra, até o combate entre cavalheiros convencionalmente regulado [...] e o desafio esportivo com suas regras, desde a “concorrência” erótica desregrada pelos favores de uma mulher ou a luta concorrencial por possibilidades de troca submetida à ordem do mercado, até as “concorrências” artificiais reguladas ou a campanha eleitoral.

[...] Somente falaremos de “luta” quando efetivamente existe uma situação de *concorrência* (WEBER, 1991, p. 23-24).

Coser (1996, p. 121) infere que os conflitos “não são sempre, de forma alguma, ‘fatores negativos’ a minar a vida coletiva”. Ele propugna que os conflitos podem ser – e em regra o são – processos que favorecem o fortalecimento de relações interpessoais e que, de modo geral, promovem a manutenção e o crescimento de grupos e coletividades.

Salienta que o efeito, a impação de um conflito, seja em seu curso, no seu desenrolar, seja no que, ao final, incida sobre as estruturas sociais, ficam condicionados a essas próprias estruturas. Com isso, Coser quer deixar afirmado que as estruturas abertas, plurais, flexíveis geram as saídas para os conflitos – ou os próprios conflitos –, de modo que, em seu desembocar, plasmem-se situações estabilizadoras. Ao contrário, as estruturas rígidas forjam o cenário propício a que os conflitos não ganhem expressão – sem que, no entanto, sejam abolidos, porquanto impossível –, fomentando e fermentando, desse modo, condições para que seu irrompimento futuro provável se dê sob condições alimentadoras de desagregação. É reforçando essa ideia que o autor afirma a importância da existência de canais para a expressão franca de defesa de interesses de grupos:

[...] la defensa de los intereses puede hacerse sobre bases no violentas em aquellos sistemas sociales em los que se han legitimados los canales correspondientes. Pero donde no es

así, son altas las probabilidades de que la violencia sea uno de los modos de defensa de ese interés (COSER, 1967, p. 102).

Em Morillas (2003), o conflito é também visto como forma de interação social, parte constitutiva do processo de socialização entre os indivíduos, fonte de criatividade e de renovação contínua. Assevera que

La noción de conflicto abre grandes posibilidades de análisis por su relación con las necesidades, los deseos, las emociones, etc. que foman parte de todo el entramado social. Esta es una razón más, si no la básica, para dotarse de teorías del conflicto que den soluciones lo mas elaboradas posibles, huyendo de las simplificaciones y recetas (MORILLAS, 2003, p. 25).

O conflito, admite o autor, também pode produzir resultados aniquiladores, destrutivos.

Esse sucinto inventário aponta para a não unicidade dos modos de apreender essa expressão de interação social. Pasquino (2004) fala de três posições interpretativas dos conflitos sociais em que podem estar situados os sociólogos e politicólogos: a do *continuum*, firmada por Auguste Comte, Herbert Spencer, Vilfredo Pareto, Émile Durkheim, Talcott Parsons; a oposta à do *continuum*, na qual se inserem Karl Marx, Georges Sorel, John Stuart Mill, Georg Simmel, R. Dahrendorf e Alain Touraine; e uma intermediária, em que estão postas as interpretações de Immanuel Kant, Georg W. Friedrich Hegel, Max Weber.

Os intérpretes – ou teóricos – do *continuum* concebem como estado de normalidade o equilíbrio e a harmonia; portanto, os grupos, as organizações e as sociedades teriam de encontrar-se em harmonia, em equilíbrio, assim sendo, tudo o que sinalize a desestabilização é configurado socialmente patológico. E se os grupos, as organizações e as sociedades têm vocação para a estabilidade, para a não conflituosidade, as causas de ações conflituosas são vistas como exteriores à sociedade; são, portanto, metassociais.

Na perspectiva oposta a essa, os conflitos teriam um papel salutar; a presença contínua da harmonia e do equilíbrio, esta sim, poderia vir a se tornar comprometedora do bem dos grupos, das organizações e das sociedades, tendo em vista que sem conflitos a sociedade ver-se-ia fadada à “fossilização” pela perda da

capacidade de promover mudanças. Para esses intérpretes e teóricos, os conflitos têm presença marcada na sociedade; o desequilíbrio e a desarmonia são constituintes da norma.

Entre o olhar daqueles e o destes, há o dos que veem o conflito social “como produto sistemático das estruturas sociais” (PASQUINO, 2004, p. 226). Mas salienta o autor que “a metodologia destes autores os conduziu, na melhor das hipóteses, a considerar os Conflitos como algo que traz mal-estar para o funcionamento de um sistema, isto é em síntese, uma *disfunção*” (p. 226). É importante frisar que Weber – posicionado por Pasquino entre esses dois opostos –, como mostrei anteriormente, dá o conflito como constitutivo da sociedade.

Pasquino (2004) faz menção à perspectiva que adota Merton em relação à situação conflituosa. Este concebe conflito como “disfuncional em dois sentidos: é produto do não ou do mau funcionamento de um sistema social e produz por sua vez obstáculos e problemas, *strains and stresses* no funcionamento do sistema” (p. 227).

Variadas são as concepções interpretativas dos conflitos sociais. Elas se situam em posições que vão do *bem* ao *mal*, fazendo também pouso em um terreno, em uma posição intermediária. É uma questão clara: não há um olhar exclusivo, um pensar único, um saber sintetizador em torno do que se nomina conflito social.

Merece atenção um aspecto que, frequentemente, tem passado ao largo de estudos, de discursos acadêmicos que abordam as temáticas da violência e do conflito: a salientada positividade dos conflitos ou a admissão apriorística de uma natureza positiva no conflito.

4.1 Conflito em Sua Positividade Apriorística: uma Questão em Pauta

A realidade é apreendida não só pela exploração do mundo, com toda a satisfação ganha durante o processo de experimentá-lo, mas também pela soma de desapontamentos sucessivos. Quando os adultos não dão importância aos tesouros recolhidos pela criança: a folhinha seca que estala, o pedregulho com uma cor especial, o papelzinho que tem brilho diferente..., os desapontamentos doem; contribuem para o crescimento, mas ocasionam sofrimento.

Dulce Machado

É felicíssima a ideia que a psiquiatra Dulce Machado trabalha nesse seu texto! O evitável e o inevitável: reside, nessa condição, a possibilidade de escolha. Eis a dose a ser empregada quando se vai buscar uma medida sancionadora; quando se vai aplicar um critério de limite, um recurso de proibição, um meio de coerção julgado necessário; ou quando se vão operar a escolha e o emprego de recursos, de estratégias na deflagração, no encaminhamento e na desembocadura das situações sociais de conflituosidade. E também quando se vai apreciar, avaliar, sob quaisquer parâmetros, os resultados provindos dessas situações em que se põem em disputa quer recursos materiais, quer recursos simbólicos. Não basta, na definição de uma escolha, seu critério de necessidade; é imperiosa sua condição de inevitabilidade, de imprescindibilidade. É com essa lógica que, entendo, devam ser compreendidos os conflitos sociais e tudo o que eles sejam, na realidade, capazes de propiciar.

Julgo que, no manejo do conceito da positividade presente nas situações de conflito social, o texto da autora abre aos estudiosos caminho largo.

Os processos interativos instalam-se sob as formas de cooperação e de conflito, inevitavelmente. É ponto em torno do qual não se veem despontar discordâncias ou dúvidas.

O conflito ou a cooperação? Não é, em totalidade, uma mera possibilidade de escolha que, evidentemente, conduza os indivíduos, os grupos, as organizações ou as sociedades a fazerem irromper uma conflagração ou a estabelecerem, com seus pares, relações em que a disputa de quaisquer recursos – materiais ou simbólicos – efetive-se no plano da negociação, da diplomacia. Quase nunca as relações interpessoais, intergrupais e intragrúps, interorganizacionais e intraorganizacionais, intrassociais e intersociais tomam uma direção em que se veja anulado o risco de resvalar num sentimento de mágoa, insatisfação, injustiça, perda, vingança, ódio, revolta ou outros tantos que constituam sementes que poderão, em qualquer momento, sob novos ou velhos ventos e chuvas, fazer germinar situações que reavivem as dívidas pendentes, as perdas não reparadas e as feridas não cicatrizadas no curso do que possa – de mudanças – ter sido instaurado após o conflito anterior. É, ademais, prudente lembrar o que disse o poeta Brecht (2000, p. 64):

A chuva
 Não volta para cima.
 Quando a ferida não dói mais
 Dói a cicatriz

A cicatriz é, pois, uma metáfora de um discurso; uma possibilidade de um ato refundador, um ato reinstalador. Como um metafórico discurso, a cicatriz não se encerra nela; ela é fonte emanante de outros novos discursos. Daí por que o conflito – situação que é indiscutivelmente brotada de uma “ferida” ou de uma “cicatriz” – emana conflito infindamente.

Se a ferida inscreve uma dor física – ainda que possa não ser apenas e tão-somente física –, a cicatriz não deixa de ser uma dor renovada pela lembrança; pela marca que assinala, agora, uma não presença. Ela é, nessas circunstâncias, uma dor moral. Vê-se, pois, que o conflito instaura-se na dor; desenrola-se na dor e por meio da dor; e, ao fim, não a faz abolida, ao contrário, torna-a presença ou lembrança de que foi presença; uma ou outra reedita os espetáculos de conflituosidade entre os indivíduos, os grupos, as organizações e as sociedades.

O conflito fundado marca um ponto que afirma um *antes* do conflito e um *depois* no conflito – e, quando desembocado em seu termo final, um *depois* do conflito. Isso quer dizer que o agora não é mais como o antes.

As mudanças que, indiscutivelmente, fazem-se presentes em todo o percurso de uma conflituosidade, e ao termo de uma específica, não podem, necessária e obrigatoriamente, ser ditas e reconhecidas sempre como de resultado essencialmente positivo. Tal se valida para quaisquer tipos de conflito: os de menor ou maior dimensão – esta definida pelo número de participantes neles envolvidos; de baixa ou de elevada intensidade – esta apreendida a partir do grau de envolvimento dos que neles participam e da decisão de manterem-se até o final na perseguição do que põem como fim a alcançar ou da disposição de estabelecer negociações, pactuações, acordos; e com distintos objetivos deflagradores e definidores que os participantes acolhem e identificam como próprios, quer os que pretendem mudanças *no* sistema, quer os que propugnam por mudança *do* sistema – tal como teria Talcott Parsons distinguindo esses dois propósitos (*no* e *do*).

A positividade que um número considerável de estudiosos pretende afirmar como um predicado – isto é, um atributo inerente – dos conflitos sociais deve – entendendo – ser incondicionalmente relativizada. Propugno essa ideia estabelecendo e

construindo sua defesa em dois pontos: o argumento de que os conflitos são propulsores de mudanças e a noção de conflitos como elos unificadores. Nessa corrente de pensamento, encontram-se, entre outros, os seguintes argumentos:

Todo puede salvarse si el proletariado, por el uso de la violencia, reintegra a la clase media algo de su antigua energía (SOREL apud COSER, 1967, p. 25).

Lo que es importante [...] es la idea de que el conflicto [...] evita la ossificación del sistema social forzando la innovación y la creatividad. [...] Los conflictos entre los grupos de una sociedad, así como dentro de ellos, pueden impedir que los ajustes y las relaciones habituales sufran el empobrecimiento progresivo de su creatividad. [...].

Ya se ha señalado en otra parte que el conflicto no solo genera nuevas normas y nuevas instituciones, sino que actúa como estimulante directo en la esfera económica y tecnológica (COSER, 1967, p. 25, 26).

El conflicto es el tábano del pensamiento. Estimula nuestra percepción y nuestra memoria. Fomenta la investigación. Sacude nuestra pasividad de ovejas, incitándonos a observar y a crear... El conflicto es el *sine qua non* de la reflexión y la inventiva (DEWEY apud COSER, 1967, p. 26).

De hecho, los elementos propiamente disociadores son las causas de la lucha: el odio y la envidia, la necesidad y la apetencia. Pero cuando, producida por ellas, ha estallado la lucha, ésta es un remedio contra el dualismo disociador, una vía para llegar de algún modo a la unidad, aunque sea por el aniquilamiento de uno de los partidos. [...] la lucha es una síntesis de elementos, una contra posición que juntamente con la composición, está contenida bajo un concepto superior (SIMMEL, 1977, p. 265-266).

Os operários triunfam às vezes; mas é um triunfo efêmero. O verdadeiro resultado de suas lutas não é o êxito imediato, mas a união cada vez mais ampla dos trabalhadores. Esta união é facilitada pelo crescimento dos meios de comunicação criados pela grande indústria e que permitem o contacto entre operários de localidades diferentes. Ora, basta esse contacto para concentrar as numerosas lutas locais, que têm o mesmo carácter em toda parte, em uma luta nacional, em uma luta de classes (MARX; ENGELS, s.d., p. 28)

A noção instituída por Marx de “classe para si” envolve essa concepção de conflito como elemento de união.

Evidente que, sendo os conflitos inelimináveis, inerradicáveis, não existem sociedades em que eles não se façam presentes, não havendo, pois, como se falar

em uma sociedade sem conflito, na qual as interações fossem pautadas exclusivamente nas relações de cooperação. Mas há que se indagar: os indivíduos deixariam de criar, de ter ideias, de ter necessidades a serem supridas, de ter desejos a serem saciados e realizados, quando não se vissem submetidos à situação de conflito? Óbvio que não. Não estaria necessariamente – ou exclusivamente – no conflito o motor que impulsiona o indivíduo na direção do encantamento pelo novo, com tudo o que, evidentemente, de bom e ruim, de agradável e incômodo possa estar adeso a esse processo de busca. Perderiam a capacidade de recorrer à linguagem – pelo “empobrecimento” resultante da ausência da contenda – para dar expressão aos sentimentos, às satisfações, às insatisfações, às concordâncias, às divergências, às dúvidas?

Por outro lado, falar de unificação, de estabelecimento e solidificação de laços, apelando sem reservas à eliminação do antagonista, não poderia representar a defesa de que só aos pares se deva assegurar convivência? E mesmo existência?

A tarefa de dar respostas prudentes, cautelosas, consequentes a tais indagações é um exercício de que ninguém deve privar-se, mas, sobretudo, é um imperativo para aquele que tem por ofício buscar o entendimento e dar a conhecer o modo como e as razões por que os conflitos e as violências fazem-se presentes nas sociedades.

Com base nessas questões, agora referidas, é que penso ser necessário e prudente manejar adequada e cautelosamente a noção da positividade que se aposta nos conflitos sociais.

Sustento que a condição inexorável da presença de conflitos nas relações sociais não deve ultimar qualquer apelo a uma franca existência dos mesmos, nem conduzir à desistência de fazê-los, cada vez mais, minimizados em seu curso e em seus efeitos danosos, nem deixar arrefecido o esforço de conduzi-los dentro de termos que não deixe suspensa a dimensão ética, crítica. Enfim, que só se façam – e se provada sua inevitabilidade – em parâmetros aceitáveis e sob limites e condições que promovam resultados menos doridos, cicatrizes menos profundas e pouco extensas, bem assim curtos tempos necessários à cicatrização das feridas.

O que é inelutável – a exemplo dos conflitos sociais – não tem que, necessariamente, ser sublimado ou enaltecido ou negado; na realidade, haverá de ser enfrentado, experienciado sob olhos vígeis. E mesmo ter exprobadados os modos com que, às vezes, se lhes oferta termo: guerras; extermínios físicos, culturais,

raciais, étnicos; totalitarismos; escravismos; intolerâncias religiosas, políticas e tanto mais.

É oportuno retomar Brecht (2000, p. 82) em sua poesia:

Eu que nada mais amo
Do que a insatisfação com o que se pode mudar
Nada mais detesto
Do que a insatisfação com o que não se pode mudar.

A existência de conflitos é fatal. Sua condição de existir não cede a lamentos, rogos e súplicas. Resta, pois, dar-lhes uma condução em que dela não se exclua o preceito ético. Sobra o esforço – que terá de ser incansável – na direção de uma forte imposição de regras e limites no jogo dos contendores. Que não se perca de vista o que foi dito acerca dos cruéis eventos patrocinados pelo *führer*.

São de substância diferente.
Mas a sua guerra e a sua paz
São como tempestade e vento.

A guerra nasce da sua paz
Como a criança da mãe
Ela tem
Os mesmos traços terríveis.

A sua guerra mata
O que a sua paz
Deixou de resto
(BRECHT, 2000, p. 158).

A condição inexorável dos conflitos sociais remete – ou deve remeter – à busca do que torna diferenciável o *sofrimento inevitável* do *sofrimento evitável*. Esta é, sim, uma escolha possibilitada em um conflito. É o que gostaria de ver pensado

Já que iniciado o assinalamento tanto da não aceitabilidade de que os conflitos desemboquem na eliminação de contendores, de adversários, quanto da impreteribilidade prévia de que seus embates pautem-se em protocolos de reconhecimento – entre outros – tanto do direito dos indivíduos, dos grupos, das organizações e das sociedades não ser submetido a regras que firam a dignidade humana, quanto do inegociável direito de terem existência, ainda quando discordantes ou vencidos, é necessário e urgente retomar a discussão da categoria

sociológica que tem sido expressa visceralmente ligada ao conflito social: a violência.

Não é raro que uma e outro se vejam tratados como se fossem eles expressão de um único fenômeno. É momento, pois, de buscar aprofundar discussão acerca dos problemas graves que decorrem do fato de lidar-se com violência e conflito como se eles fossem um só evento, uma mesma coisa. Aproveito para chamar a atenção para um aspecto que se faz, de princípio, preocupante: ao tratá-los como sendo um do outro sinônimo, somos, então, levados a concluir que a violência seja, assim como o é o conflito, ineliminável, inerradicável.

É esse esforço ininterrupto, intensivo – e o mais grave, insuspeito – de fazê-los unha e carne, de torná-los únicos, que explica toda a trajetória de incrustação, todo o processo de aproximação e de naturalização de variadas expressões inaparentes de violência a que se é submetido desde a mais tenra infância. Quem não foi embalado por uma dessas – ou outras – canções de ninar?

Nana, nenê
Que a cuca vai pegar
(cantiga de ninar).

Boi da cara preta
Pega essa criança
Que tem medo de careta
(cantiga de ninar).

Quem não cantarolou, ensinado por babá, tio, avós, mãe, pai, professora, uma cançãozinha dessas?

Atirei o pau no ga-to-to
Mas o ga-to-to não morreu-reu-reu
Dona Chica-ca admirou-se-se
Do miau, do miau que o gato deu
(cantiga de roda).

Sambalelê está doente
Está com a cabeça quebrada
Sambalelê precisava
É de umas boas palmadas
(cantiga de roda).

Quem não ouviu uma historinha que começava com um inofensivo *Era uma vez...* E continuava:

Aí o lobo mau comeu a vovozinha... (história da Chapeuzinho Vermelho).

Aí a bruxa deu a maçã envenenada pra Branca de Neve e ela caiu num sono profundo... (história da Branca de Neve).

Aí a bruxa já ia colocar, no caldeirão com azeite quente, Joãozinho e Maria e eles conseguiram empurrar a bruxa no caldeirão fervente? (história de Joãozinho e Maria).

Quem não assistiu ao inocente desenho animado em que um gatinho (Tom) corria atrás do ratinho (Jerry) para comê-lo? Ou àquele em que o Frajola derrubava inúmeras vezes a gaiola do Piu-piu e já quase o abocanhava, quando a vovozinha chegava e o passarinho ficava fazendo troça do gato frustrado? Não se explicita nada de tão ofensivo nessas canções, nessas historinhas, nesses desenhos. E é assim que deve parecer!

A violência pode ficar inscrita na vida dos sujeitos de forma sutil, natural, ingênua até, como se flagra nos exemplos que se emolduram pelas cenas: da criancinha, no colo da mãe, da avó, do pai ou da babá, embalada, ninada sob a doce ameaça de ser carregada pelo “Boi da cara preta”, ou quiçá pela Cuca; das cantigas de roda trazendo exemplos de violência quase imperceptíveis, como o do gato agredido que causa admiração por não ter morrido e por sua expressão de dor ante a violência sofrida (“Atirei o pau no gato”); do Sambalelê que merece apanhar em razão de queixar-se de estar doente (“Sambalelê está doente”); da criança que, ainda em casa ou já na creche ou jardim de infância, vai ingressar no mundo mágico da fantasia e deparar com a bruxa má que, inconformada com a beleza e o amor que a mocinha bonita – princesa – conquistou, anseia por vê-la morta e usa de toda forma de ardil para obter seu intento (Branca de Neve); da criança que vai tomar conhecimento também do modo como Joãozinho e Maria conseguem livrar-se do perigo, ao lançar no caldeirão fervente a velha bruxa.

Na mídia, a criança vai ocupar as manhãs ou tardes com os desenhos infantis que apresentam o mundo animal com sentimentos humanos: a inveja, a disputa, a raiva, a vingança. O gato (Tom) que persegue o rato (Jerry), incessantemente; esse mesmo rato provoca o gato e, com mais esperteza, safa-se das investidas daquele. O pássaro (Piu-Piu), alvo dos mimos da vovó, provoca a zanga do gato enciumado (Frajola). Assim, a infância vai travando intimidade com essas expressões e sentimentos humanos. Aprende ainda, entre outros

ensinamentos – pois essa é a mensagem –, que o mais esperto ganha sempre; que os fins justificam os meios.

Maiorzinha, na escola, são-lhe passadas as lições de que deve colocar-se e colocar sua vida a serviço da defesa da pátria:

Verás que um filho teu
 Não foge à luta
 Nem teme quem te adora
 A própria morte
 Terra adorada
 (Hino Nacional, de autoria de Joaquim Osório Duque Estrada e Francisco Manuel da Silva).

Brava gente brasileira
 Longe vá temor servil
 Ou ficar a Pátria livre
 Ou morrer pelo Brasil
 (Hino da Independência do Brasil, de autoria de Evaristo da Veiga e D. Pedro I).

Mais tarde, quando se alistar e servir as Forças Armadas, vai intensificar esse sentimento preteritamente gestado – nacionalismo – de que a vida, melhor a morte, estará sempre à disposição da pátria. Alimentará a certeza de que por ela morrer é heroísmo e por ela matar, um dever. Reafirmará a coragem e a disposição de morrer e matar como sinal de seu patriotismo.

Não importa a tocaia da morte
 Pois que à Pátria, dos céus o altar,
 Sempre erguemos de ânimo forte,
 O holocausto da vida, a voar
 (Hino dos Aviadores, de autoria do capitão João do Nascimento).

E quando a Nação querida
 Frente ao inimigo
 Correr perigo,
 Se dermos, por ela, a vida,
 Rebrilha a glória, fulge a vitória
 (Canção do Exército, de autoria do major Alberto Augusto Martins e de Teófilo de Magalhães).

Quanta alegria nos traz a volta
 A nossa pátria do coração
 Dada por finda nossa derrota
 Temos cumprido nossa missão

(Canção do Marinheiro – Cisne Branco, de autoria do primeiro sargento Antônio Manoel do Espírito Santo e de Benedito Xavier de Macedo).

Mas há que se reconhecer a existência de um contingente considerável não efetivamente apanhado, capturado pelo ideário militar: o conjunto de sujeitos que não se integra às fileiras da Aeronáutica, do Exército ou da Marinha. Para esses está preceituado o mesmo sentimento nacionalista, embora cultivado no território civil:

Se a Pátria querida
For envolvida
Pelo inimigo
Na paz ou na guerra
Defende a terra
Contra o perigo

Com ânimo forte
Se for preciso
Enfrenta a morte
Afronta se lava
Com fibra de herói
De gente brava
(Canção Fibra de Herói, de Guerra Peixe).

Se há todo um treinamento, um adestramento ou condicionamento na direção da prática de violência, o que se quer então? A violência, evidentemente! Vê-se, pois, que, sob essas regras, a violência é amálgama das relações. E, como se demonstra, o Estado é um didata por excelência desse ensinamento.

Foi Weber quem deixou dito que o Estado detém o monopólio da violência legítima. Portanto, obviamente, é ele quem também está – ou deveria estar – dotado de mecanismos eficazes para seu controle, na medida e intensidade entendidas convenientes, dos mais flexíveis aos mais brutais. Não agora, mas na seção seguinte, será tratada essa infiltração do Estado no reger da violência; essa sua vinculação visceral com o fenômeno que parece incontrolável, volitivo, autônomo. Ao mesmo tempo ficará demonstrada sua relação intestina com o capitalismo. E o enlace de ambos – capitalismo e Estado – com a violência

Por ora, é interessante trazer a visão de Weber (1993, p. 118-119) acerca do Estado:

[...] o complexo de relações humanas, por exemplo, normas e condições normativamente determinadas que designamos por

“Estado” é um fenômeno econômico. [...] na medida em que a sua conduta e o seu caráter são determinados por motivos econômicos, também em outras relações, que não as “econômicas”, é “economicamente condicionado” [...]. Os motivos especificamente econômicos [...] atuam sempre onde a satisfação de uma necessidade, por mais imaterial que seja, envolva a utilização de meios limitados.

Oportuno também é lembrar a indagação de Marx (1987, p. 383): “[...] sem crime nacional, teria jamais surgido o mercado mundial? E mesmo as nações?” É em Marx que muito da atualidade se pode explicar, sobremaneira a violência em sua intensidade e expressão cada vez mais espetaculares.

Essas ideias de Marx e de Weber, apenas anunciadas, conduzem-me à possibilidade de afirmar que a violência é solo do Estado, é o terreno onde ela se acomoda.⁷ Evidentemente, essas ideias serão retomadas adiante, tendo em vista representarem a fundação, o alicerce teórico da tese que defendo.

A urgência que agora se faz é de pôr sob foco direto o objeto que constitui para análise. Nesse sentido, não me esquivo de explicitar que este empreendimento investigativo tomará a violência como mercadoria nos circuitos da civilização do capital. A ideia que defendo – e que reservo o propósito de analisar – é de que, sob as ordens ditadas pelo capital, a violência transfigura-se em mercadoria, constituindo, sob forma variada e distintos mecanismos, meio de acumulação de capital. Não à toa, pois, que a violência se entranhe, infiltre-se nos mais diversos e íntimos recantos de nossos corpos e almas.

Ela não nos é tão estranha quanto queremos fazer aparentar – eis o grande risco! Ela se assenhoreia de nossos corpos e nossas mentes desde muito cedo. O trabalho de “vendê-la” desse ou daquele modo – como algo que mobiliza indignação ou admiração ou aceitação, com tolerância ou rechaço, com indiferença para com seus resultados ou com determinação de evitá-la e de combater seus efeitos – é diretamente proporcional aos interesses e, sobretudo, ao lucro que em torno dela e por meio dela circule.

Mas, sobretudo, ela não pode ser confundida com conflito. Daí por que compreendi como absolutamente indispensável essa focalização da diferença entre processo (conflito) e meio (violência), tendo em vista que, desse imbróglio, alimenta-se vorazmente o sistema do capital. Cada vez que se o (conflito) afirma inexorável e

⁷ Ver as bases teóricas do Estado moderno.

que se o dá como sinonímia de violência, é conferida a esta o estatuto daquele; se os torna próximos. Transfigura-se a violência, paradoxalmente, em algo natural, aceitável, porquanto absolutamente humano, ao mesmo tempo que se decreta ser ela merecedora do exercício de repulsa; aquilo contra o que se luta, mas que, ao fim, o lugar reservado é o de vencido, o de quedado por ela.

A violência constitui um – não o único – meio de levar a termo um conflito. Esse é mais um dos imbróglis que precisam ser enfrentados. É uma entre tantas mitificações que dão sustentação ao “edifício do capital”.

4.2 Um Esforço de Focalização Conceitual da Violência: afinal do Que Se Está Falando?

*O ódio deseja ser o Deus criador.
O ódio decide o começo e o fim da criação, acredita
que tudo lhe é permitido, coaxa e saltita como uma rã,
acredita que pode fazer explodir a bomba.
[...] é do ódio de si que brota o ódio pelo outro. Nós,
homens, exibimos uma deplorável incapacidade de
nos aceitar puramente como homens. Queremos ser
Deus. Perdemos a cabeça por não sê-lo e odiamos
aqueles que, mesmo involuntariamente, nos forçam a
abandonar as ilusões.*

André Glucksmann

Como já ficou assinalado, o termo violência não recebe dos estudiosos a mesma expressão conceitual. Embora até não se veja reservada totalidade de convergência no tocante à temática da violência, nas obras de Arendt (1985), Costa (2003) e May (1981), fica impressa a certeza de que violência constitui meio, instrumento, jamais processo. Eis a razão por que a produção teórica específica desses autores (*Da violência, Violência e psicanálise, Poder e inocência: uma análise das fontes de violência*, respectivamente) fundou a viga mestra do problema sociológico que edifiquei para estudo. Salientando, na oportunidade, que a outros teóricos recorri para alcançar o propósito de colocar sob análise a violência, entre outros, Yves Michaud (*A violência*, 1989), José Manuel Martín Morillas (*Los sentidos de la violencia*, 2003).

May (1981) explicita a consonância de seu pensamento com o de Arendt (1985) no tangente ao fato de a violência ser resultante da impotência. Nesse

sentido, no curso da citada obra, ele consolida essa sua tese, dissecando, descendo aos componentes daquilo que julga imbricado no fenômeno violência.

Após definir o poder como “a capacidade de causar ou impedir mudanças”, informa que o mesmo apresenta duas dimensões: “poder como potencialidade, ou poder latente” e “poder como realidade” (MAY, 1981, p. 82). Estabelece para ele cinco níveis ou fases: o “poder de ser”, a “auto-afirmação”, o “fazer valer o que somos”, a “agressão” (quando a capacidade de valer fica bloqueada), por fim, a fase da “violência”. Esta entendida como “uma explosão do impulso para destruir o que é interpretado como uma barreira ao amor-próprio, ao movimento e ao crescimento” (p. 148). Adverte que, apesar da violência ser “predominantemente um evento físico”, ela “ocorre num contexto psicológico” (p. 149).

O autor inaugura seu texto dizendo que “o poder é essencial a todas as coisas vivas” (p. 17). E adiante ele assinala que a profusão de discursos emanados, sobretudo na década de 1980, acerca do poder do indivíduo de adquirir, de produzir significado político ou psicológico, traduzia nada mais que um esforço de compensar algo de que se estava a sentir a falta. Para ele, o poder e o sentimento de significação se interligam: “um constitui a forma objetiva e o outro a forma subjetiva da mesma experiência”. E seria a perda da “sensação de significação” que faria o indivíduo lançar mão das outras formas de poder que repercutem sob a modalidade de agressão e violência (p. 31).

A agressão é definida por May (1981, p. 37) como “um movimento de penetração nas posições de poder ou de prestígio ou no território pertencente a outrem, apoderando-se de parte dele em nome do eu”.

A chegada à fase seguinte, a da violência, revela a falência ou insucesso em concretizar a “sensação de significação” por meio dos recursos disponíveis nas fases ou níveis anteriores de poder. Eis a razão por que, diz May, a violência é predominantemente física: “porque as outras fases, que podem envolver argumentação ou persuasão, foram *ipso facto* bloqueadas” (p. 37-38).

Não poderia me furtar de abrir um parêntese para ilustrar a tese desse analista com um trecho do artigo “Juventude e violência no Brasil contemporâneo”. Seu autor, o antropólogo e cientista Soares (2004, p. 130-143), com uma fidelidade ímpar, materializa uma imagem límpida do que foi aqui dito.

Um jovem pobre e negro caminhando pelas ruas de uma grande cidade brasileira é um ser socialmente invisível. Há muitos modos de ser invisível e várias razões para sê-lo. [...]. Uma das formas mais eficientes de tornar alguém invisível é projetar sobre ele ou ela um estigma, um preconceito. Quando o fazemos, anulamos a pessoa e só vemos o reflexo de nossa própria intolerância. Tudo aquilo que distingue a pessoa, tornando-a um indivíduo, tudo o que nela é singular desaparece.

[...]. Outra forma de invisibilidade é aquela causada pela indiferença. Como a maioria de nós é indiferente aos miseráveis que se arrastam pelas esquinas feito mortos-vivos, eles se tornam invisíveis, seres socialmente invisíveis.

[...] perambulam invisíveis pelas grandes cidades brasileiras muitos jovens pobres, especialmente os negros [...]. Um dia, um traficante dá a um desses meninos uma arma. Quando um desses meninos nos parar na esquina, apontando-nos esta arma [...]. Ao fazê-lo, saltará da sombra em que desaparecera e se tornará visível. A arma será o passaporte para a visibilidade.

[...]. O sujeito que não era visto impõe-se a nós. [...]. Recupera sua visibilidade [...]. Põe-se em marcha um movimento de formação de si, de autocriação. Se havia dívida [...], eis aí a fatura.

[...]. Num passe de mágica, o mundo ficou de cabeça para baixo: quem passava sem vê-lo obedece-o. Invertem-se as posições. Quem desfilava sua soberba destilando indiferença agora submete-se à autoridade do jovem desconhecido. Celebra-se um pacto fáustico: o jovem troca seu futuro, sua alma, seu destino, por um momento de glória, um momento fugaz de glória vã; seu futuro pelo acesso à superfície do planeta, onde se é visível.

[...]. A solução escolhida para reconquistar visibilidade [...] é a pior possível. Ela é destrutiva e autodestrutiva.

Soares (2004) faz questão de assinalar – e é imprescindível deixar, aqui, esta ressalva – que não está fazendo loas à violência, nem trazendo, para ela, justificativas, mas tão-somente buscando seu entendimento, como afirma: “Estou propondo uma chave de leitura, uma interpretação” (p. 142).

As falas desses autores encontram ressonância na afirmativa de Arendt (1985, p. 29) de que “à violência sempre é dado destruir o poder; do cano de uma arma desponta o domínio mais eficaz, que resulta na mais perfeita e imediata obediência”.

O reforço do que May (1981) disse quando expressou que, no atingimento das fases de agressão e violência, ficava revelado o fracasso da argumentação e da persuasão, vem na afirmativa de que “violência e comunicação excluem-se mutuamente” (p. 55). Pois, para ele, “quando o vínculo entre seres humanos é

destruído – isto é, quando se desfazem as possibilidades de comunicação – ocorrem a agressão e a violência” (p. 57). Para esse autor, enfim, a violência é o inverso do poder.

Costa (2003), como já foi informado, ressentia-se da psicanálise ter-se ocupado pouco da violência. Tanto é assim que, como disse, até o termo ficou privado de uma conceituação um tanto menos diversa, imprecisa, vazia.

Para evitar o risco de tornar repetitiva a fala, importa, neste momento, apenas assinalar que Costa (2003), no esforço de ofertar maior consistência à concepção de violência, faz algumas assertivas: a de que sua existência é circunscrita ao “contexto da interação humana” (p. 40); e a de que “não existe violência sem desejo de destruição, comandando a ação agressiva e, em consequência [...] violência não é uma propriedade do instinto” (p. 43).

Em *A violência*, Michaud (1989) começa por levantar o problema da multiplicidade das definições ofertadas ao termo violência. Ou – como destacou – a ausência de definição em estudos específicos acerca da temática, como no caso de Arendt e Sorel.

Salienta, no entanto, que, na esfera do direito, alcançam-se definições estritas no tangente ao que se classifica como ato violento ou não. Assinala, ademais, a existência de duas orientações principais flagrantes nas variadas definições: a violência na nomenclatura de fatos e ações e a violência como forma de designação de “uma maneira de ser da força do sentimento ou de um elemento natural [...]” (p. 7).

O autor apresenta uma história e uma sociologia da violência. Sob a ótica da antropologia e da sociologia, aborda suas causas. E, entre outras questões, trata da forma como, nas sociedades contemporâneas, a tecnologia é empregada na produção de efeitos cada vez mais devastadores, tendo em vista a diversidade dos instrumentos – desde “mísseis, aviões, meios de teleguiagem eletrônica, armas de infantaria com mira *laser* ou infravermelha” a “armas de mão ou de caça, os explosivos para uso agrícola e os coquetéis Molotov”. Destacando a existência de um “hipermercado da violência” (p. 43).

Considerando-se o decurso de um pouco mais de duas décadas da publicação dessa obra, há que observar que muitos outros instrumentos e com maior potencial ofensivo foram postos no mercado. Nessa mesma direção, torna-se oportuna a observação de Glucksmann (2007, p. 19-20):

As bombas humanas de Manhattan inverteram a eufórica hipótese dissuasiva. Sim! Um poder de aniquilação de envergadura nuclear transformou-se no apanágio de qualquer um que chegar primeiro. Sim! Uma vontade de devastar equivalente aos sonhos nazistas toma conta dos civis e, como argumento supremo, promete o massacre de inocentes. Hitler em forma de kit, do tipo faça você mesmo.

Além da diversidade dos instrumentos, Michaud (1989) elencou ainda outras características da tecnologia que se punham a serviço da destruição: gradação dos meios e acesso a eles; sofisticação, potência e precisão dos instrumentos; profissionalização dos serventes; contaminação de novas áreas; por fim, custo da violência.⁸

Para Arendt (1985, p. 28), “a violência é, por sua própria natureza, instrumental; como todos os meios, está sempre à procura de orientação e justificativas pelo fim que busca. É aquilo que necessita de justificar-se através de algo, mas não pode ser a essência de coisa alguma”. Na citada obra, a filósofa adverte que a violência se potencializa, “como todos os demais instrumentos”, por meio de artefatos que, cada vez mais, alcançam potência destrutiva. O poder queda-se ante a violência (p. 29).

A obra de Morillas (2003), como já assinali, é fundamental a quem busque compreender em que se constituem conflito, violência, agressividade e os fatores que os mobilizam, que os detonam. Para o que esta seção se propõe será suficiente o resgate dos sentidos de violência que o autor apresenta.

Um dos aspectos que ele assinala, também levantado por Michaud, é o relativo à necessidade de inscrever o fenômeno em um contexto cultural, pois, conforme diz: “[...] la violencia es ‘visible’ o ‘invisible’ según lo que una cultura entienda por *base referencial* de la violencia” (MORILLAS, 2003, p. 74). Faz um alerta nesse tocante:

El problema es que la propia palabra ‘violencia’ se diluye en una red compleja de conceptualizaciones, cosmovisiones, ideologías, valoraciones, y asociaciones fuertemente

⁸ Fica indicada a leitura integral da obra *A violência*, de Michaud, sobretudo para que o leitor tome conhecimento do que o autor aponta como problemático e deletério no emprego dessa tecnologia, entre os quais: o risco de ampla difusão de armamentos; a possibilidade, pela facilitação do acesso, dessas armas serem adquiridas por guerrilheiros, grupos terroristas; os prejuízos refletidos tanto na destruição material em larga escala quanto nos danos psicológicos que provoca nas populações.

individualizadas y culturalizadas. Es decir, la palabra 'violencia' no opera sola, sino dentro de una red de conceptos culturalizados. Por eso, unas culturas "ven" "violencia" en unas conductas, y no en otras [...] (p. 77).

O diálogo com essas ideias, com esses autores será instaurado ou aprofundado no curso da seção em que o objeto é apresentado em sua configuração última. Pois o propósito que esta seção encerrou foi o de apresentar as perspectivas várias – e as coincidentes – nas quais ficam inscritas as noções de violência e conflito. Para este empreendimento acadêmico, o conflito é processo e a violência é instrumento, é tão exclusivamente um meio, uma das vias possíveis para o desenlace de um conflito. Esse é ponto crucial no manejo do objeto sociológico entalhado, traçado nesta tarefa investigativa. Dessa ideia, partem as análises que adiante serão processadas. E a essa agrega-se outra ideia: a de que a violência foi transformada em produto comercializável. Nesse sentido, são apresentados, a seguir, o desenho do cenário e a moldura em que se tornou possível dar à violência conformação de uma mercadoria de grande lucratividade nesse caudaloso rio do capital.

5 FLASHES DE UM ESPETÁCULO DA HUMANIDADE: EMOLDURANDO O OBJETO SOCIOLOGICO

A origem do espetáculo é a perda da unidade do mundo, e a expansão gigantesca do espetáculo moderno revela a totalidade dessa perda: a abstração de todo trabalho particular e a abstração geral da produção como um todo se traduzem perfeitamente no espetáculo, cujo modo de ser concreto é justamente a abstração. No espetáculo, uma parte do mundo se representa diante do mundo e lhe é superior. O espetáculo nada mais é que a linguagem comum dessa separação. O que liga os espectadores é apenas uma ligação irreversível com o próprio centro que os mantém isolados. O espetáculo reúne o separado, mas o reúne como separado. [...] O espetáculo é o capital em tal grau de acumulação que se torna imagem.

Guy Debord

O começo e o fim são nada mais que marcos que se arbitram para situar, numa trajetória geográfica, histórica, espacial, corporal, temporal, eventos que necessitam ser referenciados, localizados, a fim de que se tornem legíveis, compreensíveis, interpretáveis. Nesse sentido, e assim entendendo, tomarei, pois, uma ponta inicial dessa que é a história em que se viu emergir e consolidar um modo de produzir coisas e pessoas como se mercadorias similares fossem, chegando, assim, a se propor para elas um equivalente único: o dinheiro. E, nesse mundo, tudo fica tomado pelo espetáculo...

5.1 Um Esforço de Gênese

O começo...

O espaço: a Terra – local em que circulavam animais de portes vários e com existência e vida de duração distinta.

O tempo: aquele em que as marcas não ficaram para esclarecer ou desmentir o codinome *pré-civilização*.

A vida: a luta pela sobrevivência, em sua busca nômade por alimento e por segurança. A vida humana em suas consequências primeiras: um aprendizado do sentido de cooperação e organização social, com o fim de garantir alimento e defesa.

A descoberta: o fogo.

As conquistas: o controle gradativo sobre o meio ambiente e a consequente superação de algumas dificuldades, redundando na possibilidade de fixação na terra e na autossuficiência.

Um alcance: os clãs, como unidades de vivência e organização familiar.

Uma preocupação: das mulheres, a de zelar pela preservação da unidade familiar; dos homens, a de assegurar alimento suficiente ao consumo: produzir e garantir o que a fome pedia – sem excessos: não os havia!

O trabalho: apenas o suficientemente necessário! Pois o alimento – até então necessidade e prazer do corpo – era o seu móvel e fim. Foi essa a forma inaugural de trabalho. E era desenvolvida coletivamente.

O lazer: todo o tempo não tomado pelo trabalho ou descanso; sua expressão: as festas, o congregar prazeroso consigo mesmo e com os outros – o dançar, o praticar dos rituais mágicos, o comer, o brincar e tudo o mais que realimentasse a vida.

A existência na Terra, a vida em comunidade era de partilha; viver era ato coletivo. Daí serem distribuídas, entre todos, as condições indispensáveis a esse exercício: o espaço, o tempo, o alimento.

Essa forma de existência do homem, da mulher e de suas crias ficou inscrita como uma sociedade do período paleolítico ou Idade da Pedra Lascada.

Em seguida...

O homem avança em seu controle sobre a natureza. Estabelece com o meio ambiente novas relações que se revelam decisivas à mudança nas formas de sua organização societária.

A fixidez territorial, garantida por seu domínio ambiental, assegura-lhe o desenvolvimento de técnicas de agricultura e de criação de animais. Não só fica garantido o alimento diário, também se lhe garantem sobras: excedentes que podem e devem ser colocados em estoque, inicialmente, como medida de cautela, mas que tornar-se-iam propiciadoras de um modo diferenciado de com elas (sobras) lidar: de tê-las, de mantê-las e, sobretudo, de produzi-las e gerenciá-las.

A produção alimentar, posta além da suficiência para o consumo, gerava novas necessidades: estocagem cautelosa, cuidados de preservação e manutenção das sobras. E, ao mesmo tempo, gerava também novas vontades: controlá-la,

tornando-a cada vez maior e cuidando para que os que a produzissem fizessem-no alcançando seu *maximum*, o que envolveria qualificar seus produtores.

Produtores gerando mais! Exigiam-se, por seu turno, melhores técnicas de guarda e conservação dos alimentos. Assim, desenvolve-se a cerâmica, elemento que vai não apenas dar condições de acondicionamento do excedente de produção alimentar como promover a facilitação no fabrico do alimento.

E o transporte do excedente haveria de facilitar-se e ganhar agilidade com a criação da roda.

Novos agentes eram requeridos a participar desse processo. Era, assim, instaurado o embrião da especialização e da divisão do trabalho. O trabalho – ação coletiva – era distribuído, em suas distintas etapas e tarefas, entre crianças, mulheres e homens; cada um deles contribuindo na garantia do sustento e da vida de todos: a caça, o revolver a terra, para homens; a semeadura e a colheita, a cargo das mulheres; e, às crianças, o cuidar das plantações, para que delas fossem afastados pássaros ou pequenos animais que as pudessem danificar.

As tarefas laborais distribuídas desse modo também foram proporcionando uma sobra de tempo. Tempo que seria reempregado no desenvolvimento dessas mesmas atividades, bem assim no desenvolvimento de técnicas e instrumentais que redundariam, mais uma vez, numa produção aumentada.

A fartura promove o aumento populacional que, por seu turno, determina migrações e ocupações territoriais novas. Fundam-se, desse modo, as primeiras cidades. E elas já vão dando um sinal de diferenciação: algumas vocacionam-se às atividades agrárias, rurais; outras se voltam à “comercialização” (escambo) de produção excedente e do artesanato produzido.

Conta a História que esse foi o período neolítico.

Houve um tempo inscrito na História como a *Idade dos Metais*. Nela registram-se, segundo os historiadores, fases distintas no emprego, em grande escala, dos metais cobre, ouro, bronze e ferro.

Teria, nesse período, de certo modo, se consolidado a especialização da função e se enraizado a divisão do trabalho. Até porque a rudimentar técnica exigia do pessoal encarregado do fabrico de peças de metalurgia um tempo significativo. Isso o obrigava à dedicação de grande parte de seu tempo e esforço nesse empreendimento, o que só se tornaria possível quando houvesse excedente alimentar capaz de possibilitar dele manutenção por outrem, mediante uma

operação cambial em que figuravam como moeda de troca instrumentos, utensílios de um lado e alimentos de outro.

Criavam-se, a um só tempo, o liame da dependência e o poder de negociação: o alimento indispensável à sobrevivência de quem era responsável pelas condições de aumentar sua produção.

Esse foi o período de transição entre a não civilização e a civilização, afirmam os historiadores.

Sob tais inspirações, sentiam-se próximos os ventos da civilização!

Até que...

Veio a civilização. Com ela, a História instruiria uma nova divisão temporal: Idade Antiga, Idade Média, Idade Moderna, Idade Contemporânea.

Cada um desses tempos inspirou, edificou, consolidou e despenhou uma série praticamente inominável de fatos, de episódios, de ideias, de personagens. Daí, a impraticabilidade – e mesmo a desnecessidade – de aqui elencá-los. Assim sendo, evoco a expressão que responde bem a esses distintos tempos históricos: civilização.

A civilização! Marcada por um sem-número de eventos que dizem tanto do orgulho e da vergonha que a espécie humana é capaz de promover e de – às vezes – sentir.

Com a civilização, instaurou-se o poder da Igreja; pôs-se em construção franca o Estado; reordenou-se, resignificou-se o trabalho, que não responderia mais pelo sustento do homem exclusivamente, mas encarregar-se-ia, entre outras, tanto da função de acúmulo de riquezas quanto da função disciplinadora. As relações comerciais iriam suplantam aquelas estabelecidas meramente na troca: a vantagem e o lucro regê-las-iam.

A civilização rasgou terras; conquistou territórios; singrou mares; abriu caminhos; criou e destruiu impérios; assistiu ao Êxodo e à Diáspora; viu nascerem e fenecerem ídolos; expulsou e refugiou povos; asilou e banuiu os sem-território, assim como, deles, foi fábrica; tolerou e expurgou os diferentes; erigiu e demoliu muros; destruiu nações; eliminou povos; materializou iras; proporcionou guerras e destruição; apelou à paz. Para os “crimes” e “criminosos” sobre os quais recaía a impiedade da Inquisição, garantiria, em outro tempo, a vigência do ideário de cidadania, fundado na Revolução Francesa, que também, a seu modo, promoveu o fim de “seus criminosos”, de seus inimigos.

Sob o manto da civilização, instalaram-se a competição e a disputa francas e desmedidas. Seus ventos conduziram as velas que singravam os mares por onde se realizava a travessia da sanha colonizadora que, durante séculos, grassou por sobre territórios e gentes concretizando o ideário do escravismo. Foi nela que se construíram, cresceram, salientaram-se e cristalizaram-se as desigualdades que determinam as posições, as classes: exploradores e explorados; ricos e pobres; possuidores e destituídos; mandantes e obedientes; cidadãos e párias; encarcerados e carcereiros; grandes nações e povos em miséria abundada; beneméritos e carentes de esmola; “primeiro” e “últimos” mundos; América e *áfricas*; Europa e *etiópias*.

A civilização mirou os céus e conquistou o espaço; fez descobertas e encobertas. De tudo fez um pouco. Muita vez, em demasia, fez o que jamais deveria ter feito!

O homem, na civilização, tornou-se senhor da natureza. Mas tornou-se, igualmente, senhor dos outros homens – e muito pouco senhor de si!

Enfim...

A civilização viu-se flagrando o homem em sua versão “fera”, reeditando espetáculos de barbárie, de servidão, de vileza.

É na civilização que o modo de produzir substantifica-se como modo de viver. É nela que o homem reifica-se, que entra no mercado com *status* de mercadoria. É na civilização que o dinheiro passa por uma endeuasção, e, em nome dele, tudo o mais se subordina. Ele é a ordem; ele é o eterno: “Todas las mercancías son dinero efímero; el dinero es la mercancía imperecedera” (MARX, 1973a, p. 75). É com abundado sarcasmo que Brecht (2000, p. 68) fala desse ente:

Ao trabalho não o quero seduzir.
Para o trabalho o homem não foi feito.
Mas do dinheiro não se pode prescindir!
Pelo dinheiro é preciso ter respeito!

O homem para o homem é uma caça.
Grande é a maldade no mundo inteiro.
Por isso junte bastante, mesmo com trapaça
Pois ainda maior é o amor ao dinheiro.

Com dinheiro, a você todos se apegam.
É tão benvindo como a luz do sol.
Sem dinheiro, os próprios filhos o renegam:
Você não vale mais que um caracol.

Com dinheiro não precisa baixar a cabeça!
 Sem dinheiro é mais difícil a fama.
 Dinheiro faz com que o melhor aconteça.
 Dinheiro é verdade. Dinheiro é flama.

O que seu bem disser, pode acreditar.
 Mas sem dinheiro não busque seu mel.
 Sem dinheiro ela lhe será roubada.
 Somente um cão lhe será fiel.

Os homens colocam o dinheiro em grande altura
 Acima do filho de Deus, o Herdeiro.
 Querendo roubar a paz de um inimigo já na sepultura
 Escreva em sua laje: Aqui Jaz Dinheiro.

Em 1892, refletindo sobre a prostituição no então presente e no futuro, Simmel (1993, p. 5) afirmava que “assim que o dinheiro se torna a medida de todas as outras coisas – uma infinidade de objetos extremamente diferentes podendo se obter em troca dele – ele mostra uma ausência de cor e de qualidade que, em certo sentido, desvaloriza tudo aquilo de que é o equivalente”. Essa assertiva encontra-se na obra *Filosofia do amor*. Nela, Simmel, ao discutir essa temática – independentemente de se flagrarem pontos problemáticos na apreciação quanto à posição feminina nessa relação mercantil do sexo –, levanta aspectos que são extensivos, que extrapolam esse terreno e caem como luva por sobre o cenário em que, igualmente às coisas, as pessoas foram confinadas ao estatuto de mercadoria: o sistema do capital. É também de Georg Simmel a obra *Filosofia do dinheiro* (1907).

No *Dicionário do pensamento social do século XX*, o sentido do verbete dinheiro é aberto da seguinte forma: “Este fenômeno cotidiano é o fato social supremo da sociedade moderna” (CLARKE, 1996, p. 209). É inegável que, sob a espada desse rei, “el valor de las cosas está separado de su substancia”, como o disse Marx (1973a, p. 75). Ele passa a estabelecer o nexos social; ele é a mediação entre o indivíduo e a sociedade. É ele, pois, que determina o lugar possível de cada indivíduo dentro de seu reino: “Su poder social, así como su nexos con la sociedad, lo lleva consigo em el bolsillo” (MARX, 1973a, p. 84).

A ninguém resta dúvida de que, na civilização, mediante novas regras, distintas daquelas ditadas com o fito de suplantarem as dificuldades ocasionadas pelas intempéries, ficaram os homens hábeis em fazer de outros homens instrumentos,

meios ou empecilhos às novas conquistas que – sabiam – haveriam de vir – e vieram!

É na civilização que a humanidade é condenada a vagar em busca do melhor lugar na catedral do mercado.

5.2 Civilização – Tempo e Cenário de um Espetáculo: Produzir e Viver sob a Lógica do Mercado

Ciência e arte são obras da humanidade, daí não requererem divorciação, apenas medida. É dessa forma, compreendendo, que recorro de modo sistemático a dizeres de poetas, como mais uma vez faço agora, para abrir a discussão em torno do processo que gerou a substantificação de um modo de produzir – capitalismo – em um modo de viver; a transformação de sujeitos e coisas em mercadoria.

O poema “Canto das máquinas”, de Brecht (2000, p. 66-67), descerra eloquentemente essa discussão, razão por que entendo oportuno transcrevê-lo integralmente:

1.

Alô, queremos falar com a América
Através do Oceano Atlântico com as grandes
Cidades da América, alô!
Perguntamo-nos em que língua
Deveríamos falar, para que
Nos entendessem
Mas agora temos juntos nossos cantores
Que são compreendidos aqui e na América
E em toda parte do mundo.
Alô, ouçam o que nossos cantores cantam, nossos astros negros
Alô, escutem quem canta para nós

As máquinas cantam.

2

Alô, estes são nossos cantores, nossos astros negros
Eles não cantam bonito, mas cantam no trabalho
Enquanto fazem luz para vocês eles cantam
Enquanto fazem roupa, fogões e discos
Cantam.
Alô, cantem mais uma vez, agora que estão aqui
Sua pequena canção através do Oceano Atlântico
Com sua voz que todos entendem.

As máquinas repetem seu canto.

Isto não é o vento nas árvores, meu menino
 Não é uma canção para a estrela solitária
 É o bramido selvagem da nossa labuta diária
 Nós o amaldiçoamos e o elegemos
 Pois é a voz de nossas cidades
 É a canção que em nós cala fundo
 É a linguagem que entendemos
 Em breve a língua-mãe do mundo.

Isso o poeta teria expressado entre 1926 e 1933! É uma arte! Uma poesia!
 Mas que, sob hipótese alguma, enodoa a ciência que a evoque.

É com precisão rara que Bolle (2000) afirma, na aba principal (orelha) da obra citada: “a poesia de Brecht é política no sentido próprio da palavra: propõe elucidar as leis de convivência entre os homens na ‘pólis’, a metrópole contemporânea, que já não é cidade-mãe, mas praça mercantil ‘onde se negocia o ser humano’”.

O ser humano, a vida, postos como mercadoria, são, evidentemente, imperativos do capital. À longa data, inegavelmente, remonta essa objetificação do homem, ainda que sob lógica distinta. No entanto, o pretendido, agora, é trazer à tona, à memória como, no modo capitalista de produzir, de organizar a vida social, esse estado de reificação do homem é fundado, como se matiza e o que gesta como seus produtos e subprodutos.

O capitalismo, entendido não somente como forma de produzir, mas como modo societário de vida, passaria a evidenciar-se a partir da Revolução Industrial do século XVIII, quando a Europa ocidental se viu assolada por um processo de significativas modificações socioeconômicas, em torno de 1760.

Sobre as transformações que dali resultaram, Nunes (1997, p. 23), tomando Dalton e Polanyi, diz:

O longo processo histórico do desenvolvimento da moderna sociedade capitalista não somente representou uma revolução econômica mas também marcou a redefinição dos padrões de relações sociais e políticas no interior dos Estados-nação. Significou a reformulação das relações entre indivíduos, redefiniu instituições básicas como a Igreja, a família e a propriedade, reformulou o conceito de liberdade.

É na Inglaterra que esse processo irrompe de forma inaugural. Naquele cenário inglês, eram abertas as cortinas para a encenação de um espetáculo: as

máquinas por protagonistas, e a fábrica, o teatro onde se apresentariam vários e mesmos espetáculos!

Por que ali e não alhures abriam-se essas cortinas ao que o mundo iria assistir? (E depois, nele – espetáculo –, contracenar, em papéis menores e também, posteriormente, maiores.) Eis alguns fatores propiciadores desse evento, naquele cenário e tempo.

A Inglaterra – que esteve, por sua condição de ilha, preservada, de certo modo, dos estragos promovidos pelas guerras que na Europa moderna tiveram lugar – fertilizou, longa e profundamente, o solo em que enraizaria um conjunto de transformações socioeconômicas que, em curto tempo, grassaria por outros países europeus, pelos Estados Unidos, pelo Japão e, bem depois, pelo mundo.

Terras, como se sabe, foram tomadas dos camponeses ingleses por seus patrícios nobres, para que estes delas se ocupassem, com o fim de transformá-las em vastos pastos para as ovelhas das quais extrairiam lã. Essa seria a matéria-prima que, nas cidades, os camponeses, agora como operários, iriam processar nas indústrias têxteis. Os camponeses expulsos de suas terras eram, nas cidades, o contingente empregável nas fábricas; ao mesmo tempo, constituíam os recursos disponíveis de rebaixamento do nível salarial: seu número excedente aos postos de trabalho permitia, a qualquer tempo, sem que a produção sofresse solução de continuidade, sua dispensa e a conseqüente renovação do plantel a custos bem inferiores – o que redundava em lucros cada vez maiores. Sem dúvida, esse fator possibilitou, em muito, o desenvolvimento e a expansão industriais na Inglaterra.

Não se desconhece também que o mercantilismo permitiu a esse país açambarcar grandes riquezas. Logo, nenhum outro com mais condição que esse para patrocinar a industrialização, com o capital acumulado de que dispunha. E, para isso, muito concorreu o Ato de Navegação instituído por Oliver Cromwell, em 1651, que concedia à Inglaterra o monopólio naval para o transporte comercial (matéria-prima, produtos manufaturados). Logo, assegurava-se, nessa ordem jurídica, à Inglaterra também o poderio no comércio mundial.

Não bastassem essas circunstâncias, agreguem-se: o ingresso efetivo da classe burguesa na vida econômica e política da Inglaterra; a vitória do ideário liberal que apregoava a livre concorrência, ou seja, a defesa do mercado por árbitro; a fixação em território inglês de calvinistas franceses (huguenotes), que, impingidos a

deixar seu país, empregaram, nesse seu asilo, seu capital e sua experiência de empresários.

Ainda por cima, aquele país era detentor de recursos naturais empregáveis nas inovações técnicas impulsionadoras do desenvolvimento industrial: jazidas de ferro e de carvão.

Vê-se, pois, que “graças” e inspiração não lhe faltaram para patrocinar um espetáculo que, em curto ou longo prazo, o mundo iria, enfim, encená-lo.

5.2.1 As máquinas dando adeus às mãos

Uma coisa, porém, está absolutamente clara: o surgimento da sociedade industrial assinala uma mudança profunda nos assuntos humanos. O maciço, prometido aumento dos poderes humanos em resultado de todo esse processo significou que os seres humanos já não estavam mais à mercê da natureza – na verdade, talvez a natureza esteja agora muito mais à mercê dos seres humanos do que deveria.

John A. Hall

Quando se fala de processo de produção, é possível demarcar três fases ou momentos distintos: a artesanal, a manufatureira com divisão do trabalho, a mecanizada (fabril).

Na primeira fase, o produtor-artesão tinha o domínio sobre seu produto, em todo o curso da produção, e, mesmo, sobre sua comercialização.

A fase manufatureira inaugurou, no mundo do trabalho, um modelo que iria transformar radicalmente o modo anterior de produzir: os operários passavam a ter suas tarefas repartidas, seccionadas, de modo que cada um deles respondesse por uma parcela do produto que era fabricado. A divisão do trabalho, cada vez mais intensificada, resultaria numa produção sempre mais ampliada. Intensificavam-se assim, também, as buscas na direção do desenvolvimento de novas técnicas e equipamentos que possibilitassem o crescimento inesgotável da produção: as máquinas de tecer e fiar, a máquina a vapor, o desenvolvimento de técnicas de fundição do ferro.

A partir dali, as mãos vão dando “à luz” as máquinas; vão entregando as máquinas ao mundo. Mas, sobretudo, entregando-se às máquinas. É, pois, esse

“ideal” concretizado que se convencionou nominar Revolução Industrial, mais precisamente primeira Revolução Industrial.

Esse terceiro momento – a mecanização – dá complexidade à produção industrial: a máquina entra em cena não mais como figurante, mas como protagonista. Como disse Marx (1994, p. 106),

[...] a fórmula da maquinaria é: não a diminuição relativa da *jornada individual de trabalho* – jornada esta que é parte necessária da jornada de trabalho – mas a redução da *quantidade de trabalhadores*, isto é, das muitas jornadas paralelas, formadoras de uma jornada coletiva de trabalho, fundamental à constituição da maquinaria. Em outros termos, uma quantidade determinada de trabalhadores é posta para fora do processo de produção e seus postos de trabalho são extintos como sendo, ambos, inúteis à produção de mais-trabalho.

Esse espetáculo, como dito, foi inaugurado na segunda metade do século XVIII, na Inglaterra. Mas, por volta de 1860, a Inglaterra deixa de ser detentora exclusiva das inovações técnicas que fundaram, expandiram e solidificaram o processo de industrialização. Vivia-se, então, a segunda fase da Revolução Industrial ou, como se costuma inferir, a segunda Revolução Industrial. Era a vez da França, Alemanha, Bélgica, Holanda, Itália, Estados Unidos, Japão introduzirem esse bem-sucedido modelo inglês de produzir: o capitalismo industrial. Nela – Revolução Industrial –, impõem-se não apenas novas regras econômicas, mas relações societárias distintas das que se experimentavam antes que o capitalismo industrial adquirisse o estatuto de definidor, de modelador das sociedades que seriam organizadas sob sua égide: as sociedades capitalistas industriais. As relações humanas, a partir dali, passam a ser vistas e interpretadas sob outro espectro. Relembrando o que disse Simmel (1993, p. 5):

[...] assim que o dinheiro se torna a medida de todas as outras coisas – uma infinidade de objetos extremamente diferentes podendo se obter em troca dele – ele mostra uma ausência de cor e de qualidade que, em certo sentido, desvaloriza tudo aquilo de que é o equivalente.

A sociedade passava a regravar-se sob as ordens de “outro rei”, de “um outro mandante”, de “um outro senhor” que não disputava com o Estado o poder; que não

imolava sua estrutura jurídica e política. Ao contrário, na realidade, numa relação “simbiótica”, Estado e capital pactuavam. E, ao mesmo tempo, o Estado estabelecia para garantia do sucesso do capitalismo, uma duplamente falsa e perigosa relação de “comensalismo”⁹ com os mais molestados por esse sistema, ou seja, os que têm de recorrer ao Estado para garantia do atendimento, quase sempre insuficiente e precário, de suas mais elementares necessidades. Duas vezes falsa porque não saíram – não saem, nem sairão – incólumes esses que ficam submetidos ao “amparo” do Estado: o preço que pagam é elevado! E também porque o Estado põe-se como se não fora, ele mesmo, um beneficiado pelo sistema do capital.

No século XXI, Mészáros (2002, p. 106) afirma: “A formação do Estado moderno é uma exigência absoluta para assegurar e proteger a produtividade do sistema [sistema do capital]”. E acrescenta que a “dominância no reino da produção material”, alcançada pelo capital, inscreve-se na mesma trajetória em que irrompem e são fortificadas “as práticas políticas totalizadoras que dão forma ao Estado moderno” (p. 106), sendo, pois, a razão por que a atual crise estrutural do capital coincide com a crise do Estado moderno em quaisquer de suas realidades. Em seu vaticínio, o sistema do capital não respiraria um dia sem o Estado.

O fato é que, com o advento da segunda Revolução Industrial, o sujeito foi rendido pela máquina. Rendeu-se ao objeto; este passou a ser senhor daquele. É como Marx expressou em *O capital*: as ferramentas de que se utilizaram o artesão e o operário – no artesanato e na manufatura –, agora melhoradas, maiores e velozes, transformavam seus criadores em peças, em engrenagens delas. As ferramentas, agora, definiriam o lugar dos homens.

A Revolução Industrial inscreve uma ordem econômica outra e uma ordem social não menos distinta da que se experimentara até antes.

Liberdade econômica, iniciativa privada, conquista de mercados e de consumidores, mão de obra barateada eram as expressões correntes a partir dali. Duas classes despontam nesse cenário: empresários industriais – os que detinham os meios de produção – e o proletariado – o conjunto de trabalhadores que se apinhavam nos chãos de fábricas, para fazer mudanças, cada vez mais intensas, no

⁹ Houaiss (2001, p. 769, 2572) define como “relação ecológica interespecífica na qual duas espécies de animais se encontram associadas com benefício para uma delas, sem prejuízo para a outra”. Já por simbiose, dá a “associação entre seres vivos na qual ambos são beneficiados”.

modo de produzir e de aumentar o capital, em troca do salário – fonte única possível de sobrevivência.

O lucro torna-se para o empresário seu fim último. Para tanto, impunha-se o aumento da produtividade. E o aumento da produtividade traduzia-se, em certo tempo e naquele cenário, na ampliação da jornada de trabalho e na compra da força de trabalho a módicos preços: baixos salários. Em outro tempo, na substituição de ossos e músculos por ferro e aço. Mais longe, na substituição de cérebros por *chips*, botões, teclas, virtualidades.

Quem tinha (os meios) impunha; quem necessitava submetia-se. A regra universal estava colocada unilateralmente. Mas seu acatamento não carecia de maiores entendimentos, maiores convencimentos ou sedução: a sobrevivência era definidora do poder de proclamar obediência de uma maioria a regras objetivamente impostas por uma minoria.

As “desobediências” – da maioria à minoria que impunha “a ordem” – ganhavam equalização, via instrumentos jurídicos, pelo Estado, quando a coerção potencial do capital tornava-se exígua ou não conseguia operar com seu poder de fogo: a dispensa de trabalhadores.

No mestrado, trabalhei mais profundamente essas ideias que evoco agora, para mostrar como o sistema do capital vorazmente inscreveu-se como um modo quase irrecusável de organizar não só a produção de bens como também a produção da vida na extensão do planeta. Muitas das passagens da dissertação são trazidas integralmente para, nesta seção, descrever como “a metrópole contemporânea, que já não é cidade-mãe, mas praça mercantil ‘onde se negocia o ser humano’”, como poeticamente diz Bolle (2000), coloca-se como padrão quase irremediavelmente universal. Só a título de curiosidade, informo que os estudos levados a cabo no curso daquela pós-graduação versaram sobre o papel das políticas sociais no asseguramento da ordem imposta pelo capitalismo, precisamente como o Estado assegurava, por essa via, a ordem social.

Sob essa lógica descrita e mediante condições fecundas, anteriormente referidas, o capitalismo exitosamente lastrou em outras plagas.

E estavam já vividos – e vencidos! – prosperamente os oitenta primeiros anos do século XIX, quando o mundo ocidental via anúncios e prenúncios de uma ocorrência econômica que o deixaria abalado. A Inglaterra e os Estados Unidos eram obrigados a olhar e enxergar a massa de indigentes que – paradoxalmente? –

suas riquezas patrocinaram: o produzir desenfreado a expensas da miséria da massa operária e seus dependentes fez acumulados, entulhados bens sem via de vazão. Instalava-se, desse modo, uma – melhor, mais uma – crise econômica entre outras tantas por que o capitalismo passou e haveria de passar em tempos vindouros.

O capitalismo estava a enfrentar uma perturbação grave no âmbito da produção – ou, mais precisamente, da superprodução –, que não encontrava capacidade, pelo menos equivalente, de absorção de demanda: o operariado, em estado de penúria, produzia, mas não consumia.

A mais-valia enchia cofres, dourava e lustrava riquezas, mas não aproximava o operariado do que ele produzia. E, ao mesmo tempo, se sufocava em sua maré de ouro!

O quadro, na Inglaterra e nos Estados Unidos, não solicitava, não clamava; ao contrário, exigia medidas. E não se validavam as de cunho repressivo tão-somente. As reivindicações iam acumulando-se e ganhando dimensão e profundidade. Reclamavam-se postos de serviço. Expunham-se as chagas que a Inglaterra jamais desejaria que o mundo viesse, delas, a ter conhecimento. As greves operárias acenderam o holofote na direção do que se escondia sob o manto do desenvolvimento econômico e do progresso daquela nação: as mais desumanas condições impingidas aos trabalhadores. Ganhara visibilidade a degradação da condição humana que o sistema do capital patrocinava: parcos salários e pesados trabalhos, por horas a fio, a fome e a desnutrição que rondavam aqueles territórios enriquecidos pelos braços dos que, agora, estariam estendendo as mãos a suplicar amparo. O desemprego não era mais um fantasma a temer-se: era um vizinho. Era morador do seu lar. Era um, eram dezenas, eram centenas, eram milhares...

As máquinas acenaram, sem clemência, um adeus aos operários!

A distância que se ampliava entre o operário e o que por ele era produzido decorria não tão-somente do veto em relação à possibilidade dele tornar-se consumidor do bem produzido, mas também em razão do modo como lhe era imposto realizar o fazer, que não lhe assegurava autoria da obra final – condição obscurecida pela fragmentação no modo de criá-la. Nesse operário não estava presente a consciência daquele decantado pelo poeta:¹⁰

¹⁰ MORAES, V. de. O operário em construção. In: MORAES, V. de. *Antologia poética*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

[...]
 Mas o que via o operário
 O patrão nunca veria
 O operário via as casas
 E dentro das estruturas
 Via coisa, objetos
 Produtos, manufaturas.
 Via tudo o que fazia
 O lucro do seu patrão
 E em cada coisa que via
 Misteriosamente havia
 A marca de sua mão.
 E o operário disse: Não!

– Loucura! – gritou o patrão
 Não vês o que te dou eu?
 Mentira! – disse o operário
 Não podes dar-me o que é meu.

De tudo isso, o mais grave é, sobretudo, a transformação do operário de sujeito em objeto comercializado – pela venda de sua força de trabalho. É nessa circunstância que o homem impõe ao homem a condição de bem de mercado, não raro, aviltado. Digo eu, sempre e inegavelmente aviltado!

O mercado é lei impiedosa que rege como devem ser produzidos, apresentados, comercializados os produtos – objetos e pessoas – que entrarão no circuito comercial.

É com o mesmo modo com que opera a produção de bens que o homem passa a operar a produção do viver: uns (bens) e outro (viver) passam a rolar numa mesma esteira; circulam como bens de mercado; passam a ter por equivalente a moeda. E, como bem de mercado, desvaloriza-se à medida que novas técnicas apõem-se, distanciando-o dos produtos de ponta.

Trocado, posto em desuso, fica o objeto-homem. Como mercadoria procura relançar-se no mercado sob a forma de um produto reciclado, pois, como diz Bauman (2008, p. 13), “O teste em que precisam passar para obter os prêmios sociais que ambicionam exige que *remodelem a si mesmos como mercadorias*, ou seja, como produtos que são capazes de obter atenção e atrair *demanda e fregueses*”.

Discorrendo sobre situações que envolvem oferta de serviços publicada em seções de jornais, Bauman (2008, p. 13) afirma ainda que as pessoas

[...] são aliciadas, estimuladas ou forçadas a promover uma *mercadoria* atraente e desejável. Para tanto, fazem o máximo possível e usam os melhores recursos que têm à disposição para aumentar o valor de mercado dos produtos que estão vendendo. E os produtos que são encorajadas a colocar no mercado, promover e vender são *elas mesmas*. São, ao mesmo tempo, os promotores *das mercadorias* e *as mercadorias que promovem*. São, simultaneamente, o produto e seus agentes de *marketing*, os bens e seus vendedores.

O homem passa não somente a reconhecer a necessidade de promover o *marketing* de si mesmo, como naturaliza e torna insuspeita tal imposição de fazê-lo.

O sistema do capital é, inegavelmente, um modo violento de organizar a vida no planeta. A seu comando, tudo e todos são reordenados, classificados, catalogados, disponibilizados. E o mais grave e perigoso: descartáveis. Sob a bainha de sua espada, a alma humana é, a todo tempo e em todo lugar, estrangeira de seu ser. As regras não comportam o capricho de seu existir; as esquisitices de uma possível ponderação dela provinda. A roda da vida, melhor, a roda da fortuna não se faz de suas produções, de suas cautelas.

Como teria dito Marx (1973b, p. 697), “Si el *dinero*, según Augier, ‘nace con manchas naturales de sangre en un carrillo’, el *capital* viene al mundo chorreando sangre y lodo por todos los poros, desde los pies a la cabeza”.

Retorno, agora, ao século XIX, no momento em que o Estado inglês, expectador malsucedido do mercado, entrou em cena como coadjuvante, impingido pelo quadro violento que emoldurava o fim daquele século. O cenário apontava para a inadiável necessidade da intervenção do poder público naquele palco. O grave espetáculo informava que o Estado não podia mais se resguardar na posição de espectador – nem na de expectador!

Da tragédia adviria, para os ingleses, a “crença de que o Estado era responsável (dentro de certos limites) pelo bem-estar da ‘massa do povo’ e que estava investido de autoridade (até certo ponto) nas liberdades individual e econômica a fim de promover o referido bem-estar” (MARSHALL, 1967, p. 33). Acima de tudo, ficara demonstrado do que o mercado sozinho era capaz!

Passar-se-ia a ter, doravante, no Estado, a proteção mínima suficiente para a superação dessas e de outras adversidades. Instaurar-se-ia um modelo de atuação estatal de enfrentamento dessa ordem de mazelas sociais.

No palco inglês, os refletores mostravam, no esmaecer do século XIX, um Estado sem maquiagem, sem disfarce, ocupando seu lugar de ator coadjuvante no espetáculo protagonizado pelo capitalismo industrial.

5.2.2 O Estado patrono dos pobres: um ator em cena

Seria dispensável deixar dito que não foi o Estado o patrono inaugural dos pobres, mas acho oportuno assinalar tal fato e discorrer um pouco sobre isso.

Os pobres – ou a pobreza – foram uma grande ocupação da Igreja, em tempos pretéritos. Eram os pobres o veículo de que os ricos poderiam dispor como chance de transportarem-se ao reino celestial, como se via na máxima: “quem dá aos pobres empresta a Deus”, reforçada em “é mais fácil um camelo passar no orifício de uma agulha do que um rico entrar no reino de Deus”. Por outro lado, dizia-se “o reino dos céus é dos pobres”. Assim, a Igreja equalizava quaisquer possíveis insurreições nesse terreno não celestial: aos que não tinham o paraíso terrestre e viviam da esmola, estava-lhes assegurado, no plano celestial, um paraíso eterno ao lado do Pai. Para desfrutar desse paraíso era necessário crer e esperar, com paciência, sem revoltas ou iras, enquanto o menos de que necessitavam era-lhes ofertado como dádiva pelos ricos. A gratidão configura-se, nesse cenário, a condição para acesso à promessa do paraíso. Já os ricos – os que tinham, na terra, a possibilidade de viver antecipadamente o paraíso – deveriam minorar o sofrer dos que não tinham. Só assim os ricos poderiam estender o paraíso ou ter, melhor dizendo, o direito, pela aquisição cambial, ao passaporte celeste. Só pela caridade, eles seriam salvos.

Melhor modo não havia para, num cenário social minado por desigualdades e injustiças, controlarem-se quaisquer “desordens”. Assim, a Igreja triunfara como o fiel da balança por longos séculos, já que só a ela haviam sido revelados os segredos da vida e da morte.

Mas a Europa seria, nos séculos XVII e XVIII, o leito de um conjunto de pensamentos, ideias, ações, movimentos que iriam devastar a ordem instalada e fundada nos ensinamentos cristãos. A Igreja, interventora absoluta dos homens, de suas ideias, de seus saberes, de suas produções e criações, iria ver-se, forçadamente, reduzida à condição exclusiva de “senhora” dos planos celestiais. O universo estava, a partir de então, no acesso possível dos homens; era tráfego, sem

interdição, dos saberes, da investigação, da experimentação. Se buscadas, tudo poderia ter explicações; os fenômenos passavam para o plano terreno, cabendo aos homens estudá-los e descobrir suas formas de funcionar e apresentar-se. A racionalidade, pois, orientaria a existência humana.

A razão varreria todos os terrenos! Tudo ficaria, por ela, tomado.

O movimento iluminista ou o Iluminismo, por que a Europa ver-se-ia arrastada, dava a rubrica da razão a tudo o que se pensasse ou produzisse em todas as áreas da vida humana. O homem alcançava a centralidade: era ele o fim a que tudo se resumia.

Ao homem, senhor de si e do mundo, ficaria garantida a possibilidade inesgotável de vasculhar o universo no experimentalismo da ciência. Ainda seria permitido a ele reencontrar-se com o seu “passado” criativo. Sujeito que pensa, sujeito que cria, sujeito que muda: era o que, na Europa, se estava a ver. O Humanismo alçava, a contragosto da Igreja, voo sem limites previsíveis.

Na Europa, a autoridade monolítica da Igreja estava saindo de cena, fraturada, sobremaneira, pelas obras e ideias do monge agostiniano Martinho Lutero, no movimento que se convencionou chamar Reforma Protestante.

la chegando o tempo da colocação do homem e da recolocação de Deus. E, nesse curso, a Igreja estava sendo destituída de seus poderes sobre as coisas terrenas. Ficava instalada a contenda: Igreja – senhora do corpo e da alma, portavoz dos céus e despachante do passaporte à vida eterna – *versus* Estado – ente neófito que se inaugurava, com sucesso, na busca de tonalizar os reclamos de uma nova ordem econômica e social que se estava consolidando.

A Igreja abalada em seu poderio e o Estado açambarcando poder! Poder de tal monta que se imporia, para se manter plenamente poder, a necessidade de redistribuir-se, em frações diminutas, de modo filamentar: a disciplina.

De maneira ferrenha garante Oestreich (1969) que mais importante do que o processo de estatização, fundado pelo absolutismo, teria sido a “instauração de uma disciplina social” – posta e imposta por aquele regime – que colocou, sob outra ordem, “as estruturas espirituais, morais e psicológicas do homem político, militar e econômico” (p. 190). E arremata dizendo que a “instituição duma disciplina social é o produto político e social do absolutismo monárquico” (p. 191).

Deixa claro que, mesmo com o concurso possível da força, somente sobre um terreno social enraizado na disciplina de seus integrantes, ficaria assentado um Estado rubricado por contrato social, no qual figurava o dever de obediência a ele.

O Estado forte foi instituído. O poder saiu das igrejas e concentrou-se nos palácios, nas mãos dos reis absolutistas. Assim, “a razão do Estado triunfara sobre as pretensões teológicas” (OESTREICH, 1969, p. 193).

A razão e a ciência iriam assumindo com potência – e desejo de exclusividade – todos os espaços. Daí em diante, a Terra seria tomada por explicações terrenas, apontáveis, mensuráveis, experimentáveis. Tudo estaria ao alcance da ciência: da matemática à emoção; das igualdades aritméticas às desigualdades sociais!

O Século das Luzes implantaria um outro ideário. Traria consigo a contestação dos dogmas da religião e da política. Abraçaria a ciência e a racionalidade crítica, transformando-as em panaceias para todos os males.

É agora a obra, e não a meditação, que salva. É o trabalho, e não a oração, que assegura a honra de estar ao lado do Pai para todo o sempre. Seria ainda a fé, mas com a obra, que abriria o caminho ao paraíso. Salvar a alma implicava, agora, salvar o corpo. Não porque se os entendesse como unidade, mas porque se precisava da maquinaria do segundo, e, sobretudo, estéril de controles externos, celestiais, nem sempre compatíveis com os freios terrenos, então, disponíveis. A alma, dessa, continuaria a ocupar-se a Igreja, mas não sem que lhe fosse subtraída uma parcela de poder a ser, a partir de então, alocada no plano terreno.

Os corpos não poderiam mais ser destituídos de seu valor. Era preciso, deles, fazer jorrar, em plenitude e abundância, o suor e o sal com os quais seria dosada a argamassa do progresso. O vigor, a força desses corpos, agora, seria alimentado pelo cuidado com os excessos e desleixos de quem, ainda há bem pouco, reconhecia-os apenas como sacrário da alma e alojamento do pecado.

O corpo enfrentava a repatriação de sua matéria e de sua alma, desse modo, era compelido a aceitar, num processo “esquizofrênico”, um consórcio e um divórcio, a um só tempo, de si próprio.

Repatriados sua matéria e seu espírito, restava aos corpos aguardar e conhecer seus novos donos, seus novos lugares. A ciência dividia-se, segmentava-se, especializava-se. O homem fracionava-se e era, igualmente, distribuído em partes que seriam inspecionadas, pelos vários saberes que sobre elas se iam

formulando. Por consequência, novos poderes iam sendo sobre os corpos estabelecidos. Como salienta Debord (2007, p. 21), “a mais velha especialização social, a especialização do poder, encontra-se na raiz do espetáculo. Assim, o espetáculo é uma atividade especializada que responde por todas as outras”.

Corpos divididos e colocados em espacialidades móveis, mas controlados e controláveis: a especialização das formas de controle galopava. Cada um em seu lugar! Um lugar para todos, até para os sem lugar. Os lugares iam sendo instituídos. E, na nova ordem, havia o lugar demarcado para os pobres e para aqueles que os controlariam, pois, como diz Debord (2007, p. 21), “a separação é o alfa e o ômega do espetáculo. A institucionalização da divisão social do trabalho e a formação de classes tinham construído uma primeira contemplação sagrada, a ordem mítica de que todo poder se cerca desde a origem”.

Carreira (1996, p. 41) menciona um provérbio inglês que permitia antever o cenário social que se iria apresentar a partir do ingresso do mundo do trabalho na fase mecanizada, uma vez que da fase manufatureira, segundo ele, já se dizia: “[...] uma manufatura é uma invenção que serve para fabricar algodão e pobres”. A “fabricação” de pobres passaria, efetivamente, a dar-se, a partir dali, em série; sua produção abundada, assim como a superprodução de bens – até mesmo, por essa executada, e mesmo dela decorrente –, punha o capitalismo às voltas com seus próprios engodos: produção excedente de bens, produção excessiva e descontrolada de miseráveis, insuficiência de consumidores.

O capitalismo industrial via-se, então, frente a frente com um dos produtos de seu modo de produzir. Era, pois, chegada a hora de recorrer a uma outra modalidade de interferência do Estado; evocava-se, então, o Estado-patrono da pobreza, para que este buscasse formas de enfrentamento às graves expressões da mazela social, obra-prima do capitalismo industrial: o desemprego massivo; as manifestações ruidosas dos operários dispensados de seus trabalhos; a massa despontante que não alcançava ingressar no mercado de trabalho; a condição de penúria dos que se encontravam nos chãos das fábricas.

O Estado surge, contracenando com o capital e a ele dá desafogo, via concessão de benefícios, de auxílios à massa indigente, com o propósito de revigorar o consumo. O Estado representava, assim, um duplo papel “salvador”: do capitalismo e de suas vítimas. E, nessas circunstâncias, o algoz ganha duplamente, pois promove o caos, via exorbitação da sanha do lucro, e retoma o caos em suas

mãos como matéria-prima reempregável na feitura dos mesmos e de outros produtos. Sob essa névoa, escondem-se as armas e as máscaras dos algozes. É uma entre as manhas e artimanhas do capital.

O Estado, nesse novo *script*, desempenharia papel bem definido. Não restou a ninguém dúvida de que o tivesse interpretado também com sucesso: o Estado oxigenara o capital, assegurando-lhe vigor para caminhar desenvolto, em saltos mais altos, na direção de mais longínquos horizontes. Sobretudo porque havia – e haverá sempre – a certeza de um parceiro a prestar-lhe socorro: fiel na alegria e na tristeza; próximo, quando necessário, e distante o suficiente para garantir-lhe liberdade de movimento. Repito o que disse em uma tarefa acadêmica: “Na alegria e na tristeza; na saúde e na doença”, Estado e capitalismo caminharão juntinhos até que a morte os separe. Mas ressalto: a morte de um sentencia a do outro.

Estabelecia-se uma relação explícita de colaboração: o Estado subvencionando a saúde do capital. Saúde entendida como se o deve: não apenas ausência de doença, mas garantia de bem-estar. Daí, a aceitação do Estado como parceiro permanente tanto nas intercorrências críticas quanto nas fases de expansão e de vigor capitalistas – evidentemente que de distintos modos, expressão e intensidade.

O chamamento do Estado pelo capital, naquele momento, naquelas circunstâncias, representaria a transigência do mercado à intervenção do Estado. Ficava, assim, transfigurada a relação entre o mercado e o Estado. É bom lembrar o que nos advertiu Mészáros (2002): a não sobrevivência do sistema do capital sem as formas múltiplas de intervenção do Estado.

A possibilidade, então inaugurada, dessa tutela estatal assistida – entenda-se assistida como significando sob controle, com freios (do capital em relação ao Estado!) – vai ganhar expressão e dimensão em futuros próximos: o que, em início, era visto como alternativa de enfrentamento de problemas de segmentos populacionais desfavorecidos passa a ser reconhecido como garantia, como um direito a ganhar ampliação, e extensivo ao conjunto dos cidadãos.

5.2.3 No altar do mercado: o *Senhor* (capitalismo) e o *servo* (Estado) numa razão única

Tragédias mundiais, indiscutivelmente, teriam sido as responsáveis pela recolocação – ou colocação – do Estado na posição de provedor de bens e segurança sociais. Foram, sem dúvida, ditadores de um modo distinto de enfrentar as faces múltiplas da questão social os eventos ruidosos que marcaram a arena do mundo no século XX: a Primeira Guerra Mundial (1914–1918), a Depressão Econômica de 1929 (1929–1933), a Segunda Guerra Mundial (1939–1945), entre outros.

Carreira (1996) afirma que foi somente após a Primeira Guerra Mundial que vários países introduziram em seus textos constitucionais dispositivos que regiam questões relacionadas à ordem econômica e social. E cita como a de maior renome a Constituição de Weimar.

A Europa, devastada pela Primeira Guerra Mundial, buscou em suas sobras e escombros o elemento de sua reconstrução: o nacionalismo desmedido. Pelo mundo espalharam-se suas efígies mais odiosas: na Itália, sua materialização coube a Benito Mussolini, sob a expressão do fascismo; na Alemanha, foi forjado pelo furor desmesurado de Adolf Hitler, na forma do nazismo; na União Soviética, pelas mãos e obras de Stalin (1924–1953).

Acho oportuno trazer, aqui, o que Brecht (1989, p. 17) escreveu acerca de nacionalismo. Ele que bem soube o que significou esse sentimento:

O sr. K. não achava necessário viver num determinado país. Ele dizia: “Posso passar fome em todo lugar”. Mas um dia passou por uma cidade que era ocupada pelo inimigo do país no qual vivia. Então cruzou com um oficial do inimigo, que o obrigou a descer a calçada. O sr. K. desceu, e notou que estava aborrecido com esse homem, e não apenas com ele, mas sobretudo com o país ao qual ele pertencia, de modo que desejou que esse país desaparecesse da face da Terra. “Por que me tornei um nacionalista por um minuto?”, perguntou o sr. K. “Por ter cruzado com um nacionalista. É por isso que se deve eliminar a estupidez, porque ela torna estúpido aquele com quem cruza”.

Finda aquela guerra, à Alemanha impusera-se o ônus da reconstrução dos territórios devastados, mas vencedores(?) naquele conflito bélico. E, mais tarde, sob os mantos do nacionalismo cego, fervoroso, ensandecido de Hitler, a Alemanha,

humilhada, que abafara suas mágoas e dores morais, iria não muito tempo depois desaguá-las em mares sangrentos, numa reedição mais aprimorada daquele evento bélico.

Afirma Simmel (1977) que os conflitos decorrem do ódio, da inveja, da necessidade, da riqueza. Assim – penso –, deve a humanidade indagar-se acerca do que tem ainda por assistir e, sobretudo, ao que terá de submeter-se para que se vejam expurgadas essas formas de imputação de humilhação que países poderosos entendem como seu direito praticar contra aqueles sobre os quais já lançaram as raízes e os frutos da pobreza.

É, ademais, importante que não seja esquecido, por toda a humanidade, que sentimentos de mágoa, insatisfação, injustiça, perda, vingança, ódio, revolta e outros tantos podem constituir sementes que poderão em qualquer momento, sob novos ou velhos ventos e chuvas, germinar situações em que se reavivem as dívidas pendentes, as perdas não reparadas e as feridas não cicatrizadas. Sobremaneira se as feridas são, a todo tempo, tocadas sem leveza, fazendo-as dor permanente. E, novamente, lembrando Brecht (2000, p. 64):

A chuva
Não volta para cima.
Quando a ferida não dói mais
Dói a cicatriz.

Reafirmando o que disse atrás, a cicatriz é uma metáfora de um discurso; uma possibilidade de um ato (re)fundador, (re)instalador. Mas conflito não é sinônimo de violência! É preciso, disso, não esquecer! Assim também, não é bom esquecer que as pazes oriundas das guerras não exterminam os ódios e as sementes que eles lançam sobre perdedores e vencedores, indistintamente, nos campos em que combateram os dois inimigos.

É fato que, ao fim da Primeira Guerra, vieram a se tornar potências mundiais os Estados Unidos – no Ocidente – e o Japão – no Extremo Oriente. Em contrapartida, a Alemanha via a miséria cada vez mais próxima de si.

A Primeira Guerra Mundial (1914–1918), bem como a Revolução Russa (1917) fariam o mundo herdeiro de outra ordem econômica, política e social. Não só o nacionalismo irrompia com a guerra: o protecionismo econômico arraigado nas

nações ricas era o outro *ídolo* que se punha em permanente e obsessiva idolatria, no pós-guerra.

A fome e a gana de poder fazem acender a disputa pelos clarões dos holofotes do mundo: Japão e EUA são os novos declarados antagonistas.

Os esforços alemães na direção de enfrentar a crise econômica por que atravessava, em decorrência da herança da guerra, mostraram-se inócuos. Não redundaram em mudanças significativas, naquele quadro crítico, as medidas que o governo alemão encetou, em torno de 1923, para controle da inflação vertiginosa que o país estava a enfrentar. O quadro ganhara proporção, cor, dimensão e tom de tragédia: “[...] a hiperinflação já havia feito milhões de vítimas: agudo descenso no nível de vida da classe média e de todos os assalariados, ruína dos comerciantes etc.” (CATELLI, 1966, p. 19). E nesse exato cenário é que, pouco mais tarde, iriam pulsar as vontades cruéis e sangrentas de Hitler.

Enquanto a Alemanha agonizava, os Estados Unidos e o Japão regozijavam-se. Os EUA se tornariam, assim como a Inglaterra, os “banqueiros do mundo” (CATELLI, 1966, p. 19). A indústria americana, em franco processo de expansão e vertiginoso enriquecimento – via adoção de um padrão, cada vez mais especializado, de produção (fordismo) –, ofertava seu manto protetor-financista – a juros impagáveis – a países menos favorecidos.

Uma riqueza produtora de riqueza – a especulação financista –, que parecia inesgotável, foi indiscutivelmente um fator importante no curto-circuito ocorrido naquele *teatro*, deixando no escuro, em primeiro lugar, a estrela do espetáculo: os EUA. Também não menos importante foi o fato de que, como declara Catelli (1966, p. 35): “Grande parte da população não conheceu aumento no seu poder aquisitivo comparável ao desenvolvimento da economia, de forma que o mercado interno não cresceu nas mesmas proporções que a produção”. Mais uma vez esse evento ganhava a cena!

A tragédia financista anunciada, em 19 de outubro, pelo *New York Times* tem seu apogeu na fatídica quinta-feira, 29 de outubro de 1929: o *crack* da Bolsa de Valores de Nova York. A partir dali, como efeito de uma onda gigantesca, episódios trágicos foram avolumando-se, ganhando corpo, ocupando, em curto espaço de tempo, o cenário no mundo inteiro. Era a Depressão Econômica de 1929: desemprego, miséria, falências, suicídios, fome, mortes. O mundo financeiro estava sendo devastado! O mercado mostrava, de novo, do que era capaz! Mas ele já vira

essa lição; já era um repetente! Sabia o caminho que deveria percorrer para retomar o trilho...

5.2.4 O fiel *servo* entra em cena para mais uma *missão salvadora*

O Estado era, mais uma vez, convocado a mostrar-se atuante. Era reconduzido a seu antigo posto. A missão era a mesma: ofertar desafogo ao capital. Assim, o Estado

[...] passou a regular a economia, disciplinando os preços, regulamentando a produção, estimulando a demanda. A recuperação econômica só seria possível pelo desenvolvimento do mercado interno de modo a torná-lo capaz de absorver a produção do país (CATELLI, 1966, p. 37).

Via-se, reservadas as proporções – essas bem maiores e mais extensas em gravidade e alcance –, uma reedição do espetáculo patrocinado e dirigido pelo mercado, levado a cabo em fins do século XIX. A enfermidade era a mesma. Logo, seu médico e remédio seriam aqueles empregados outrora.

O *New Deal* (1933) – Novo Acordo –, inspirado no keynesianismo, pelas mãos de Franklin Delano Roosevelt, seria instituído nos Estados Unidos como recurso de salvação do capitalismo. Era uma política de bem-estar que caminhava na contramão dos princípios do *laissez-faire* do liberalismo econômico. O Estado intervinha na economia, para corrigir os desastres promovidos pela irrestrita liberdade do mercado. As medidas adotadas abraçariam: o controle governamental de preços de determinados produtos; o auxílio financeiro a proprietários agrícolas para saneamento das dívidas e, conseqüente, retomada da produção; a criação de postos de trabalho, por meio da construção de obras públicas; a instituição de seguro-desemprego; e a retomada da produção industrial. Esta possível mediante acordo equalizando interesses de empresários e de trabalhadores (COTRIM, 1997).

Essas medidas asseguraram fôlego ao capitalismo, recolocando os EUA em uma posição nacional e mundial confortável. O Estado portava-se, assim, como financiador do *capitalismo enfermo*, fazendo-o recobrar seu vigor. Do êxito de tal empresa não se levantou dúvida. O Estado demonstrava, novamente de forma explícita, sua fidelidade ao capitalismo: auxiliava-o, socorria-o direta e indiretamente.

As nações capitalistas – umas mais rapidamente, outras menos – foram construindo, via Estado, as saídas para essa nova crise, no breve intervalo entre as duas Grandes Guerras.

Mas a paz provinda da guerra demonstrou, sem sombra de dúvida, que foi nada mais que uma trégua para alimento e reforço dos ódios.

A Alemanha, derrotada, como já foi anteriormente afirmado, teve de arcar com custos da reconstrução de países atingidos pela guerra. Da assinatura do armistício, em 11 de novembro de 1918, ao Tratado de Versalhes, assinado pela Alemanha em 28 de junho de 1919, esse país sofreu a imposição de condições que recrudesceram as forças e fizeram irromper, como disse Cotrim (1997, p. 344), “uma vontade nacional alemã que reivindicava a revogação das duras imposições do Tratado de Versalhes”. E que “o nazismo soube explorar muito bem essa vontade nacional alemã, gerando o clima ideológico para fomentar a Segunda Guerra Mundial”.

A Segunda Guerra Mundial arrastou para seus espetáculos sangrentos um número nunca antes visto de povos. A humanidade experimentaria na carne e no espírito dores, desprazeres e desencantos como em nenhum outro tempo. Os povos, em partes várias e longínquas, pagariam – e pagam ainda! – caro por todos aqueles destemperos: sandices de homens que podem, por sua própria vontade e decisão, levar para campos sangrentos de batalha sujeitos que nem sequer se conheceram, mas já se reconhecem inimigos. E, o pior, a quem fica imposto o dever de eliminarem-se, incondicionalmente.

Glucksmann (2007, p. 23) apresenta trecho de artigo de autoria de Jean-Paul Sartre, publicado na revista *Les Temps Modernes*, em que o filósofo deixa expresso seu desencanto: “Sem nenhuma prova acreditamos que a paz era o estado natural e a substância do universo e que a guerra era apenas uma agitação temporária que ocorria em sua superfície. Reconhecemos atualmente nosso erro: o fim da guerra é simplesmente o fim desta guerra”. Esse artigo teria sido escrito após o fim da Segunda Guerra Mundial.

Ao fim dessa hecatombe, a Europa, transformada em terreno de sangue e cinza, buscara – e encontrara – sua restauração, num modelo estatal de gestão e gerência de um conjunto de medidas políticas e ações assistenciais que, embora longe de apagar as marcas das tragédias deixadas pelas sagas bélicas, era, no entanto, minimizador das perdas e dores e, ao mesmo tempo, propulsor de forças na

direção de uma retomada da vida, da reconstrução e reedificação nacional. Era lá que se estabelecia e fortificava-se, na primeira metade do século XX, o *Welfare State*.

Inegavelmente, seria a partir do final da Segunda Guerra Mundial que se formalizaria a ideia de que era necessária uma proteção geral, provinda do Estado, para o conjunto dos cidadãos, e não somente um auxílio aos pobres que aqueles programas e serviços assistenciais, anteriormente implantados, vinham, então, prestando. O Estado, em partes várias da Europa, reconheceria os direitos civis e sociais de que seus cidadãos eram ditos detentores e ampliaria medidas asseguradoras de seu exercício. Surgia, assim, sob essa inspiração, o Estado de bem-estar (*Welfare State*). Foi no Estado de bem-estar social que se configurou o conjunto de medidas estatais que passou a ser conhecido por *política social* – um instrumento eficaz de controle social, por um lado; e, por outro, mais uma fonte possível de demandas de produtos e serviços a serem postos nas prateleiras do mercado.

Uma certeza há que se ter: com a mesma desenvoltura com que o sistema do capital frequenta o mais requintado dos banquetes, atua despididamente no reino dos abutres: ele encontra do que se alimentar em qualquer tempo e espaço.

Também depois da Segunda Guerra Mundial, a uma outra expressão de guerra o mundo iria assistir e, dela, voluntária ou forçosamente, participar, a partir de quando o país definisse a posição ou o lado em que se iria situar diante de um dos dois blocos em que o mundo se viu dividido: os EUA e a URSS. Era a Guerra Fria. Nela, cada um deles atormentava o outro com seu fantasma: o capitalismo e o socialismo.

O temor capitalista em relação ao risco de que o comunismo grassasse pelo mundo “justificava, aos olhos dos americanos, a utilização de parte de sua renda nacional na recuperação do capitalismo europeu” (CATELLI, 1966, p. 63). Aí, vê-se o Estado com disposição férrea de afastar o ideário comunista na defesa intransigente do capitalismo. O Plano Marshall lançou-se com empenho na direção de varrer para longe os ventos comunistas. Myrdal (1977) afirma que os EUA impingiram embargos comerciais a países comunistas da Europa e, posteriormente, à China. Sob a bandeira de “embargo estratégico” países que não vivessem sob regime comunista estavam forçados pelos EUA a aderir a tais medidas contra aqueles países.

Em relação ao Estado de bem-estar não há, entre seus vários estudiosos – defensores ou oponentes –, consenso de que tal se tratava de garantia plena do exercício de vida cidadã, ou de uma invasiva, mas, ao mesmo tempo, autorizada e aceita política de controle estatal, ou de tudo o mais que outras interpretações e leituras distintas dessas foram acrescentando. Sobre tais discordâncias, Bobbio (2000, p. 133) falaria: “[...] de fato o Estado do bem-estar foi (e será talvez ainda por muito tempo, suponho) uma solução de compromisso que, como todas as soluções de compromisso, presta-se a ser contestada pelas partes opostas”.

Em *Contra a corrente: ensaios críticos em economia*, obra de Gunnar Myrdal (1977), Prêmio Nobel de Economia de 1974, classificado por seus próprios “colegas soviéticos, de uma maneira geral”, como “economista burguês” (p. 289), como ele próprio afirma-o nessa obra, encontra-se a seguinte impressão acerca do Estado de bem-estar:

O “Estado do bem-estar” nasceu em um mundo repleto de crises internacionais, uma descendo na crista da outra, a partir da Primeira Guerra Mundial. O Estado teve que interferir no funcionamento das forças de mercado para preservar a estabilidade interna. Sem dúvida, esta necessidade de interferência contínua foi uma das forças que contribuíram para o rápido desenvolvimento do “Estado do bem-estar”. Tabus foram quebrados. E quando o Estado teve que interferir, já havia se tornado natural, naquele momento, que as partes mais fracas da sociedade tivessem que ser protegidas (MYRDAL, 1977, p. 58-59, grifos meus).

O capitalismo à deriva e o Estado chamado a ocupar a função subalterna no barco, para numa última – ou mesmo numa única possível – manobra salvar os afogados. A questão é: “as partes mais fracas” seriam, de fato, o alvo da salvação? Reformulando a questão: seriam o barco e o bolso do capitão as partes frágeis a serem salvaguardadas?

Dizia ainda Myrdal: “E assim o ‘Estado do bem-estar’ está, muito lentamente e com hesitação, sendo ampliado para uma concepção de um ‘mundo do bem-estar’” (p. 59).

O economista deixou explícitos sua insatisfação e seu pesar diante das ideias de incrédulos quanto à intenção diáfana(?) das “nações ricas” – mais especificamente os EUA – em relação à pobreza dos povos subdesenvolvidos, quando assim declarou:

[...] deveríamos observar com que freqüência o tipo de valoração que se adaptaria ao conceito de “mundo do bem-estar” é ocultado, quando não negado diretamente, quase em toda parte. Outros motivos, em termos de interesse próprio, são propostos no seu lugar.

Como nos momentos iniciais do estabelecimento do “Estado do bem-estar” nas nações ocidentais, agora, no mundo como um todo, podemos testemunhar a propagação da idéia de que a ajuda para as nações pobres se constitui em uma espécie de seguro contra uma revolta por parte delas. Por este motivo, a ajuda seria do interesse das nações ricas (MYRDAL, 1977, p. 59-60).

Arrematava sua utopia de “mundo de bem-estar”, expressando:

Contudo, num futuro distante, acredito que as valorações humanas que, nos países desenvolvidos, nos colocaram no caminho do “Estado do bem-estar”, não poderão se deter nas fronteiras nacionais. Nada menos que um “mundo do bem-estar” corresponde às valorações que fundamentaram nossa política social interna.

Não posso ser derrotista nesta disputa. Antes da Segunda Guerra Mundial, quase ninguém via uma responsabilidade comum de todas as nações desenvolvidas de ajudar os países subdesenvolvidos (MYRDAL, 1977, p. 60).

Reafirma sua profunda crença no “desprendimento” e “solidariedade incondicional” norte-americana, quando tem o destemor de deixar declarado para a posteridade: “Conheço suficientemente o povo americano para saber que a motivação principal para a ajuda financeira dada às Nações da Europa Ocidental através do Plano Marshall [...] foi um sentimento positivo de compaixão e solidariedade genuínas [...]” (MYRDAL, 1977, p. 255).

Esse entendimento positivado acerca do *Welfare State* pode ser encontrado em outros vários autores. Em *Política Social*, Marshall (1967, p. 25-26) não poupou loas a David Roberts, quando declarou:

Qualquer que seja a interpretação exata que possamos dar à expressão “O Estado do Bem-Estar Social”, podemos apreciar o vigor no julgamento de David Roberts segundo o qual durante o meado da época vitoriana o cidadão comum inglês se tinha tornado “o beneficiário de um Estado que assumiria a responsabilidade pelo bem-estar de seus cidadãos. Conquanto limitada essa responsabilidade, conquanto insuficiente comparada com as responsabilidades assumidas por Whitehall em nossos dias, marcou, sem dúvida alguma, o início do Estado do Bem-Estar Social”.

Já para Mészáros (2002), o Estado de bem-estar teria alçado desenvolvimento quando se viu plasmada uma “nova posição defensiva” do operariado, resultante de sua vígil e intensificada articulação – via sindicatos e, posteriormente, partidos políticos oriundos destes – e mediante “condições favoráveis”, que lhe permitiu a obtenção de “algumas vantagens”. Os reclamos do operariado – quando não incompatíveis com “os elementos correspondentes do capital” no âmbito nacional – iam sendo amainados com suprimentos possíveis. Nessa articulação em que o movimento operário, congregado em sindicatos – e representado em partidos políticos –, portava-se como um “interlocutor legalmente constituído e regulado pelo Estado”, abriu-se um caminho para o irrompimento do Estado de bem-estar.

O desenvolvimento do “Estado de Bem-Estar” foi a manifestação mais recente desta lógica, possível apenas num número muito reduzido de países. Foi limitado, tanto no que se refere às *condições favoráveis* de expansão tranqüila do capital nos países onde tal ocorreu como precondição para o surgimento do Estado de bem-estar, quanto no que se refere à escala de tempo, marcada no final pela pressão da direita radical, ao longo das três últimas décadas, pela liquidação completa do Estado de bem-estar, em virtude da crise estrutural do sistema do capital (MÉSZÁROS, 2002, p. 23).

Mészáros deixa transparecer que o Estado de bem-estar social constitui uma louvação e um acender de velas a Deus e ao Diabo. A ideia que defende Mészáros é nitidamente oposta às ideias professadas pelos primeiros autores. Na realidade, ele deixa inferido que essas ações e medidas encetadas pelo Estado redundam numa tentativa exitosa de assegurar ao capitalismo uma pista desobstruída, para que possa correr sempre e mais ligeiro na direção de seus próprios interesses, enquanto ele (Estado) oferta aos que se encontram atrapalhando o tráfego saídas por vias transversas – com ou sem concurso da força –, no evitamento de colisões, de retardamento da marcha e de desvio de curso.

Carreira (1996), em uma análise aprofundada acerca de políticas sociais no Estado português, inicia por buscar sua limitação e precisão conceitual. Para ele,

As políticas sociais [...] são uma aquisição recente das sociedades industrializadas e desenvolvidas dos países capitalistas. [...]. Pressupõem uma razoável capacidade de organização social e económica, viável onde o desenvolvimento tenha ultrapassado certos limites mínimos. E

sua necessidade, em geral, só se faz sentir com premência quando alguns problemas sociais atingem uma fase de aguda deterioração, decorrente do próprio desenvolvimento (CARREIRA, 1996, p. 19).

Dá como seu berço a Europa – como o é, de fato –, mas recusa-se a vê-la implantada em territórios outros que não o oeste europeu, Austrália, Nova Zelândia, Estados Unidos, Canadá, Japão e Israel. Fundamenta essa assertiva em sua própria tese de que as políticas sociais só subsistem onde se verifique “Um certo tipo e grau mínimo de desenvolvimento económico e social”, sem o que nenhum Estado se mostra envolvido na consecução de tais ações (CARREIRA, 1996, p. 254). Refere como “núcleo fundamental das políticas sociais” o direito à segurança social (p. 253).

Quando assim declara, o autor autoriza-nos a deixar inferido que o cenário possível da política social é, a um só tempo, a organização e a iminência do caos: organização como condição e possibilidade de exercício de pressão, isto é, como fonte geradora de um comportamento de ação, de uma conduta ativa no que concerne à exigência de alteração do *status quo*; e risco do caos como condição determinante de uma conduta reativa, de uma contra-ação, com vistas ou a uma neutralização ou à busca de nulidade dos efeitos da ação demandante.

O sociólogo norte-americano Wildavski reconhece que a política social não embute, via de regra, intenções de mudanças do *status quo*, mas, sobretudo, visa atender demandas imediatas que são postas pela sociedade ao Estado. Isso fica expresso quando afirma que

[...] no interior das políticas públicas, apenas uma pequena minoria de entre elas apresentam uma potencialidade reformadora, consistindo a maioria quer em “políticas rotineiras” de recondução dos serviços votados anteriormente, quer em “políticas incrementalistas” de ajustamento à margem (WILDAVSKI apud BAUDOUIN, 2000, p. 259).

Quando Baudouin (2000) vai analisar em sua obra a significação que assumem as políticas sociais, salienta que há uma corrente que as vê como dotadas de intenção reguladora das condutas sociais. Ele menciona ainda a contribuição que C. Jones desenvolveu na descrição da trajetória das políticas sociais desde seu irrompimento a um anunciado findar. E apresenta a concepção deste acerca do que seja política social: “[...] ela advém quando um conjunto de problemas são vistos como apostas que obrigam por conseguinte as autoridades políticas a inscrevê-las

na agenda governamental, *a fortiori* a tratá-las activamente e a dar-lhes respostas mais ou menos coerentes” (BAUDOUIN, 2000, p. 267).

Já Menezes (1998, p. 49), ao referir-se particularmente às políticas sociais desenvolvidas em territórios tomados pelo capitalismo monopolista subordinado, deu-as “como instrumento das intervenções do Estado exercidas pelas formas de governo”. Essas políticas teriam distintos papéis, de vez que “a ausência de generalização da mercadoria’ tira o fetiche das relações sociais de produção que fornece as bases de legitimação do Estado acima de todas as classes. Dessa forma, ‘os regimes políticos buscarão uma legitimidade para a sua existência e ação [...] em seu próprio fundo cultural’” (p. 49).

Para Demo [2002?, p. 1], a política social deve ser entendida “como esforço planejado do Estado e da Sociedade, de confronto e gerenciamento das desigualdades sociais” (p. 1).

Na conceituação de Oliveira (1989, p. 103), veem-se abarcados aspectos vários que dão forma e funcionamento à política social, quando diz que

[...] as políticas sociais são fruto das articulações entre as pressões e movimentos da classe trabalhadora com as formas de reprodução exigidas pela valorização do capital e pela manutenção da ordem social, e destinam-se a amenizar/compensar as desigualdades econômicas resultantes desta ordem social; portanto, só podem ser entendidas no contexto da estrutura capitalista e no movimento histórico das transformações desta mesma estrutura.

Particularmente, concebo política social como um empreendimento estatal materializado em discursos, ações, medidas, projetos e programas cujo escopo recai sobre a intenção de dar asseguramento de um mínimo necessário àqueles impossibilitados de, por si mesmos – e sem intermediação –, usufruírem bens e serviços essenciais. E visto que as distâncias que separam esses sujeitos dos que detêm o poder de patrocínio de tais bens são fulcradas nas desigualdades sociais, é que haveria de ser o Estado a promover intervenções capazes de proporcionar, em condições de ordem e sem – ou, pelo menos, o minimamente de – concurso de força e/ou violência, uma convivência apaziguada entre os iguais e os desiguais. São, pois, essas intervenções o que se designa política social.

Não vejo como possível inferir a qualquer expressão de política social um papel distinto do de controle estatal para com segmentos sociais vários. Igualmente,

nessa questão específica, não há como conferir ao Estado uma posição que não a de avalista do capitalismo.

O “‘Estado’ é um fenômeno ‘econômico’” (WEBER, 1993). Sendo o Estado, como demonstrou Weber, tecido por fibras de natureza econômica, como não ser ele um representante desse seu próprio interesse ou do que ele próprio é? Como negar ou pôr em risco sua constituição? Por que se deixaria esgarçar; desfiar-se-ia? A imbricação do Estado e da economia – leia-se: Estado e capitalismo – não abarca tais riscos. Um e outro – capitalismo e Estado – alimentam-se mutuamente. Nutre-se um a expensas do outro. É um do outro verso e anverso. O capitalismo tem, sob hipoteca, o poder do Estado; enquanto este avaliza, antemão, as medidas que se fazem – ou venham a fazer-se – necessárias à existência do primeiro, dentro dos melhores possíveis padrões e cifras.

Mais uma vez, saliento o que, pouco atrás, anunciei em relação à outra função da política social, que é a de ser colocada no circuito do mercado e comprada pelo próprio Estado: a crise como fonte de lucro! Eis uma sociedade irrompível. Eis um caso inigualável de fidelidade; um casamento para sempre – não *até que a morte os separe*, porquanto nenhum deles sobrevive à viuvez: onde quer que estejam, haverão de estar juntos. Indissociáveis, eis o que deles, por ora, resta a dizer.

E, do sistema do capital, Mézáros (2002, p. 97) diz ainda que

[...] é, na realidade, o primeiro na história que se constitui como totalizador irrecusável e irresistível, não importando quão repressiva tenha de ser a imposição de sua função totalizadora em qualquer momento e em qualquer lugar em que encontre resistência.

As resistências que, no seu trajeto, forem se colocando serão enfrentadas de modo que nada obstaculize sua liberdade. E, para tal, o Estado, imbuído do poder de aplicar legitimamente o recurso da força, não poupará esforços.

As teorias clássicas de fundação do Estado moderno marcam o eixo central de onde pulsam as razões primeiras que o fizeram emergir, segundo Thomas Hobbes, John Locke e Jean-Jacques Rousseau: a vontade de suspender o *estado de natureza*.

Nasce o Estado, dizem os pensadores, quando “aquele homem no estado de natureza” aceita se reger por uma “pessoa artificial” – como entendia Hobbes – à qual se deixava assegurado o direito de permanecer acima do contrato social e cujo poder deveria ser monárquico; ou por um soberano (Estado) para o qual Locke, como Hobbes, defendia a permanência no “estado de natureza”, ressalvando, no entanto, que não deveria ser ele absolutista, e a quem, por outro lado, coubesse a tarefa de proteção da propriedade, essa entendida como vida, liberdade e bens; ou ainda pelo Estado desenhado por Rousseau em que ficava reconhecida a soberania popular.

O homem daquele “estado de natureza” estabelecia um contrato no qual transferia direitos para outrem (o Estado) de agir em seu nome, ao mesmo tempo que declarava sua renúncia ao poder privado.

Teorias outras foram apostas a essas, mas, aqui, o que acho interessante assinalar refere-se à matriz dessas três teorias: o medo e a necessidade de controle do potencial violento dos sujeitos. O irrompimento do Estado, nessas teorias, explica-se com base na abdicação que os sujeitos fizeram de sua possibilidade de empregar a força de que dispunham e daquela que pudessem agregar na direção de seu interesse privado. O medo de todos em relação a todos teria sido a fonte de inspiração e de materialização do Estado.

Ficava, então, o Estado reconhecido como o detentor do monopólio da violência legítima. Frise-se legítima, porque a ilegítima – reconhecida como tal a partir da abdicação do direito de exercê-la, quando se o consagra ao Estado – não estava eliminada. Prova disso é que o Estado exerceria a violência legítima no confronto da ilegítima. Por que então e para que o Estado surgia? À razão de qual ordem o Estado estaria consagrado?

Teorias outras ofertam respostas a essas indagações. Mas, novamente, chamo a atenção para um aspecto em particular: a necessidade de disciplinar os antagonismos – a legitimidade e a ilegitimidade, a legalidade e a ilegalidade ante as razões de Estado.

O Estado nasce num rompante de violência com o fito de suspender a possibilidade da concreção da violência! O Estado é parceiro, avalista de um sistema – sistema do capital – que, ficou aqui demonstrado, nasceu do sangue alheio e continua a alimentar-se dele feito um vampiro insaciável. A violência foi o meio pelo qual o capitalismo se constituiu. Não haveria como se instaurar sob outras bases

que não a força bruta. Em seu percurso nada restou sem que deixasse as marcas de ferro e fogo, suas algemas, suas amarras tatuadas nos corpos. Suas conquistas foram assentadas em territórios banhados de sangue: colonizações, guerras, extermínios físicos e culturais.

Sob a arguição da tese da potencialidade da violência humana e do temor de sua concreção emerge o Estado. O capitalismo, por seu turno, funda-se, expande-se, consolida-se, totaliza-se pela via irrecusável da violência. É por seu intermédio que alcança constituir-se em modo de produzir coisas, mercadorias e viver. Assim sendo, a violência, arcabouço e amálgama do Estado e do sistema do capital, não há por que a recusar, não há por que a tornar desinteressante. Ao contrário, sendo a mesma onipresente em tudo o que se toca, fazendo-se parte do modo como se produzem as coisas e, ao mesmo tempo, estabelecendo-se como meio de encaminhamento, como solução sempre possível de situações conflituosas, ela haveria de integrar-se como fonte emanante de riqueza, porquanto matéria-prima inesgotável, irrecusável, ineliminável.

A violência é um dos elementos que deu razão para a constituição do Estado. Não coincidentemente foi também o elemento, o meio que assegurou o nascimento do capitalismo; ela lhe deu base e alimento. Deu-lhe ossatura, avolumou sua musculatura, povoou seu cérebro, entranhou-se em seu sangue para coagular-se no sangue dos sujeitos, invadindo-lhe os recônditos.

O sistema do capital sabe aproveitar e reaproveitar o que é lucrativo. Sabe como nada nem ninguém criar desejos e necessidades e tratar de supri-las, para logo em seguida criar novas fomes e alimentos de satisfação. Aqui, vai uma indagação: o que está em suas entranhas, o que é seu constituinte? O que é sua marca? – A violência! Desse produto que entra no circuito do capital é que tratarei em todo o curso deste estudo. Um produto que parece contrariar as leis de mercado: quanto mais abundado mais lucrativo!

Quando fui exaustiva na reconstituição da forma como se foram organizando sobre o planeta os modos de constituir o viver e os produtos das obras humanas postos à disposição dos viventes, sob regras que estão longe da justeza, eticidade, moralidade, eu tencionava construir a moldura e o fundo do objeto sociológico.

Antes que apresente o modo como fui constituindo a violência o objeto sociológico de meu interesse, de minhas análises, transcrevo o poema “De que serve a bondade”, de Brecht (2000, p. 129), que bem esclarece as razões por que

nos vemos tão longe de modificar o cenário de medo e de horror que se instala como algo impossível de conter.

1

De que serve a bondade
Se os bons são imediatamente liquidados, ou são liquidados
Aqueles para os quais eles são bons?

De que serve a liberdade
Se os livres têm que viver entre os não-livres?

De que serve a razão
Se somente a desrazão consegue o alimento de que todos
necessitam?

2

Em vez de serem apenas bons, esforcem-se
Para criar um estado de coisas que torne possível a bondade
ou melhor: que a torne supérflua!

Em vez de serem apenas livres, esforcem-se
Para criar um estado de coisas que liberte a todos
E também o amor à liberdade
Torne supérfluo!

Em vez de serem apenas razoáveis, esforcem-se
Para criar um estado de coisas que torne a desrazão de um
indivíduo

Um mau negócio!

Somente se tornada um mau negócio, a violência poderia ser excluída do horizonte da humanidade.

6 A VIOLÊNCIA COMO MERCADORIA: UM OBJETO EM SEU ENTALHE

Sejamos um bom artesão: evitemos qualquer norma de procedimento rígida. Acima de tudo, busquemos desenvolver e usar a imaginação sociológica. Evitemos o fetichismo do método e da técnica. É imperiosa a reabilitação do artesão intelectual desprezioso, e devemos tentar ser, nós mesmos, esse artesão.

Charles Wright Mills

Saussure afirmou: “O ponto de vista cria o objeto” (1977 [1916]).¹¹ Com tal expressão, ele deixa inferido que a existência do objeto só se dá mediante uma construção ideativa – “imaterial” mesma, ideológica – que lhe anteceda. Quando lidamos com o objeto sociológico, esse ponto de vista é a teoria: não há objeto sociológico sem problema teórico; é ele quem define o olhar que cria o objeto.

Como já ficou informado em seções anteriores, o manancial, o esteio teórico para a configuração do objeto sociológico constituído para esta empresa acadêmica tem origem na construção teórica de Karl Marx, sobremaneira em suas categorias mercadoria, valor e fetiche. Já os recursos conceituais e operacionais que possibilitaram meu percurso investigativo neste empreendimento foram buscados na produção de Michel Foucault. Evidente que não apenas esses teóricos respondem pela sustentação, pelos traçados e inspiração deste trabalho acadêmico, mas não resta dúvida alguma de que as ideias desses autores rubricam de forma inequívoca toda a trajetória desta investigação social.

6.1 O Ofício da Pesquisa: a Caminhada em Seus Preparativos

A construção do objeto sociológico reserva semelhança com o processo de entalhe de uma obra, de uma escultura; diria uma peça artesanalmente¹² produzida. Como o artista plástico que toma em suas mãos o tronco bruto e o cinzel, e vai talhando a madeira, lapidando-a, corrigindo as imperfeições de seu traçado, de seu

¹¹ *Cours de linguistique générale*, obra em que Ferdinand Saussure assim se expressa, foi postumamente publicada por alguns de seus alunos em 1916. Em 1977, sob o título de *Curso de lingüística geral*, a Editora Cultrix publica sua versão em português.

¹² Expressão inspirada em C. Wright Mills (1980) a partir da leitura “Do artesanato intelectual”, apêndice de seu livro *A imaginação sociológica*, no qual ele elenca uma série de observações que devem ser consideradas por todos os que decidem pelo ofício de fazer ciência, precisamente para quem ingresse nos meandros da ciência social.

corte até que dela possa fazer surgir sua obra com a melhor forma possível de apreciação, assim também age o pesquisador: ele vai recortando da realidade a matéria-prima da qual fará emergir o objeto em relação ao qual centrará energias, tempo e esforços na direção de seu entendimento, compreensão, conhecimento. Eis por que as rotas de caminhar desse produzir não podem jamais fazer-se de rigidez e ausência de diálogos, de interlocuções várias.

O ofício de fazer ciência, afirmaram Mills (1980), Bourdieu (2000) e Santos (2004, 2006) – grandes mestres da sociologia –, requer a abolição de rigidez, o que, por outro lado, obriga a quem se embrenhe em seus meandros a preparação para o desempenho de determinadas tarefas, competências e habilidades, isto é, conhecimento preciso do que seja seu campo empírico e teórico. O que significa dizer ainda a exigência do domínio dos métodos, procedimentos, instrumentais para pôr sob análise um determinado objeto de estudo: o objeto sociológico.

A construção do objeto sociológico impõe um conjunto de operações e procedimentos que nenhum pesquisador isenta-se de adotar. A realidade social na qual dormitam as impressões inaugurais que se vão amalgamando em torno do que poderá vir a se configurar como problema sociológico deverá ser o primeiro dos terrenos sobre o qual os pés do pesquisador abrirão sua caminhada.

Acerca de objeto sociológico, com muita precisão falou Bourdieu (2000, p. 27), quando afirmou que sua construção “não é uma coisa que se produza de uma assentada, por uma espécie de ato teórico inaugural”; ao contrário, “é um trabalho de grande fôlego, que se realiza pouco a pouco, por retoques sucessivos, por toda uma série de correções, de emendas”. E, evocando outros tantos teóricos, alertou para questões das quais o pesquisador não deve esquecer: “o fato é construído”, “o objeto ‘real’ não é *fac-símile* do objeto da ciência, visto que este amalgama um “sistema de relações construídas propositalmente”.

Nesse sentido, é indispensável lembrar que mesmo uma trilha não se percorre de um só salto, nem sem “cartas geográficas”, sem “bússola”, sem “guia”, sem “farnel”, isto é, sem aporte teórico e sem referências empíricas. Requer-se, pois, do pesquisador tanto que se lance na direção da busca dos estudos já realizados, das pistas já construídas, quanto da apreensão dos fenômenos sob análise em suas primícias, a fim de que possa ele mesmo edificar outros caminhos, outras trilhas e constituir outros olhares sobre um mesmo ou sobre outro objeto. Por essa razão, serão elencados alguns aspectos relativos a percursos que devem ser

observados quando da realização de pesquisa em ciências sociais, enfocados por distintos autores, e que nortearam minha postura diante do estudo que empreendi.

Entendo que o ofício do fazer científico só se concretiza se tanto vastos caminhos e grandes estradas quanto as rotas estreitas e os minúsculos atalhos pelos quais o pesquisador parte em caminhada forem bem conhecidos. E isso não se torna viável se ele não estiver aberto a requisitar parcerias diversas, a consultar outros pensares, a ouvir opiniões divergentes, a conhecer olhares distintos.

É aqui que bem comporta falar do modo de produzir conhecimento, de fazer ciência, proposto por Carvalho (2009) e, por ela, nominado racionalismo aberto e crítico que se orienta, se funda no conjunto de princípios que informam: a construção do conhecimento como sendo processual e contextualizada cultural e politicamente; a suspensão do paradigma da ciência moderna que sacralizava o método científico como a via exclusiva para a construção de saber e meio de validação de certezas; o realce do primado da lógica da descoberta em desfavor da lógica da prova; a exigência inegociável do olhar plural, das formas conjuntas e coletivas de produzir o entendimento dos fenômenos, fatos, eventos, acontecimentos que rondam o tempo e os espaços da contemporaneidade; a instituição de amplos circuitos de fala que propiciem a instauração de diálogos permanentes, desde os mais consonantes aos mais diversos, mas, sobremaneira, que nesses circuitos não sejam caladas aquelas falas mais antagônicas. Ao contrário, que para elas se reservem os melhores e mais amplificados canais para que nenhum ruído de comunicação prejudique o teor de suas mensagens, pois só assim fica assegurada a interlocução entre diferentes modos de pensamento e de construção de análise; o consórcio da ciência com as várias expressões de humanidade: a literatura, a arte, a poesia, a música, entre outras, como forma de integralizar as múltiplas faces de que se constitui a natureza humana; o movimento dinâmico e integrado entre a teoria e a empiria; a exigência do rigor criativo que abarca a razão crítica, a sensibilidade, a imaginação; a liberdade metodológica para “constituir caminhos, sabendo apropriar-se das potencialidades de vias investigativas, da pluralidade de instrumentos e recursos” (CARVALHO, 2009, p. 128).

Como defende Carvalho (2009), o diálogo crítico deve incorporar múltiplas formas de decifração da realidade, olhares diversos, compreensões distintas para que se torne possível dar respostas satisfatórias às provocações do mundo. É, enfim, o encarnar o modo de produzir saber, de constituir ciência proposto por

Santos (2004; 2006) e, por ele, qualificado ecologia dos saberes. Essa alternativa de produzir ciência, trabalhada pela autora, ancora-se em estudos de Gaston Bachelard, Pierre Bourdieu, Karl Marx e Boaventura de Sousa Santos. Este último tem constituído um outro horizonte para um modo também outro do fazer científico, proclamando a exigência irrecusável de entender-se o saber como parcial, local, de padrão próprio, singularizado, inscrito e limitado por um tempo e um espaço situados, específicos, enfim a instauração de um novo paradigma do fazer ciência.

Santos (2004, 2006) firma uma postura de defesa da pluralidade, do diálogo farto e franco com as epistemologias e as metodologias com vistas não só à constituição de saberes como também ao asseguramento de lugar, de posição e de papel para saberes que ficam alijados por não estarem circunscritos a regras e modelos ditados pela lente acadêmica colonizadora. Alerta o pesquisador para a necessidade de contínua vigilância para que não se caia nas armadilhas da exclusão, das hierarquizações e das classificações dos saberes que terminam por arbitrar o que é aceito como científico ou não científico.

Já Becker (1997, p. 28), como representante do interacionismo simbólico, adverte que, numa pesquisa sociológica, não se pode deixar de ter considerados os significados que os sujeitos constroem para as coisas e, igualmente, para as pessoas, no curso das interações, momentos em que – ou processos por meio dos quais – os significados são construídos, são reafirmados e são modificados. Descuidar de tal leitura implicaria o comprometimento do processo mesmo da pesquisa e, obviamente, dos resultados investigatórios.

Em sua obra *Métodos de pesquisa em ciências sociais*, Becker acusa os pesquisadores de terem deixado, intencionalmente, de declarar os óbices por que se viram impelidos a passar para alcançar os resultados de suas pesquisas, em nome de uma presunção de superioridade, de uma vaidade de ver apresentados seus estudos como impecáveis, de aparência de perfeição plástica, estética. E que esse comportamento, de certa maneira generalizado, foi grandemente responsável pelas dificuldades por que a pesquisa em sociologia passou – e passa –, por muitas vezes ter de realizar esforços repetidos na tentativa de encontrar caminhos e atalhos já construídos e testados anteriormente, e que se revelaram eficazes na elaboração de investigações sociológicas, mas que a eles não se fez alusão em pesquisas já realizadas. E que, por outro lado, teria redundando num encurtamento de esforços e de gastos financeiros e de tempo, se houvessem constado – os óbices, os

caminhos, os atalhos, os reparos, os acertos, os erros – dos relatos de pesquisas já empreendidas. Daí por que, como infere Becker, há sempre uma onda de novidades pairando nos mares da pesquisa sociológica: há um tom de “descoberta”, de “novo” no que já se experimentou repetidamente, por não terem ganhado visibilidade integralmente os percursos, os percalços enfrentados para o alcance dos resultados em estudos anteriormente realizados.

Ademais, esse sociólogo ocupa-se em elencar “alguns problemas de método negligenciados”, ao mesmo instante que lança a advertência de que o fato de deixá-los em suspenso, encobri-los, negá-los não os torna inexistentes; ao contrário, corre-se um risco certo de neles tropeçar. Refere pelo menos cinco problemas que não vêm recebendo o tratamento metodológico de que carecem.

O primeiro problema é o da **inserção** que tem, de certo modo, delineado os espaços e os sujeitos que são colocados, inscritos como territórios pesquisáveis. E, nesse sentido, Becker (1997) denuncia a recusa ou resistência ou pouca insistência, por parte do pesquisador, para enfrentar as dificuldades relativas ao acesso a determinados sujeitos, grupos, comunidades, instituições, espaços. Postura que, segundo ele, tem sido grandemente responsável pela limitação no avanço do conhecimento em sociologia, em virtude do caráter repetitivo que vai prefigurar tanto o elenco dos atores pesquisados quanto o que concerne ao temário e objeto estudados; as investigações passam, então, a dar-se num circuito de repetitividade, o que redundava, ademais, em possibilidade de resultados viciosos.

O segundo é o da **prevenção de erros** e descuido do pesquisador em relação às salvaguardas. Becker (1997, p. 38) vai focá-lo destacando que o que se deve estar “buscando é o sistema de controle social na ciência”. E, nesse sentido, resente-se de um rigor que imprima um razoável e sempre crescente grau de correção e de controle mais atento para minimização dos erros passíveis de redução, mediante adoção de cautelas. Informa que há no círculo da pesquisa sociológica um comportamento de tolerância generalizado em torno dos pesquisadores e dos produtos de seus estudos, que termina por contemporizar as disparidades flagrantes nas análises finais acerca da mesma problemática sociológica, ainda que contra tais estudos pese o fato e o pesquisador não haver adotado medidas acautelatórias indispensáveis, pondo, já *a priori*, sob questionamento o resultado alcançado na pesquisa. E salienta que os argumentos, para que se ponham de lado as salvaguardas, não se assentam em razões fortes,

visto serem, assim, forjadas as alegações: ou porque os resultados díspares não fazem grande diferença no produto final, “porque os erros ou são pequenos demais para terem alguma importância, ou contrabalançam um ao outro” (p. 37); ou porque o emprego de salvaguarda demandaria maior esforço – “dá muito trabalho”; ou porque em sociologia a reprodução de pesquisa torna-se impraticável, daí por que um novo estudo – ainda que focalizasse o mesmo problema sociológico, o mesmo grupo de sujeitos – que apresentasse resultados distintos não pode afirmar-se contrariando os achados do anterior, pois que as condições em que se deu o estudo precedente podem – alega-se – ter sofrido modificações.

A **escolha de estruturações** é o terceiro problema apresentado pelo autor. Interessante é perceber que ele emprega a expressão no plural: estruturações. Deixando, assim, corrigida a falsa ideia de que uma pesquisa, para ter rigor e estatuto de ciência, não deve recorrer a mais de um olhar teórico, ou deve abster-se de trazer à arena um diálogo de ideias que não estejam em comunhão incondicional. Ao contrário – como também os autores, nesta seção, referenciados –, demonstra o quão salutar pode tornar-se o exercício de colocarem-se frente a frente conjugações verbais teóricas em tempos e modos distintos, desde que se definam: o que cada uma delas elucida em relação ao que se está buscando compreender; de que modo, em que medida e sob que circunstância se vai empregar essa e não aquela conjugação teórica, pois as possibilidades analíticas distintas produzem uma leitura mais profusa e profunda do problema sociológico sobre o qual se debruça o pesquisador. Discute ainda Becker (1997, p. 40-41), em relação à escolha de estruturações, algo da maior significância, que é o móvel dessa escolha: a eleição desta ou daquela estruturação teórica deve, segundo ele, preencher critérios que levem em seu dorso a certeza de que, através dessa estruturação eleita, alcançam-se melhores resultados que com outra – ou outras. Para isso devem ser mensurados os ganhos e as perdas que cada uma das possibilidades de escolha implique. Assinala que a escolha de estruturações não deve assentar-se em critério personalístico, voluntarioso, de simpatias, de benquerenças ou malquerenças.

Os **pressupostos ocultos**, dados como o quarto problema, Becker (1997) concebe como sendo aqueles aspectos condicionantes ou definidores do modo como os resultados das pesquisas vão ser traduzidos. Mas, sobretudo, qualifica-os como determinantes que subjazem à própria pesquisa. Mais uma vez, ele afirma a necessidade de se adotar um enfoque sociológico do problema metodológico,

sobremaneira quando se vai desvelar o contorno que define “o produto” – resultante da pesquisa – com o *status* exigível para alcançar um posto nas prateleiras da ciência; “o produto” a ganhar publicidade, a varar a arena privada de seu autor e do entorno deste. Os resultados dos estudos parecem, desse modo, condicionar-se à possibilidade de alcance desse *status*. Pois, como declara o sociólogo, “o cálculo estatístico da probabilidade de conseguir um dado resultado depende, para sua utilidade no desenvolvimento de inferências sobre a validade de uma hipótese, da estrutura social que circunda o envio e a escolha de artigos para a publicação” (BECKER, 1997, p. 42). E esses condicionantes – e outros tantos – têm, em não poucos casos, redundado na divulgação de pesquisas eivadas de erros ou de acertos acidentais, em decorrência do fato de resultados de estudos idênticos, cujas hipóteses não se viram validadas, haverem ficado fadados ao circuito restrito de seus pesquisadores, sem quaisquer espaços de socialização de maior alcance.

E, finalmente, apresenta o problema do **desenvolvimento de hipóteses**. Nele o autor destaca a quebra do mito de que o pesquisador funda, já em princípio, uma ideia hipotética que, ao longo do estudo, vai tão-somente sofrer processo de testagem. Com isso quer salientar que, ao contrário, a formulação de hipótese não é necessariamente, e quase nunca o é, o momento inaugural; não é um procedimento com grau mínimo de dificuldade, nem tem aparição mediante um toque de inspiração ou magia. Mas, apesar do fato de ser um procedimento complexo, “O desenvolvimento de hipóteses [...] pode ser explicado de tal forma que outros possam realizá-lo também” (BECKER, 1997, p. 43).

E acrescenta, entre outras coisas, que a ditadura da hipótese como ponto de partida termina por impor que

[...] o pesquisador pelo menos finja ter algumas hipóteses razoavelmente bem formuladas antes de começar (embora seja do conhecimento comum que a maioria das hipóteses nos trabalhos de pesquisa foram desenvolvidas durante a análise, e não antes dela) (BECKER, 1997, p. 43-45).

Outra passagem que merece assinalamento é a que anuncia que “O desenvolvimento de hipóteses é um problema metodológico que claramente exige um enfoque analítico” (BECKER, 1997, p. 44).

O autor busca, ao longo desse capítulo de sua obra, ressaltar a necessidade de que as investidas metodológicas em sociologia se revistam de transparência, de

processos descritivos minuciosos em que fique demonstrada, do modo mais detalhado possível, a forma como se vão construindo os passos; a motivação que conduz à adoção de um dado parceiro teórico, assim como o porquê da escolha deste(s) e não daquele(s) autor(es), e o que se deixa ou deixará de lado adotando esta ou aquela lente teórica, este ou aquele passo metodológico.

Em *Objeto sociológico e problema social*, Lenoir (1996, p. 59) vai dedicar atenção à construção do objeto sociológico, tomando como ponto de partida o cuidado e a lucidez de que o pesquisador deve acercar-se para demarcar o que se configura como problema social e o que, de fato, constitui um objeto sociológico, um problema para a sociologia. Ele explica que esse imbróglio remonta, de certa forma, à origem da sociologia, que se viu ligada à condição ou *status* de “especialista dos problemas ‘sociais’”.

O autor discute a necessidade de demarcar com nítidos traços o que irá ser transformado em problema merecedor do *status* de sociológico. É interessante perceber que ele começa por desmistificar a ideia de que, ao contrário do “problema sociológico” – que é, em sua totalidade, um construto –, os “problemas sociais” teriam uma natureza própria, uma existência em si; descolando-se, desse modo, os significados que estes alcançam para distintos grupos de sujeitos, em lugares e tempos diversos.

Cuida em deixar expresso que os problemas sociais são assim qualificados porque lhes foram inferidos, por um conjunto de sujeitos, significados que diferenciam de forma incômoda situações sociais vivenciadas direta ou indiretamente por esses mesmos sujeitos ou por outros com os quais estes interagem. Essas situações-problema provocam um conjunto de ações e reações diferenciadas – e até antagônicas, não raro – que têm significados distintos para os sujeitos, nos diferentes espaços e em curso variável de tempo. Demonstra que os problemas sociais também não têm em si uma natureza; são igualmente construtos histórico-sociais. É uma das primeiras ideias que Lenoir (1996) busca clarificar, inclusive, evocando Blumer, que, em 1937, cunhou a expressão interacionismo simbólico e iniciou a construção conceitual do conteúdo dessa perspectiva analítica e seu método referente (ÉTIENNE et al., 1998).

Trabalha intensivamente na direção de suspender o véu que parece recobrir a realidade social com uma espécie de manto natural. No curso desse exercício metodológico, ele vai ofertando pistas para que o sociólogo perceba que expressão

de diálogo deve estabelecer com essa realidade social e de que modo seu objeto sociológico vai escrever outros traçados, outras trajetórias, outras parábolas em torno do significado que subjaz aos embates de sentidos que se dão nessa arena social pré-construída. O que esses embates simbólicos fundam, o que instauram? Essa é sim, diz Lenoir (1996), uma tarefa investigativa sociológica.

Sayad (1998) traça, com rico detalhe, pela via da narrativa do informante, tanto as trilhas de construção de um problema sociológico quanto o modo de compreender, nos retalhos de falas, os quadros de significados que se podem estabelecer em novas “cesuras” possibilitadas pelo enfoque metodológico sociológico. É, evidentemente, imprescindível que o sociólogo se lance em campo com um arsenal teórico, condição que o prepara para saber encontrar, sentir e colher, nesses retalhos, as fibras, as estamparias, os matizes e as texturas que vão permitir conhecer o significado que esses elementos entrelaçados fundam, o que eles amalgamam, o que reforçam, com o que rompem, e em que intensidade e sob que forma eles assim se manifestam nas relações que envolvem os sujeitos e as situações que são postos como uma determinada problemática sociológica.

Com similitude – ou, pelo menos, sob uma perspectiva metodológica próxima –, Geertz (1989) demonstra em *A interpretação das culturas*, precisamente no capítulo intitulado “Um jogo absorvente: notas sobre a briga de galos balinesa”, como se entalha um objeto sociológico. O modo como ele apresentou o funcionamento de seu método deu-se por via pouco usual, até inusitada, digamos – rinha de galos. Por meio dela, mostrou como lhe foi possível não apenas radiografar a ossatura de uma comunidade – uma aldeia balinesa –, mas compreender seu funcionamento: a ordem que a funda, que a enlaça, que a congemma, que constitui e movimenta suas relações e estruturas, que constrói e perpetua sua identidade; sobremaneira, discutiu a teoria que em seu objeto sociológico pulsava. Em seu texto, ele expressa a imprescindível necessidade do pesquisador construir com sensibilidade as vias de acesso ao “centro nervoso” do problema sociológico. Também ele não se mostra afeiçoado à ideia de que se tenha de definir e escolher um único caminho, um único atalho. Mas indica que,

[...] qualquer que seja o nível em que se atua, e por mais intrincado que seja, o princípio orientador é o mesmo: as sociedades, como as vidas, contêm suas próprias

interpretações. É preciso apenas descobrir o acesso a elas (GEERTZ, 1989, p. 321).

Elias (2000) – como Geertz (1989) – trabalha com profundez o modo como se deve buscar a construção do problema sociológico; como o sociólogo deve posicionar sua lente teórica para que seu objeto movimente-se, pulse, permitindo, assim, que se faça o seu desvelamento e, ao mesmo tempo, proceda-se à tecedura das fibras teóricas que o constituem. Deixa expresso o necessário cuidado em relação à propriedade na escolha de instrumentos investigatórios, para que estes sejam suficientemente capazes de pôr o objeto sociológico a nu e em diálogo teórico contínuo.

Ginzburg (2002) expõe, profusa e detalhadamente, caminhos investigativos que permitem dar a conhecer fatos que não seriam possíveis de leitura, de compreensão não fora o pesquisador dispor-se a colocar – com determinação, mas muita leveza – os pés em um caminho estreito, específico, minúsculo e circunscrito ao detalhe, às sutilezas, ao indício, aos microelementos, à sensibilidade ou mais propriamente às marcas afetas aos sentidos: os sinais. O autor deixa, assim, descrito o método indiciário: um método investigatório que exige de seu usuário a completa entrega, a determinação e a vontade de vasculhar e encontrar, por entre escombros, cacos do que foram porcelanas raras, e embrenhar-se, infatigavelmente, na recomposição da preciosidade estética das imagens que, um dia, estiveram estampadas numa peça de arte. É semelhante ao ato de escavar velhos baús, por entre falsos tesouros e amontoado de tralhas, em busca da possibilidade de existência de um minúsculo objeto de valor. É com essa perspectiva que se faz um estudo pelo método indiciário – um valsar em pistas microscópicas em busca de sinais, de traços, de fumaças, de sombras, de odores muito pouco ou quase nada perceptíveis.

É importante, neste momento, trazer algumas outras observações, alguns alertas feitos por Bourdieu (2000) aos sociólogos: não abdicar de pôr em suspenso a arriscada ilusão de técnicas e instrumentos estéreis de ideologias, neutros; não perder de vista o prejuízo decorrente da escolha e do uso de instrumentos e técnicas, presumidos objetivos, em detrimento da escolha de outros mais abertos e flexíveis, sob o argumento de que os primeiros poriam sob vigilância – aprisionariam mesmo – os valores do pesquisador, pois, como disse, “o princípio da neutralidade

ética, lugar-comum de todas as tradições metodológicas, pode, em sua forma rotineira, incitar paradoxalmente ao erro epistemológico quando, afinal, sua pretensão é evitá-lo” (p. 46); assim como pede cautela em relação ao “relativismo integral e mecanicista” (p. 54), pois nada há de produtivo em abafar, de um – o pesquisador –, as opiniões subjetivas, os juízos de valor para fazê-los expressão única do outro – o pesquisado. Silenciar, abafar um para ouvir os ecos do outro, incondicionalmente, sem mediação, sem leitura, afirmou o autor: “[...] nos dois casos, a relação do observador aos valores daqueles que ele observa (e, por conseguinte, ao valor deles) toma o lugar da relação que estes mantêm objetivamente com seus valores” (BOURDIEU, 2000, p. 63).

Foram esses os autores que me introduziram no ofício da pesquisa sociológica. Creditei importante anunciá-los como tarefa inaugural, nessa que é a descrição mesma do modo como foi operado este empreendimento acadêmico, em razão de entender como imprescindível definir para o leitor os sujeitos e seus respectivos lugares: o que ocupo como pesquisadora e o que ocupa cada um dos teóricos com quem dialoguei no esforço de compreender o objeto sociológico posto sob análise.

6.2 Da Ideação à Concreção: entre a Vontade e a Possibilidade Ajustes Se Impõem

Foi Becker (1997) quem ressaltou a necessidade de que as investidas metodológicas em sociologia devam se prover de transparência, de processos descritivos minuciosos em que fique demonstrada, do modo mais detalhado possível, a forma como se vão construindo os passos; a motivação que conduz à adoção de um dado parceiro teórico, assim como o porquê da escolha deste(s) e não daquele(s) autor(es), e o que se deixou ou deixará de lado adotando esta ou aquela lente teórica, este ou aquele passo metodológico; os equívocos e erros havidos desde o ponto de partida ao de chegada. Para ele, a discussão do modo de fazer a pesquisa é tanto ou mais significativa do que o resultado que se obtém ou se deixa de obter. Foi em razão da concordância com o pensamento de Becker que, ao longo deste estudo que produzi e ponho à apreciação dessa banca examinadora, muitas vezes pisei e repisei um mesmo terreno, no esforço – espero bem-sucedido – de deixar claro o que pretendi neste empreendimento acadêmico, os procedimentos

adotados e os meios e instrumentos de que dispus para dar concreção a meu propósito, além dos óbices que se foram colocando e sendo ou não transpostos.

Como afirmei, no curso desses cinco anos de estudo e pesquisa, a primeira rota que sofreu alteração foi a relativa ao redirecionamento do objeto: da vontade de conhecer os significados que um ato de violência instaurava na trajetória de vida de adolescentes autores de práticas que atentam contra vida e a integridade da pessoa passei à necessidade de desvelar a natureza mercantil da violência. Essa decisão teve lugar no período anterior ao de elaboração do projeto de qualificação, tendo, a partir de então, eleito Marx e Foucault como autores que assegurariam a base teórico-metodológica desta empresa, sobretudo por entender que um diálogo acerca do modo como tonalizam suas leituras de mundo revela-se fecundo na direção de desvendar o “quiprocó” dessa singular mercadoria, os mistérios e a aura de encanto e de temor simultâneos que a constituem e a circundam.

A redefinição do objeto importou a imediata adoção de outros aportes teóricos, assim como a construção de outras pistas, de outros traçados a serem percorridos, enfim, de um modo analítico também outro.

Aqui, confesso que, se de um lado adquiri intimidade e fôlego para abrir interlocução com o tema num viés diverso do que se tem usualmente apresentado nos estudos já produzidos, ainda percorro com cuidado, inibição e intimidade diligente – e com as cartas geográficas e a bússola sempre à mão – o terreno em que busquei enraizar o objeto deste estudo: o da teoria marxiana. E a isso seja somado o recurso ainda pouco usual de pôr em diálogo as formas foucaultiana e marxiana de ler a realidade, visto que para esta tarefa investigativa tomei a teoria de Marx para construir o objeto sociológico, dar-lhe substância, forma e sustentação e recorri ao modelo analítico proposto por Foucault para desvelar o objeto, para fazê-lo pulsar. É tarefa que sem dúvida alguma me exigiu mais cautela, prudência, impondo-me, por consequência, um grau maior de dificuldade.

Em meu farnel, a insuficiência de víveres foi um elemento de medo no percurso inteiro da caminhada, desse desbravar. Essa condição deixou-me o tempo todo sobressaltada, cautelosa, tímida. Mas me foi compensada, essa desvantagem, com o amparo, a agudeza, a crítica generosa e a coragem que demonstra e porta o meu guia – minha orientadora – nesta empreitada conjunta. Daí que – com menos intranquilidade do que a esperada e audaciosamente –, à Banca Examinadora, como já o havia feito na de qualificação, foram chamadas pessoas com lastro teórico

que me fazem guardar a certeza de que apontarão lacunas deveras constatadas, presentes, que, como falei, resultam da minha condição de neófito nesse modo marxiano de entender a realidade, há não muito visitado. É, no entanto, um desafio que desponta como possibilidade ímpar de buscar compreender esse fenômeno, de ler esse problema sociológico em seu real e preciso nexos, pela via da interlocução, da interseção dessas duas lentes: a sociologia e a crítica da economia política. Sigo, então, com a tarefa de arguir a tese de que a violência é uma mercadoria. E rentável!

A ossatura da ideia de violência como mercadoria foi-se constituindo, ganhando vulto à medida que, num exercício mental rápido, dei conta de que em múltiplas formas de criação, de relação e de expressão humanas ela vinha como elemento integrativo, quer essencial, básico, quer acessório, tangencial.

Retomando a terceira seção deste estudo, é possível perceber como a violência entranha-se no cotidiano das pessoas de forma quase irrecusável, quaisquer que sejam sua intensidade, sua frequência, sua expressão, sua modalidade. Ela é, a um só tempo, dor e prazer, pesar e lazer, como comprova o psiquiatra forense Simon (2009, p. 20), quando afirma:

Ficamos aterrorizados e, ao mesmo tempo, fascinados pelo lado obscuro do ser humano. Milhares de cidadãos respeitosos são ávidos consumidores de filmes, programas de televisão, vídeos, livros e artigos que falam de assassinato, estupro e outras formas de violência. [...]. De cada oito filmes produzidos em Hollywood, um tem como tema o estupro. Quando o norte-americano médio chega aos 18 anos de idade, já assistiu a 250 mil atos de violência, incluindo 40 mil assassinatos, na televisão. [...]. Autores de livros de mistério podem contar com boas vendas se explorarem a tese de que quase todas as pessoas podem ser levadas a matar.

Simon (2009), nessa obra, visa fundamentalmente demonstrar que é necessário que se suspenda a ideia dicotômica que classifica as pessoas em boas e más. E que, ao contrário, todas as pessoas deveriam reconhecer-se dotadas de um lado sombrio capaz dos mais condenáveis atos, até como forma de municiar-se de mecanismos de controle, freios. E arremata dizendo que “Os impulsos antissociais das pessoas são oportunistas” (SIMON, p. 2009, p. 22).

O fato é que a violência que se combate é a mesma que é alimentada, proclamada: a quantos não foi prescrita certa dose de “violência necessária” à sobrevivência do dia a dia? Sob que formas sutis e explícitas a violência tem sido abertamente veiculada como entretenimento por meio de filmes, seriados, telenovelas, desenhos animados, programas infantis, vale-tudo (lutas), revistas eletrônicas matinais, vespertinas ou noturnas, diárias ou semanais, programas de variedades que trazem à mostra dores íntimas, dramas pessoais e familiares? Em telejornais e programas estritamente policiais, que informações acerca de violência são veiculadas? De que modo, com que frequência e intensidade isso se dá?

E os jogos eletrônicos, que têm sido acessados, cada vez mais, por crianças e adolescentes – sujeitos em formação –, em que a pontuação é obtida quando o jogador consegue passar o carro por cima de animais, crianças e velinhos, querem ensinar o quê?

O exemplar de número 93, veiculado em setembro de 2009, da revista *EGW Entertainment + game world*, especializada em *games*, trazia na capa a figura de um homem com a maior parte do rosto coberta por uma capa de couro, munido de uma arma, chamando a atenção para um novo jogo: “Assassin’s creed 2”. A chamada desse jogo tinha o seguinte teor: “Sucesso absoluto, a franquia mais ambiciosa da Ubisoft volta mais sangrenta e desafiadora. Descubra os novos modos de jogo, as missões especiais e muitas formas de acabar com os inimigos”. No sumário, apresentado em página dupla, novamente encontrava-se a figura desse homem, só que, desta feita, com os braços abertos, e, próximo de cada um deles, via-se a imagem pouco nítida de uma pessoa agonizante ou morta. Ao lado da ilustração do *game* vinha a mensagem: “Desmond volta muito mais impiedoso e sádico com seus inimigos. Confira todos os detalhes do novo game, um retrospecto da franquia e um bate papo exclusivo como o produtor”. Já no local indicativo da página da matéria via-se “Assassin’s Creed II. Mortes horríveis e muita furtividade são a promessa do sucesso da nova aventura” (p. 13).

O que dizer de *reality shows*¹³ que experimentam os limites físicos, emocionais e morais dos sujeitos participantes, em troca de um prêmio que quase sempre suplanta em muito a renda anual de cada um de seus integrantes?

¹³ Um exemplo nacional de *reality show* em que todas as tarefas a serem cumpridas pelos participantes eram de esforço físico intenso, de sujeição a desgaste, tensão, privação, constrangimento, estresse físico e mental foi o *No limite*, produzido pela TV Globo em quatro edições

Poderia preencher páginas e mais páginas na exposição de exemplos das múltiplas expressões de violência que se incorporam ao nosso cotidiano como uma força que parece impossível conter. Mas penso que, para o momento, isso se faz dispensável.

É, no entanto, oportuno que se lancem indagações: Por que esse sentimento de impotência diante da violência? Por que esse mesmo sentimento em relação à espetacularização da violência? Por que a violência e seus produtos tornam-se agudamente invasivos? Interessante é perceber que, nessa específica situação, há uma analogia possível de ser feita em relação à expressão “dominação sem sujeito”, cunhada por Kurz (2000, p. 151), quando discorre acerca da conquista do atual estágio do capitalismo. “Dominação sem sujeito” parece uma resposta plenamente satisfatória, neste instante, a essas indagações.

A violência e tudo o que a cerca e lhe adere “ganha” autonomia; parece ter independência, vontade, volição. São, pois, algumas razões por que se pode dizer que a violência é uma mercadoria.

Coloco uma última indagação: Que objetivo subjaz a essa massiva apresentação de espetáculos de violência?

O cenário que se foi desenhando até aqui explica, em parte, como fui configurando o campo de minha análise empírica: a mídia televisiva. A busca por

(2000, no Ceará; 2001, em Mato Grosso; 2001, no Pará; 2009, novamente no Ceará, na praia de Flecheiras). Até a terceira edição de cada *reality* participavam doze competidores; na quarta edição houve 20 participantes. O prêmio era de quinhentos mil reais. Merece assinalar que, antes da realização da quarta edição, o programa americano *Survivor* (Sobrevivente) acusou de plágio o *reality* brasileiro, havendo, em consequência, suspensão do direito de realização do programa. Posteriormente, a TV Globo obteve o direito de veiculá-lo.

Já em 11 de janeiro de 2010, um outro *reality*, *Solitários*, foi produzido pelo SBT. O *reality* apresentava-se com a “promessa de levar os participantes à total exaustão”. Entre oito e nove candidatos fariam parte do programa, sendo que um deles seria integrado ao programa posteriormente: um participante-surpresa. Todos permaneciam isolados e incomunicáveis em um pequeno compartimento individual sem acesso à luz solar, sem direito à cama, privados de cuidados higiênicos básicos como banho e troca de roupa. Para deitar-se, sentar-se ou utilizar o banheiro o participante teria de pedir autorização prévia. O *reality* era apresentado às segundas-feiras e às quintas-feiras, às 22 horas, ocasião em que ocorriam duas provas: uma de imunidade e outra de eliminação. As provas, em regra, revelavam-se cruéis e as orientações para sua realização eram repassadas por uma voz feminina, a Val, que se apresentava como computador e a quem os participantes solicitavam autorização para deitar-se, sentar-se e ir ao banheiro. Essa voz muitas vezes provocava os participantes, irritava-os, humilhava-os. As provas exigiam dos candidatos, não raro, muita tolerância à dor física, entre outras: colocar prendedores de roupa em várias partes do corpo; permanecer imóvel por sobre pregos; fixar-se, imóvel, em posição absolutamente incômoda, em uma parede de vidro. Saliente-se que esse *reality* foi o que deu o menor prêmio: cinquenta mil reais em barras de ouro. Esse programa é baseado em um *reality* americano que foi veiculado nos Estados Unidos, em sua primeira edição, em 2006.

Uma versão de *reality show* em que os desafios não são inteiramente de capacidade física é o *Big Brother Brasil – BBB*, também produzido pela TV Globo, já em sua décima edição.

respostas a essas questões não poderia ser mais plenamente satisfeita do que no cerne desse campo, pois, como declara Wainberg (2005, p. 11),

A violência tem-se revelado capaz de despertar o aparato cognitivo humano de sua apatia costumeira.
[...] A mídia é sensível à capacidade que tais atos violentos têm de atingir com vigor os sentidos das pessoas. A atenção dos públicos é um produto escasso, e a violência, ao capturá-la, presta um serviço que vai além do mero despertar da percepção dos leitores, ouvintes e telespectadores.

6.2.1 O consumo diário da violência ou a violência nossa de cada dia

A riqueza visual da violência serve como estimulante adicional.
Jacques A. Wainberg

Cada vez mais se tem convivido com horrores concretos que a violência materializa. Como também se tem com tolerância assistido a eles na TV. A bruteza torna-se presença viva, material ou ficcional, em nosso cotidiano, nos espetáculos reais ou quando bem encenada por atores que admiramos e dos quais nos tornamos fãs, e que tanto nos imantam em suas *performances* nos capítulos desfolhados das novelas das seis, das sete e das oito (assim nominada, conhecida, embora, já há algum tempo, veiculada às 21 horas). Mas não só nas telenovelas se apresenta como entretenimento o ápice da crueldade humana: em programas vespertinos para crianças, adolescentes e jovens, atores e atrizes, igualmente jovens, protagonizam tramas de vileza, ardil, farsa e crime como eventos de distração. Os grandes autores sabem como enriquecer suas tramas novelísticas com trapaças, artimanhas, vigarices, traições, golpes e com sangue, às vezes muito sangue.

Na mídia, a ficção e a realidade valsam ao som de gemidos de dor, de gritos de desespero, revolta, indignação. Mas delas – realidade e ficção – não se veem excluídos também risos, deboches e até prazer. Em quantas cenas de tentativas de linchamento ou de agressão policial a pessoas acusadas do cometimento de algum crime não se flagraram também aplausos, risos, gritos de estímulo, de incentivo por parte de quem assistia a elas ou delas participava?

Uma, a qualquer instante, pode ocupar o lugar da outra. Quanto fato real não se viu transformado em ficção, em arte? Quanta ficção, de alguma forma, não se materializou como espetáculo concreto, real? Não precisa grande esforço para trazer

à memória exemplos de realidade transfigurada ficção: o massacre do Carandiru e o sequestro do ônibus 174.

A rebelião de presos da Casa de Detenção de São Paulo, ocorrida em 2 de outubro de 1992, e a conseqüente invasão da Polícia Militar do Estado de São Paulo, que resultou em 111 presos mortos por esses policiais, ficou conhecida como massacre do Carandiru. O episódio inspirou o médico Dráuzio Varella a escrever e publicar, em 1999, o livro *Carandiru*. Por sua vez, Fernando Bonassi, Victor Navas e Hector Babenco escreveram o roteiro do filme *Carandiru*, dirigido por Hector Babenco, que foi lançado em 2002, baseado no livro de Varella.

No Jardim Botânico, zona sul do Rio de Janeiro, às 14h20 do dia 12 de junho de 2000, o jovem Sandro Barbosa Nascimento, ex-interno da Febem, daria início ao sequestro de um ônibus da linha 174, que faz o percurso Central-Gávea. Ele manteve passageiros desse ônibus sob a mira de seu revólver por cinco horas. A última refém a ser liberada, a professora Geísa Firmo Gonçalves, que lhe servia de escudo durante sua rendição, foi vitimada por um tiro saído da arma do policial que pretendia abater Sandro. O jovem, no percurso até a delegacia, foi morto por asfixia no interior da viatura que o conduzia preso. A negociação e o desfecho do sequestro foram acompanhados pela mídia em tempo real. O documentário *Ônibus 174*, de José Padilha, é baseado nesse fato real. Já Bruno Barreto dirigiu *Última parada 174*, filme também inspirado no mesmo episódio, que teve o roteiro assinado por Bráulio Mantovani. Este filme, lançado em 2008, concorreu ao Oscar de Melhor Filme Estrangeiro naquele ano.

Impossível não imaginar que a ficção ocupa o lugar da realidade, ao se assistir na TV às não tão raras investidas militares – policiais ou até mesmo das forças armadas – contra a população civil, em nome da ordem e – pasmem – da paz, que têm entre os palcos preferenciais de encenação morros, favelas, periferias, presídios, delegacias, centros de internação de adolescentes autores de atos infracionais.

Nesses espetáculos, assistidos em tempo real, as cenas são indescritíveis: carros chamados por nome, codinomes – Caveira!; homens do Estado, protegidos em sua identidade por “máscaras ninjas” (capuz), com pesados armamentos, em postura ostentatória, desenvoltos, disparando com furor balas de calibre diverso, de menor ou maior potencial ofensivo, em direção àqueles definidos como inimigos, são seguidos por repórteres equipados com coletes à prova de bala, ofegantes e ávidos,

com suas câmeras acesas, atentas, que buscam não um flagrante, mas o flagrante de dor, o instante que inscreva o fim da vida ou pelo menos o enjaulamento, a prisão daquele que está colocado na condição de vilão: aquele que antes era inimigo apenas de suas vítimas ou de seus desafetos e que agora é transformado em inimigo coletivo, rechaçado por grande parte dos que acompanham o grande espetáculo. Esse é, agora, o sujeito de quem a morte ou a prisão com humilhação, com exposição vai saciar a fome de justiça que se espalha e se avoluma, exigindo novas encenações similares.

É uma violência que se faz necessária, útil, indispensável ao aplacamento da fome e sede de justiça que se veem inerradicáveis em qualquer território que organize o modo de viver e o modo de produzir com os mesmos parâmetros com que se organiza o mercado, onde tudo que tem existência é dito e tratado como coisa. É um espetáculo que apavora e que encanta a um só tempo; magnetiza os que o espectam, por ordem diversa de razão: sentimentos de raiva, indignação, vingança, justiça, injustiça, ódio, piedade, solidariedade, intolerância e satisfação até.

As cenas em que a miséria humana apresenta-se em sua expressão mais cruenta, mais indigna, transfigurando homens em feras são, em programas televisivos jornalísticos e policialescos, postas e expostas como um espetáculo, de modo que atraiam um mundo espectador. Não é a notícia, não é a informação; é o espetáculo que ganha centralidade, que assume a cena. E quanto mais o espetáculo fugir do real, quanto mais dele reservar distância, mais fabuloso e mais atraente se torna. Diz Debord (2007, p. 15, 17-18):

O espetáculo que inverte o real é efetivamente um produto. [...]. O espetáculo domina os homens vivos quando a economia já os dominou totalmente. Ele nada mais é que a economia desenvolvendo-se por si mesma. É o reflexo fiel da produção das coisas, e a objetivação infiel dos produtores.

Dando-me conta de que essa forma espetacular de lidar com a mercadoria violência assegurava sobrevivência a muitos, conduzi minha investigação social por esse viés. Tomei inicialmente como campo de análise tanto a mídia televisiva quanto o comércio da segurança (serviços de segurança privada) – uma das facetas por meio das quais se torna possível o desvelar da mercadoria violência.

Em relação à mídia, o enfoque era a violência e sua notícia sob a forma de espetáculo; no tangente aos serviços de segurança, ao comércio de segurança, o foco era a segurança como anverso da violência, como sua outra face. Saliento, no entanto, que a violência expressa nesses distintos cenários e com aparente diferenciação ver-se-ia indistintamente tomada como mercadoria.

6.2.2 No cenário, o enquadramento e a cena: o campo empírico em sua concepção primeira e em seu formato postumeiro

A ideia inicial, como disse, era a de tomar como fonte de pesquisa os serviços de segurança privada e a mídia televisiva. Em relação à coleta de dados no primeiro universo a ser pesquisado, essa seria processada tanto por meio da aplicação de técnica de grupo focal quanto pela realização de entrevistas. A composição dos grupos focais deveria ser feita com sujeitos distintos dos que houvessem participado da entrevista.

Na mídia, o estudo iria voltar-se para notícias e matérias jornalísticas levadas ao ar pela TV, cujo foco central fosse violência ou sua outra face: a segurança. Seriam tomados como *corpus* das análises o material (notícias, reportagens, entrevistas) veiculado em telejornais locais e nacionais diários, programas policiais locais e nacionais diariamente apresentados e revistas eletrônicas, estas de veiculação semanal. Esse material seria gravado em DVD para a devida análise.

O período delimitado de audiência desses programas seria de dois meses. As emissoras que teriam esses programas apreciados seriam a Rede Globo, a Rede Record e o SBT. A escolha dessas emissoras decorria do fato de serem, no momento, as que pareciam ter – e reclamavam para si a condição de – uma maior penetração em distintas camadas da população.

A dinâmica de construção de informações atenderia às seguintes regras:

1. Todas as notícias e reportagens focalizando violência ou segurança de, pelo menos, três telejornais nacionais, sendo um de cada emissora, deveriam ser coletadas para análise.

Em regra, as emissoras têm telejornais em três turnos, assim sendo, a cada dia, o noticioso das três empresas deveria ser assistido em turno distinto, de modo que se conhecessem as notícias, as reportagens e as formas como elas estavam

sendo trabalhadas em cada um dos telejornais das empresas selecionadas. Os telejornais locais seguiriam a escolha nacional diária.

2. Critério idêntico ao dos telejornais deveria ser adotado para os programas policiais que acaso a empresa veiculasse.

3. As revistas eletrônicas, em geral semanais, deveriam ser assistidas sem alternância, ou seja, deveriam ser vistas e analisadas matérias com a temática deste estudo em todos os programas dessa natureza veiculados pelas três emissoras.

Concluída a etapa de coleta desses dados específicos, seria iniciado o processo de construção do *corpus* da pesquisa e sua sequente análise.

No curso desse exercício metodológico foram-se construindo cenários em que o diálogo com esse objeto sociológico se intensificou, ampliou e, por consequência, impôs outros rumos, outras rotas tiveram, obviamente, de ser escolhidas. Ao mesmo tempo que emergia a necessidade de redimensionamento no universo tomado para a concreção do estudo, evidenciava-se a exigência de reconfigurações de rotas ditadas pela dinâmica do próprio objeto. Foram imposições do fazer ciência.

A decisão primeira de modificar aquele plano inicial recaiu exatamente sobre a supressão da fase da pesquisa a ser desenvolvida nos serviços de segurança privada, ganhando, assim, exclusividade a pesquisa com a mídia televisiva e segundo as regras fixadas.

A necessidade de redimensionar o universo da pesquisa decorreu de minha aproximação com o objeto sociológico, da percepção de seu movimento e do tempo que demandaria sua decifração, sua leitura. Desse modo, deixei para um momento posterior a pesquisa dos serviços de segurança privada, visto que sua não execução não comprometeria o desnudamento do objeto em seu núcleo.

O início da gravação do material em DVD deu-se em 7 de outubro de 2008. Os dez primeiros dias de gravação teriam caráter experimental, de teste, bem assim de proporcionar conhecimento, intimidade com o objeto de minhas análises, facilitando-me a construção de um quadro, de um esboço analítico mais fino, aguçado.

À medida que fazia a seleção diária dos programas para gravação já assistia a eles facilitando-me, desse modo, pequenos ajustes no tangente à forma de construção de minhas análises posteriores.

O modo de operacionalizar a coleta de dados revelava-se adequada, atendia ao que reclamava esta empresa acadêmica, daí a manutenção daqueles critérios inicialmente postos. Mas, tendo em vista que os serviços de segurança não mais integrariam o universo da pesquisa, ampliei o período de gravação do material na mídia televisiva, que perduraria de 17¹⁴ de outubro de 2008 a 16 de janeiro de 2009.

Mas como o ofício do fazer ciência impõe a quem a ele se dedique o dever de estar atento a uma oportunidade inescapável ou à necessidade de ter, a qualquer momento, de traçar novas trilhas ou de, às vezes, retornar às já abandonadas, um novo redirecionamento se postou como irrecusável: uma cobertura midiática, em tempo real, encarnava a essência do que eu tencionava desvelar nesta empresa acadêmica.

A mídia impunha a todos o espetáculo da mercadoria violência. Uma tragédia que se tecia fibra a fibra chegava ao desfecho que aquele cenário montado aprisionara. Era um rico material midiático que não poderia ser excluído de meu processo de análise; melhor dizendo, de focalizá-lo como centro de meus investimentos acadêmicos do momento: a tragédia em que se transformara o cárcere privado vivido por Eloá Pimentel. Um drama iniciado em 13 de outubro de 2008 e definitivamente encerrado cinco dias depois, com a adolescente Eloá, de apenas 15 anos de idade, agonizando, uma outra adolescente atingida por um tiro e o jovem protagonista do crime estapeado pelos agentes do Estado, que haviam entendido que o momento exato para dar cabo daquelas quase cem horas de angústia havia chegado.

Assim, o espetáculo em que se transformou aquela tragédia, desenhada minuto a minuto, imprimiu um trajeto distinto ao que eu vinha construindo para meu empreendimento investigativo. Aquele evento com aura de espetáculo passava a figurar como centro de meu esforço na direção de desvelar o caráter mercadológico da violência. Reinaugurava-se, a partir dali, uma nova outra trilha. Isso significava que o período de gravação experimental, de teste não mais poderia ser observado: o dia 13 de outubro daquele ano constituía, assim, o novo marco para o início da coleta de dados para o estudo que empreendia.

¹⁴ A gravação realizada no período de 7 a 16 de outubro serviria tão-somente como teste. Não devendo, portanto, o material produzido nesse espaço de tempo ser utilizado para análise final neste empreendimento acadêmico.

Decidi, então, por tomar como meu novo *corpus* a representação midiática daquela tragédia de Santo André, no ABC paulista. Nele, inclui um outro evento que, igualmente, havia mobilizado a mídia cerca de sete meses antes: a morte da garota Isabella Nardoni, de 5 anos de idade, em um bairro de classe média paulistana, ocorrida em 29 de março de 2008, e cuja autoria recaía sobre o pai e a madrasta da criança.

Tendo em vista que o início das gravações deu-se já decorrido algum tempo da morte da criança, o material de mídia televisiva de que dispunha era ainda insuficiente para uma análise, daí por que optei por inserir reportagens veiculadas na mídia impressa. Mas a mídia televisiva não deixou esquecido o “caso Isabella”. Em torno desse evento circundaram, durante um lapso temporal considerável, os interesses midiáticos. Periodicamente, ele era reapresentado; ressurgia com aura aparentada nova.

A partir de então, as notícias que a mídia televisiva veiculasse acerca do “caso Eloá” e do “caso Isabella” seriam anexadas ao *corpus* de meu estudo. Assim redefiniam-se¹⁵ o tempo de coleta, as fontes e os tipos de mídia.

O fato é que, ao fim de janeiro de 2009, eu já dispunha do que constituiria o *corpus* de minha pesquisa. Não significando, por essa razão, que eu não permanecesse realizando gravações esporádicas dos mesmos e de outros programas como forma de enriquecer o estudo.

Um trabalho intensivo na direção de suspender o véu que parece recobrir a realidade social com uma espécie de manto natural inaugurava-se, ganhava corpo. Mas, já na fase final desta investigação social, mais uma vez vi-me frente a frente com a oportunidade ímpar de centralizar, de aproximar o foco de minha lente de pesquisadora, de movimentar, de equalizar o diálogo entre a empiria e a teoria. Estava diante de mais uma cobertura midiática de um evento transfigurado espetáculo: o julgamento do casal acusado de matar a garotinha na noite de 29 de março de 2008.

¹⁵ Dali em diante, as gravações não ocorreriam somente durante três meses, uma vez que os dois casos eram trazidos à tona pelos meios de comunicação e, sistematicamente, viravam notícia, reportagem em programas e telejornais de distintas empresas de televisão. Assim, não apenas a Rede Globo, o SBT e a Record seriam as fontes da pesquisa. Qualquer emissora de TV que veiculasse informação acerca do “caso Eloá” e do “caso Isabella” transformava-se em fonte nesta pesquisa. Revistas de circulação nacional serviram como fonte auxiliar – *Isto É*, *Carta Capital*, *Época*, *Veja*.

O evento cognominado “o mais longo julgamento”¹⁶ já acontecido no Brasil ganhava ares, formas e tons de um grande espetáculo. Iniciado em 22 de março de 2009, o julgamento de Alexandre Alves Nardoni e Anna Carolina Trotta Peixoto Jatobá Nardoni, pai e madrasta de Isabella, encerrava-se aos 29 minutos do dia 27 de março de 2010, com a condenação dos acusados.

A mídia não arredou um segundo sequer daquele palco. Os ritos de refundação, de reatualização do evento prorrogaram-se após o desfecho: o dia seguinte da mãe da criança; a primeira visita que o casal recebeu dos familiares no presídio, agora, na condição de condenados; o dia seguinte do promotor; o desabafo do advogado de defesa; a reedição de reportagens com casos assemelhados; os debates em torno da decisão do tribunal do júri; a discussão e as enquetes quanto à justiça ou não da pena aplicada; o debate em torno do tempo que permanecerão em regime fechado e da justiça ou não do direito à progressão de pena (regime semiaberto, liberdade condicional); análises da personalidade dos condenados, com estudos sobre a psicodinâmica do crime; a celebração da missa pela passagem de mais um aniversário de morte da criança; o registro da presença e da fala de personagens de destaque que participaram da celebração; a visitação ao túmulo da criança e o registro dos objetos e das mensagens deixadas pelos visitantes, entre outros ritos.

Por essas cenas estava tomada quando me infiltrei em meu campo empírico. Evidente que outras também eram reavivadas: a do casal Manfred e Marísia von Richthofen, de classe média, que foi morto em sua própria cama enquanto dormia. O assassinio, de forma cruel (pauladas e asfixia), segundo a polícia, teve a co-participação, tanto no planejamento quanto na execução, da jovem Suzane, filha do casal. O duplo assassinato foi perpetrado pelo namorado da jovem e pelo irmão do namorado da mesma.

¹⁶ Em sua obra *Crimes e julgamentos famosos*, Crettela Jr. (2007, p. 21) destaca que o mais longo júri havido no Brasil, até então, foi o que julgou Georges Kour, um dos acusados da morte de Cláudia Lessin Rodrigues, ocorrida em 24 de julho de 1977, no bairro Leblon, Rio de Janeiro, conforme diz: “Finalmente, no dia 1º de dezembro de 1989, instalou-se o Tribunal do Júri, que só terminaria no dia 5 do mesmo mês, tendo sido o mais longo dos júris realizados no Brasil”. E acrescenta: “O Júri, aceitando o raciocínio da defesa, absolveu o réu do crime de homicídio, atribuindo-lhe, tão-somente, a prática do crime de ocultação de cadáver (art. 211 do Código Penal) (p. 21). Considerando o fato de que a sentença condenatória de Alexandre Nardoni e Anna Carolina foi prolatada aos 29 minutos do sexto dia de julgamento, não parece ser tão forte a evocação de tratar-se do mais longo julgamento no Brasil. Isso soa mais como artifício, recurso de publicidade.

A mídia também chamou a atenção do público com a notícia de um crime brutal envolvendo a esposa de um procurador da justiça. A vítima encontrava-se grávida. A acusação de autoria recaiu sobre o marido da vítima de quem ela estaria separando-se.

Inúmeros outros casos que ganharam espaço de destaque na mídia poderiam ser trazidos aqui, entre eles: o do publicitário Luís Carlos Rugai e da esposa, Alessandra de Fátima Troitiño, assassinados em casa, no bairro Perdizes, em São Paulo, segundo a polícia pelo filho, Gil Grecco Rugai, que “fora afastado da firma, após ter dado um desfalque de cem mil reais e, por isso, o pai lhe havia bloqueado o acesso às contas bancárias da empresa de publicidade” (CRETELLA JR., 2007, p. 45). O assassinato da atriz Daniella Perez, morta “com dezoito golpes de tesoura, em um matagal existente na Rua Cândido Portinari, próximo do condomínio Rio-Shopping, na Barra da Tijuca, Rio de Janeiro” (ELUF, 2009, p. 99). Esse crime, ocorrido em 28 de dezembro de 1992, foi praticado pelo ator Guilherme de Pádua. Em abril de 2010, o ator voltou a ser notícia: participou de uma entrevista¹⁷ em um programa de TV.

Todos esses são eventos que vez por outra veem-se reeditados, quer como notícia nova de um fato antigo tão-somente, quer como nova notícia de um fato realmente outro. Mas uma coisa intriga: o motivo por que casos de crimes em que, no curso de sua execução, também se façam presentes requintes de perversidade, torpeza não ganham espaço idêntico ao que alguns outros conquistam. Há sem dúvida um critério que define o que ganha destaque como produto de primeira linha e o que é posto em prateleira como produto de consumo popular, de segunda linha, pois,

Assim como a lógica da mercadoria predomina sobre as diversas ambições concorrenciais de todos os comerciantes, ou como a lógica da guerra predomina sobre as freqüentes modificações do armamento, também a rigorosa lógica do espetáculo comanda em toda parte as exuberantes e diversas extravagâncias da mídia (DEBORD, 2007, p. 171).

¹⁷ Em 8 de abril de 2010, o telejornal *BO (Boletim de Ocorrência)*, veiculado a partir das 22 horas pelo SBT, reprisava cenas da entrevista que o ator Guilherme de Pádua havia dado recentemente para o apresentador Ratinho. Nesses *flashes*, o entrevistador insistia para que Guilherme de Pádua declarasse os motivos que o haviam levado a, juntamente com Paula Thomaz, sua então esposa, assassinar a atriz Daniella Perez, com quem contracenava na telenovela *De corpo e alma*, bem como indagava o apresentador se Guilherme de Pádua desejava “pedir perdão à família” da vítima. Durante o *BO* a apresentadora anunciava mais *flashes* da entrevista.

As vítimas nossas de cada dia estão aí para denunciar: o caso de duas crianças mortas, esquartejadas, segundo a polícia, pelo pai e pela madrasta, receberam um tratamento, um lugar de apresentação na mídia bem aquém do que ela tem costumado assegurar a casos similares.

Como explicar esse tratamento diferenciado é a primeira questão que se coloca nesse tocante. E é uma questão que busco elucidar neste estudo. Mas, por enquanto, presumo que satisfaça como explicação o que coloca Haug (1997, p. 26):

A produção de mercadorias não tem como objetivo a produção de determinados valores de uso como tais, mas a produção para venda. [...]. O especial e o novo exercem a função de mercadorias-chave na abertura de mercados para o comércio capitalista.

Para a mídia, o especial e o novo devem encontrar-se presentes a um só tempo. A mercadoria notícia impõe, sem rogos, essa condição.

Quem não tem frescas na memória imagens de pessoas atônitas circulando em um jardim de um condomínio de classe média da capital paulista, logo após um pequeno corpo ser encontrado inerte, ao findar de março de 2008. Era uma menina que agonizava sobre a grama do jardim. A cena congelada da garotinha de apenas 5 anos, de quem o sorriso largo e cativante ocuparia, por dias seguidos, as telas das TVs dos lares brasileiros, comovia todos indistintamente. Quanto tempo o evento ocupou especialistas de distintas áreas em longas análises nas mais diferentes emissoras de TV? Cada um expunha o seu saber em torno da tragédia. Mobilizavam-se sentimentos de indignação, de revolta, de vingança. Havia uma aura que apostava em um desfecho também dramático para o pai e a madrasta da criança, apontados como autores da morte do “pequeno anjinho”, como muitos a ela se referiram. A tragédia renovava-se na memória de todos e de cada um, a todo instante, por uma notícia que irrompia sempre classificada como informação nova.

Foi aquele momento, e os que se seguiram, a ocasião propícia ao surgimento de especialistas, de autoridades em determinados assuntos, de analistas comportamentais, “profundos conhecedores” da dinâmica familiar de vitimados e imoladores arrolados naquela ou em situação similar. A fala, a impressão, a certeza, a carta na manga ou as provas alegadas por advogados, peritos, autoridades, especialistas eram disputadas por mãos ávidas e firmes empunhando um microfone, um celular, um gravador, uma câmera. A mesma informação, sempre dita “em

primeira mão”, era levada ao ar por distintos veículos de TV em horário diverso! A reconstrução do crime iria ganhar ares cinematográficos: montava-se uma infraestrutura para que a imprensa pudesse fazer sua cobertura. E o julgamento do pai e da madrasta, quase dois anos após, mereceria o *status* de um grande espetáculo.

Em outubro de 2008, mais uma vez, o Brasil assistiria a cenas, eterna e intensamente repetidas, do horror em que se transformara o fim de um romance entre um jovem e uma adolescente: uma garota ensanguentada descendo atônita do apartamento invadido por policiais e outra adolescente – ex-namorada do agressor – carregada às pressas pelas mesmas escadas apertadas do Conjunto Habitacional Santo André, na cidade de mesmo nome, no estado de São Paulo. E, ao fim, o algoz sendo soqueado por policiais em resposta – pasmem! – à agressão praticada pelo jovem desatinado. Um espetáculo que terminou num desastre até hoje não bem explicado, muito menos assumido por qualquer autoridade. Mas já esquecido sob os véus que nublam a memória coletiva.

Durante as mais de cem horas esperou-se por aquele fim. E ele veio conforme veladamente se anunciava e prenunciava noite e dia sem tréguas nos mais assistidos e nos quase nunca acessados veículos de comunicação do país. O desfecho não frustrou todos, como se disse. Quem acompanhou atentamente aquela semana de cobertura midiática ininterrupta sabe que não houve um desfecho surpreendente como depois se tentou fazer parecer. O desfecho – não se pode arredar dos fatos, da realidade – não frustrou todos.

Não se deu um instante de trégua, não se deu fôlego às duas adolescentes e àquele jovem que, minutos antes da decisão de procurar a ex-namorada, era apenas um bom jogador dominical de futebol em campinhos da periferia onde morava. Um rapaz trabalhador, um “cara” ciumento, mas legal, era só o que até então se dizia dele. Esse que, poucas horas antes de invadir o apartamento da ex-namorada, empunhando uma arma de fogo por meio da qual manteria em cárcere privado a ex-namorada, a melhor amiga dela e outros amigos da escola, transformava-se em ator principal dos quase nunca assistidos e dos mais cotados programas de TV. Aquele que era um mero trabalhador anônimo fragilizado pelo rompimento de um longo romance, embora conturbado, segundo se falou, sentia o peso e a importância dos holofotes sobre si. A Santo André, São Paulo – não, o Brasil todo –, imantava-se na tela para aguardar a decisão de um rapaz franzino,

destemperado que era observado por centenas de câmeras, cuja força era proporcional ao que o espetáculo dizia que ele era. Foi assim que “Liso” ganhou ânimo para declarar, segundo se disse: “Sou o príncipe do gueto. Eu sou o cara”.

A morte da adolescente chegou a ser noticiada, em primeira mão, por um veículo de comunicação, algumas horas antes de declarada pela equipe médica que a assistia. Quantas imagens não foram levadas ao ar como se fosse “cobertura ao vivo”, quando o evento já havia sido noticiado em outra emissora há cerca de uma hora pelo menos, como foi o caso do enterro da adolescente? Ao vivo, em primeira mão, com exclusividade parece justificar tudo, até criar fatos. A propaganda é a alma do negócio, proclama-se. A violência é, no circuito do capital, um simples e rentável negócio; uma mercadoria de lucro fácil e com variados nichos de mercado.

Não distava muito tempo do episódio da garotinha agonizando no jardim daquele condomínio paulista, quando uma menina, no interior do Ceará, teve seu corpinho brutalmente violentado e sua vida ceifada. Não se veicularam imagens de seu sorriso. Estava lá mais um corpo estendido no chão! Nesse episódio, pouco foi o tempo e restrito o espaço dedicado à indignação ante a bruteza que o ser humano é capaz de protagonizar contra seus pares. Por que terá sido, caro leitor?

Já em 7 janeiro de 2010, aqui em Fortaleza, no bairro Conjunto Ceará, a garota Alanis Maria Laurindo de Oliveira, de 5 anos de idade, foi sequestrada do pátio de uma igreja enquanto seus pais assistiam à missa. Na tarde do dia seguinte, o corpo da criança foi encontrado no bairro Antônio Bezerra, apresentando sinais de violência sexual. Houve grande comoção popular. A imprensa local destacou o episódio. E eram observadas nas manifestações populares algumas semelhanças com aquelas feitas para a criança Isabella, tais como camisas com fotos da criança, cartazes contendo mensagens que cobravam justiça, chamando Alanis de “Estrelinha”, como Isabella o foi. Ressalte-se que Alanis era uma criança bonita, loura, olhos claros.

Outro evento que mereceu atenção da mídia cearense foi o assassinato da empresária Marcela Montenegro, ocorrido no início de março de 2010, quando retornava de um culto evangélico. Os familiares e amigos da vítima chegaram a mobilizar-se em passeata pela avenida Beira-Mar, ganhando o evento cobertura da mídia. Debates, discussões em torno do aumento da violência acirraram-se com esses acontecimentos.

Por que apenas para alguns se voltam os holofotes, as lentes que fazem de um acontecimento uma grande notícia, um grande espetáculo? As respostas possíveis serão construídas ao longo da sétima seção deste trabalho. Mas é possível já adiantar que os motivos residem no fato de a violência ter alcançado no sistema do capital o estatuto de mercadoria e, como tal, ocupar distintos lugares nas prateleiras do mercado. As mercadorias hierarquizam-se, alcançam menor ou maior publicidade, ganham espaços mais amplos ou mais restritos segundo sua lucratividade.

Eis a razão por que sem qualquer destaque se anuncia mais um corpo estendido no chão: de um menino da periferia, de um adolescente em conflito com a lei, de um jovem usuário de droga, de uma menina vítima da exploração sexual, de um homem ou de uma mulher da periferia. O – ou um – corpo é uma questão de mercado! Como afirma Debord (2007, p. 44), “Cada mercadoria específica luta por si mesma, não pode reconhecer as outras, pretende impor-se em toda parte como se fosse única”.

6.3 Por Que Se Dizer Que Violência É Mercadoria?

Diagnosticar uma doença não é o mesmo que curá-la – essa regra geral vale tanto para os diagnósticos sociológicos como para os médicos. Mas note-se que a doença da sociedade difere das doenças do corpo num aspecto tremendamente importante: no caso de uma ordem social doente, a falta de um diagnóstico adequado (silenciado pela tendência de “interpretar como inexistentes” os riscos observada por Ulrich Beck) é parte crucial e talvez decisiva da doença.

Zygmunt Bauman

A primeira seção deste trabalho, que reserva um propósito introdutório, também traz em seu título uma indagação: por que não a violência? Parece intrigante o fato de ela se fazer parte constitutiva da trajetória humana, de responder pelo modo como se organizam os traçados geográficos, políticos, sociais, econômicos, culturais, morais das sociedades e, ao mesmo tempo, levantarem-se vozes e conclamarem-se homens e mulheres à marcha por seu extermínio.

É oportuníssimo recorrer a Brecht (2000, p. 129), precisamente ao que ele proclama em seu poema “De que serve a bondade”, para desenhar, ainda talvez com contornos pouco nítidos, o fio condutor desse aparente paradoxo:

Em vez de serem apenas razoáveis, esforcem-se
 Para criar um estado de coisas que torne a desrazão de um
 indivíduo
 Um mau negócio!

Pensemos, agora, no que diz Bauman (2001, p. 245): “[...] a falta de um diagnóstico adequado é parte crucial e talvez decisiva da doença”.

É preciso, pois, pensar a violência e as ações de seu combate, dentro da lógica do sistema do capital, como bons e rentáveis negócios: um alimenta-se do outro; um sobrevive a expensas do outro. Logo, paradoxo algum se flagra nas ações que se proclamam como combativas e nas ações de promoção de violência: elas são sim uma da outra verso e anverso, faces de uma só moeda.

A afirmação de que violência é meio, que é um produto que entra desenvolvido e licenciosamente no circuito do mercado requer, como ponto de partida, uma espécie de exercício de matrização econômica pautada em categorias elaboradas por Marx. Isto é, deitar por sobre o conceito de mercadoria o de violência, com o fim de verificar-se a procedência, a pertinência desse estatuto que lhe está sendo atribuído neste estudo.

Em Marx (2003, p. 11, 12, 13), a mercadoria apresenta-se como valor de uso e valor de troca, como declarou:

É em primeiro lugar, como dizem os economistas ingleses, “qualquer coisa de necessário, útil ou agradável à vida”, objeto de necessidades humanas, um meio de subsistência no sentido mais amplo do termo. Este modo de existência da mercadoria enquanto valor de uso coincide com o seu modo de existência física tangível.

[...]. O valor de troca aparece em primeiro lugar como uma *relação quantitativa* segundo a qual os valores de uso são permutáveis entre si. [...]. Totalmente indiferentes, pois, ao seu modo de existência natural, e sem consideração pela natureza específica da necessidade pela qual são valores de uso, as mercadorias, tomadas em quantidades determinadas, equilibram-se, substituem-se na troca, avaliam-se como equivalentes e representam assim, apesar da variedade das suas aparências, a mesma unidade.

Tomando primeiramente o conceito “valor de uso”, focalizado por Marx como uma característica, um dos atributos da mercadoria, procedo ao seguinte raciocínio:

1– “Mercadoria é qualquer coisa de necessário, útil ou agradável”.

Esses três predicados – necessidade, utilidade e agradabilidade – imanentes na mercadoria, em seu valor de uso, manifestam-se, na violência-mercadoria de modo diversificado, em *performances* várias.

A questão é: como a violência, no circuito do capital, faz-se necessária, faz-se útil, faz-se agradável?

Início com o predicado necessidade, discorrendo como, nessa específica mercadoria, ele ganha forma e expressão. Começo por apresentar o significado do vocábulo necessidade em Houaiss (2000, p. 2002). Nesse dicionário, necessidade ganha, entre outras, as seguintes definições: “qualidade do que é necessário”; “o que não se pode evitar; inevitável”; “o que é imprescindível”; “exigências mínimas para satisfazer condições materiais e morais da vida”.

Com base na conceituação de necessidade constante em Houaiss, torna-se, agora, possível capturar na mercadoria os atributos de inevitabilidade, imprescindibilidade, exigibilidade às satisfações materiais e morais da vida. Isso posto retomo a ideia que atrás expressei: a do risco inestimável que representa fundirem-se, em uma só, as concepções de conflito e de violência, como, neste momento, demonstra-se com maior clareza. Basta um pequeno esforço intelectual para se flagrarem os efeitos deletérios nessa intenção tão aparentemente inofensiva de entender conflito e violência como mesmos, como unos. Pois, se mesmos, a violência seria ineliminável, inevitável, imprescindível. Poder-se-á dizer isso do conflito, não da violência. Por que então fazê-los iguais, torná-los o mesmo, unificá-los? Este estudo reserva a seu termo a intenção de ofertar resposta a essa questão.

A necessidade, a imprescindibilidade fica já colocada, quando a violência é transfigurada em solução de conflito – aqui, transparece seu valor de uso.

Ademais, convive-se com uma larga faixa de aceitabilidade prévia de que o conflito tenha seu desembocar na violência. Isso porque o conflito predica-se – é assim que tem sido encarado, até então, em inúmeros estudos – com um quase – ou um absolutamente – incondicional caráter de positividade. Logo, a violência torna-se, como a diplomacia, solução possível sempre. Uma maneira que oferta bem essa expressão, que conforma e materializa tal entender é o nacionalismo, com tudo que ele embute.

Em tarefa acadêmica de uma disciplina que colocava o propósito de pôr em questão o nacionalismo, centrei meus esforços na busca do entendimento das razões que levam sujeitos, em um dado momento de seu viver, a submeterem-se à

pressão de um sentimento – o nacionalista – capaz de conduzi-los à aceitação de tornar disponíveis suas vidas e suas mortes em nome da pátria, em nome desse sentimento. Para tal estudo, tomei o hinário nacional brasileiro (Hinos Nacional, da Independência e da Bandeira) e o cancionário militar brasileiro (canções das três Forças Armadas – Exército, Marinha e Aeronáutica – e de suas respectivas armas e serviços – artilharia, cavalaria, infantaria, intendência, material bélico, comunicações, engenharia), além de canções que interceptam o território civil e militar num movimento de cesura perfeita entre esses dois terrenos que se antagonizam e se unem, à mercê do que dita sua conveniência (as canções: “Fibra de herói”, “Ardor do infante” e “Canção do expedicionário”).

Nessa tarefa investigativa, adotei o modelo analítico proposto por Michel Foucault – análise das formações discursivas. Por essa via analítica e por meio de tais instrumentos, foi possível perceber o modo como os sujeitos são encapsulados pelo ideário do Estado, pelo ideário da Nação, com tudo o que o conforma e materializa. O mecanismo, o engenho de que esses instrumentos disciplinares se dotam informam como se instauram e a serviço do que se põem os poderes filamentosos que costuram “retalhos” de seda fina, de puro linho, de chita rala, de parco molambo em tons e tamanhos ímpares, de estamparias, texturas e padrões diversos, num desmesurado esforço de dar a impressão de um tecido – social – de fibra única, de caimento impecável: a nação parece, sob tal lógica, um quadro onde tudo está posto no seu devido lugar. E, nela, a violência vê-se inclusa: morre-se e mata-se em nome do amor à pátria, como dizem, entre outros, estes hinos e canções:

Se é mister um esforço derradeiro
E fazer do seu corpo uma trincheira,
Abraçado ao canhão morre o artilheiro
Em defesa da Pátria e da Bandeira
(Canção da Artilharia, de autoria do general Jorge Pinheiro).

Pois quando a Pátria nos acena
Vive-se só da própria dor [...].
Quem na Bandeira se agasalha
Sente o prazer no seu penar
(Ardor do Infante, de autoria de Olavo Bilac).

Fuzileiros do mar e da terra,
Defensores da grande nação [...].
Sabemos no fim da batalha,

Fuzileiros... Vencer ou morrer
(Canção dos Fuzileiros Navais – Na Vanguarda, de autoria de João de Camargo e do tenente Luís Antônio Cândido da Silveira).

Não temais ímpias falanges
Que apresentam face hostil:
Vossos peitos, vossos braços
São muralhas do Brasil [...]
(Hino da Independência do Brasil, de autoria de Evaristo da Veiga e D. Pedro I).

Sob tais condições, quem morre vira herói; quem mata não comete crime, pois seu ato resulta do dever de defender a pátria-mãe. O ato violento reconfigura-se, ganha significado diverso. E até se reveste de tom espetacular, de pompa:

Não importa a tocaia da morte
Pois que à Pátria, dos céus no altar,
Sempre erguemos de ânimo forte,
O holocausto da vida, a voar
(Hino dos Aviadores, de autoria do tenente-brigadeiro Armando Serra de Menezes e capitão João Nascimento).

A violência é, assim, dada pelo Estado – o detentor legítimo de seu uso – como recurso imediato, quando o assunto é a Nação, a defesa de sua soberania, de seu território. Mas não só: em nome da ordem interna assegura a si próprio o direito de empregá-la. Desse modo, a violência é posta como necessária. A violência é tornada útil, visto que seu emprego perseguirá um resultado, algo que se espera; é, sob essa perspectiva, meio para consecução de um determinado fim.

Tomando ainda o nacionalismo como exemplo, a agradabilidade vê-se bem configurada no trecho de Bilac (s.d., p. 6, 7, 8):

– As nossas terras vão ser tomadas: – disse o recém-chegado, antes mesmo de saudar o sertanejo. – Vim por essas matas a todo galope para ver se ainda chegava a tempo de prevenir-vos.
[...].
– Quantos são êles?
– Não sei: o número pouco importa, o necessário é que nos defendamos.
– E se êles forem muito superiores em número?
– Não importa. [...]. Se morrermos, todos os nossos corpos ficarão marcando a fronteira da Pátria. Pelas nossas ossadas e pelas cinzas de nossas cabanas, os que vierem mais tarde conhecerão o limite do Brasil. Vamos! Falta-nos uma bandeira: temos, porém, o céu, o grande céu; e o chôro assustado de

nossos filhos excita-nos mais do que os clarins de guerra. Vamos!.

O tom espetacular, o *glamour* que se assegura àquele que se presta ao grandioso ato de dar a própria vida em nome da pátria fica, antemão, prometido no percurso do treino, ao longo do adestramento a que esses homens e mulheres submetem-se no interior das muralhas que os aquartelam. Eles e elas passam a viver do vislumbre da condição de herói. Assim, tanto os que tombam como os que perdem aqueles que caem apazem-se em sua própria dor, como descreveu Bilac (s.d, p. 12):

Ficava horas inteiras contemplando as fardas do pai [...]. Às vezes ia a mãe surpreendê-lo, na sala de visitas, extasiado diante do pequeno armário envidraçado, onde o major guardava as relíquias de sua glória: a espada, as dragonas, as medalhas de ouro e bronze, as condecorações esmaltadas, e, entre êsses atestados da sua coragem, a bala que lhe atravessara a perna, no combate de Humaitá.

É a morte o grande espetáculo! Torna-se o mais grandioso dos atos humanos.

Mas não só a violência sob o signo do nacionalismo pode ser o exemplo: a violência que se materializa no cotidiano tem se revestido de um caráter de necessidade, de utilidade e de agradabilidade inegável.

Dando continuidade à discussão do atributo valor de uso da mercadoria, tem-se:

2 – Mercadoria, um “objeto de necessidades humanas, um meio de subsistência no sentido mais amplo”.

A violência abarca perfeitamente bem essas condições que a qualificam como mercadoria. Recorro a algumas passagens do artigo de Soares (2004), cujos trechos encontram-se já transcritos nas páginas 77 e 78 desta tese, para ilustrar esse predicado da mercadoria a que Marx aludiu. Diz o autor:

Um jovem pobre e negro caminhando pelas ruas de uma grande cidade brasileira é um ser socialmente invisível. [...]. Um dia, um traficante dá a um desses meninos uma arma. Quando um desses meninos nos parar na esquina, apontando-nos esta arma [...]. Ao fazê-lo, saltará da sombra em que

desaparecera e se tornará visível. A arma será o passaporte para a visibilidade.

[...]. O sujeito que não era visto impõe-se a nós. [...]. Recupera sua visibilidade [...]. Põe-se em marcha um movimento de formação de si, de autocriação.

[...]. Num passe de mágica, o mundo ficou de cabeça para baixo: quem passava sem vê-lo obedece-o. Invertem-se as posições. Quem desfilava sua soberba destilando indiferença agora submete-se à autoridade do jovem desconhecido. Celebra-se um pacto fáustico: o jovem troca seu futuro, sua alma, seu destino, por um momento de glória, um momento fugaz de glória vã; seu futuro pelo acesso à superfície do planeta, onde se é visível. [...]. A solução escolhida para reconquistar visibilidade [...] é a pior possível. Ela é destrutiva e autodestrutiva (SOARES, 2004, p. 130-143).

A violência, aqui, faz irromper seu atributo de utilidade; conforma-se à condição de “objeto de necessidades”; torna-se “um meio de subsistência no sentido mais amplo”. Vê-se, pois, reafirmado o seu valor de uso.

A violência quando tornada meio de colocação de termo de um dado conflito apresenta seu caráter de utilidade, transfigura-se em objeto útil para consecução de um fim. Um caso concreto que tomo como exemplo é o do cárcere privado em Santo André – o “caso Eloá”.

O episódio inaugura-se quando Lindemberg, ex-namorado de Eloá, inconformado com a decisão da jovem de não retomar o namoro com ele, decide buscar solução para esse conflito por meio de um recurso não tão inusual em situação de conflituosidade dessa mesma ordem. Enquanto o recurso à violência – invasão de domicílio; cárcere privado, inicialmente, de Eloá, Nayara e dois amigos das garotas; ameaça com emprego de arma de fogo; agressões físicas, psicológicas e morais – adotado por Lindemberg permanecia na esfera privada, ela não se apresentava com outro componente que não o valor de uso. A violência estava revestida exclusivamente de um caráter utilitário de intimidação para o alcance do fim pretendido: o reatamento do namoro. Ou poder-se-ia levantar até mesmo a intenção real de eliminação da ex-namorada como forma de vingança pela ruptura do relacionamento. Inclusive não faltaram declarações na mídia dando conta de que Lindemberg tinha, já antemão, o propósito de pôr fim à vida da namorada; que seu ato fora premeditado. Prova disso era o fato de ter afastado o irmão de Eloá da casa, convidando-o para dar uma volta de moto. Ainda se assim o fosse, nesse ato, ficava perpetuado o exclusivo atributo da violência em seu caráter de uso, valor de uso.

O ingresso da mídia na cena do crime congela e suspende o que seria o evento em sua essencialidade. Ao mesmo tempo, transfigura e amplifica o mundo privado fazendo evaporar todo o núcleo do drama e o que gestou em sua ideia primeva. Faz, a partir daí, a violência surgir desenraizada, desconectada, glamorosa, envolta em filtros de fantasmagoria. A violência emerge como expressão do fantástico, de uma fantasia. Parece uma obra de arte, de literatura, de criação enfim, que deserta da mão de seu criador e faz-se distinta dela, ganhando outra autoria a partir de quem a capture e de quem a vá consumir.

A violência transfigurava-se no espetáculo apresentável para o mais ávido e maior possível público. Lindemberg não era mais o sujeito doído moralmente por não conseguir correspondência de seus sentimentos por parte da pessoa que elegeu para entregar seu afeto. Sob sua perspectiva, já não era um sujeito desprezado, descartado, um invisível: era a partir dali, acreditava ele, o protagonista que ocupava, a um só tempo, a atenção de milhões de pessoas. Era visto, ganhava importância. Daí sua afirmação: “Sou o príncipe do gueto. Eu sou o cara”. Fizeram-no pensar assim. Prova disso foi o dispêndio de tempo que os meios de comunicação lhe facultaram. O que não percebia o jovem desatinado – nem poderia atentar para isso – era o que havia advertido Wainberg (2005), ao dizer que a violência presta-se como dínamo para arrancar da inação, da apatia o público que a mídia busca capturar. Eis as razões por que a mídia persegue o especial e o novo, pois “exercem a função de mercadorias-chave na abertura de mercados para o comércio capitalista” (HAUG, 1997, p. 26). Nada disso Lindemberg dominava, nem os sujeitos afetados por aquele drama, envolvidos naquela trama. Mas nem por isso a sanha voraz do desejo de lucro que o capital vive a reclamar poupou-os.

A utilidade da violência empregada por Lindemberg viu-se, pois, capturada pelo engenho de criar fantasia, de criar ídolos: a mídia. E, por esse meio, a violência consolidava-se como valor de troca pela via da exposição, do desenraizamento do privado, da publicidade, da alienação tanto do domínio de seu protagonista sobre o enredo, o cenário e as cenas daquele drama quanto da fração de controle que pudessem exercer os atores neles (enredo, cenário e cenas) arrolados, envolvidos. A violência deixava, assim, de servir aos interesses, até então, transparentes de Lindemberg para encaixar-se nos investimentos do capital, nesse caso, inicialmente representados pela empresa mídia.

Percebe-se, aqui, a tenuidade da linha que corta, do eixo que demarca o valor de uso e o valor de troca da mercadoria. Há uma sutileza nessa passagem que permite eclipsar, nublar a percepção simultânea dessas duas faces, dessa dupla dimensão que a violência adquire. E esse estado de obnubilação não é prerrogativa, não é exclusividade da mercadoria violência; ao contrário, ele é flagrante na origem da mercadoria mesma, que já traz em sua matriz a aura de algo que diz por si, que existe por si e para si mesma, que suspende, apaga a marca das relações sociais que a produzem. Daí o alerta de Marx (1973, p. 38) para essa arriscada ilusão de enxergar as mercadorias como se “fuesen objetos evidentes y triviales”. Ao contrário do que camuflam, somente a olho nu é que não se pode evidenciar o irrecusável caráter misterioso das mercadorias que são, de fato, “objetos muy intrincados, llenos de sutilezas metafísicas y de resabios teológicos”.

É no sistema do capital que a violência sob distinta forma faz garantida a sobrevivência de muitos – e sobremaneira a do próprio capital. Razão por que a mídia, apropriando-se da informação acerca do que, na tarde de 13 de outubro de 2008, ocorria em um apartamento localizado em um condomínio do ABC paulista – um jovem anônimo com uma arma de fogo mantendo em cárcere privado quatro adolescentes: sua ex-namorada, uma garota de apenas 15 anos e dois outros garotos –, viu-se diante da oportunidade de capturar a informação e fabricar uma notícia¹⁸ para dela extrair dividendos, isto é, transformá-la em valor de troca.

6.3.1 Da condição de uso ao atributo valor: a violência capturada pela mídia – uma mercadoria em seu lusco-fusco

El carácter misterioso de la forma mercancía [...]. Es algo así como lo que sucede con la sensación luminosa de un objeto en el nervio visual, que parece como si no fuese una excitación subjetiva del nervio de la vista, sino la forma material de un objeto situado fuera del ojo.

Karl Marx

Quando Marx (1973) dissecar as dimensões valor de uso e valor de troca com que a mercadoria se apresenta, ele brinda a todos com a revelação desse

¹⁸ Afirma Marcondes Filho (1989, p. 13) que “Notícia é a informação transformada em mercadoria com todos os seus apelos estéticos, emocionais e sensacionais; para isso a informação sofre um tratamento que a adapta às normas mercadológicas de generalização, padronização, simplificação e negação do subjetivismo”.

movimento enganoso que a faz surgir dotada de *anima*, com uma natureza própria, com volição, suficientemente forte para expulsar a marca humana que a gesta. Demonstra que do corpo da mercadoria viu-se repelida, expurgada toda a engenharia humana de músculos, nervos, cérebro, criatividade, humanidade enfim. A esse apagamento, a essa negativa e a essa ilusão de que o produto, de que a coisa se autogesta, caminha por si, adquire vontade, autodetermina-se, ganhando, assim, traços humanos, ele descreve como o fetiche da mercadoria.

Marx (1973, p. 39-40), metaforicamente, sintetiza o mistério da apoteose do espetáculo do grande circo de fantoches – o mundo produtor, consumidor, colecionador voraz de mercadorias – em que os bonecos desertam da mão de seus manipuladores, ocupando o lugar destes, consumando-se, assim, a tirania da coisa que se impõe por meio da evaporação da marca da ação humana, do trabalho humano – sempre presente e sempre negado na mercadoria. Retomo a passagem em que ele resume esse caráter da mercadoria:

[...]. Es algo así como lo que sucede con la sensación luminosa de un objeto en el nervio visual, que parece como si no fuese una excitación subjetiva del nervio de la vista, sino la forma material de un objeto situado fuera del ojo.

Na precisão e concisão dessa analogia transparece o grande engodo dessa coisa a que se atribuem predicados humanos. Revela-se, aí, o lusco-fusco da mercadoria. E Marx (2006, p. 69), nessa intenção de desnudamento, ainda trinca o cristal da redoma em que se faz guardado esse mistério, esse enigma, ao afirmar que

O misterioso da forma mercadoria consiste, portanto, simplesmente em que elas refletem aos homens as características sociais de seu próprio trabalho como características objetivas dos produtos mesmos do trabalho, como propriedades naturais sociais destas coisas e, daí, reflete também as relações sociais dos produtores com o trabalho conjunto como uma relação existente fora deles, entre os objetos.

Nesse processo descrito por Marx (1973, 2006), ele deixa evidenciado como que um misto de delírio¹⁹ e de alucinação.²⁰ Mas não só isso aponta o filósofo: ele prenuncia ademais que esse enigma entranhado na mercadoria, mesmo quando decifrado, não altera em nada o modo de apresentação, de materialização da mercadoria, esse seu existir em si, por si e para si, conforme diz:

A descoberta científica tardia de que os produtos de trabalho, na medida em que são valores, são simples expressões coisificadas do trabalho humano despendido em sua produção, faz época na história do desenvolvimento da humanidade, mas de modo algum afugenta a aparência objetiva das características sociais do trabalho (MARX, 2006, p. 72).

E tomando a realidade concreta, especificamente o “caso Eloá”, dado como exemplo inicial, é possível já se vislumbrar como essas categorias trabalhadas por Marx (1973, 2006) movimentam-se, como elas ganham ressonância, sobretudo se a elas – realidade e ideias marxianas – forem adesos conceitos relativos à forma de funcionamento da mídia e as suas concepções.

O primeiro desses conceitos, aqui trazido, foi o de notícia. Segundo Marcondes Filho (1989), ela é resultante de uma informação trabalhada sob a perspectiva do mercado, segundo as regras que o dominam, tendo em vista que a notícia é pura e simplesmente uma mercadoria.

Quando se colocam em movimento, em diálogo as categorias marxianas e os conceitos basilares de comunicação social, tais como notícia, publicidade, propaganda, já despontam várias respostas às indagações que fui deitando ao longo desta tese acerca do comportamento da mídia ante os episódios de violência por eles transformados em notícia – também uma mercadoria.

A análise aprofundada do evento que teve lugar em Santo André, em 13 de outubro de 2008, codinominado “caso Eloá”, em que, originalmente encontravam-se envolvidos além do jovem Lindemberg Fernandes Alves, de 22 anos, a adolescente Eloá Cristina Pimentel, sua ex-namorada, de 15 anos, a adolescente Nayara Rodrigues da Silva, de 15 anos, os adolescentes Iago e Vítor e, ato contínuo,

¹⁹ Delírio, entendido como “falsa crença, baseada em inferência incorreta sobre a realidade externa, inconsistente com a inteligência e antecedentes culturais do paciente, que não pode ser corrigida pela argumentação” (KAPLAN, H. I.; SADOCK, B. J. *Compêndio de psiquiatria: ciências comportamentais – psiquiatria clínica*. Tradução de Dayse Batista. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1993. p. 235).

²⁰ Alucinação definida como “percepção sensorial falsa não associada com estímulos reais externos [...]” (Ibid., p. 237).

evidentemente, os familiares de Lindemberg e de suas vítimas, vai mostrar como se flagram em sua concreção as categorias desenvolvidas por Marx (1973, 2006), o que será feito na seção seguinte deste trabalho. Para este momento, reservo apenas o exercício de assinalamento, de um corte da notícia do “cárcere privado mais longo da história policial de São Paulo”, como assim foi referido por vários veículos de comunicação.

Como anteriormente falei, o ato violento de Lindemberg contra os quatro adolescentes que se encontravam naquele apartamento, naquele dia e hora inaugura-se em seu caráter exclusivamente utilitário. O ato violento como meio – de coerção, força, intimidação, imposição de medo – visava a um fim – reatamento do namoro com Eloá ou mesmo vingança. Ocorre que a tomada das pessoas como suas vítimas impunha o acionamento imediato do Estado – polícia militar –, visto tratar-se do ente legítimo para ofertar encaminhamento, mediar e garantir solução, por meio de ações técnicas e táticas qualificadas, especializadas, com vistas à rendição de Lindemberg e à libertação das vítimas. De algum modo, a violência do jovem, a partir daí – intervenção estatal –, punha em marcha um novo circuito, uma outra direção, uma dimensão diversa da que ele instituíra na inauguração de seu ato.

Se trazido à memória o trecho em que Marx (1987) fala da cadeia de atividades lucrativas, das profissões que derivam da existência do ato criminoso e de seu agente, será possível perceber que, em curto espaço de tempo, o meio – violência – buscado por Lindemberg para dar termo a seu conflito íntimo gestava novas formas de pôr em movimento ascendente o capital.

Ao dizer que o crime não é só o que o criminoso produz, não é seu único produto, Marx (1987) mostrou esquematicamente a rede que se instala em torno do crime e do criminoso: o direito criminal, o professor, as conferências e as obras de direito criminal, a justiça criminal, a polícia, os juízes, os jurados, os beaguins, os carrascos, os fabricantes de engenhos de tortura e de meios de defesa, entre outros. Todo esse sistema de saberes, poderes, serviços, meios, instrumentos organiza-se tanto de forma legal quanto ilegal, legítima ou ilegítima para os mais diversificados propósitos.

E quanto mais não teria elencando Marx, acaso tivesse experimentado os efeitos e as magias da máquina do espetáculo: a mídia – impressa, radiofônica, televisiva, digital.

Ademais, aquela assertiva de Marx (1987), como poderá ser visto ao longo desta tese, abre largas pistas para o desvelamento do lado oculto da falseada intenção de combater-se a violência. O discurso de combate à violência, de apelo à paz já emerge desautorizado. Esse discurso – também mercadoria posta nas prateleiras para consumo – é confrontado, a todo instante, com a crescente e ilimitada aparição de novos produtos lançados no mercado, cuja finalidade, marca, mensagem subliminar ou evidente trazem o incentivo à intolerância, o cultivo da violência. Flagra-se em um sem-número de produtos um antidiscurso da paz.

É inquestionável a existência de uma engenharia, de um aparato que se coloca como possibilidade de converter a violência em produto comercializável, já ficou aqui demonstrado. Há uma intrincada rede que opera com desmedido lucro tanto no “câmbio oficial” quanto no “câmbio paralelo” com essa mercadoria singular que é a violência, que parece até mesmo contrariar as leis de mercado: quanto mais presente, quanto mais abundante, maiores os lucros.

Sob a égide do capital, sob sua lógica, quem em “sã consciência” que atue nesse mercado promoveria sua eliminação, seu controle? Óbvio que o que vai buscar o mercado é a expansão da violência sob suas múltiplas formas de apresentação – inclusive sob a faceta de segurança –, com os mais novos e sedutores invólucros, enlevada por uma fina publicidade. O capital, também pela mercadoria violência, imprime seu ideário, sua propaganda.²¹

A demonstração concreta de como se apresenta no século XXI o que Marx (1987) já anunciava no século XIX, no concernente aos meios de defesa contra o ataque à propriedade, pode ser facilmente exemplificada no aparato tecnológico de ponta que se constituiu para a oferta de uma mercadoria, que eu qualifico como a contra face, como o anverso da mercadoria violência: a mercadoria segurança.

Intensifica-se, amplia-se avassaladoramente o mercado da violência pela via de sua contra face: a segurança. Diversificam-se meios, instrumentos e tecnologias que se colocam, a cada dia, no circuito do mercado, à disposição do conjunto de pessoas que possam adquiri-los, aquecendo o comércio especializado.

²¹ Acerca de propaganda, Marcondes Filho (2009, p. 291) ressalta que, embora em nossa cultura empreguem-se de forma indistinta as expressões propaganda e publicidade, elas não exprimem, na essência, o mesmo significado. Como diz, “o conceito de propaganda é mais amplo: abrange tanto a difusão de valores e ideias pela publicidade quanto a propaganda política, a religiosa, os sistemas ideológicos fundados em convicções filosóficas, em estruturas de poder, em práticas sociais comunitárias”. E conclui: “Sendo assim, a publicidade é uma forma de propaganda, mas esta não se limita ao caráter comercial” (p. 291).

Paralelamente à franca expansão do mercado da violência, o mercado da segurança, seu espelho, apresenta-se como solução ao sentimento real e forjado de medo, de inquietude, de pavor. Sentimento que é também criado e recriado por quem tem nele sua fonte de lucro, como atinava aquela criança de quem falei que, em torno de 1988, já desconfiava de como se manifestavam as ações de violência e as ações de combate a elas correspondentes.

O fato é que a mercadização da violência, do medo, da inquietude ganha terreno, auferindo lucros e assegurando fontes sempre renovadas de rentabilidade, quer a violência *in natura*, quer a que se espetaculiza, quer a transfigurada em segurança.

Em todo espaço, a qualquer instante, qualquer um pode verificar a invasão da propaganda de serviços e equipamentos de segurança, seja na mídia impressa, televisiva, radiofônica, digital. Cada produtor, a seu modo, seduz o comprador.

A título de ilustração, de reforço da ideia, que ficou tão-somente apontada nesta tese, de o mercado da violência ter o mercado da segurança por seu outro, tomo como exemplo um dos inumeráveis nichos desse mercado: o dos serviços que, por meio da publicidade de pessoal – supostamente – qualificado, de equipamentos, de instrumentos, de avançadas tecnologias, vendem a prometéica solução para a inquietude, o medo e o pânico que rondam a sociedade.

Como se comercializa a violência mercadoria nesse seu anverso? Vejamos um *flash* desse mercado. Saliento que não irei, aqui, me deter na análise da forma nem do conteúdo por meio dos quais as empresas pretendem se credenciar nesse segmento comercial específico, mas apenas atestar com tais exemplos o que assinalou Marx (1987), com o propósito de reforçar o caráter mercadológico da violência e, por conseqüência, sua demanda por evidência, publicidade, daí a mídia a ela dedicar tanto tempo, espaço e investimento, comercializando-a sob o formato de notícia.

Observando uma lista telefônica, pude verificar uma série de empresas que atuam no mercado da segurança, logo, no mercado da violência – mercadoria em relação à qual procedem a uma operação cambial: empregam seus instrumentos, tecnologias e serviços para, como professam, transformar a mercadoria violência em produto inativo, inofensivo, por meio da oferta do produto segurança. É um mercado – convenhamos – em franca expansão, de lucratividade certa, paradoxalmente, de

baixo risco. Só mesmo sob a expressão do capitalismo, uma mercadoria metamorfoseia-se desse modo!

Vejamos alguns anúncios publicitários:²²

Há 32 anos protegendo tudo o que é importante para você (SERVIS SEGURANÇA – ISO 9001).

Serviços oferecidos: vigilância armada e desarmada, escolta armada, segurança pessoal, segurança de eventos, segurança eletrônica, rastreamento de veículos, gerenciamento de risco em transporte de cargas.

Cobrimos a oferta do concorrente (SERVNAC – 20 anos).

Serviços ofertados: segurança pessoal, monitoramento de imagens, vigilância armada, terceirização, escolta armada, rastreamento de veículos, alarmes.

Respeitando a Legislação Tributária e trabalhista vigente.

Monitoramento 24 horas (Patrimonial Segurança).

CORPVS Há 33 anos, quem está seguro (CORPVS).

Serviços oferecidos: transporte de valores, segurança patrimonial armada e desarmada, segurança pessoal, segurança eletrônica, escolta armada, tesouraria.

Sua melhor companhia (Thompson segurança – 31 anos).

Serviços oferecidos: vigilância armada ou desarmada, segurança eletrônica, central de monitoramento 24h.

Marca de confiança (Ceará Segurança).

Serviços oferecidos: proteção empresarial e residencial, vigilância armada e desarmada.

O futuro da sua segurança (Locabrás).

Serviços oferecidos: segurança pessoal, segurança eletrônica, vigilância armada e desarmada, monitoramento de imagens via internet, locação de mão-de-obra especializada, rastreamento veicular via satélite.

A proteção que você confia (NORSERV – Nordeste Segurança de Valores).

Serviços oferecidos: segurança patrimonial armada e desarmada.

Soluções tecnológicas (SOLTEC – Soluções tecnológicas).

Serviços oferecidos: câmeras, CFTV, alarmes, sensores, cercas, portão automático, porteiro eletrônico, seguro de equipamentos.

²² Esses anúncios de empresas de segurança foram extraídos de listas telefônicas publicadas para o exercício de 2006, 2007 e 2008: *Listel* – publicar: Fortaleza e Região Metropolitana – 2007-2008 e *Tele listas consumidor*. Fortaleza e Região Metropolitana – 2006.

Novo conceito em barreira de proteção (CERC Segurança).

Exija máxima segurança para o que é seu (Máxima Segurança).

Serviços oferecidos: cerca espiral – barreira de proteção com tecnologia israelense, equipamento completo para segurança eletrônica.

Projetos de Segurança (Imagem Segurança).

Serviços oferecidos: controle de acesso biométrico, circuito fechado de TV, monitoramento de imagens via internet, sistema de alarme e automação, cerca elétrica industrial (super cerca).

No modo como algumas empresas apresentam-se no mercado, flagra-se o cuidado, a preocupação em expressar que esse combate à violência é feito com mãos limpas, que tem consonância com a legalidade: “Respeitando a Legislação Tributária e Trabalhista vigente”; que tem uma relação próxima, um cuidado também pessoal, não apenas profissional, com o cliente: “Sua melhor companhia”, “A proteção que você confia”. Elas sabem bem o poder do ditado: “A propaganda é a alma do negócio”.

As empresas não apenas apresentam sua competência para a prestação do serviço, falam também do reconhecimento externo que alcançaram ou do domínio de tecnologia de ponta ou mesmo de guerra que detêm: “SERVIS SEGURANÇA – ISO 9001”; “SOLTEC – Soluções tecnológicas”; “cerca espiral – barreira de proteção com tecnologia israelense”, produtos ofertados pela Máxima Segurança.

A mostra dessa oferta de serviço tem a finalidade exclusiva de atestar o quão útil é alimentar o medo e a inquietude representados pelo fantasma, sempre presente, da violência concretizada e de sua possível concretização, pois tal se reverte em aumento da demanda da mercadoria segurança. Cada uma alimenta na outra a insaciabilidade e a voracidade.

O diagnóstico de Marx (1987), dando conta de que no capitalismo o criminoso é um produtor de inúmeros bens e serviços e não exclusivamente de crime, tem sua expressão límpida, incontestável – e, sobretudo, amplificada – de materialidade, de concreção em dois eventos que são analisados nesta investigação social: o cárcere privado ocorrido em Santo André e o julgamento dos Nardoni.

Neste momento, tomando, simplificada, o “caso Eloá”, é possível verificar-se uma espécie de diagramação do vaticínio professado por Marx (1987): o criminoso na prática de seu crime aciona um dispositivo que desencadeia a

produção de uma variedade de serviços, bens, produtos que, a um só tempo, entram no circuito do mercado.

O episódio tem a arquitetura, a diagramação do anunciado por Marx: inicialmente, o crime convoca o Estado à ação – homens com horas de treino, capacitação em técnicas de negociação, uso de armas; as armas com dispositivos (mira) para tal modalidade de ação policial; o trabalho especializado, uma tecnologia mais avançada no processo de fabricação de tais armas. Concomitantemente à convocação do Estado, dá-se a mobilização da mídia – pessoal com equipamentos, na ânsia por furo de reportagem, posicionados, por dias e dias, naquele território que poderia transformar-se – como ocorreu – em palco de tragédia; o anúncio da notícia, a própria notícia – em primeira mão ou não – prendendo um número maior de telespectadores; o aumento de audiência representando a ampliação da assistência da publicidade de produtos das empresas que patrocinam os programas, que compram os espaços na mídia, pois “O editor não vende seu produto *jornal* somente ao leitor; ao mesmo tempo, ele vende espaço publicitário aos promotores da publicidade” (COLETIVO DE AUTORES apud MARCONDES FILHO, 1989, p. 26). Tal é extensivo às outras modalidades de mídia. O surgimento do comércio ambulante (vendedores ambulantes) de produtos de primeiríssima necessidade (água, refrigerante, lanche) para aqueles que não podiam ou não queriam desertar do posto: profissionais da mídia e curiosos; o aquecimento do comércio já instalado na área próxima e no entorno daquele conjunto habitacional. E não se deve esquecer a cessão, feita por moradores, de apartamentos com visão privilegiada, para instalação de equipamentos e pessoal de alguns veículos de comunicação de massa captarem melhores e mais precisas imagens, operação que pode ter redundado em contrapartida financeira.

O que estava a se passar naquele condomínio de periferia – farejava a mídia – apontava na direção de um grande espetáculo: um dínamo contra a apatia do espectador; a energia para dele abolir a fadiga instalada pelo excesso de notícias mornas, notícias repetidas de mesmos fatos.

É preciso ter claro que o buscado pelo espectador é a informação e que a resposta – satisfatória ou não – dada pela mídia a sua demanda vem sob a forma de notícia, que, como assinalou Marcondes Filho (1989), é distinta da informação. A expectativa do receptor em relação à notícia é de que ela lhe traga a informação desejada, necessária, útil ou que a atualize, desperte seu interesse. Logo, para o

receptor a notícia – resposta da mídia a sua demanda por informação – apresenta-se como valor de uso. E, sendo assim, há que se considerar um outro aspecto: o de que “A mercadoria *notícia* é uma das mais rapidamente perecíveis. Aceleradamente cai seu valor de uso” (MARCONDES FILHO, 1989, p. 25).

Já a dimensão valor de uso da mercadoria notícia, para o proprietário da empresa midiática – e, obviamente, para aqueles que trabalham para ele –, como adverte o mesmo autor, “é [...] – em última instância – somente meio para a realização do seu valor de troca” (MARCONDES FILHO, 1989, p. 26). Ademais, é preciso lembrar que:

No que respeita à natural diversidade material das mercadorias, nenhuma exclui o dinheiro, nenhuma o impede de nela se fixar, de fazer dela o seu próprio corpo, porque nenhuma exclui a determinação do dinheiro na mercadoria (MARX, 2003, p. 374).

Sendo o valor de troca, no sistema do capital, consagrado, concretizado por meio do dinheiro tão-somente, ele é o equivalente de todas as mercadorias. É por aí que se explica o fato do estado de apatia do espectador, de seu interesse em descenso no tangente à notícia preocupar e mobilizar a empresa midiática. Evidente que dinheiro não é obtido apenas com a venda da notícia para o leitor, para o ouvinte ou para o espectador, pois a mídia, em regra, “ao mesmo tempo, [...] vende espaço publicitário aos promotores da publicidade” (COLETIVO DE AUTORES apud MARCONDES FILHO, 1989, p. 26). Mas, por seu turno, a publicidade visa alcançar esse sujeito que lê, escuta rádio, assiste a TV com o fim único de realizar a venda de seus produtos. Eis as razões por que a Santo André trouxe, por dias seguidos, para si o brilho dos holofotes da mídia: nada, nenhuma notícia roubava a centralidade daquele palco, daquela cena, daqueles atores.

Nenhum outro ato, nenhum evento, durante aqueles dias em que durou o cárcere privado de Eloá e Nayara, parece ter acontecido. Tudo se voltava para o Conjunto Habitacional Santo André. Tudo parecia girar em torno de sua órbita.

As informações vindas da Santo André, naquele dia 13 de outubro, apostou a mídia, acordariam os ânimos mais adormecidos, sobretudo os dos telespectadores, pois, em tempo real, havia a promessa da apoteose de um drama em que o fim de um romance juvenil se transformara.

Estava montada a estrutura para o *grand finale*. Havia a aposta em uma tragédia, qualquer que fosse sua expressão: a morte das duas adolescentes seguida do suicídio do jovem homicida; o suicídio do jovem com o encerramento do cárcere privado das adolescentes; a libertação das adolescentes seguida do suicídio do jovem; a eliminação do jovem pela polícia e a libertação das adolescentes com sua integridade física garantida ou a eliminação do jovem pela polícia com intercorrências vitimando uma ou as duas adolescentes. Quaisquer desses desfechos era uma grande notícia; representavam um valor.

A violência já estava ali posta com a magia de um espetáculo quase irrecusável. E bastou uma boa orquestração, um preciso entalhamento, uma desenvolta condução para que da violência utilizada por Lindemberg brotasse a dimensão valor da mercadoria violência.

As notícias do cárcere privado jorradas abundantemente naquela centena de horas como que transformaram o telespectador, em sua própria casa, em uma espécie de refém. Era alimentada em cada sujeito do outro lado do vídeo a sede, a ansiedade por uma nova informação, por uma declaração de que se encontrara um termo para aquele conflito, para aquele estado de tensão que, ao longo das horas, ia atingindo seu máximo: a imagem de Eloá na janela, transtornada pelo desespero, gesticulando para a mãe e pedindo calma; as informações de que, no interior do apartamento, as ameaças, as agressões iam amiudando-se e que o descontrole não mais era exclusivo do jovem, mas Eloá também já dava sinais de esgotamento e apresentava reações que elevavam o nível de estresse de seu agressor, gritando, batendo nos móveis, dizendo para o ex-namorado que a eliminasse logo como forma de livrá-la daquela situação. Do lado de fora do apartamento, havia a família de cada um deles. E a necessidade de notícias acerca de como estavam enfrentando o drama também era alimentada a cada minuto.

A todo instante, a mídia realizava novas chamadas para apresentar a mesma notícia: “A qualquer momento, apresentaremos as últimas informações sobre o cárcere privado em Santo André” ou “No próximo bloco, as últimas informações sobre o caso Eloá”.

Como mercadoria, a notícia aprisiona-se na regra de mercado que prescreve um máximo valor de troca possível a um custo mínimo de produção. É importante atentar para o que isso enseja no caso da mercadoria notícia. A observância dessa regra implica que, na mercadoria, o valor de uso

[...] deve ser tão escasso que a procura por novas mercadorias permaneça constante e, se possível, até mesmo aumente. Isso significa [...] que as necessidades de informação devem ou ser satisfeitas só aparentemente ou só a curto prazo, para que a demanda se mantenha. [...] quanto menor for o valor de uso real para o leitor, tanto mais se faz necessária a produção de uma 'manifestação do valor de uso' – *aparência* do valor de uso (COLETIVO DE AUTORES apud MARCONDES FILHO, 1989, p. 29).

Por essa regra, em muito fica explicado esse poder que a mídia acaba exercendo sobre o telespectador e o tempo que consegue capturá-lo, imantá-lo, tê-lo em torno de sua órbita.

O espetáculo da violência bem orquestrado é fonte inesgotável de vontade de saber, de conhecer, de entender. E as informações fracionadas, as notícias parciais, desconectadas, postas aos pedaços, longe de saciar essas sedes e fomes, alimentam cada vez mais o vazio que a incompletude e imprecisão intencionais promovem. Com Debord (2007, p. 177) é possível, com maestria, resumir esse tabuleiro de manha e artimanha da mídia.

Uma evidência tão flagrante não precisa ser explicada. O espetáculo organiza com habilidade a ignorância do que acontece e, logo a seguir, o esquecimento do que, apesar de tudo, conseguiu ser conhecido (DEBORD, 2007, p. 177).

7 A MERCADORIA VIOLÊNCIA NO MERCADO MIDIÁTICO

Compreender aquilo a que estamos fadados significa estarmos conscientes de que isso é diferente de nosso destino. E compreender aquilo a que estamos fadados é conhecer a rede complexa de causas que provocam essa fatalidade e sua diferença daquele destino. Para operar no mundo (por contraste a ser “operado” por ele) é preciso entender como o mundo opera.

Zygmunt Bauman

Como ficou informado, o esforço analítico que vem sendo promovido neste empreendimento acadêmico faz-se com o fito de compreender como a violência transfigura-se mercadoria no modo capitalista de produzir bens e viver. Para isso, é indispensável que o olhar sobre esse objeto seja límpido o suficiente para enxergar cada um e todos os elementos históricos e sociais que o determinam, conformam, modificam, transfiguram ou conservam. O processo de construção do objeto, o cenário em que se encontra inscrito e seu aporte teórico, imagino, ficaram bem explicitados ao longo deste texto. O seu entendimento, o seu desvelamento vai ganhar curso por meio de um conjunto de procedimentos, de técnicas e instrumentos empregáveis, neste momento, pela via da proposta analítica de Foucault, denominada análise das formações discursivas.

A esta última seção caberá, pois, a análise do que fixei como *corpus* nesta investigação social.

7.1 Um Introito: Marcas, Memórias e Histórias

A condição humana tem, invariavelmente, a mesma substância de realidade e fantasia, de verdade e mentira, de amor e ódio, de grandeza e mesquinhez, em todas as Idades demarcadas pelos calendários.

René Ariel Dotti

A frase aqui epigrafada encontra-se no prefácio da obra *Casos criminais célebres*, na qual o jurista Dotti (2003) analisa processos judiciais eivados de erros, de vícios, de provas forjadas ou obtidas por meios ilícitos que terminaram por conduzir à condenação sujeitos nem sempre culpados pelos atos que lhes estavam sendo imputados e, mesmo, por atos nem sequer perpetrados. Sobre o que assevera o autor no trecho ora transcrito, presumo que não se registre em torno da

ideia grande discordância. Para firmar este meu pensamento, sugiro ao leitor remeter-se à seção desta tese cujo conteúdo constitui-se essencialmente de recortes de obras históricas, literárias, de textos bíblicos, de expressões de arte.

Mas a razão de mencionar, neste momento, a obra de Dotti (2003) decorre do fato de ela me trazer à lembrança episódios que marcaram, de certa forma pesadamente, minha infância e minha adolescência. É curioso perceber o quanto certos episódios, mesmo que assistidos a distância ou ainda de que apenas vagamente ouçamos falar, impregnam nossos sentidos, nossos corpos e almas. Às vezes forja-se em nós uma estranha proximidade, uma intimidade intrigante em relação a eles; passa a habitar em nós um sentimento de que também integrávamos a cena, o cenário.

Foi este sentimento que vi enlaçado ao de Fausto (2009), quando já submetia o texto final desta tese à revisão, precisamente na semana que antecedeu à entrega do material à banca examinadora. Em um dos intervalos dessa infundável tarefa, tomei para leitura um livro do autor – uma aquisição recente que não havia tido o prazer de ler sequer trechos. A obra versa sobre um crime de grande repercussão, ocorrido na cidade de São Paulo, quando o historiador contava apenas 8 anos de idade. Essa encantadora descrição que o autor faz – e que, na última hora, não resisti à tentação de encontrar um espaço e um jeito para introduzi-la neste trabalho – de suas impressões, dos fantasmas que atiçavam seus medos desperta um desejo voraz de ler cada uma das páginas, de sorver a história que nelas encontra-se derramada.

Na minha memória, não ficaram apenas as imagens do último carnaval, do mistério sem rosto da morte da minha mãe. Ficaram também as imagens do crime do restaurante chinês, na versão em que Arias de Oliveira era considerado o autor da chacina. As cenas estampadas nos jornais, os comentários que ouvia em fragmentos em casa e nas ruas provocaram terrores noturnos, agravados após a desgraça. Via sombras em meu quarto, prontas a se abater sobre mim, o ruído de portas que estalavam e se abriam para a passagem de monstros e assaltantes. Dentre as cenas que compuseram esses terrores noturnos, o crime do restaurante chinês ocupou um lugar privilegiado. Vivi, na quietude da noite, a entrada de Arias no restaurante, a visão dos corpos dilacerados, do sangue escorrendo pelas paredes, dos gritos que ecoavam no quarto; num penoso esforço, a consciência acabava por se sobrepor aos pesadelos.

Quase setenta anos depois, examinei durante meses o processo criminal, folheei páginas e páginas dos jornais paulistanos [...].

Não encontrei, porém, o mais aterrorizante elemento da cena do crime, fixado nas ilusões da memória. [...] uma menina de traços orientais, que vagava por entre os corpos, empapando os pés de sangue e balbuciando: “Peto, peto”. De onde teria essa cena, que nem os autos judiciais, nem os jornais, nem o rádio, nem as testemunhas registraram? Do imaginário de algum parente, ou de uma empregada de casa? Ou seria um rumor mais amplo, que teria corrido na época, de boca em boca, embora não chegasse a se cristalizar em letras de forma, encarnando uma contracorrente racista à simpatia que a figura de Arias despertara? (FAUSTO, 2009, 217-218).

A narrativa de Fausto (2009) põe, com sutileza, à mostra o modo como se constroem histórias, como se forjam verdades que grassam por terras e tempos longínquos.

Na obra de Dotti (2003), dois foram os casos que me chamaram a atenção: o dos irmãos Naves e o de Caryl Chessman. As razões por que esses e não outros abordados pelo autor ganharam de minha parte destaque explica-se a seguir.

O primeiro dos casos é o dos irmãos Naves, condenados “à pena de 25 (vinte e cinco) anos e 6 (seis) meses de prisão celular, além de multa de 16 ¼ por cento do valor do objeto roubado” (DOTTI, 2003, p. 121), pelo crime de homicídio contra Benedito Pereira Caetano, que reapareceria vivo, saudável, em 24 de julho de 1952, para visitar o pai em sua fazenda. Esse fato teve lugar em Araguari, no estado de Minas Gerais.

Era o ano de 1937, precisamente a madrugada de 29 de novembro, quando Joaquim Naves Rosa, 25 anos de idade, e Sebastião José Naves, 32 anos de idade, primos de Benedito, este sócio de Joaquim, dão conta de seu desaparecimento, após a compensação de um cheque no valor de noventa contos de réis, realizada em 27 de novembro daquele ano.

Benedito, conforme relata o jurista, até 26 de novembro, encontrava-se hospedado na casa de Joaquim, depois de haver procedido a uma transação comercial que não rendera o suficiente para honrar dívidas contraídas com o pai e com pessoas de sua relação. Os negócios de Benedito operavam no vermelho, não tendo, pois, como saldar dívidas vultosas por ele feitas.

Os irmãos Naves, aflitos com o sumiço do primo, empreenderam buscas sem que lograssem êxito, decidindo assim comunicar o fato à polícia. Não demorou

muito para que de testemunhas passassem à condição de suspeitos, e uma série inominável de abusos, a partir de então, sucedesse: a prisão de Joaquim e Sebastião; a detenção das esposas e da mãe dos suspeitos, Ana Rosa Naves, por ordem do tenente Chico Vieira, titular da delegacia de polícia encarregada de apurar os fatos relativos ao desaparecimento da suposta vítima. O suplício dos acusados é assim descrito pelo autor:

Os Naves estão presos desde o dia 29 de dezembro de 1937. Sedentos e famintos, às vezes nus. No período de 3 a 7 de janeiro os supostos latrocidias são seviciados, mas resistem à confissão perseguida. O Tenente Chico manda prender a mãe deles, Ana Rosa Naves, 66 anos. Intimada pelos soldados que atuam como investigadores, é despida em frente dos filhos. Eles são induzidos a agredi-la, mas não o fazem. Os milicianos espancam tanto ela como seus filhos, uns em frente dos outros. A prisão de Ana Rosa já durava alguns dias quando houve interferência de alguém em seu favor. Ela foi solta sem que o delegado conseguisse a “prova” de autoria do latrocínio (DOTTI, 2003, p. 113).

Ante as torturas físicas e psicológicas, a falsa informação e simulação da morte de seu irmão na delegacia de polícia onde ambos encontravam-se presos e a negativa de *habeas corpus*, não restou a Joaquim alternativa outra que não a confissão de um delito penal não praticado. Os réus foram submetidos a dois julgamentos: em 27 de junho de 1938, em que o júri pronunciou-se pela absolvição dos dois acusados. Mesmo absolvidos, permaneceram presos enquanto aguardava-se o resultado da apelação; o segundo julgamento, dado em face da apelação do Ministério Público, ocorreria em 21 de março de 1939, resultando na condenação de Joaquim e Sebastião. Cumpririam, então, a pena a eles aplicada.

Os irmãos Naves viram negados seu pedido de revisão processual, feito em 20 de janeiro de 1940, e seu pedido de indulto ao presidente Vargas, realizado em 18 de outubro de 1942. Do pedido de revisão resultou a redução de pena para dezesseis anos e seis meses.

Decorridos mais de oito anos de prisão, obtêm o livramento condicional, em sentença prolatada em 12 de agosto de 1946.

Joaquim aproveita pouco mais de dois anos em liberdade: morre em 28 de agosto de 1948.

Sebastião não desiste de procurar Benedito. Em 25 de julho de 1952, logra êxito. Esse encontro o autor assim o descreve:

Acompanhado por policiais e pelo jornalista [Felício De Lúcia Neto, do *Diário de Minas*], Sebastião, angustiado e incontrolável, entrou pela casa a dentro. Benedito dormia placidamente e, ao ser acordado, apavorou-se com a presença daquelas pessoas e gritou: “Pelo amor de Deus, Sebastião, não me mate”. E, Sebastião, com lágrimas nos olhos, intensamente comovido, abraça-o dizendo: “Graças a Deus te encontrei para provar a minha inocência. Ninguém te quer matar, vem pra cidade, pro povo ver que você está vivo e que eu sou inocente” (DOTTI, 2003, p. 125).

Benedito é conduzido à delegacia, sendo indiciado em inquérito por apropriação indébita; permaneceu preso por nove dias. Nada, além disso, lhe ocorreu até porque já prescrevera o prazo para apuração e responsabilização por tal crime.

Somente na década de 1960, a família Naves vê o Estado impingido a reconhecer que houve erro judiciário contra seus entes queridos e a indenizar os diretamente lesados por ele.²³

Recordo que, ainda adolescente, esse caso me chocou quando dele tomei conhecimento por meio da revista *Manchete* ou *O Cruzeiro*, em fins da década de 1960 ou início da década de 1970. A reportagem, detalhadamente, informava as torturas a que teriam sido submetidos os irmãos Naves: ingestão de urina, extração de unhas com alicate, espancamentos – essas são as de que, ainda hoje, lembro-me com precisão. E chamava-me também a atenção o surgimento do “morto”, que, posteriormente a todo o sofrimento não apenas dos irmãos acusados, mas de toda a família Naves, aparecia e dizia, segundo a revista, não saber do que acontecera aos irmãos durante seus anos de ausência.

O segundo caso que destaco da referida obra é o de Caryl Chessman, que em 1960, com 39 anos incompletos, era executado na câmara de gás, em Los Angeles, em razão de contra ele pesar a acusação de estupro e roubo. Seu julgamento por tais crimes realizou-se em 21 de maio de 1948.

Sobre o caso, relata o jurista que,

Sem negar o seu débito para com a sociedade, contraído na vida marginal que levou até os 27 anos, Chessman não aceitou

²³ Todas as informações sobre o caso dos irmãos Naves aqui apresentadas foram colhidas na obra de Dotti (2003, p. 108-127). Além desse caso e o de Caryl Chessman, o autor discorre acerca de outros: Tiradentes, Pontes Visgüeiro, Sacco e Vanzetti, Aída Cury, Augusto Pereira (“o quitandeiro do ministro”), Juan Calas, do jornal *Última Hora*, o crime do Sacopã.

a imputação dos crimes do famoso *bandido da luz vermelha*, personagem misterioso (e não identificado) que desafiava a polícia com a prática de repetidos crimes sexuais. Negando, até morrer, a autoria dos delitos de roubo e violência sexual praticados pelo *red light bandit*, Chessman lutou fantasticamente para anular o veredicto do júri. Entre os 10 apelos e as várias petições encaminhadas à Suprema Corte dos EUA, os 16 recursos a tribunais secundários e as 9 decisões proferidas pelo Supremo Tribunal da Califórnia, Chessman teve adiada por 7 vezes a data marcada para sua execução. Uma das transferências ocorreu em 11 de junho de 1959, despertando um movimento internacional em favor da clemência (DOTTI, 2003, p. 246).

Em relação a esse movimento, tenho a recordação de que, ainda muito pequena, com menos de 6 anos de idade, escutei, em uma rádio local, uma voz masculina passar horas – não sei precisar exatamente o quanto – repetindo, em pequenos intervalos de tempo, a frase: “Chessman não deve morrer!”. Não compreendia bem o que estava a acontecer, mas lembro que minha mãe, ante meu pedido de explicação acerca do que consistia esse apelo, respondeu que era preciso rezar para livrar essa pessoa da morte. A angústia dela era visível, contagiante.

A leitura dessa obra revestiu-se de singular emoção e interesse por trazer à lembrança fatos que povoaram em tempo pretérito minha imaginação, bem verdade que sem afinados traços de crítica – até por falta absoluta de maturidade –, mas que, pelo menos em relação ao episódio dos irmãos Naves, já me punham em estado de indignação tanto pela injustiça perpetrada contra Sebastião e Joaquim quanto pela crueldade com que as pessoas envolvidas foram tratadas. Eis a razão por que, entre os casos descritos pelo jurista, escolhi esses dois para ensejar as análises a que, nesta seção, dou início. E para o que ainda transcrevo outra passagem registrada na aludida obra que diz respeito à execução de Chessman. Trata-se de trechos de notícia veiculada pelo jornal *Última Hora*, no dia 3 de maio de 1960, com detalhes da execução desse homem que morreu arguindo inocência:

Às 14,03 horas (10,03 locais), as pastilhas de cianureto foram colocadas na bacia que se encontrava ao lado da cadeira de execução. Pouco a pouco os mortíferos gases começaram a inundar a reduzida peça. Um minuto depois, Chessman, que havia respirado profundamente, deitou bruscamente a cabeça para trás e dobrou-se sobre si mesmo. Às 14,05 (10,05 locais), o condenado gritou e voltou a lançar a cabeça para trás. Às 14,06 (10,06 locais), as mãos de Chessman começaram a tremer e o seu lívido rosto cobriu-se de suor. Mais uma vez

Caryl Chessman proferiu um grito apagadamente para frente. Um minuto depois Chessman ficou imóvel, com a cabeça sobre o peito. Às 14,12 (10,12) o médico de San Quentin declarou que o condenado tinha morrido (DOTTI, 2003, p. 253).

O autor afirma que a morte de Chessman foi destaque no Brasil e no exterior, ganhando a primeira página de quase todos os jornais veiculados em 2 de maio de 1960, sob a manchete: “Executado Chessman”. Acrescentou ainda esse que foi um dos casos criminais que alcançou, em fins dos anos 1950, repercussão mundial.

Outro caso que chocou profundamente o país – e de que também guardo vívida lembrança –, acontecido na cidade do Rio de Janeiro, ainda na década de 1960, precisamente em 30 de junho daquele ano, foi o crime perpetrado contra Tânia Maria Coelho Araújo, de apenas 4 anos de idade. A autora do homicídio ficou conhecida como a “fera da Penha”.

A jovem Neyde Maia Lopes, de 21 anos de idade, decide assassinar Tânia como forma de vingar-se de Antônio Couto Araújo, pai da garota. Com ele, Neyde vinha mantendo, há menos de um ano, relacionamento amoroso do qual resultara uma gravidez e um aborto contrário à vontade da jovem. No planejamento de sua vingança, além de aproximar-se da família do amante e conhecer a esposa dele e as filhas, adquire uma arma de fogo.

Após algumas visitas à casa do amante, Neyde decide dar concreção a seu plano de vingança: passando-se pela mãe de Tânia, comunica-se com a diretora da escolinha em que a criança estudava, autorizando-a a entregar a “filha” para uma moça chamada Odete, que iria apanhá-la. Dirige-se, então, à escola onde Tânia encontrava-se e apresenta-se como a pessoa autorizada pela mãe da criança a recebê-la. Isso feito passou algumas horas andando em companhia da menina, indo depois visitar uma amiga. Após deixar a casa da amiga, concretizou seu intento, como está descrito na obra *Crimes que abalaram o Brasil*:

Neyde caminhou com Taninha em direção a um terreno baldio, nos fundos do matadouro da Penha. Ao chegar ali, empurrou a menina como se quisesse que ela andasse na sua frente. Taninha caiu de lado na grama e se sujou no barro. Sofreu uma lesão na coluna. Começou a chorar. Neyde apanhou o revólver Taurus, calibre 32, na bolsa. Apontou para a cabeça da filha do amante e atirou. Depois, despejou a garrafa de álcool sobre a menina ainda viva. Apanhou uma caixa de

fósforos Fiat Lux na bolsa. Acendeu um palito e jogou sobre ela. Largou a garrafa vazia e a caixa de fósforo perto do corpo e fugiu (ARAÚJO; MOURA, 2007, p. 181).

Pela Rádio Continental, os ouvintes eram informados do caso pelo radialista Saulo Gomes. Este, dizem os autores da obra, chegou a atender²⁴, na delegacia que investigava o desaparecimento da criança, uma chamada do pai de Tânia, quando Antônio desejava obter informações acerca do andamento dos trabalhos policiais na direção de localizar a filha e prestar alguns esclarecimentos no tocante à motivação e autoria do sequestro da criança. Tendo, então, o pai da menina indicado que o sumiço da mesma estaria ligado a sua amante e que nada de grave iria acontecer, imediatamente, Saulo leva ao ar essa notícia, sendo Neyde logo identificada como a pessoa que apanhara Tânia na escola. A polícia passa, então, a procurá-la. Quando chegava à casa de seus pais, por volta das 22h30, Neyde foi detida e informada de que “era suspeita do seqüestro de Taninha, filha de seu amante Antônio. Ela negou” (ARAÚJO; MOURA, 2007, p. 184). E, já na madrugada, o corpo carbonizado da criança seria localizado.

O interrogatório de Neyde era permeado, segundo narram os autores, de avanços na direção do esclarecimento do crime – confissão de autoria – e de recuos – negativa de que houvesse praticado tal ato.

É importante destacar o recurso metafórico – “estratagema” – com que os autores descrevem o meio utilizado – tortura – para operacionalizar a confissão da, então, acusada:

Na delegacia, Neyde voltou atrás e negou o crime. Os policiais decidiram usar um estratagema para dobrá-la: deixaram-na de pé durante todo o interrogatório e a proibiram de fumar, um verdadeiro suplício para aquela fumante compulsiva, que chegava a esvaziar dois maços de cigarro por dia. Neyde permaneceu irredutível durante toda a madrugada e o início da manhã seguinte (ARAÚJO; MOURA, 2007, p. 186).

E relatam ainda os autores:

²⁴ Percebe-se a ingerência que a mídia já lograva ter neste espaço, nesta esfera específica – área policial. O radialista chega a atender a uma chamada telefônica no interior da delegacia de polícia que estava, naquele momento, encarregada de elucidar o desaparecimento de uma menina de 4 anos. Obviamente tal ligação dirigia-se a algum agente estatal que pudesse responder por aquela unidade policial, prestando, assim, a informação possível reclamada pelo genitor da vítima.

Mais de 12 horas depois do crime, o radialista Saulo Gomes pediu ao delegado que o autorizasse a conversar com ela. O policial consentiu. Saulo entrou no ar, ao vivo, e anunciou que faria uma entrevista. O número de aparelhos sintonizados na Rádio Continental aumentava. Ao ser indagada por que tinha assassinado Taninha, Neyde teve uma reação surpreendente: – Por que você está me perguntando tanto? Eu não vou dizer nada. Agora, sabe de uma coisa? Sabe de uma coisa? Eu ia era matar a família toda, infelizmente eu não tive tempo. A confissão, transmitida ao vivo, causou grande comoção na população do Rio de Janeiro (ARAÚJO; MOURA, 2007, p. 186-187).

Assim como no “caso dos irmãos Naves”, que um repórter acompanhou os policiais até a casa da suposta vítima, também no “caso da fera da Penha”, um repórter acompanharia a ação da polícia em tempo real. Como, na atualidade, é o que se registra: a polícia atua passo a passo com a mídia, quando não é por ela (mídia) acionada, convocada, não raro, já após iniciada a cobertura do evento.

A revelação que Neyde fora induzida a fazer pelo radialista conduzia à expectativa de uma tragédia avizinhando-se: a “fera” enjaulada na iminência de ser abatida por homens e mulheres enfurecidos e desejosos de realizar a vingança de um crime de morte contra um ser indefeso. Estavam abertas as cortinas de um grande espetáculo, montado cena a cena, como se flagra na passagem em que o autor relata a fúria, o clamor público.

Naquele momento, uma multidão já se aglomerava em frente à delegacia. Do lado de fora, multiplicavam-se os protestos indignados: “Mata, mata, mata”, gritavam alguns. “Lincha, lincha, lincha”, rebatiam outros, munidos de paus e pedras, articulando-se para invadir a delegacia e agredir Neyde (ARAÚJO; MOURA, 2007, p. 187).

Não é segredo que a injustiça alimenta fomes e sedes que facilmente reacendem o dispositivo do ódio que jorra e materializa-se sobre quem ou aquilo que está ao alcance das mãos. Daí por que se entendia que o sacrifício daquela “fera” faria remidas injustiças, matanças de inocentes já perpetradas ou que viessem a acontecer. A assassina encarnava os males todos de que sofria a sociedade até aquele instante.

Mas o ato de vingança foi abortado pela transferência da acusada (“a fera”) para outra delegacia (“jaula”). Frustrava-se, assim, a quixotesca ideia de romper a injustiça originária reinante por meio de uma cerimônia sacrificial que apenas

permitiria oxigenar as esperanças de justiça que se agarram à vida, que insistem em permanecer insepultas.

Embora sob enfoque diverso do que, nesta tese, a violência vê-se encarnada, acho oportuno transcrever um trecho extraído da célebre obra *A violência e o sagrado*, de Girard (1998, p. 27), que se presta a retratar com singular agudeza esse mecanismo de incitamento que a mídia urde em torno de determinados acontecimentos, querendo, ao contrário, fazer parecer que realiza um ato denunciatório e evocatório de seu fim.

Por que, em qualquer lugar onde grassa, a vingança do sangue constitui ameaça intolerável? Face ao sangue derramado, a única vingança satisfatória é o derramamento do sangue do criminoso. Não há diferença nítida entre o ato que a vingança pune e a própria vingança. Ela é concebida como uma represália, e cada represália invoca uma outra. Muito raramente, o crime punido pela vingança é visto como o primeiro: ele é concebido como a vingança de um crime mais original.

A vingança constitui portanto um processo infinito, interminável. Quando a violência surge em um ponto qualquer da comunidade, tende a se alastrar e a ganhar a totalidade do corpo social, ameaçando desencadear uma verdadeira reação em cadeia, com conseqüências rapidamente fatais em uma sociedade de dimensões reduzidas. A multiplicação das represálias coloca em jogo a própria existência da sociedade.²⁵ Por este motivo, onde quer que se encontre, a vingança é estritamente proibida.

Curiosamente, a vingança prevalece exatamente onde é proibida de forma mais rigorosa.

Sem incorrer em erro, diria até que a vingança contra um autor de ato de violência é estimulada mesmo. Quem não escutou, pelo menos uma vez, algum repórter, apresentador de programa de TV, radialista, especialista, popular referir-se à necessidade de que as pessoas unam-se para enfrentar com mais rigor a ação de criminosos. E mais rigor traduz, não raro, reagir com violência contra quem é dado como inimigo, defender a liberação do uso de armas ou levar ao extremo a intolerância, sob o argumento de defesa de direito individual, entre outras expressões.

²⁵ Talvez por aí se possam construir pistas para elucidar as razões por que as gangues de jovens de periferias, até determinado momento, atuaram sem a importunação do Estado, e, ao lograrem uma rápida expansão numérica e territorial, passaram a responder, segundo as autoridades estatais, pelo ascenso dos índices de violência, homicídios, que atingiram cifras preocupantes, impondo, assim, ao Estado oficial como sua responsabilidade o seu combate pelo veio da força policial, repressiva.

Há alguns anos, um radialista apresentador de um programa matutino de variedades, veiculado pela TV Diário, declarou abertamente andar “com um cacete” (um pedaço de madeira) dentro de seu automóvel para reagir contra esses “menores bandidos” que abordam motoristas em semáforos com intuito de roubá-los. Isso porque adolescentes vinham praticando assalto em determinada área de Fortaleza.

Mais recentemente, em 14 de janeiro deste ano, a jornalista que substituíra o apresentador do programa policial *Barra Pesada*, veiculado pela TV Jangadeiro,²⁶ quando noticiava o crime bárbaro de que havia sido vítima, há cerca de uma semana, Alanis Maria Laurindo de Oliveira, de 5 anos de idade, para demonstrar sua revolta, indignação, bradava, a todo instante, que o autor do crime era um “monstro”. Ademais declarava, sem quaisquer sinais de perplexidade: “[...] os presidiários passaram a tarde ligando para nossa redação [...]”. E, arrematando o destempero com que noticiava o episódio, afirmou: “A gente sabe que esses presos [referindo-se aos autores de crimes sexuais ou cujas vítimas sejam crianças] não têm vida longa no presídio”.

É desconcertante perceber que, naquele momento, o acesso franco a celular numa unidade prisional, que se podia captar na fala da apresentadora, não repercutia como um fato de natureza grave, embora, em outras circunstâncias, ocorrência dessa ordem tenha sido veiculada no mesmo programa com caráter de denúncia de irregularidade, inclusive com cobrança de providência à autoridade competente.

Entenderia a mídia estar cumprindo seu papel quando incita sujeitos à tomada de atitude contrária ao que ordenamentos jurídicos em vigor determinam? Seria ético reforçar pela via da naturalização que outro crime possa vir a ser cometido sob o argumento de que o que se está buscando por meio desse ato é justiça para com a vítima? Combate-se violência repetindo o *slogan* “Do pescoço pra baixo é canela”, como o faz o apresentador do programa policial *Comando 22*, veiculado pela TV Diário?²⁷ São questões para as quais o leitor poderá formular respostas ao longo desta tarefa acadêmica. Para o momento, o importante é frisar que mercado não tem ética; tem lógica. E sua lógica é a do lucro!

²⁶ A TV Jangadeiro, empresa deste estado, sediada em Fortaleza e afiliada do SBT, é uma emissora do Grupo Jangadeiro de Comunicação.

²⁷ A TV Diário, sediada em Fortaleza, é uma emissora do Sistema Verdes Mares de Comunicação. O programa vai ao ar de segunda-feira a sexta-feira, às 12h30. O programa tem a duração de duas horas e trinta minutos.

Evidente que não apenas os casos dos irmãos Naves, do “bandido da luz vermelha” e da “fera da Penha” preservam como histórias, como marcas em minhas memórias; alguns outros que foram não matéria, mas a matéria do dia veiculada por grandes e pequenos veículos de comunicação, rubricaram – com menos tinta, saliente – minhas lembranças de infância e adolescência.

No século findado há apenas uma década, outros tantos casos criminais²⁸ lograram repercussão na mídia brasileira, alguns até com repercussão internacional, como o massacre do Carandiru (1992), que contabilizou cento e onze presidiários mortos; a chacina da Candelária (1993), em que morreram oito adolescentes e a chacina de Vigário Geral (1993), ocorrida um mês após à da Candelária – a primeira, em 23 de julho e essa, em 29 de agosto –, também no Rio de Janeiro, zona norte, na qual cinquenta homens de um grupo de extermínio, encapuzados e armados, executaram vinte moradores daquela comunidade.

Nesse período, é possível listar ainda: o “crime do restaurante chinês”,²⁹ como ficou conhecida a chacina acontecida no centro de São Paulo na década de 1930, em que brutalmente foram assassinados Ho-Fung, proprietário do restaurante, Maria Akiau Ching, esposa do proprietário, José Kulikevicius e Severino Lindolfo Rocha, ambos empregados do restaurante (1938); o estupro e a morte da estudante Aída Cury, que teve como principal acusado Ronaldo Guilherme de Souza Castro, um rapaz de renomada família do Rio de Janeiro, além do porteiro do prédio, Antônio João de Souza, de onde a jovem foi atirada do décimo segundo andar, e o filho do síndico, C.M.F.S., menor³⁰ de dezoito anos de idade (1958); o homicídio atribuído ao advogado Leopoldo Heitor – “o advogado do diabo” –, cujo corpo da suposta vítima, Dana de Teffé, nunca foi encontrado (1961); o assassinato de Margot Proença Gallo por seu marido, um procurador da justiça (1970); o assassinato de Cláudia Lessin Rodrigues (1977); o homicídio praticado por Doca Street contra a “Pantera de Minas”, a *socialite* Ângela Diniz (1976); o crime de

²⁸ A descrição desses e de outros casos pode ser encontrada em Araújo e Moura (2007), Casoy (2009), Cretella Jr. (2007), Eluf (2009). Já Lima (2010, p. 99) apresenta apenas a listagem de vinte e dois homicidas que ela nomina “serial killers ‘famosos’ no Brasil”, com o respectivo número de vítimas, local de atuação e período em que os crimes foram cometidos.

²⁹ A esse episódio, Fausto (2009) dedicou uma obra inteira na qual o crime e o que nele está envolto são descritos em suas minúcias.

³⁰ A legislação brasileira em vigor (Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei Federal Nº 8.069 de 13 de julho de 1990) proíbe a divulgação em quaisquer meios de nome ou outros elementos que identifiquem crianças e adolescentes autores de ato infracional. Nesse sentido, apesar de Dotti (2003) haver informado o nome completo de um dos acusados que, como descreveu, é “menor”, entendo adequado apresentá-lo tão-somente com as iniciais de seu nome.

homicídio que a atriz Dorinha Duval cometeu contra seu companheiro (1980); o assassinato da cantora Eliana de Grammont praticado por seu marido, o cantor Lindomar Castilho (1981); o homicídio praticado pelo ator Guilherme de Pádua juntamente com Paula Thomaz, sua esposa, contra a atriz Daniella Perez (1992); o duplo homicídio de que foram vítimas Paulo César Farias – o PC Farias, empresário e tesoureiro da campanha presidencial de Fernando Collor de Mello – e sua namorada Suzana Marcolino (1996); o caso de Francisco de Assis Pereira, conhecido como “maníaco do Parque”, que, em São Paulo, assassinou sete mulheres (1998); o crime de homicídio do jornalista Antônio Pimenta Neves contra sua namorada, a jornalista Sandra Gomide (2000), entre tantos outros.

Já neste século, ganharam destaque na mídia – evidente que de forma e intensidade díspares – alguns tantos casos de violência, entre os quais: o assassinato de Felipe Silva Caffé, de 19 anos, e de sua namorada, Liana Bei Friedenbach, de 16 anos de idade, que antes de morrer foi estuprada e submetida à tortura. Os autores dos crimes foram Paulo César da Silva Marques, conhecido como Pernambuco, e o adolescente R.A.C., ex-interno da Febem, apelidado de Champinha (2003); as torturas a que a empresária Sílvia Calabrese submeteu uma menina de 12 anos de idade, que morava em sua companhia. A adolescente, quando encontrada pela polícia, estava com os braços acorrentados a uma escada, amordaçada, tinha dentes e dedos quebrados, havia em seu corpo marcas de queimaduras feita com ferro (2008); o crime bárbaro contra a criança Rachel Oliveira Genofre, de 9 anos de idade, violentada e estrangulada, cujo corpo seminu foi posto dentro de uma mala que foi deixada na estação rodoviária de Curitiba, dois dias depois de desaparecer no percurso da escola (2008); o sumiço inexplicável de seis jovens da região de Luiziânia, no entorno de Brasília, acontecidos a partir do final de dezembro de 2009, e bem recentemente esclarecidos, quando da prisão de Ademar Jesus da Silva (2010), recém-saído da penitenciária onde cumpriu um sexto da pena por crimes anteriormente praticados, entre os quais um estupro. Após alguns dias de sua prisão, o “maníaco de Goiás”, como Ademar passou a ser conhecido, foi encontrado morto na cela, tendo sua morte sido dada como suicídio.

Continuar estendendo-me na listagem e descrição de casos dessa ordem entendo desnecessário. O que até aqui fiz reservou o propósito de expor objetivamente, concretamente a ideia de que a violência é uma mercadoria que se apresenta aos nossos olhos das mais variadas formas e em inumeráveis versões,

envolvida nas mais atrativas embalagens que trazem em seus invólucros as mais insuspeitas mensagens, vendida por meio de uma publicidade sedutora e disposta fartamente nas prateleiras por entre as quais nós, anônimos seres, circulamos atônitos, ao mesmo tempo negando-a e consumindo-a como todos os demais viventes desta “pólis”, a metrópole contemporânea, que já não é cidade-mãe, mas praça mercantil ‘onde se negocia o ser humano’” (BOLLE, 2000).

A arquitetura que sustenta, consolida a tese que, ao longo dos estudos empreendidos no curso do doutorado, foi por mim formulada, a partir de agora, será apresentada. A análise a que procederei baseia-se no modelo analítico instaurado por Michel Foucault, nominado análise das formações discursivas. Identicamente ao modo como operei com categorias marxianas mercadoria, fetiche, valor trabalharei com as noções e conceitos foucaultianos, ou seja, à medida que, no exercício analítico, forem sendo empregados modos operacionais, “ferramentas” de Foucault, será explicitada a forma como o filósofo os concebe.

7.2 A Narração das Histórias: uma Versão dos Fatos

A antítese do novo e do obsoleto,
O Amor e a Paz, o Ódio e a Carnificina,
O que o homem ama e o que o homem abomina,
Tudo convém para o homem ser completo!

O ângulo obtuso, pois, e o ângulo reto,
Uma feição humana e a outra divina,
São como a eximenina e a endimenina
Que servem ambas para o mesmo feto!

Augusto dos Anjos

Início com a narrativa de duas histórias. E o lugar de narradora assegura-me a liberdade de estabelecer seu ponto inaugural, de escolher o modo como contá-las e o jeito de percorrer suas sinuosidades. E só, apenas isso esse lugar me assegura; ele não me dá – nem queria – o direito de maculá-las, desvirtuá-las, fantasiá-las, espetaculizá-las, mercantilizá-las.

Dos discursos midiáticos produzidos acerca dos eventos, cujas narrativas faço agora, é que se origina o material que constituiu o *corpus* deste empreendimento acadêmico.

Os fatos que narro têm em comum a tragédia humana. São dramas cuja família e os amigos tanto das vítimas quanto dos protagonistas não verão jamais

apagados de suas memórias, eis por que me polício no trato com essas lembranças, com esses fantasmas que certamente povoam não só os pesadelos, mas também os sonhos, quer os vividos durante o sono, quer os experimentados em vigília.

Como todas as histórias, essas têm seu cenário: Santo André, cidade do ABC paulista, e São Paulo capital.

São Paulo – embora não durma! – certamente acorda todas as manhãs com a mesma expectativa de todos os dias: poluição; engarrafamentos quilométricos; motobóis arrancando retrovisores de automóveis; xingamentos e agressões no trânsito; acidentes automobilísticos de menor ou maior gravidade, com ou sem vítimas fatais; ônibus, vans e metrô superlotados; filas de pessoas procurando em alguma porta de fábrica a primeira ou uma nova chance de participar da roda da economia, de entrar para o mercado formal de trabalho; camelôs fugindo dos “rapas”; mais histórias de balas perdidas encontrando certamente suas vítimas inocentes; hospitais e escolas sem funcionar ou funcionando em precárias condições; notícias de “saidinhas” bancárias, pequenos furtos contra transeuntes nas movimentadas ruas e praças; denúncias de velhas e novas trapaças políticas; pessoas comuns vivendo dramas pessoais, perdas, tragédias, alegrias, conquistas cruzam, alheias ou atentas, com sem-teto, sem-terra, sem-trabalho, crianças, jovens, adultos, idosos que habitam as ruas das metrópoles quer na condição de mendigos, moradores, quer na de transgressores, de autores de delitos penais. Mas São Paulo também tem a antítese dessa realidade, tão bem poetizada por Augusto dos Anjos (2001, p. 141) nesses outros versos de “Contrastes”:

Por justaposição destes contrastes,
Junta-se um hemisfério a outro hemisfério,

Às alegrias juntam-se as tristezas,
E o carpinteiro que fabrica as mesas
Faz também os caixões do cemitério!...

São Paulo comporta, pois, outro universo: das mansões, dos condomínios luxuosos, dos grandes e encantadores espaços de consumo – “santuários” da felicidade –, das pessoas que neles adentram como convivas com todas as honrarias que, na “pólis”, na “praça mercantil”, se costuma prestar a quem tenha – ou consiga demonstrar possuir –, no bolso ou na conta bancária, o ilusório passaporte, o enganoso meio para aquisição da felicidade. Esse lado de cá do

mundo, quando não possível de apresentar-se, sob forma real, diante dos olhos dos que estão do lado de lá, pode ser espreitado em programas de TV e em revistas semanais que, como retalhos, criam um painel de curiosidade e de atrativo nas bancas que as comercializam. Nesses semanários, que circulam preferencialmente em salas de espera de consultórios médicos e odontológicos, em clínicas de estética e salões de beleza, não se veem tragédias, ao contrário, neles é apresentado o mundo *technicolor* de alguns seletos; o frescor de suas caras e a alvura de seus sorrisos emoldurados por cabelos que esvoaçam ou, quando não, que desenhavam, como em quadros, um traço singular de sua raça; um viço e bronzeado saudável de seus esculturais corpos; o luxo de seus iates e de suas suítes, os amplos *closets* com as peças assinadas e de elevadíssimas cifras, as joias exclusivas e as raríssimas obras de arte que dizem apreciar.

A Santo André integra a chamada região do ABC, que inclui São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul. Faz parte da área metropolitana da capital paulista. É um dos importantes polos fabris brasileiros. É também lugar de antítese.

É desses exatos cenários que emergem as narrativas que faço. Foi neles que se encenaram os dois grandes e dramáticos espetáculos de que apresento agora as análises.

7.2.1 Cenas de um drama entre quatro paredes e a renúncia de uma tragédia

Eu tenho medo. Não sei o que pode acontecer. Só tenho medo, só, só medo.

Eloá Cristina Pimentel

Era outubro de 2008. Para usar de precisão, exatamente uma segunda-feira 13. O São Paulo – que não dorme – há muito despertara, afinal já eram 13h30.

Se a capital paulista assistia a intrigas, insinuações, difamações que, a título de campanha eleitoral, no segundo turno, os candidatos pleiteantes ao cargo de Executivo municipal urdiam, a Santo André colocava em questão a hegemonia que, por três mandatos, o Partido dos Trabalhadores (PT), na figura de seu prefeito Vanderli Siraque, sustentava. Lá, também, avizinhava-se o segundo turno das eleições municipais que escolheria aquele que, nos próximos quatro anos, estaria à frente da prefeitura.

E, na periferia de Santo André, em um apartamento de seis cômodos, localizado no terceiro andar do bloco 24 de um populoso conjunto habitacional – CDHU – daquela cidade do ABC paulista, quatro adolescentes, todos com 15 anos de idade – Vitor, Iago, Nayara e Eloá –, colegas de sala de aula, encontravam-se reunidos para realizar uma tarefa escolar. Nesse apartamento, Eloá morava com seus pais e irmão.

Os personagens principais dessa história: Nayara, a “Barbie”, namorada de Iago, confidente e melhor amiga de Eloá. Eloá fora, durante três anos, namorada de Lindemberg. De Eloá, a grande paixão de Lindemberg, dizia-se ser uma das meninas mais bonitas de sua escola. Nas fotos, estava sempre sorridente, fazendo pose, o que permite inferir que se sentia bem com sua imagem. De fato, era uma adolescente bonita como o é sua amiga Nayara. Lindemberg, ex-namorado de Eloá, de 22 anos de idade, torcedor do São Paulo. Suas predileções: além de sua moto, o futebol. Jogador em um desses times de finais de semana que apresentam suas *performances* em campinhos de várzea. Trabalhador da Bombril, “um cara legal” como declararam alguns amigos; “ciumento, mas legal”, disseram outros.

Deprimido, após mais um rompimento do namoro com Eloá, como declararam amigos e familiares, Lindemberg toma a decisão tresloucada de ir, armado de revólver, buscar entendimento com a ex-namorada.

Como, em casa, Eloá não se encontrava sozinha, fez, além da ex-namorada, os outros três adolescentes reféns. Somente após algumas horas – aproximadamente sete horas depois de entrar no apartamento e proibir a saída dos que lá estavam –, um familiar de um dos adolescentes, estranhando que ele ainda não houvesse retornado, decidiu dirigir-se até o apartamento de Eloá, conseguindo, assim, a informação de que, em seu interior, Lindemberg, armado de revólver, mantinha todos em cárcere privado. O pai de Eloá, ao retornar a sua casa, tenta demover Lindemberg dessa sandice. Mas o jovem mantinha-se irredutível em seu intento. A polícia é, então, acionada.

Por volta das 21h, Lindemberg começava a liberar reféns, um após outro. Naquela noite, para Iago e Vitor encerrava-se o cárcere privado. Todo um aparato estatal já se encontrava postado no entorno do prédio em que Lindemberg e os reféns estavam: policiais militares, policiais do Grupo de Ações Táticas Especializadas (Gate) com seus negociadores, Corpo de Bombeiros, viaturas, ambulância.

A partir dali seriam abertas as cortinas do palco de uma tragédia que, a todo instante, se precipitava.

7.2.1.1 Sob *flashes* o desfecho de um romance viu-se transformado em caso de polícia: o primeiro ato

Captar uma morte no momento em que ocorre e embalsamá-la para sempre é algo que só as câmeras podem fazer.

Susan Sontag

Acionada a polícia, mobilizada a mídia. Se das primeiras sete ou oito horas a mídia fez-se ausente daquele palco, a partir de então dele não arredaria até que o desfecho trágico – velada ou declaradamente anunciado – daquele drama, daquela tentativa desmedida de um jovem abandonado recobrar o objeto de sua paixão viesse a ser consumado ao vivo, como acontece nos folhetins que buscam, por essa via e forma, reconquistar índices, há muito perdidos, de audiência. Era iminente a transformação da ficção em realidade. Uma aposta, uma espécie mesmo de campanha pró-tragédia, flagrante tanto nos discursos da mídia quanto no de especialistas em segurança, comportamento humano, distúrbios mentais, entre outros, grassava:

É uma situação que já dura vinte horas e, a cada hora que passa, a *tensão aumenta*³¹ (repórter do Programa 1 da Emissora 1, 14 de outubro de 2008).³²

Nesse momento, [a repórter fala o nome do apresentador], *o momento é de tensão*. Os jornalistas estão todos escondidos. Os policiais isolaram a área, evacuaram todo o local, os moradores foram retirados deste ponto onde nós estamos, porque *há risco inclusive para os profissionais*, tanto para os policiais que tentam fazer essa negociação quanto para os profissionais de imprensa (Rep do P-2 da E-1, 14 de outubro de 2008).

A repórter está falando ao vivo, a imagem está congelada, a câmera está num tripé porque *a situação é tensa. Tudo pode acontecer* (Apr do P-2 da E-1, 14 de outubro de 2008).

³¹ São meus os grifos que aparecerem nas falas transcritas nesta seção da tese.

³² Doravante, utilizarei as seguintes reduções para informar a origem dos discursos: Repórter (Rep), Apresentador (Apr), Emissora (E) – cada uma receberá um número –, Programa (P) – renumerado (a partir do 1) de acordo com a emissora que o veicula.

A *tensão*, o *nervosismo aumenta* a cada hora (Rep do P-2 da E-1, 14 de outubro de 2008).

Mais que fique um recado a toda marginália: não é simplesmente achar que vai ficar num processo de gerenciamento com a polícia *ad eternum* e que poderá não ter consequência. *Marginais* que possam ter condutas agressivas de ferir reféns, de tentar balear pessoas, *como esse indivíduo* [referia-a a Lindemberg que havia feito disparos de arma de fogo da janela do apartamento] já tentou, *podem, a qualquer instante, também sofrer uma represália mais forte do aparato de segurança pública: uma invasão tática ou um tiro de comprometimento* (major da Polícia Militar do Estado de São em entrevista para o P-1 da E-2, 14 de outubro de 2008).

– E agora ficar nessa expectativa? Você conhece [verbo no presente] as meninas? – Conhecia [verbo no passado] o rapaz?

E agora ficar nessa expectativa, *tua amiga* lá dentro, *podendo ser morta?* (indagações de um Rep do P-2 da E-2 a umas jovens moradoras do condomínio que conheciam as adolescentes e o jovem, 14 de outubro de 2008).

As negociações nesse momento são difíceis. (Rep do P-1 da E-3, 14 de outubro de 2008).

De repente, uma palavra mal colocada pode *provocar uma tragédia*. O sujeito pode *matar a moça* ou ele pode *se matar*. Pode *provocar uma tragédia* ³³ (Apr do P-1 da E-4, 15 de outubro de 2008).

De volta à história...

Naquele 13 de outubro, por aproximadamente sete horas, um drama foi solitariamente vivido por quatro adolescentes e um jovem no pequeno apartamento do Conjunto Habitacional Santo André. A partir daí, a uma verdadeira devassa era dado início. Nenhum lance possível de registro escapou aos repórteres que lá fizeram campana até o início da noite de 17 de outubro. No entorno do condomínio era instalada uma verdadeira praça de guerra. Em tempo real muito se viu e mais ainda se ouviu.

A terça-feira 14 inaugura-se fazendo da história vivida por Eloá, Nayara e Lindemberg a mais contada nas programações de distintas emissoras de comunicação. Fotos, depoimentos de amigos, mensagens trocadas nos bate-papos

³³ O apresentador dizia-se indignado com o fato de uma emissora de TV haver mantido contato telefônico com Lindemberg e levado ao ar tal entrevista.

na internet, os gostos, os sonhos, os amigos, tudo era mostrado, durante todo o dia, repetidamente.

No propósito de fazer Lindemberg liberar as reféns e entregar-se, a polícia estabelecia comunicação contínua com ele, que, deliberadamente, às vezes suspendia esse contato não atendendo aos telefonemas dos negociadores. A polícia demonstrava até ali o firme propósito de negociar.

A mídia, do lado de fora, não se furtava de repassar toda e qualquer informação obtida, inclusive levando a Lindemberg informações, declarações, depoimentos, avaliações que não se desconhece podem representar, já em situações menos estressantes, de menor gravidade, um verdadeiro estopim. Uma vez que não havia sido suspenso o fornecimento³⁴ de energia elétrica, todos no interior do apartamento podiam ter noção de como, do lado de fora, as coisas iam se desenrolando.

Ademais, Lindemberg sabia exatamente como sua imagem estava sendo apresentada por seus amigos e por sua família: um bom filho, trabalhador, sem envolvimento com atos delituosos, não usuário de drogas. Mas ultimamente dava sinais de que estava deprimido em face do rompimento do namoro com Eloá, fato que o havia levado a fazer “besteira e estragar sua vida”, como disse a irmã. Para amigos a surpresa, a falta de entendimento do gesto de Lindemberg: “não esperava isso, ele é um cara calmo”, disse um companheiro de time; dele outros disseram tratar-se de uma pessoa calma, sociável, trabalhadora, companheira, além de apaixonado por Eloá, apaixonado por sua moto, futebol e seu time. Os conhecidos e amigos que repórteres entrevistavam eram unânimes em descrever assim o perfil do rapaz, mas, embora não se tendo ouvido depoimento contrário em entrevistas veiculadas, houve uma repórter que foi enfática ao dizer:

É bom reforçar a identidade desse homem: é Lindemberg. E segundo informações, é *muito ciumento*, teria *muitos ciúmes* desta menina de 15 anos. E já teria demonstrado um *comportamento agressivo* nas últimas semanas. [...]. Tem, segundo alguns amigos, *personalidade violenta*. É uma pessoa *muito ciumenta* (Rep do P-1 da E-1, 14 de outubro de 2008).

³⁴ Somente por algumas horas, a polícia deixou o apartamento sem energia elétrica, restabelecendo seu fornecimento em troca da libertação de uma refém, sendo, então, Nayara libertada na tarde de 14 de outubro.

O senhor [um militar entrevistado pela repórter] falava do perfil do sequestrador: um *perfil violento*, já que ele *fez* pelo menos *três disparos*, dois *contra a Polícia Militar* e um *contra os jornalistas* [...] (Rep do P-1 da E-2, 14 de outubro de 2008).

A repórter ainda colocou a família de Lindemberg em uma situação delicada, que poderia até ter repercutido negativamente, se acaso a polícia tivesse necessitado a ela recorrer como agente intermediário nas negociações para rendição do jovem e libertação das reféns, ao afirmar:

Segundo a família desse sequestrador, ele entrou em depressão depois que ele rompeu esse namoro com a garota. E, depois disso, *passou a ameaçá-la de morte*, caso ela não reatasse o namoro (Rep do P-1 da E-2, 14 de outubro de 2008).

A intransigência do jovem era denunciada e reafirmada intensivamente sob diversas expressões nos discursos dos repórteres. Essa espécie de discurso, não se desconhece, leva a sociedade à adesão ao sentimento de hostilidade, intolerância não ao ato tão-somente, mas principalmente a seu autor.

[...] *mais de dezoito horas de cárcere* (Rep do P-1 da E-1, 14 de outubro de 2010).

Essa *situação* já *dura mais de dezenove horas* e, a cada hora, a tensão aumenta porque os *policiais não conseguem fazer contato* com esse homem (Rep do P-1 da E-1, 14 de outubro de 2010).

Segundo a polícia, ele *não parece disposto a negociar* (Rep do P-2 da E-1, 14 de outubro de 2010).

[...] essa *situação* já *se arrasta por quase vinte horas* e, a cada hora, a tensão aumenta (Rep do P-1 da E-1, 14 de outubro de 2010).

Já são vinte e duas horas de nervosismo (Rep do P-2 da E-1, 14 de outubro de 2010).

Já tem vinte e cinco horas do cárcere [...] (Rep do P-2 da E-2, 14 de outubro de 2010).

Adolescentes reféns há *quase 30 horas* (chamada do P-1 da E-2, 14 de outubro de 2010).

Sequestro já *dura mais de 65 horas* (chamada do P-4 da E-2, 16 de outubro de 2010).

Deus me livre e guarde também desse sequestro que está acontecendo há sessenta e seis horas. É a terceira manhã que eu chego aqui e tenho acompanhado durante o dia pela internet ou no computador, no noticiário da Rede Globo. É um absurdo. A adolescente Eloá Cristina Pereira é mantida refém [...] (Apr do P-3 da E-3, 16 de outubro de 2010).

O clima aqui é de muita *apreensão* e de muita *expectativa* pra saber se esse é o fim desse caso que *já dura quase três dias*, em que o ex-namorado, Lindemberg, de 22 anos, faz a ex-namorada, Eloá, refém ³⁵ (Rep do P-3 da E-3, 16 de outubro de 2010).

SP: *cresce a expectativa* de fim do sequestro (chamada do P-1 da E-2, 17 de outubro de 2010).

Já dura mais de noventa horas o sequestro da jovem Eloá em Santo André, na grande São Paulo (Apr do P-1 da E-1, 17 de outubro de 2010).

SP: *98 horas* de sequestro no ABC paulista (chamada do P-1 da E-2, 17 de outubro de 2010).

SP: *99 horas* de sequestro no ABC paulista (chamada do P-1 da E-2, 17 de outubro de 2010).

A possibilidade e a obrigação da polícia encerrar esse caso com muito mais brevidade não “tá” acontecendo, já passou dos limites. [...] Levar cem horas e ter sucesso salvando a vida do criminoso? O que sobrou da vida da menina nisso, depois de cem horas passando por esse drama? (pai de uma adolescente violentada e morta, em 2003, ao ser entrevistado pelo Apr do P-1 da E-2, 17 de outubro de 2010).

A reafirmação desse prolongamento, desse impasse, dessa incerteza quanto ao momento e à forma de colocação de fim ao cárcere das duas adolescentes e da devida rendição do jovem, sem dúvida alguma, promoveu em quem se encontrava fora da situação – e por que não dizer em quem também se achava nela envolvido – um sentimento de que algo – fosse o que fosse – era melhor do que a angústia de viver o infundável. É como se o clímax do estresse evocasse a desistência da luta.

³⁵ A repórter encontrava-se em um apartamento do CDHU que permitia visualizar o apartamento no qual as reféns eram mantidas. De onde se posicionava, a repórter percebeu uma moça loura subindo as escadas. Tanto a repórter como a apresentadora presumiram ser alguém que negociaria o fim do cárcere privado. Na realidade, era Nayara, que fora ao apartamento, segundo disse a polícia, com o propósito de conversar com Lindemberg para acertar as condições da rendição dele e a libertação de Eloá, a pedido do próprio jovem. No entanto, Nayara acabou entrando – ou sendo forçada a entrar – no apartamento, lá permanecendo até o desfecho do caso, em 17 de outubro.

Uma sensação de que não tem um depois, logo, o agora se faz a sangue e fogo. É como o ato suicida de quem se priva da vida por temor à morte, como algumas vezes acontece com pessoas que se descobrem portadoras de uma doença incurável.

Durante todos os dias em que o jovem manteve como reféns duas adolescentes – já que os rapazes foram libertados antes de instalado o palco para o grande espetáculo midiático –, foi ouvida a contagem do tempo. Era a imagem da anunciação de um fim que se podia presumir sombrio. Mas, se a alguém agrada crer que segmentos da mídia nisso não apostassem, a despeito do conteúdo emitido naquelas mensagens, que entenda possível pensá-lo alvissareiro.

O tempo era dito como uma sentença. Numa metáfora, era como o esvaír lento da vida dos que se encontram aguardando o minuto em que serão levados para a execução da pena capital. Do conteúdo da mensagem à entonação de voz do repórter ou do apresentador, tudo concorria para estafar o ânimo da espera de uma solução que tardava. Mas a angústia, longe de afastar, imantava as pessoas, fazendo-as girar em torno de uma órbita traçada pela mídia: a da audiência, a do lucro. Não à toa que uma apresentadora, no fervor de sua falação sobre o sofrimento dos envolvidos nesse drama, da necessidade de Lindemberg tomar consciência de que o ato por ele praticado estava repercutindo negativamente na vida de inúmeras pessoas, não se priva da justificativa de interrupção do que noticiava para chamar os comerciais, dizendo: “Vou só pagar as nossas contas comerciais que são quem coloca a gente no ar, a bela propaganda brasileira” (Apr do P-3 da E-3, 16 de outubro de 2008). É obvio que na programação prevê-se a pausa para veiculação dos produtos dos patrocinadores, mas fazer alusão a isso configura um grotesco desrespeito. Mas, se bem lembrarmos, ela dera sinais de que a mesma notícia vinha-a cansando: “É a terceira manhã que eu chego aqui [...]” e escuto e repito a mesma notícia, essa era a mensagem completa que ela pretendia levar a Lindemberg.

A notícia já se mostrava enfadonha, não tinha embalagem que a fizesse mais atraente; era como um produto popular que não compensava investir em *marketing*. Esse desejo, melhor, essa necessidade que se impõe à mercadoria para que seja sempre nova, inédita, desconhecida, misteriosa, atraente, Marcondes Filho (1989, p. 25-26) assim traduz:

A mercadoria *notícia* é uma das mais rapidamente perecíveis. Aceleradamente cai seu valor de uso. Para o editor do jornal (assim como para o dono da loja de roupas, o feirante etc.) sua mercadoria tem importância somente enquanto meio para obter dinheiro. O jornal para ele não serve para se ilustrar, mas para aumento de seu capital. A sua perspectiva, portanto, é completamente diferente. No mesmo objeto ele vê um interesse distinto em todos os sentidos daquele do comprador. Para o editor, o valor da mercadoria se realiza na troca; é esta que garante a sobrevivência de sua empresa.

Fica explicada a aflição da apresentadora: não se vislumbrava qualquer furo de reportagem – Lindemberg não acenava na direção de um fato novo, bombástico, daí ser necessário instigá-lo a produzir novas cenas –, nada poderia distinguir o seu programa dos demais que também tinham na pauta o mesmo assunto, sendo assim, o telespectador podia a qualquer instante migrar para outra emissora sem nada perder, pois ali não havia algo que singularizasse aquela programação. A fidelização do telespectador exigiria, agora, outras estratégias.

Para se garantir audiência do telespectador tornava-se indispensável o uso de artifícios: a promessa de notícia sempre novinha diretamente do local, sinopses e atualização dos acontecimentos como condição para deixar informados os que não dispusessem de tempo para permanecer imantados na tela, explanação didática: “Entenda o sequestro no ABC” (chamada do P-4 da E-2, 16 de outubro de 2008). Durante esse período, por diversas vezes um comentarista de segurança de uma emissora de TV repetiu a frase: “Vou explicar para o público entender”. Assim, a mesma notícia – ou notícia alguma – era dada como uma nova informação para o telespectador.

O tempo de duração do cárcere privado de duas adolescentes como um elemento reiterado nos discursos da mídia, somado ao assinalamento de problemas que dessa elasticidade decorriam, ia fabricando um estado de hostilidade, uma ânsia de soluções prontas e imediatas, incompatíveis com a dinâmica desse problema específico. Apontavam-se dificuldades impingidas a pessoas que não tinham ligação direta nem com as vítimas nem com o autor do crime:

Ninguém pode entrar nos apartamentos do mesmo andar, ninguém pode sair dos apartamentos. Isso para integridade física de cada um deles (Rep do P-1 da E-2, 14 de outubro de 2010).

O sequestro *movimentou* [...] também a *vida do condomínio inteiro*, desse ato maluco (Apr do P-3 da E-3, 16 de outubro de 2010).

Mexeu muito com o cotidiano dos moradores, já que tanto Lindemberg quanto Eloá são conhecidos da população aqui (Rep do P-3 da E-3, 16 de outubro de 2010).

[...] eles esperam *terminar* com esse *martírio hoje* ainda? (Apr do P-3 da E-3, 16 de outubro de 2010).

Moradores assustados com o sequestro (chamada do P-2 da E-2, 14 de outubro de 2010).

É uma *área* eminentemente *residencial*; são condomínios habitacionais; são *centenas de famílias* que vivem aí e que foram surpreendidas desde as últimas horas do dia de ontem com esta *cena difícil* de compreender (Rep do P-1 da E-2, 14 de outubro de 2010).

Poderia ter *acertado alguém* aqui, né? [repórter dirigindo-se a algumas pessoas moradoras do condomínio ou vizinhas que se aglomeravam na área próxima ao prédio onde se encontravam as reféns, ao lhe ser mostrada a marca de um projétil que seria da arma usada por Lindemberg] (Rep do P-2 da E-2, 14 de outubro de 2010).

De populares a repórteres, apresentadores, especialistas e pessoas marcadas por dramas pessoais ouviam-se – não esquecer que Lindemberg também ouvia – das mais sensatas³⁶ às mais desastrosas e danosas estratégias para pôr fim

³⁶ “O que é importante passar para esse rapaz é que ele não vai receber uma condenação existencial, uma condenação humana; ele pode precisar resolver questões jurídicas criadas. [...]. Se ele sair de uma maneira honrosa, ele já está afirmando a condição dele de homem, de pessoa valente. Ele não vai estar sendo humilhado. Agora, é preciso muita cautela exatamente nesse sentido de que ele compreenda, que faça compreender para ele, de que admita que o heroísmo nesse caso não é cometer o gesto perigoso, tresloucado. [...]. Então, uma grande saída, nesse sentido, é a compreensão, quer dizer, ele entender que não vai ser recebido como bandido, se ele, por acaso, entregar pra vida essas moças e ele se entregar pra vida” (parte da entrevista que o psicanalista e advogado criminalista Jacob Goldeberg deu para o Apr do P-1 da E-2, 14 de outubro de 2008).

O psicólogo, Alexandre Ribeiro, ressaltou a necessidade de não se ter um olhar exclusivamente criminalizante: “existe uma força muito clara no Lindemberg pra resolver isso, pra acabar, pra pôr um ponto final nessa situação, mas existe uma outra força mais magoada, mais impulsiva, emocional que o está confundindo. Então, nós precisamos de lidar com essas duas forças que estão existindo nesse momento. [...]. Ele está num conflito e pra mediar essa solução é preciso que haja o discernimento, calma, pra que a gente chegue na solução satisfatória” (trecho da entrevista dada para o Apr do P-1 da E-2, 17 de outubro de 2008).

Também merece destaque a opinião ponderada do jurista Tales – identificação incompleta, visto que o programa já transcorria quando foi iniciada a gravação: “É preciso também que, se estiver [Lindemberg] nos ouvindo, saiba que [...], apesar do fato ser desesperador, a situação dele não é desesperadora. Apesar da pena ser uma pena grave, de dois a oito anos, ele não vai ser condenado a oito anos. E se ele for condenado a uma pena inferior a quatro anos, ele vai ter a possibilidade de cumprir essa pena em liberdade” (trechos da entrevista dada ao Apr do P-1 da E-2, 15 de outubro de 2008).

a essa angústia socializada, na qual a mídia derramara fermento em abundância e dela ocupava-se com gozo, mas não se esquecendo de declarar que estava trabalhando para que a melhor solução fosse encontrada:

Você viu³⁷ como é a cadeia, Lindemberg? Quanto menos tempo você ficar aí, quanto mais rápido você resolver esse assunto aí sem nenhum movimento maior, né, menor vai ser sua pena, menor vai ser sua punição, né. Um caso como esse não pode acabar bem, e olha o que que é cadeia! (Apr do P-3 da E-3, 16 de outubro de 2010).

Esse marginal já tinha que sair daí é algemado e preso pela pedofilia [crime que, com certeza, o jovem não presumia haver cometido] também pelo comportamento que aí já é de um transtornado psicológico, no aspecto sexual também. [...]. Não há precipitação para um desfecho, assim como não há essa possibilidade de termos um desfecho que não seja a colocação das vítimas em liberdade e do encarceramento do marginal. Nós vamos ao limite disso. Inclusive, se necessário for, em não havendo uma condição negociada, até com alternativa tática mais contundente que seria a invasão tática. [...]. Repito: ninguém quer um desfecho mais agudo. [...] esse indivíduo [e outras pessoas que façam reféns, usem de violência] [...] podem, a qualquer instante, também sofrer uma represália mais forte do aparato de segurança pública: uma invasão tática ou um tiro de comprometimento (major da Polícia Militar do Estado de São Paulo em entrevista para o P-1 da E-2, 14 de outubro de 2008).

Estava vendo, antes de entrar no estúdio, uma cena onde aparece essa menina sequestrada com o ex-namorado na janela. Ele completamente exposto. Podia ter sido acertado por um tiro naquele momento. E a polícia diz que é treinada [...]. A polícia tem que ter uma atuação mais forte [...]. A questão do sucesso eu discuto um pouco assim [...]. O sucesso é manter o criminoso vivo? Eu discuto essa questão do sucesso. [...] pelo que eu vi, havia como abater o criminoso, então, não vejo motivo de procurar se preservar a vida dele nessa situação³⁸ (pai de uma adolescente violentada e morta, em 2003, ao ser entrevistado pelo Apr do P-1 da E-2, 17 de outubro de 2010).

Acho que vai [se entregar à polícia] ou vai se matar, né. Pra tá fazendo toda essa cena, né? (resposta de uma jovem à pergunta do Rep do P-2 da E-2: Você acredita que ele vá se entregar?, 14 de outubro de 2010).

³⁷ Antes de ser iniciada a reportagem do caso de cárcere privado, tinha acabado de ser apresentada uma matéria sobre a superlotação de cadeia no Espírito Santo.

³⁸ Esse programa ao vivo ainda estava no ar quando o apartamento foi invadido pela polícia – presumo que em torno de uma hora e alguns minutos após essas declarações do entrevistado – e dado fim ao cárcere privado resultou na morte de Eloá e nas lesões à bala sofridas por Nayara, além das agressões desferidas por policiais contra Lindemberg durante sua prisão.

Nós precisamos que essa situação se resolva. A polícia pode até invadir o apartamento, mas prefere negociar e vencer pelo cansaço (Apr do P-2 da E-1, 14 de outubro de 2010).

Ao mesmo tempo que se realizava esse bombardeamento de notícias requentadas, de mesmas informações com o propósito que destacamos, fazia-se uma insinuação sutil – às vezes nem tanto: “Tensão: sequestro pode chegar ao fim a qualquer momento” (chamada do P-1 da E-4, 15 de outubro de 2010) – de que se poderia para logo obter informações novas com um desfecho preocupante para qualquer um dos lados – vítima e algoz – ou para ambos. Isso, inequivocamente, fazia aumentada a angústia dos expectadores – incluindo-se aí os familiares das adolescentes e do jovem –, que eram seduzidos a permanecer aprisionados pela promessa de que uma nova informação estava por vir e, em tempo real, seria divulgada, bastava que o telespectador permanecesse ligado naquela emissora de televisão.

Vamos *voltar* daqui a pouco com essa *notícia ao vivo* [...] (Apr do P-2 da E-1, 14 de outubro de 2010).

Daqui a pouco nós *teremos imagens*. Novamente vamos *voltar ao vivo* lá de Santo André. Nós estamos lá ao vivo (Apr do P-2 da E-1, 14 de outubro de 2010).

Você que ligou a TV agora aqui na E-2. A E-2 faz uma *cobertura completa* sobre um homem que faz duas reféns em Santo André por *mais de vinte e quatro horas* (Rep do P-1 da E-2, 14 de outubro de 2010).

A *gente está acompanhando* este caso *direto* e *voltamos* a qualquer momento, assim que houver *uma novidade* (Apr do P-1 da E-1, 14 de outubro de 2010).

Vamos voltar com *mais informações ao vivo* lá em Santo André, onde a repórter [...] acompanha um caso em que um jovem de 22 anos mantém refém duas garotas de 15 anos (Apr do P-1 da E-1, 14 de outubro de 2010).

Daqui a pouco você terá *mais informações* sobre este caso de Santo André (Apr do P-1 da E-1, 14 de outubro de 2010).

E vamos com *as últimas informações ao vivo* de Santo André [...] (Apr do P-1 da E-1, 14 de outubro de 2010).

A *cobertura completa* deste caso você *vai ver* à noite no *Jornal da E-1* e ao longo da *programação da E-2* [...] (Apr do P-1 da E-1, 14 de outubro de 2010).

[...] nós teremos *mais informações ao vivo* logo depois do intervalo aqui do P-2. *Já voltamos* (Apr do P-2 da E-1, 14 de outubro de 2010).

A repórter [...] *está lá ao vivo* tentando *novas informações* (Apr do P-2 da E-1, 14 de outubro de 2010).

Estamos *tentando novas informações* (Rep do P-2 da E-1, 14 de outubro de 2010).

E nós *vamos acompanhar* esse caso *até o final* (Apr do P-2 da E-1, 14 de outubro de 2010).

Ainda nesta edição, *detalhes da negociação* entre sequestrador e polícia (Apr do P-3 da E-2, 15 de outubro de 2010).

Vamos acompanhar *as últimas informações* [...] (Apr do P-1 da E-1, 17 de outubro de 2010).

A seguir, *mais informações* sobre o *drama* na grande São Paulo (Apr do P-1 da E-1, 17 de outubro de 2010).

Mas não só do lado de fora as notícias veiculadas tinham efeito devastador, no interior do apartamento elas, sem sombra de dúvida, também agitavam os ânimos, elevavam o nível de tensão entre os três que lá permaneciam isolados, acuados e sob intensa vigilância e, ainda por cima, bombardeados por informações desencontradas, por insinuações de que se podia a qualquer tempo romper de fora para dentro com aquele estado de coisa.

Noticiava-se que a polícia mantinha-se firme no propósito de negociar a rendição de Lindemberg e a libertação das duas garotas e que, portanto, ficava descartada a invasão do apartamento. Entretanto, paralelamente, ouviam-se nos mais variados programas, além das cobranças e incitações para que a polícia desse termo àquela situação de cárcere privado, comentários de que parecia estar sendo montada uma estratégia de resgate por parte da polícia. Dava-se conta de que havia sido instalada pela polícia uma espécie de base em uma escola situada nas proximidades do apartamento; informava-se qual o contingente de policiais destacados para aquela ocorrência, a permanência de ambulância e viaturas policiais no interior do condomínio, do Corpo de Bombeiros. O cenário era de uma verdadeira praça de guerra.

[...] nós temos similares dos apartamentos as montes aí aonde a *equipe* de operação de planejamento da polícia *pode* também *ensaiar exaustivamente*, se caso for necessário *uma invasão*

tática seguida de um tiro de comprometimento ou tiro de comprometimento seguido de invasão tática (major da Polícia Militar do Estado de São em entrevista para o P-1 da E-2, 14 de outubro de 2008).

A polícia cercou este prédio e nós estamos aqui acompanhando as imagens, tentando novas informações (Rep do P-2 da E-1, 14 de outubro de 2008).

É óbvio que a gente espera que a polícia consiga, com o trabalho dos negociadores, resolver isso na paz, sem que ninguém saia ferido, nem mesmo o jovem, o rapaz, de 22 anos, que está com as meninas lá dentro no apartamento. Mas eu imagino também que a polícia que cerca o prédio deva estar com atiradores de elite. Pensaram numa possibilidade de invadir o apartamento? (Apr do P-2 da E-1 quando estabelecia contato com uma repórter que estava em Santo André, 14 de outubro de 2008).

Em algumas ocasiões, os repórteres chegavam mesmo a descrever as condições do tempo, o movimento na rua, o lado de fora do apartamento: a neblina que reduzia a visibilidade, a noite que já estava se fazendo, as pessoas angustiadas, polícia e bombeiros a postos, curiosos. Passo a passo, segundo a segundo, desenhava-se o cenário para o desfecho.

A noite começa a cair na grande São Paulo. [...]. Eu vi inclusive, no detalhe, alguns flashes de máquina fotográfica de um dos alguns moradores de um dos andares do prédio; são moradores possivelmente fazendo fotos e também jornalistas tentando flagrar o melhor momento, o melhor ângulo pra contar essa história, que se espera termine nas próximas horas, nos próximos minutos [não expressa o modo como gostaria que fosse esse final]. O fato é nem você nem eu sabemos o que acontece dentro daquele apartamento agora (Rep do P-1 da E-2, 14 de outubro de 2008).

Nem todos conseguiriam o melhor ângulo para narrar com detalhes todo o enredo do que teria sido de Eloá e Lindemberg, que virou depois a história de Nayara e também de Iago e Vitor, assistida em tempo real por milhões de desconhecidos.

Recordo que estava, desde as 17h, realizando, para fins deste estudo, gravação do P-1 da E-2. Durante o programa estava sendo entrevistado, além do pai da adolescente violentada e morta juntamente com o namorado, em 2003, um psicólogo. A chamada “SP: 99 horas do sequestro no ABC paulista”, que permanecia na tela atualizando os telespectadores quanto ao tempo de angústia e

espera vivido, é substituída pela chamada “Cresce a expectativa do fim do sequestro”. Em seguida vem a que anuncia a chegada do fim do sequestro. E o apresentador, no aguardo da confirmação, vendo imagens de um policial entrando com pouca destreza pela janela do apartamento por meio de uma escada posta naquele local, começa a narrar o que seria o possível encerramento de um sequestro como se fora um final de campeonato envolvendo dois grandes adversários. Chega até dizer ter visto as duas garotas descendo a escada, inclusive identificando Eloá pelos cabelos pretos e longos.

Parece que chega ao final o mais longo sequestro que já ocorreu no Brasil. Mais de cem horas. Teve início na segunda-feira. [...]. A tática da sensatez, do aguardar foi a melhor solução, foi a maior e melhor arma utilizada pela polícia para a solução desse sequestro [...]. (Apr do P-1 da E-2, 17 de outubro de 2008).

Percebe, após algum tempo, que Eloá está sendo carregada em uma maca até a ambulância. Conclui diante disso que

Eloá tá cansada [a adolescente estava na maca em razão de ter sido atingida por dois tiros: um na cabeça e outro na virilha], exaurida. Vai ser levada para um hospital. Ter primeiro atendimento, aí sim, depois prestar depoimento na polícia (Apr do P-1 da E-2, 17 de outubro de 2008).

Tanto o apresentador quanto um dos entrevistados tecem elogios à prudência, ao senso de oportunidade de que a polícia se acercou na decisão de invadir o apartamento. Daí se vê o quão pode ser arriscado tomar como procedentes determinadas informações colhidas no calor da emoção, apressadamente, no afã de guardar o primeiro lugar de chegada, enfim, de forma incuriosa.

Na edição posterior do mesmo noticioso, outro apresentador faz a seguinte chamada:

Você que liga agora a E-2 saiba que chegou ao fim o mais longo sequestro já registrado por uma emissora de televisão. Começou na segunda-feira, acabou na noite de hoje, no início da noite desta sexta-feira. Quase cinco dias de seqüestro. Cem horas que a jovem Eloá ficou presa. Infelizmente ela saiu ferida (Apr do P-1 da E-2, 17 de outubro de 2002).

O cárcere privado, o sequestro vinha sendo anunciado como “o mais longo da história policial de São Paulo”, “o mais longo que já ocorreu no Brasil”, ou no dizer de Campos (2008, p. 9), “o mais longo crime de cárcere privado da história do Brasil”. Agora, o Apr da E-2 dizia tratar-se do “mais longo sequestro já registrado por uma emissora de televisão” (Apr do P-1 da E-2, 17 de outubro de 2008) – evidente que a emissora que assegurou esse título para o episódio, em consequência, açambarcaria o título de emissora que realiza a maior cobertura. O fato é que tinha de reservar o lugar de “mais”.

Assim termina o primeiro ato desse espetáculo. O seguinte teria dois palcos: a delegacia para onde fora levado Lindemberg e o Hospital de Santo André onde ficaram internadas Nayara, sem apresentar risco de morte, e Eloá, com reduzidíssimas chances de sobreviver.

A morte de Eloá chegou a ser anunciada algumas horas antes de ser atestada pela equipe médica que a assistia.

A menina sequestrada em Santo André, Eloá, morreu. Essa informação foi divulgada pelo *site* universo *on line* da Folha de São Paulo, neste momento, há poucos minutos. O universo *on line* pôs no ar que a menina Eloá morreu assassinada na tentativa de resgate, não se sabe, ou pelo ex-namorado sequestrador. Essa informação foi dada pelo secretário de Segurança Pública de São Paulo, Ronaldo Marzagão, ao governador José Serra há poucos instantes (Apr do P-1 da E-5, 17 de outubro de 2008).

Na frente da delegacia para onde foi levado Lindemberg, muitos populares postavam-se com atitudes de hostilidade, de ameaça. A sociedade vinha sendo mobilizada para o instante do desfecho; de longe era preparada para a hora em que seria colocado termo àquele impasse: o algoz prestaria contas àqueles a quem ocasionou danos. Os ânimos – lembremos – foram diuturnamente acirrados.

Mas o mais importante: aquela violência a que foi dado cabo renasce dela e nela mesma: vira nova notícia!

Agora é a praça onde se vai supliciar o réu que importa. As dores, os gemidos e os choros dos que ficaram para trás abafam-se para dar audiência a outros, pois não é o fato o objeto do cuidado, da atenção, mas a notícia do fato tão exclusivamente.

Em que resultou o evento originário, que males ocasionou pouco importa, se esse novo produto não puder ser transfigurado em espetáculo. Quem era Iago? Quem era Vitor? Os dramas pequenos não são notícia.

Para a mídia, agora é hora do novo! E o novo é de novo a mesma coisa: a mercadoria violência. Rentável, de baixo custo e que auferir grandes lucros.

O mercado da violência é um dos mais promissores, até porque ela tem se revelado uma mercadoria inesgotável e transfigurável, disso a mídia sabe.

7.2.2 O espetáculo da condenação como ato de ressurgência da violência

A sociedade de consumo tem como base de suas alegações a promessa de satisfazer os desejos humanos em um grau que nenhuma sociedade do passado pôde alcançar, ou mesmo sonhar, mas a promessa de satisfação só permanece sedutora enquanto o desejo continua insatisfeito; mais importante ainda, quando o cliente não está “plenamente satisfeito” – ou seja, enquanto não se acredita que os desejos que motivaram e colocaram em movimento a busca da satisfação e estimularam experimentos consumistas tenham sido verdadeira e totalmente realizados.

Zygmunt Bauman

Conforme havia dito, a São Paulo dos contrastes, dos antagonismos, dos paradoxos é o cenário desse segundo drama. A história e os personagens são outros. O enredo também outro: o julgamento do casal Nardoni. Como palco, o Fórum de Santana, na capital paulista.

Alexandre Alves Nardoni, de 31 anos de idade, e Anna Carolina Trotta Peixoto Jatobá Nardoni, de 26 anos de idade, formam o casal Nardoni. Eles têm dois filhos. Além dos dois meninos que teve com a esposa, Alexandre teve, com Ana Carolina Cunha de Oliveira, uma menina, Isabella Oliveira Nardoni, de quem a autoria da morte Ihe é imputada, juntamente com sua esposa, sendo por isso o casal levado a júri popular no dia 22 de março de 2010.

A história que enseja esse evento data de 29 de março de 2008. Grande parte da São Paulo – que não dorme – já se recolhera para o descanso. Sem dúvida nenhuma, por volta das 23h45, muitos permaneciam em alguns pontos da cidade ainda em vigília, naquele sábado que se inaugurara normal, comum tanto para as três crianças, para Alexandre, Anna Carolina e suas famílias, quanto para a mãe e a

família materna de Isabella. A visita à casa dos avós, a posterior passagem em um supermercado, onde câmeras de segurança registrariam desde a entrada de toda a família naquele recinto, Isabella sendo conduzida pela mão por Anna Carolina sem sinais aparentes de que algo estivesse fora da normalidade, até a saída de toda a família do supermercado.

Os que estavam dormindo, em torno das 23h45, naquele prédio de classe média, situado na rua Santa Leocádia, 138, provavelmente foram postos para fora da cama pelo tumulto que acabava de instalar-se após ser ouvido um barulho forte de algo que caía e, imediatamente, constatar-se que uma criança agonizava por sobre a grama do jardim do prédio. Logo se identifica de onde a criança cai: do apartamento número 62. A criança era Isabella Oliveira Nardonna, de 5 anos de idade.

A versão que o casal coloca para o ocorrido é rechaçada veementemente por autoridades policiais encarregadas de investigar o caso e pelo promotor de justiça que iria acatar a denúncia contra o casal. Segundo o pai da criança, alguém furtivamente teria entrado no apartamento e arremessado a filha pela janela, após cortar a rede de proteção. Ao porteiro, que naquela noite encontrava-se de serviço, coube a iniciativa de pedir socorro.

Conta-se que Anna Carolina, a madrasta, chegando ao jardim, denunciava a falta de segurança que o prédio apresentava. Ratificava a versão do marido. A mãe de Isabella chega, minutos após o ocorrido, e encontra a criança, ainda viva. Pedia para que ela resistisse que tudo terminaria bem. O socorro à criança é prestado; ela é removida em uma ambulância para o hospital.

A avó paterna, mostrando desespero, chega acompanhada da filha e do marido, após haver sido comunicada que a neta tinha sido jogada pela janela do quarto de seus dois irmãos. Esbravejava: “Assassino! Assassino!”. Pedia para que, quando encontrado, o assassino lhe fosse entregue: “Eu quero ele nas minhas mãos!”, indicando saber o que faria com ele.

Na área externa do prédio, curiosos aglomeravam-se. A polícia ia colhendo as primeiras informações. Paralelamente, ia consolidando a hipótese de que o assassino encontrava-se entre os membros da família. Alexandre e Anna Carolina logo são dados como autores daquela barbaridade. Indiciados, têm suas prisões decretadas. Pedidos de *habeas corpus* impetrados. Pedidos de *habeas corpus* negados.

A reconstituição do crime vê-se envolta em aura de produção cinematográfica: câmeras, fotos, uma boneca com as mesmas medidas da criança, tudo à disposição da perícia. Do lado de fora, a mídia e uma aglomeração de curiosos. Uma infraestrutura foi montada para os trabalhos da mídia. O casal não participa da reconstituição. Peritos retornam ao edifício para complementação de dados por três vezes.

Em pouco tempo, Alexandre e sua esposa encontravam-se indiciados por autoria de crime triplamente qualificado. No presídio de Tremembé, permaneceram aguardando julgamento. Levados a júri popular em 22 de março de 2010, foram condenados aos 29 minutos do dia 27 do mesmo mês: ele, a trinta e um anos, um mês e dez dias de reclusão mais oito meses de detenção em regime semiaberto e 24 dias de multa; ela, a 26 anos e oito meses de reclusão mais oito meses de detenção em regime semiaberto e 24 dias de multa. Ao presídio de Tremembé retornaram, agora na condição de condenados.

Durante os quase dois anos da morte da criança e do julgamento dos acusados, a mídia fazia reavivadas, tempos em tempos, as cenas todas levadas aos lares durante dias e dias daquele episódio que teve lugar no edifício London, zona norte de São Paulo: o prédio, a janela no alto com a rede de proteção danificada, a avó paterna aos gritos na chegada ao condomínio, policiais conversando com o pai da criança, as insinuações no tocante à autoria do crime, a direção que as investigações davam ao caso, o enterro da criança, o indiciamento do casal, a cobertura de sua chegada à delegacia para que se cumprisse o mandado de prisão, os peritos vistos na janela examinando o local de onde a garota havia sido arremessada, entrevistas do casal alegando inocência, visitas ao túmulo da garotinha, as mensagens veiculadas na internet, quer por familiares (mãe, tia), quer por pessoas que pretendiam solidarizar-se com a mãe da criança ou desejavam demonstrar repúdio ao ato que se atribuía ao pai e à madrasta de Isabella.

O casal não foi esquecido: o dia a dia no cárcere, as visitas que recebia, o que e quanto levavam os pais de Alexandre Nardoni por ocasião das visitas semanais, com quem ele tem mais aproximação no cárcere, seu banho de sol, que atividades desenvolve, as cartas que entre si o casal troca, a conversão religiosa de Anna Carolina Jatobá, os ingredientes de que era feita a cobertura do bolo do aniversário de 25 anos de Anna Carolina, o que faziam para preencher o tempo,

com quem se relacionavam, o despertar, tudo enfim submetido a um controle intensivo.

Na semana que antecedeu o julgamento, a mídia vinha fazendo reviver o trágico dia 29 de março de 2008. Imagens do prédio, da grama onde Isabella foi encontrada agonizando; a reconstituição do crime com simulação do arremesso da criança pela janela, para isso houve o emprego de uma boneca cujo peso e tamanho aproximavam-se aos da garota, fato que causou reação – gritos para que não jogassem a boneca – entre algumas pessoas que assistiam à encenação de como se supunha haver acontecido o fato; a movimentação de pessoas no entorno do prédio no dia do ocorrido; imagens de Alexandre Nardoni demonstrando tensão na delegacia; o choro desesperado de Anna Jatobá; a população agredindo e xingando os acusados; os acusados no interior da viatura que os conduzia ao presídio; a apresentação de vídeo em que a garota estava com coleguinhas da escola, imagens no interior da igreja em que se celebrava missa em intenção de Isabella.

Mas algo chamava bem mais atenção durante os dias que antecederam o julgamento e o período mesmo do julgamento do casal: a tela da TV ficou tomada de fotos da criança em situações diversas – na piscina, em casa, na escola, com a mãe, com o pai, com a madrasta, com os irmãos –, mas todas com um enorme sorriso. As fotos da criança em estado de felicidade contínuo remetiam, invariavelmente, quem as visse a uma sensação de horror, uma revolta pela interrupção de uma vida nem bem iniciada e brutalmente ceifada. As fotos como que se prestavam ao anúncio do que estava a reclamar; nelas ficava impressa a do que fora interrompido. Aquelas fotos, sem nenhuma sombra de dúvida, são a lembrança mais vívida de quem assistiu durante os últimos dois anos qualquer notícia que fizesse alusão ao episódio. É interessante lembrar o que Sontag (2003, p. 23) fala acerca da fotografia, da importância e da função que reserva:

O fluxo incessante de imagens (televisão, vídeo, cinema) constitui o nosso meio circundante, mas, quando se trata de recordar, a fotografia fere mais fundo. A memória congela o quadro; sua unidade básica é a imagem isolada. Numa era de sobrecarga de informação, a fotografia oferece um modo rápido de apreender algo e uma forma compacta de memorizá-la. A foto é como uma citação ou uma máxima ou provérbio. Cada um de nós estoca, na mente, centenas de fotos, que podem ser recuperadas instantaneamente.

As fotos de Isabella foram o melhor dos recursos de que a mídia se valeu para imantar o público em torno de um drama que prometia grandes lucros.

A sentença condenatória resultante do julgamento, espetáculo que se aguardava – já que a transmissão da sala do júri fora vetada – ao vivo, aparecia como augúrio na voz de repórteres, apresentadores, especialistas, juízes, promotores, populares.

A despeito de não se poder ingressar na sala do júri com câmera, máquina fotográfica, enfim, nenhum meio de registro de áudio ou imagem, a cena nos era descrita detalhadamente, ora por repórteres autorizados a permanecer por um determinado período de tempo, após o qual cediam lugar a outro, ora por populares que diariamente postavam-se em fila em frente do fórum para obter a senha com a qual assistiriam por cerca de uma ou duas horas ao julgamento no interior do tribunal do júri, ora por juristas que, mesmo não desconhecendo a proibição de estabelecer comunicação, sob hipótese alguma, entre os que se encontram no interior do tribunal com quem se encontra em seu exterior, passavam mensagem via celular para a imprensa, ou então assistiam a parte dos trabalhos e saíam para dar entrevista, fazer comentários acerca do andamento dos mesmos: a entrada de Anna Carolina Jatobá, seguida da de Alexandre Nardoni; o mal-estar de Anna Carolina e sua retirada do recinto; a composição do corpo de jurados – integrado por pessoas com média de idade entre 20 e 30 anos; a postura dos réus; a emoção demonstrada ou não ante os depoimentos; a oitiva de testemunhas e peritos; a apresentação da tese da promotoria; a arguição da inocência dos réus pelo advogado de defesa; a postura – “Todos de mãos dadas” (Rep do P-4 da E-3, 24 de março de 2010) –, a emoção – “A irmã [de Alexandre] chegou a chorar muito” (Rep do P-4 da E-3, 24 de março de 2010) e a expectativa dos familiares de Anna Carolina e de Alexandre – “eles estão agora contando com um milagre para absolver Alexandre Nardoni e Anna Jatobá” (Rep do P-4 da E-3, 24 de março de 2010). Enfim, o mistério era homeopaticamente vencido. Tinha-se o cenário desvelado.

Do lado de fora, a multidão aumentava à medida que a proximidade da decisão de absolver – posta como absolutamente improvável, assim demonstravam as enquetes que se faziam quer entre populares, quer entre especialistas ouvidos por repórteres de distintas emissoras de televisão como de outros veículos de comunicação – ou condenar o casal – e com pena máxima.

Pessoas vindas dos mais longínquos lugares fixavam-se em frente ao Fórum de Santana. Camisas estampando a foto de Isabella, legendadas com pedido de justiça, eram vistas circulando em corpos de pessoas que nem sequer chegaram próximo da criança. A *performance* de um homem que preparava sua crucificação: a cruz por ele montada em frente ao fórum, cedo da manhã, continha fotos de Isabella. A essa cruz a câmera mostrou, posteriormente, esse homem amarrado. Cartazes com pedidos de justiça, de condenação para o casal, gritos de “assassinos!” eram facilmente escutados. Telão, montado na área externa do fórum, exibia fotos de Isabella. Pessoas declaravam o amor pela menina e pela família dela: “Todos nós se apegou a esse caso por amor, por amor a Isabella. A família da Isabella é como se fosse minha, a gente adotou ela pra nós, pra cada um de nós” (declaração de uma senhora que pediu dispensa do emprego por uma semana para acompanhar, na frente do fórum, o julgamento do casal à Apr do P-2 da E-4, 25 de março de 2010).

O fato é que, como dizia um repórter, diretamente do Fórum de Santana, para essa mesma apresentadora, “Se do lado de dentro ainda falta muito para o julgamento terminar, aqui do lado de fora o veredicto já foi dado” (Rep do P-2 da E-4, 25 de março de 2010). E mostrava a opinião de seis populares: todos eles favoráveis à condenação do casal.

Na madrugada de 27 de março de 2010, à medida que se avizinhava o resultado do julgamento, os ânimos exaltavam-se. O entorno do fórum ficou apinhado de gente que circulava ansiosa para saber como o casal Nardoni sairia dali: se algemado como havia chegado ou livre como nem mesmo os pais e o advogado acreditavam que pudesse acontecer.

Rapidamente, a euforia dá lugar ao silêncio ansioso, ofegante, tenso. Pausadamente, o presidente do Tribunal do Júri anunciava a abertura do rito da sentença. Antes de proclamada na íntegra, os ânimos foram reacendidos. Assistia-se ao espetáculo da condenação. Gritos de “Justiça!”, “Condenados!” “Criminoso” ouviam-se nos quatro cantos. Fogos de artifício pareciam celebrar a vitória de um campeonato de milhares contra dois.

Era chegada a hora da saída das feras acuadas, parte da multidão em fúria corria na direção dos portões que dariam passagem às viaturas – caminhões – que levariam Anna Carolina Trotta Peixoto Jatobá Nardoni e Alexandre Alves Nardoni. Esse era o último ato de expiação, de suplício moral a que a multidão poderia

submeter o casal. Agora, daquele palco partiriam os condenados, Anna e Alexandre, para o lugar que os tornará afastados da vida, afastados da cena.

Eram fechadas as cortinas desse palco.

7.3 O Tratamento do *Corpus*

As breves narrativas do caso de cárcere privado de quatro adolescentes, acontecido em outubro de 2008, da morte de Isabella Nardoni em 29 de março de 2008 e do julgamento de Alexandre Nardoni e Anna Carolina Jatobá, ocorrido em março de 2010, basearam-se, indiscriminadamente, em reportagens veiculadas tanto na mídia televisiva quanto na imprensa. Mas o *corpus* deste estudo é, como já informei, preponderantemente constituído de material da mídia televisiva, sendo o material de mídia impressa utilizado como fonte complementar, dessa forma, os blocos discursivos, que serão agora postos sob análise, foram capturados de discursos pronunciados na mídia televisiva.

Neste estudo, o discurso será apreendido sob a perspectiva de Foucault (2001, p. 173-174):

O discurso é o caminho de uma contradição a outra: se dá lugar às que vemos, é que obedece à que oculta. Analisar o discurso é fazer com que desapareçam e reapareçam as contradições; é mostrar o jogo que nele elas desempenham; é manifestar como ele pode exprimi-las, dar-lhes corpo, ou emprestar-lhes uma fugidia aparência.

No caso do cárcere privado das duas adolescentes,³⁹ para identificação desses blocos discursivos, foram realizadas, durante o período de 13 a 19 de outubro de 2008, gravações diárias de distintos programas de seis emissoras de televisão: Rede TV (*Notícias das 7*), Rede Record de Televisão (*Fala Brasil* e *Hoje em Dia*), Rede Globo (*Bom Dia Brasil*, *Fantástico*, *Jornal Hoje*, *Jornal Nacional*, *Mais Você*), SBT (*Jornal do SBT*), Record News (*Alerta News*, *Direto da Redação*, *Primeira Página*, *Record News Brasil* e *Hora News*), Rede Bandeirantes de Televisão (*Brasil Urgente*). A média de horas de gravação era em torno dezessete horas.

³⁹ Refiro-me às adolescentes porque a cobertura midiática vai de fato acontecer após a liberação dos garotos. Prova disso é que muito pouca – ou nenhuma – atenção foi a eles dedicada.

Em relação ao julgamento do casal Nardoni, o período de gravação foi de 21 a 28 de março de 2010. Foram gravados, também diariamente, programas de cinco emissoras de televisão: Rede TV (*A Tarde É Sua*), Rede Record de Televisão (*Câmera Record, Domingo Espetacular, Fala Brasil, Hoje em Dia, Jornal da Record, Plantão de Jornalismo da Record*), Rede Globo (*Bom Dia Brasil, Fantástico, Jornal Hoje, Jornal Nacional, Mais Você*), Record News (*Alerta News*), Rede Bandeirantes de Televisão (*Boa Tarde*). Para esse caso, identicamente ao do cárcere privado, a média de gravação alcançou o mesmo total de horas diárias.

Cabe-me agora apresentar como foram processadas as análises desses discursos midiáticos que me permitiram chegar à conclusão de que a violência é, no sistema do capital, algo que se expõe em prateleira, um produto posto à venda.

Na terceira seção deste trabalho, exaustivamente discorri acerca dos vários leitos por sobre os quais a violência derrama sua cor. Viu-se a partir dali que, em todos aqueles modos de apresentação, a violência estava tomada como matéria-prima, como produto vendável, de boa aceitação no mercado. Se o leitor recorda, tanto essa aceitação também ficou para trás discutida, demonstrada quanto foi apresentada a forma como a violência insere-se precocemente na vida dos sujeitos, a um só tempo, como objeto de repulsa e objeto de atração, bem aceito e naturalizado. Prova disso é a reiteração de determinados discursos paradoxais, até mesmo em material que tem por finalidade tratá-la sob outro viés, como flagrei recentemente ao ler uma publicação do Unicef (2005, p. 16-19), *Convivendo com a violência*, dirigida ao público da primeira à quarta série. Um dos títulos dos pequenos textos a serem certamente empregados em discussão é “Todo mundo é violento”, seguido de “Por que somos violentos?”, “Por que a violência faz mal?” e, finalmente, “Como controlar a própria violência?”. Certamente, quem produziu esse “guia da criança cidadã” não atinou para o que estava instaurando, muito menos para a sentença que fica inscrita na frase “Todo mundo é violento”.

A mercadoria violência, analisada neste estudo, apresenta-se sob a forma de notícia. É com esse invólucro, dentro dessa embalagem que o produto está aqui tratado.

Recupero alguns pontos fundamentais para esta etapa da análise apontados por Marcondes Filho (1989): a notícia é uma mercadoria, a notícia padece de perecibilidade. E trago outros novos: “Transformar um fato em notícia, é também alterá-lo, dirigi-lo, mutilá-lo” (p. 29); “O que o público quer [...] é o que lhe ‘foi

sugerido' querer" (p. 17); "O editor não vende seu produto *jornal* somente ao leitor, ele vende espaço publicitário aos promotores da publicidade" (COLETIVO DE AUTORES apud MARCONDES FILHO, 1989, p. 22) e, por fim, "Semelhante às outras mercadorias, também no jornalismo o valor de uso não se vende enquanto tal, mas como 'aparência do valor de uso'" (MARCONDES FILHO, 1989, p. 29). Pois,

Da contradição entre o valor de uso e o valor de troca, realizada separadamente nas pessoas, resulta uma tendência que leva o corpo da mercadoria, a sua forma de uso, a sofrer sempre novas alterações. A partir daí tem origem em toda a produção de mercadorias uma duplicidade: em primeiro lugar, o valor de uso; em segundo, e de forma particular, a manifestação do valor de uso. Isso porque até à venda, com a qual a perspectiva do valor de troca atinge seu objetivo, o valor de uso tem tendencialmente um papel somente como aparência. É o estético no sentido mais amplo: a manifestação sensível e o sentido do valor de uso separam-se aqui do objeto (HAUG apud MARCONDES FILHO, 1989, p. 29).

De que modo, então, por meio do discurso que a mídia televisiva produziu acerca dos dois eventos – o cárcere privado em Santo André e o julgamento do casal Nardoni –, que constituiu o *corpus* desta empresa acadêmica, foram apreendidos elementos, estruturas que me permitem asseverar ser a violência uma mercadoria?

Foucault não só ilumina as trilhas percorridas nesta tarefa analítica, por meio da oferta de "ferramentas" eficientes que instruíram os roteiros para a captura de tais estruturas, como aponta a pista que decifra esse enigma, essa aura que faz necessário transformar a violência em condição naturalmente ineliminável e que, ao mesmo tempo, traveste-a para fazê-la figurar como espetáculo apreciável, irrecusável.

Durante sete dias assisti às imagens, ouviu e registrei – em DVD – os discursos que a mídia produziu sobre o "caso Eloá". Igualmente procedi em relação ao julgamento de Alexandre e Anna Carolina Nardoni, só que, nesse caso, as gravações foram realizadas durante oito dias.

Para dar efetivamente início à apresentação do modo como foi operacionalizada a análise do material coletado, recorro a outras assertivas de Foucault (2002, 1999) no campo do discurso e de sua análise:

Discursos como a economia, a medicina, a gramática, a ciência dos seres vivos, dão lugar a certas organizações de conceitos, a certos reagrupamentos de objetos, a certos tipos de enunciação, que formam, segundo seu grau de coerência, de rigor e de estabilidade, temas ou teorias [...]. Qualquer que seja seu nível formal, chamaremos, convencionalmente, de “estratégias” a esses temas e a essas teorias (2002, p. 71).

Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder. [...] o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar (1999, p. 10).

[...] se quisermos analisá-lo [o discurso] em suas condições, seu jogo e seus efeitos, é preciso, creio, optar por três decisões às quais nosso pensamento resiste um pouco, hoje em dia, e que correspondem aos três grupos de funções [...]: questionar nossa vontade de verdade; restituir ao discurso seu caráter de acontecimento; suspender, enfim, a soberania do significante (1999, p. 51).

Com base em tais afirmativas, processei o exame de todo o material coletado. A primeira tarefa foi assistir a todos os programas gravados. Nessa ocasião, ia identificando nas falas (apresentadores e repórteres dos programas anteriormente especificados, juristas, psicólogos, psicanalistas, juízes, promotores de justiça, especialistas em segurança – jornalistas, advogados, policiais militares –, populares) as estruturas, os traços, os elementos afirmadores da tese que constituía e punha em questão. A segunda etapa foi transcrever trechos dessas falas em que estavam presentes essas estruturas.

Nos recortes de falas que se encontram apresentados no curso da narrativa dos dois eventos, torna-se possível apontar exatamente onde e de que modo encarnam-se as condições e as formas por meio das quais se forja a transfiguração da violência em produto processado para o consumo de variados públicos. Ademais, foi possível demonstrar como o discurso de combate à violência faz parte da mesma estrutura, da mesma raiz que a gesta: um espetáculo de violência inelutavelmente clama por outro.

7.4 Epílogo: Não Mais Que um *Flash*

O novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta.

Michel Foucault

Sepultados os mortos, consumadas as condenações. Os sujeitos, suas emoções, agora, nada representam, além de efêmeras *performances*. E as *performances* irão, pouco a pouco, congeladas, inertes fazer parte dos atos que só ganham encenação nos porões da memória. As bilheterias estarão abertas para outros espetáculos.

As cortinas fecham-se para a dor dos que realmente perderam Eloá, Isabella, Tânia, Cláudia, Ângela, Margot, Dana, Eliana, Daniella, Liana, Felipe, Geísa, Sandro, Marísia, Manfred, Joaquim, Sebastião, Alessandra, Ho-Fung, Maria, Aída, Paulo, Suzana, Sandra, Rachel, Paulo Sérgio⁴⁰, Alanis, Marcela, os que ficaram sem nome: os cento e onze presos do Carandiru, os adolescentes da Candelária, os vintes mortos de Vigário Geral e alguns outros.

Para milhares, a cortina nem sequer foi aberta, a plateia nem foi convidada.

Na bilheteria, os espetáculos unificam-se, igualam-se, perdem o que lhes restava de singular, de autoral. Aparecem sob a última e mais preciosa forma: a de mercadoria. Assim ganham brilho e tilintar, por meio do choro e da dor dos protagonistas e dos que são chamados a coadjuvar.

⁴⁰ Assassinado por sua companheira, Dorinha Duval.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANJOS, A. dos. *Eu e outros poemas*. 44. ed. especial. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- ARAÚJO, F.; MOURA, G. (Orgs.). *Crimes que abalaram o Brasil*. São Paulo: Globo, 2007.
- ARBLASTER, A. Violência. In: OUTHWAITE, W.; BOTTOMORE, T. (editores). *Dicionário do pensamento social do século XX*. Tradução de Eduardo Francisco Alves, Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996. p. 803-804.
- ARENDT, H. *Da violência*. Tradução de Maria Claudia Drummond Trindade. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985. (Coleção pensamento político).
- BALANDIER, G. *A desordem: elogio do movimento*. Tradução de Suzana Martins. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- BARRETO, T. *Menores e loucos em direito criminal*. 2. ed. Recife: Typographia Central: 1886. [Prefácio de Luiz Carlos Fontes de Alencar. Ed. *fac-sim*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003. (História do direito brasileiro. Direito penal)].
- BARROS, M. de. *Memórias inventadas: a infância*. São Paulo: Planeta, 2003.
- BAUDOUIIN, J. *Introdução à sociologia política*. Tradução de Ana Moura. Lisboa: Editorial Estampa, 2000. (Temas de sociologia, 11).
- BAUMAN, Z. Escrever; escrever sociologia. In: _____. *Modernidade líquida*. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 231-246 .
- _____. *Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- BECKER, H. S. Sobre metodologia. In: _____. *Métodos de pesquisa em ciências sociais*. 3. ed. Tradução de Marco Estevão e Renato Aguiar. Revisão técnica de Márcia Arieira. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 17-46.
- BILAC, O. *Obra reunida*. Org. e Introd. por Alexei Bueno. Rio de Janeiro: Nova Aguillar, s. d.
- BOBBIO, N. *O futuro da democracia*. 7. ed. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. 7. ed. rev. e ampl. São Paulo: Paz e Terra, 2000. (Coleção pensamento crítico, 63).
- BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. *Dicionário de política*. Tradução de Carmen C. Varriale, Gaetano Lo Mônaco, João Ferreira, Luís Guerreiro Pinto Caçais e Renzo Dini. 12. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília; LGE, 2004. v. 1 e 2.

BOLLE, W. Orelha. In: BRECHT, B. *Poemas* (1913-1956). 5. ed. Tradução de Paulo César de Souza. 5. ed. São Paulo: Ed. 34, 2000.

BOURDIEU, P. A construção do objeto – o fato é construído: as formas de demissão empirista. In: BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, J. C.; PASSERON, J. C. *A profissão do sociólogo: preliminares epistemológicas* 2. ed. Tradução de Guilherme José de Freitas Teixeira. Petrópolis (RJ): Vozes, 2000. p. 45-72; 177-238.

BRASIL. *Código penal*. mini/ obra coletiva de autoria da Editora Saraiva e colaboração de Antônio Luiz de Toledo Pinto e Márcia Cristina Vaz dos Santos Windt. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 1999. (Legislação brasileira).

_____. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília: Senado Federal, 1990.

BRECHT, B. *Histórias do Sr. Keuner*. Tradução de Paulo César Souza. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BUSTAMANTE, R. M. da C.; MOURA, J. F. (Orgs.). *Violência na história*. Rio de Janeiro: Mauad X; Faperj, 2009.

CÁCERES, F. *História do Brasil*. São Paulo: Moderna, 1997.

CAMPOS, M. *A tragédia de Eloá: uma sucessão de erros*. São Paulo: Landscape, 2008.

CARREIRA, H. M. *As políticas sociais em Portugal*. Lisboa: Gradiva, 1996.

CARVALHO, A. M. P. de. O exercício do ofício da pesquisa e o desafio da construção metodológica. In: BAPTISTA, M. M. (Org.). *Cultura: metodologias e investigação*. Lisboa: Ver O Verso Edições, 2009. (Coleção portuguesa. Declinações latino-americanas). p. 117-138.

CASOY, I. *Serial killers: made in Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2009.

CATELLI, R. *O mundo contemporâneo: Novalgina 70 anos*. São Paulo: DBA Artes Gráficas, 1966.

CLARKE, S. Dinheiro. In: OUTHWAITE, W.; BOTTOMORE, T. (Editores). *Dicionário do pensamento social do século XX*. Tradução de Eduardo Francisco Alves, Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996. p. 209-211.

COHN, G. (Org.). In: WEBER, M. *Weber: sociologia*. Tradução de Amélia Cohn, Gabriel Cohn. 2. ed. São Paulo: Ática, 1982. (Grandes cientistas sociais, 13).

COSER, L. A. Conflito. In: OUTHWAITE, W.; BOTTOMORE, T. (Editores). *Dicionário do pensamento social do século XX*. Tradução de Eduardo Francisco Alves, Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996. p. 120-123.

_____. *Nuevos aportes a la teoría del conflicto social*. Tradução de Maria Rosa Viganór. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1967. p. 9-127.

COSTA, J. F. *Violência e psicanálise*. 3. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2003.

COTRIM, G. *História e consciência do mundo*. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 1997.

CRETELLA JR. J. *Crimes e julgamentos famosos*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

DEBORD, G. *A sociedade do espetáculo – comentários sobre a sociedade do espetáculo*. Tradução de Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

DEMO, P. *Política social: desafios atuais*. Curso em cinco sessões. [S.l.]: [2002?]. (Texto mimeografado, 5 fl.).

DOTTI, R. A. *Casos criminais célebres*. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003.

DURKHEIM, E. *Da divisão do trabalho social*. 2. ed. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2004. (Coleção tópicos).

DZIEMIDOK, B. Estética. In: OUTHWAITE, W.; BOTTOMORE, T. (Editores). *Dicionário do pensamento social do século XX*. Tradução de Eduardo Francisco Alves, Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996. p. 265-269.

ELIAS, N. Considerações sobre o método. In: ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000. p. 51-60.

ELUF, L. N. *A paixão no banco dos réus: casos passionais célebres – de Pontes Visgueiro a Lindemberg Alves*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

ÉTIENNE, J. et al. *Dicionário de sociologia: as noções, os mecanismos e os autores*. Tradução de Germano Rio Tinto. Lisboa (Portugal): Plátano Edições Técnicas, 1998.

FALEIROS, V. *A política social no Estado capitalista*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

FAUSTO, B. *O crime do restaurante chinês: carnaval, futebol e justiça na São Paulo dos anos 30*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas*. 7. ed. Tradução de Salma Tannus Muchail. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

_____. *A ordem do discurso*. 5. ed. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1999. (Leituras filosóficas).

_____. *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Tradução de Elisa Monteiro. Organização e seleção de textos de Manoel Barros da Motta. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. (Coleção ditos e escritos II).

_____. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. 14. ed. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque; J. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2001a.

_____. *Microfísica do poder*. 16. ed. Roberto Machado (Org.). Rio de Janeiro: Graal, 2001b.

_____. *Os anormais: curso no Collège de France (1974-1975)*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001c. (Coleção tópicos).

_____. *A arqueologia do saber*. 6. ed. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002. (Campo teórico).

_____. *Vigiar e punir: o nascimento da prisão*. 25. ed. Tradução de Raquel Ramalheite. Petrópolis: Vozes, 2002.

GEERTZ, C. Um jogo absorvente: notas sobre a briga de galos balinesa. In: _____. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989. p. 278-321.

GINZBURG, C. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: _____. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. Tradução de Frederico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 143-179.

GIRARD, R. *A violência e o sagrado*. 2. ed. Tradução de Martha Conceição Gambini. Rev. Tec. Edgar de Assis Carvalho. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1990.

GLUCKSMANN, A. *O discurso do ódio*. Tradução de Edgard de Assis Carvalho, Mariza Perassi Bosco. Rio de Janeiro: Difel, 2007.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ/SETAS/FEBEMCE. *Programa da Febemce 1998*. Fortaleza: Febemce, 1998 (mimeografado). Sem paginação.

GUERRA, A. G. *O crime – realidade e desafio: abordagem psicodinâmica do homicídio*. Recife: A. G. Guerra, 1990.

HALL, J. A. Sociedade industrial. In: OUTHWAITE, W.; BOTTOMORE, T. (Editores). *Dicionário do pensamento social do século XX*. Tradução de Eduardo Francisco Alves, Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996. p. 722-724.

HAUG, W. F. *Crítica da estética da mercadoria*. Tradução de Erlon José Paschoal; colaboração de Jael Glauce da Fonseca. São Paulo: Unesp, 1997. (Biblioteca básica).

HOBBS, T. *Leviatã* ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil. Tradução de João Paulo Monteiro, Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

KURZ, R. Dominação sem sujeito: sobre a superação de uma crítica social e redutora. In: PAIVA, J. (Org.). *Teoria crítica radical, a superação do capitalismo e a emancipação*. Fortaleza: Instituto de Filosofia da Práxis, 2000.

LECHTE, J. *Cinqüenta pensadores contemporâneos essenciais: do estruturalismo à pós-modernidade*. 2. ed. Tradução de Fábio Fernandes. Rio de Janeiro: Difel, 2002.

LENOIR, R. Objeto sociológico e problema social. In: CHAMPAGNE, P.; LENOIR, R.; MERLLIÉ, D.; PINTO, L. *Iniciação à prática sociológica*. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 59-106.

LIMA, I. de A. *Psicopatas: realidade cotidiana*. Fortaleza: Premium, 2010.

LUKES, S. Anomia. In: OUTHWAITE, W.; BOTTOMORE, T. (Editores). *Dicionário do pensamento social do século XX*. Tradução de Eduardo Francisco Alves, Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996. p. 20-21.

MACHADO, D. M. Sofrimentos inevitáveis – sofrimentos evitáveis. In: ABRAMOVICK, F. Org.). *O mito da infância feliz: antologia*. 3. ed. São Paulo: Summus, 1983. (Novas buscas em educação, 16). p. 139-147.

MARCONDES FILHO, C. *O capital da notícia: jornalismo como produção social da segunda natureza*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1989.

_____. (Org.). *Dicionário de comunicação*. São Paulo: Paulus, 2009.

MARSHALL, T. H. *Política social*. Tradução de Meton P. Gadelha. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1967.

MARX, K. *Elementos fundamentales para la crítica de la economía política* (borrador) 1857-1858. 4. ed. Tradução de Pedro Scaron. Buenos Aires: Siglo XXI Argentina, 1973a. v. 1.

_____. *El capital: crítica de la economía política*. Tradução de Wenceslao Roces. Havana: Instituto Cubano del Libro, 1973b. Tomo I.

_____. *Teoria da mais-valia*. São Paulo: Bertrand, 1987. v. I.

_____. *Maquinaria e trabalho vivo: os efeitos da mecanização sobre o trabalhador*. In: *Crítica marxista*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. v. 1, nº 1. p. 103-110.

_____. *Comentários à crítica da economia política*. 3. ed. Tradução de Maria Helena Barreiro Alves. São Paulo: Martins Fontes, 2003. (Coleção clássicos).

_____. *A mercadoria*. Tradução, apresentação e comentários de Jorge Grespan. São Paulo: Ática, 2006. (Ensaios comentados).

_____. *O capital*. 3. ed. condensada. Tradução e condensação de Gabriel Deville. São Paulo: Edipro, 2008. (Série clássicos Edipro).

MARX, K.; ENGELS, F. *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Ômega, [s.d.]. v.1.

MAY, R. *Poder e inocência: uma análise das fontes de violência*. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981.

MENEZES, M. T. C. G. *Em busca da teoria: políticas de assistência pública*. 2. ed. São Paulo: Cortez; Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

MERTON, R. K. *Sociologia: teoria e estrutura*. Tradução de Miguel Maillat. São Paulo: Mestre Jou, 1970. p. 191-270.

MÉSZÁROS, I. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. Tradução de Paulo César Castanheira, Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo Editorial; Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

MICHAUD, Y. *A violência*. Tradução de L. Garcia. São Paulo: Ática, 1989.

MILLS, C. W. *A imaginação sociológica*. 5. ed. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1980.

MORAIS, V. de. O operário em construção. In: *Obra poética*. Rio de Janeiro: Aguillar, 1965.

MORILLAS, J. M. M. *Los sentidos de la violencia*. Granada (Espanha): Editorial Universidad de Granada, 2003. (Colección monográfica "Eirene", 17).

MYRDAL, G. A função dos valores em política social. In: *Contra a corrente: ensaios críticos em economia*. Tradução de Heloísa Mendes Fortes de Oliveira. Rio de Janeiro: Campus, 1977. (Contribuições em economia, 2). p. 47-74

NOVA CULTURA. *Guia de vídeo e DVD 2003: a enciclopédia dos melhores filmes*. São Paulo: Nova Cultura, 2003.

NUNES, E. *A gramática política no Brasil: clientelismo e insulamento burocrático*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; Brasília: Enap, 1997.

OESTREICH, G. Problemas estruturais do absolutismo europeu. In: HESPANA, Antônio Manuel (Org.). *Poder e instituições na Europa no Antigo Regime*. (1969). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984. p. 179-200.

OLIVEIRA, V. R. de. Política de assistência no Brasil. In: *Serviço social & sociedade*. São Paulo: Cortez, nº 31, Ano X, dez/1989. p. 98-132.

OUTHWAITE, W.; BOTTOMORE, T. (Editores). *Dicionário do pensamento social do século XX*. Tradução de Eduardo Francisco Alves, Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

PASQUINO, G. Conflito. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. *Dicionário de política*. 12. ed. Tradução de Carmen C. Varriale, Gaetano Lo Mônaco, João Ferreira, Luís Guerreiro Pinto Caçais e Renzo Dini. Brasília: Editora Universidade de Brasília; LGE, 2004, v. 1. p. 225-230.

PERINE, Marcelo. *Filosofia e violência: sentido e intenção da filosofia de Eric Weil*. São Paulo: Loyola, 1987. (Coleção filosofia, 6).

ROCHA, Z. Prefácio. In: GUERRA, A. G. *O crime – realidade e desafio: abordagem psicodinâmica do homicídio*. Recife: A. G. Guerra, 1990.

SANDRONI, P. *Dicionário de economia do século XXI*. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SANTOS, B. de S. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In: _____. *Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado*. São Paulo: Cortez, 2004. p. 777-821.

_____. Uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In: _____. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2006. (Coleção para um novo senso comum, 4). p. 93-135.

_____. Introdução. In: SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. (Orgs.). *Epistemologias do sul*. Coimbra: Edições Almedina, 2009. p. 9-19

SAUSSURE, F. *Curso de lingüística geral*. São Paulo: Cultrix, 1977.

SAYAD, A. Elghorba: o mecanismo da reprodução da emigração. In: _____. *A imigração: ou os paradoxos da alteridade*. Tradução de Cristina Murachco. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998. p. 25-44.

_____. Os filhos ilegítimos. In: _____. *A imigração: ou os paradoxos da alteridade*. Tradução de Cristina Murachco. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998. p. 107- 154.

SCHNEIDER, S. J. (Editor geral). *1001 filmes para ver antes de morrer*. Tradução de Carlos Irineu da Costa, Fabiano Morais, Livia Almeida. Rio de Janeiro: Sextante, 2008.

SIMMEL, G. *Sociologia I – estudios sobre las formas de socialización*. Madrid: Biblioteca de la Revista Occidente, 1977.

_____. Algumas reflexões sobre a prostituição. In: _____. *Filosofia do amor*. Tradução de Luís Eduardo de Lima Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1993. (Coleção tópicos).

SIMON, R. I. *Homens maus fazem o que homens bons sonham: um psiquiatra forense ilumina o lado obscuro do comportamento humano*. Tradução de Laís Andrade, Rafael Rodrigues Torres. Porto Alegre: Artmed, 2009.

SOARES, L. E. Juventude e violência no Brasil contemporâneo. In: NOVAES, R.; VANNUCHI, P. (Orgs.) *Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 130-159.

SONTAG, S. *Diante da dor dos outros*. Tradução de Rubens Figueiredo. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SPOSATI, A. et al. *Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

STOPPINO, M. Violência. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. *Dicionário de política*. 12. ed. Tradução de Carmen C. Varriale, Gaetano Lo Mônaco, João Ferreira, Luís Guerreiro Pinto Caçais e Renzo Dini. Brasília: Editora Universidade de Brasília; LGE., 2004. v. 2. p. 1291-1298.

UNICEF. *Convivendo com a violência*. Texto de LAFFÉ, L.; SAINT-MARC, L. São Paulo: Ática, 2005. (Guia da criança cidadã).

VASCONCELOS, R. B. *A política de assistência à criança e ao adolescente desenvolvida pela Fundação Estadual do Bem Estar do Menor do Ceará: passaporte para a cidadania ou dispositivo disciplinar?*. 2003. 288 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, História e Serviço Social da Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2003.

_____. *Conflito e violência: discutindo o lugar da positividade e a condição de instrumentalidade nessas categorias*. Fortaleza: Programa de Pós-Graduação em Sociologia – Universidade Federal do Ceará, 2005. (mimeo).

WAINBERG, J. A. *Mídia e terror: comunicação e violência política*. São Paulo: Paulus, 2005. (Coleção comunicação).

WEBER, M. *Weber: sociologia*. Organizado por Gabriel Cohn. Tradução de Amélia Cohn, Gabriel Cohn. 2. ed. São Paulo: Ática, 1982. (Grandes cientistas sociais, 13).

_____. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. 5. ed. Tradução de Regis Barbosa, Karen Elsabe Barbosa; revisão técnica de Gabriel Cohn. Tradução da quinta edição revista, anotada e organizada por Johannes Winckelmann. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1991. v. 1.

_____. *Metodologia das ciências sociais*. 2. ed. Tradução de Augustin Wernet. São Paulo: Cortez; Campinas (SP): Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1993.

WOODIWISS, M. *Capitalismo gângster: quem são os verdadeiros agentes do crime organizado mundial?*. Tradução de C. E. de Andrade. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007.

WAINBERG, J. A. *Mídia e terror: comunicação e violência política*. São Paulo: Paulus, 2005. (Coleção comunicação).

XAVIER, N. *Almanaque da telenovela brasileira*. São Paulo: Panda Books, 2007.

PERIÓDICOS (FONTES)

Revistas

CARTA CAPITAL: revista semanal de política, economia e cultura. São Paulo: Confiança, ano XV, n. 523, 26 nov. 2008.

_____. São Paulo: Confiança, ano XV, n. 581, 3 fev. 2010.

EDGE. São Paulo: Europa, n. 8, jan. 2010.

EGW – Entertainment + game world. São Paulo: Tip Graf, n. 93, set. 2009.

ÉPOCA: revista semanal. São Paulo: Globo, n. 516, 7 abr. 2008.

_____. São Paulo: Globo, n. 544, 20 out. 2008.

_____. São Paulo: Globo, n. 545, 27 out. 2008.

_____. São Paulo: Globo, n. 547, 10 nov. 2008.

_____. São Paulo: Globo, n. 548, 17 nov. 2008.

_____. São Paulo: Globo, n. 606, 28 dez. 2009.

ISTO É: revista semanal. São Paulo: Três Editorial, ano 31, n. 2023, 13 ago. 2008.

_____. São Paulo: Três Editorial, ano 31, n. 2033, 22 out. 2008.

_____. São Paulo: Três Editorial, ano 31, n. 2034, 29 out. 2008.

_____. São Paulo: Três Editorial, ano 31, n. 2036, 12 nov. 2008.

_____. São Paulo: Três Editorial, ano 31, n. 2037, 19 nov. 2008.

_____. São Paulo: Três Editorial, ano 31, n. 2039, 3 dez. 2008.

_____. São Paulo: Três Editorial, ano 31, n. 2040, 10 dez. 2008.

_____. São Paulo: Três Editorial, ano 32, n. 2044, 14 jan. 2009.

_____. São Paulo: Três Editorial, ano 33, n. 2101, 17 fev. 2010.

PLAY STATION. São Paulo: Universal Editorial, ano 2, s/d.

SUPER INTERESSANTE: revista mensal. São Paulo: Abril, ed. 257, ano 22, n. 10, out. 2008.

TRIP: revista mensal. São Paulo: Trip Editora e Propaganda, edição especial, ano 23, n. 182, out. 2009.

VEJA: revista semanal. São Paulo: Abril, ed. 2057, ano 41, n. 16, 23 abr. 2008.

_____. São Paulo: Abril, ed. 2063, ano 41, n. 22, 4 jun. 2008.

_____. São Paulo: Abril, ed. 2083, ano 41, n. 42, 22 out. 2008.

_____. São Paulo: Abril, ed. 2084, ano 41, n. 43, 29 out. 2008.

_____. São Paulo: Abril, ed. 2085, ano 41, n. 44, 5 nov. 2008.

_____. São Paulo: Abril, ed. 2086, ano 41, n. 45, 12 nov. 2008.

_____. São Paulo: Abril, ed. 2088, ano 41, n. 47, 26 nov. 2008.

_____. São Paulo: Abril, ed. 2089, ano 41, n. 48, 3 dez. 2008.

_____. São Paulo: Abril, ed. 2093, ano 41, n. 52, 31 dez. 2008.

_____. São Paulo: Abril, ed. 2095, ano 42, n. 2, 14 jan. 2009.

_____. São Paulo: Abril, ed. 2132, ano 42, n. 39, 30 set. 2009.

_____. São Paulo: Abril, ed. 2140, ano 42, n. 47, 25 nov. 2009.

_____. São Paulo: Abril, ed. 2141, ano 42, n. 48, 2 dez. 2009.

_____. São Paulo: Abril, ed. 2149, ano 43, n. 4, 27 jan. 2010.

_____. São Paulo: Abril, ed. 2151, ano 43, n. 6, 10 fev. 2010.

VISÃO JURÍDICA. São Paulo: Escala, n. 31, s.d.

Jornais

ABDELMASSIH vai se casar com procuradora. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 29 jan. 2010. Nacional, p. 10.

ARAÚJO, H. Secretário quer arma e livro na mão. **O Povo**, Fortaleza, 13 fev. 2010. Fortaleza, p. 3.

ASSASSINATO de irmãos em Jaguarétama foi planejado. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 24 jan. 2010. Polícia, p. 17

ASSASSINO de João Hélio é solto e recebe proteção. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 19 fev. 2010. Nacional, p. 8.

ATAQUE com avião não tripulado mata 12 pessoas. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 18 dez. 2009. Internacional, p. 22.

BANDIDOS se disfarçam de frentistas. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, p. 1, 18 dez. 2009.

BARROSO, M. Ave, Alanis, vá em paz. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 24 jan. 2010. Opinião, p. 3.

BERLUSCONI passa três horas no dentista. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 18 dez. 2009. Internacional, p. 22.

CAMPANHA alerta sobre abuso sexual. **O Povo**, Fortaleza, 24 jan. 2010. Fortaleza, p. 3.

CAMPOS, L. H.; TÚLIO, D. DNA confirma autoria do assassinato da garota Alanis. **O Povo**, Fortaleza, 13 fev. 2010. Fortaleza, p. 9.

CAPELÃO é inocentado na justiça. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, p. 1, 18 dez. 2009.

CASO Alanis: Estado será processado. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, p. 1, 24 jan. 2010.

CASO Alanis: exame de DNA confirma autoria do crime. **O Povo**, Fortaleza, p. 1, 13 fev. 2010.

CAVALCANTE, R. Quem matou Alanis? **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 24 jan. 2010. Gente, p. 3.

150 corpos são achados após combates violentos. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 24 jan. 2010. Internacional, p. 19.

COMO explicar o mundo da violência para as crianças? **O Povo**, Fortaleza, p. 1, 30 jan. 2010.

CONFRONTO de assaltantes com PM deixa um morto. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 29 jan. 2010. Polícia, p. 18.

DELEGADO espera novos afastamentos. **O Povo**, Fortaleza, 13 fev. 2010. Fortaleza, p. 9.

- DELEGADOS tensos. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 29 jan. 2010. Opinião, p. 2.
- DELEGADOS tensos II. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 29 jan. 2010. Opinião, p. 2.
- DISFARCE provocou a reação dos leitores. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 24 jan. 2010. Polícia, p. 17
- DUBAI acusa Israel de assassinato. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 19 fev. 2010. Internacional, p. 22.
- ESTUDANTE morto na saída da escola. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 5 fev. 2010. Polícia, 18.
- FILHO é suspeito de matar o ex-prefeito. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 29 jan. 2010. Polícia, p. 18.
- GALLO, R. Brasileiro teme ser esquecido em corredor da morte na Ásia. **Folha de São Paulo**, 17 jan. 2010. Cotidiano, p. 2
- GONÇALVES, L. Superlotação causa conflitos. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 5 fev. 2010. Cidade, p. 17.
- GONÇALVES, V. Como falar sobre violência com as crianças? **O Povo**, Fortaleza, 30 jan. 2010. Ciência e Saúde, p. 3.
- _____. O silêncio é a pior atitude. **O Povo**, Fortaleza, 30 jan. 2010. Ciência e Saúde, p. 4.
- _____. Como conversar com os filhos? **O Povo**, Fortaleza, 30 jan. 2010. Ciência e Saúde, p. 5.
- _____. E quando a violência chega pela TV? **O Povo**, Fortaleza, 30 jan. 2010. Ciência e Saúde, p. 6.
- GUERRA, H. Mãe de Casim II. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 24 jan. 2010. Opinião, p. 2.
- HOMEM é executado em visita à avó. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 17 fev. 2010. Polícia, 14.
- INSEGURANÇA revolta quem precisa passar pela avenida Raul Barbosa. **O Povo** Fortaleza, p. 1, 13 fev. 2010.
- ISRAEL paga indenização à ONU por danos em Gaza. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 24 jan. 2010. Internacional, p. 19.
- LAUDO pode esclarecer o assassinato da jornalista. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 29 jan. 2010. Polícia, p. 18.
- LEITE, M. F. Violência. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 18 dez. 2009. Opinião, p. 2.

MACEDO, E. Cidadãos revoltados com a insegurança. **O Povo**, Fortaleza, 13 fev. 2010. Fortaleza, p. 4.

MÃE de Casim alertou a polícia sobre o filho. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 24 jan. 2010. Opinião, p. 2.

MÃE e filho são mortos em casa. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 18 dez. 2009. Opinião, p. 2.

MAIS lida da semana: 'Casim' muda versão e nega crime. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 24 jan. 2010. Polícia. p. 17

MORTE. **O Povo**, Fortaleza, 13 fev. 2010. Fortaleza, p. 9.

MOURA, R. Homem é morto e menina baleada. **O Povo**, Fortaleza, 24 jan. 2010. Fortaleza, p. 9.

NETO, S. R. Mãe de Casim. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 24 jan. 2010. Opinião, p. 2.

NÍGER sofre golpe de Estado. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 19 fev. 2010. Internacional, p. 22.

NORÕES, E. Ações de governo. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 5 fev. 2010. Política, 3.

_____. Ações II. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 5 fev. 2010. Política, 3.

O OUTRO lado. **O Povo**, Fortaleza, 31 jan. 2010. Fortaleza, p. 4.

PAI faz filhos reféns e acaba morto por PM. **O Povo**, Fortaleza, 13 fev. 2010. Fortaleza, p. 9.

PAIS ganham julgamento contra ex-inspetor. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 19 fev. 2010. Internacional, p. 21.

PARAGUAI pede que Brasil revogue refúgio. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 19 fev. 2010. Internacional, p. 21.

POLÍCIA flagra pessoa armada com pistola. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 17 fev. 2010. Polícia, p. 13.

POLICIAL fardado é assassinado. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, p. 1, 29 jan. 2010.

PRESO acusado de sequestrar garota. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 5 fev. 2010. Polícia, 18.

REVOGADA. **O Povo**, Fortaleza, 13 fev. 2010. Fortaleza, p. 9.

RIBEIRO, F. Estado poderá ser condenado. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 24 jan. 2010. Polícia, p. 17.

RODRIGUES, E. Policial fuzilado na estrada. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 29 jan. 2010. Polícia, p. 18.

ROGÉRIO, P. Caso Alanis. **O Povo**, Fortaleza, 24 jan. 2010. Fortaleza, p. 4.

_____. Realidade ou crueldade? **O Povo**, Fortaleza, 31 jan. 2010. Fortaleza, p. 4.

SANTIAGO, A. Achado morto suspeito de estuprar e matar enteada. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 17 fev. 2010. Polícia, p. 13.

SANTIAGO, I; SANTIAGO, A. Duplo homicídio em Beberibe. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 17 fev. 2010. Polícia, p. 13.

SANTOS, E.; VICELMO, A. PMs enterrados com honras e comoção. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 18 dez. 2009. Polícia, p. 18.

_____. Caso do sequestro terá 2 promotores. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 5 fev. 2010. Polícia, 18.

_____. Em outro homicídio, Renato Silva foi fuzilado ontem por quatro homens encapuzados, em Barbalha. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 5 fev. 2010. Polícia, 18.

SEM interesse. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 5 fev. 2010. Política, 4.

SOLDADO da PM é preso por estupro. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 17 fev. 2010. Polícia, 14.

TAXISTA é executado a golpes de faca por casal. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 29 jan. 2010. Polícia, p. 18.

VEREADOR baleado em Granjeiro. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 17 fev. 2010. Polícia, p. 13.

VIOLÊNCIA. **O Povo**, Fortaleza, p. 2, 13 fev. 2010.

VIOLÊNCIA muda hábitos na capital. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, p. 1, 18 dez. 2009.